

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Doutorado em Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação



TESE

E TEMOS COMO NÃO ESCOLHER O CAMINHO DO FEMINISMO!?
EXPERIÊNCIAS DE EDUCADORAS FEMINISTAS

Adriana Lessa Cardoso

Pelotas, 2022

Adriana Lessa Cardoso

E TEMOS COMO NÃO ESCOLHER O CAMINHO DO FEMINISMO!?
EXPERIÊNCIAS DE EDUCADORAS FEMINISTAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, nível Doutorado Acadêmico, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Márcia Alves da Silva.

Linha de Pesquisa: Cultura Escrita, Linguagens e Aprendizagem

Grupo de pesquisa: D'Generus – Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero.

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C268e Cardoso, Adriana Lessa

E temos como não escolher o caminho do feminismo!?
experiências de educadoras feministas / Adriana Lessa
Cardoso ; Márcia Alves da Silva, orientadora. — Pelotas,
2022.

224 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em
Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal
de Pelotas, 2022.

1. Educação transgressora. 2. De(s)colonial. 3. Percursos
feministas. 4. Pesquisa-formação. 5. Cativeros das
mulheres. I. Silva, Márcia Alves da, orient. II. Título.

CDD : 370

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Adriana Lessa Cardoso

E temos como não escolher o caminho do feminismo!? Experiências de educadoras feministas

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 30 de agosto de 2022

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Alves da Silva (Orientadora)
Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof^a. Dr^a. Maria Helena Menna Barreto Abrahão
Doutora em Ciências Humanas: Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Georgina Helena Lima Nunes
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Claudia Junqueira de Lima Costa
Doutora em Cultural Studies - University of Illinois em Urbana

Prof^a. Dr^a. Edla Eggert
Doutora em Teologia pela Faculdade EST, São Leopoldo

À minha mãe, *in memoriam*, Maria Daysi Lessa Cardoso que me instigou a caminhar pelo inesperado e fugir do determinismo. E a todas as mulheres indignadas com as opressões e desigualdades e que buscam um mundo de liberdade e sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todes que contribuíram para este estudo especialmente:

Às companheiras de luta e às que aceitaram a jornada de estar junto comigo nesta caminhada, Maria de Lourdes, Neusa, Biloca, Diná, Raquel, Tatiana e Jamile;

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Márcia Alves da Silva, pela dedicação, carinho e amizade;

Aos colegas e professoras/es do Núcleo de Pesquisa D'Generus, pelos afetos e aprendizagens em espaços de ensino, pesquisa e extensão, visando um mundo melhor para todes;

Às professoras, colegas e amigas do curso de mestrado e doutorado que me acompanharam e ajudaram a desaprender e aprender a Educação;

À minha família, por conseguirmos criar laços de afetos e superar as dificuldades, especialmente ao meu irmão Ivan e à minha irmã Marisa, pelas ligações diárias e demonstrações de cuidado e amorosidade, aos meus sobrinhos/as Augusto, Rafael, Carol, Elena e especialmente ao Álvaro, por todo carinho, sonhos e inspiração.

Às amigas e aos amigos que a docência e a pesquisa me proporcionaram, Roberta, Ana Lúcia, Fabiana, Luciano e Lana;

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

Finalmente, agradeço a todas as mulheres que me ensinam a ser feminista, principalmente às que participam dos coletivos União Brasileira de Mulheres – UBM e Coletivo Autônomo de Mulheres 8M Pelotas.

Utopia

*aquele hora do dia
quando nenhum lado te privilegia.*

*não importa em que lado
do ônibus cê sente
ou a direção a que se desloca, o sol forte vai bater na tua cara.*

*vivemos tempos ensolarados,
daqueles de deserto,
sem nenhuma miragem,
temos areia nos olhos
e quase nenhuma esperança.*

*em tempos como este
é ainda mais importante lutar.*

*não somente contra o que nos arde,
mas combatendo aquilo que
momentaneamente nos cega.*

*é preciso lutar!
ao lado e pelas
muitas minorias
que dia a dia
enfrentam e resistem
à escassez imposta
na labuta diária há muito,
muito mais do que se vê.*

*há coisas nas entrelinhas
que não foram escritas
nem lidas,
mas são verbo.*

*é preciso lutar
para não se deixar abater.
para que o horizonte esteja mais próximo
para os nossos
pelos que ainda vão nascer.*

Meimei Bastos

CARDOSO, Adriana Lessa. **E temos como não escolher o caminho do feminismo!? Experiências de educadoras feministas.** Orientadora Márcia Alves da Silva. 2022. 224f. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação Universidade. Federal de Pelotas. Pelotas.

Este estudo tem o propósito de compreender os processos e práticas educativas não formais e formais relacionados à militância feminista, a partir das narradoras da pesquisa visando à construção de uma educação feminista progressista e transgressora. Tem seu referencial teórico-epistemológico na perspectiva dos estudos de(s)coloniais e na Educação Popular Feminista, como crítica à ciência eurocêntrica e à política neoliberal conservadora. Deriva seu processo metodológico na articulação da pesquisa-formação (Josso) e a educação popular (Freire e hooks) com as perspectivas feministas críticas e de(s)coloniais (Lugones, McDowell e Gargallo), no seguimento da função social, formação e transformação das relações humanas e de sua presença no mundo. O campo empírico parte de um recorte geográfico, composto por um grupo de mulheres do sul do Brasil, incluindo as cidades de Rio Grande, Pelotas, Santana do Livramento e Porto Alegre. Todas as narradoras são educadoras e participantes de diferentes coletivos feministas, possibilitando uma perspectiva plural do movimento feminista em suas localidades de atuação. Finalmente, é desenvolvida a tese de que, quando há identificação com um grupo de opressão, são criados meios de romper com a lógica que foi imposta historicamente, articulando a solidariedade direcionada para a transformação da sociedade. Este trabalho, em seu percurso, apresentou várias situações ao longo da experiência que, como formativa, faz, desfaz e refaz. Nós mulheres estamos em movimento, e a imagem de percurso e entrecruzamentos simboliza parte e totalidade, lugar e tempo, problematizando a arrogância da história evolutiva e a arbitrariedade da geopolítica etnocêntrica como estruturas de pensamento da herança colonialista e trajetória a superar no horizonte da emancipação e da justiça social.

Palavras-chave: Educação transgressora. de(s)colonial. Percursos Feministas. Pesquisa-formação. Cativéis das mulheres.

CARDOSO, Adriana Lessa. **¿Y como no podemos elegir el camino del feminismo!? Experiencias de educadoras feministas.** Orientadora Márcia Alves da Silva. 2022. 224f. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação Universidade. Federal de Pelotas. Pelotas.

Este estudio tiene como objetivo comprender los procesos y prácticas educativas no formales y formales relacionadas con la militancia feminista, a partir de los narradores de la investigación destinada a construir una educación feminista progresista y transgresora. Tiene su marco teórico-epistemológico en la perspectiva de los estudios coloniales y la Educación Popular Feminista, como crítica a la ciencia eurocéntrica y la política neoliberal conservadora. Deriva su proceso metodológico en la articulación de la investigación-educación (Josso) y la educación popular (Freire y hooks) con perspectivas feministas críticas y descoloniales (Lugones, McDowell y Gargallo), siguiendo la función social, formación y transformación humana. relaciones y su presencia en el mundo. El campo empírico parte de un corte geográfico, compuesto por un grupo de mujeres del sur de Brasil, incluyendo las ciudades de Rio Grande, Pelotas, Santana do Livramento y Porto Alegre. Todas las narradoras son educadoras y participantes de diferentes colectivos feministas, posibilitando una mirada plural del movimiento feminista en sus localidades. Finalmente, se desarrolla la tesis de que, cuando hay identificación con un grupo opresor, se crean caminos para romper con la lógica que históricamente se impuso, articulando la solidaridad encaminada a la transformación de la sociedad. Este trabajo, en su transcurso, presentó varias situaciones a lo largo de la experiencia que, como formativa, hace, deshace y rehace. Las mujeres estamos en movimiento, y la imagen de camino e intersecciones simboliza parte y totalidad, lugar y tiempo, cuestionando la prepotencia de la historia evolutiva y la arbitrariedad de la geopolítica etnocéntrica como estructuras de pensamiento de la herencia colonialista y camino a superar en el horizonte de emancipación y de justicia social.

Palabras clave: Educación transgresora. descolonial. Caminos Feministas. Investigación-formación. El cautiverio de las mujeres.

CARDOSO, Adriana Lessa. **How can we not choose the way of feminism!? Experiences of feminist educators.** Orientadora Márcia Alves da Silva. 2022. 224f. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação Universidade. Federal de Pelotas. Pelotas.

This study aims to understand the non-formal and formal educational processes and practices related to feminist militancy, built in the narrators trajectories, from the place and the daily life in its potential, planning for the construction of a progressive and transgressive feminist education. Have your theoretical-epistemological framework in the perspective of decolonial studies and Feminist Popular Education, as a critique of Eurocentric science and conservative neoliberal policy. It derives its methodological process in the articulation of research-education (Josso) and popular education (Freire and hooks) with critical feminist and de(s)colonial perspectives (Lugones, MacDowell and Gargallo), in the segment of the social function, formation and transformation of humans relationships and their presence in the world. The empirical field starts from a geographic cut, composed by a group of women from the south of Brazil, including the cities of Rio Grande, Pelotas, Santana do Livramento and Porto Alegre. All the narrators are educators and participants of different feminist collectives, enabling a plural perspective of the feminist movement in their locations. Finally, the thesis is developed that, when there is identification with an oppressive group, ways are created to break with the logic that was historically imposed, articulating solidarity aimed at the transformation of society. This work, in its course, presented several situations throughout the experience that, as a formative one, makes, undoes and redoes. People and reality are in motion, and the image of path and intersections symbolizes part and totality, place and time, questioning the arrogance of evolutionary history and the arbitrariness of ethnocentric geopolitics as thought structures of the colonialist heritage and path to be overcome on the horizon of the emancipation and social justice.

Keywords: Transgressive education. de(s)colonial education. Progressive feminism. Feminist militancy. Research-formation. Women's captivity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ato #EleNão – Largo do Mercado Central de Pelotas	31
Figura 2: Ato pela Vida das Mulheres	32
Figura 3: Maria de Lourdes Lose	123
Figura 4: Lígia Chiarelli - Biloca	124
Figura 5: Neusa Ledesma.....	126
Figura 6: Diná Lessa.....	127
Figura 7: Tatiana Ribeiro	128
Figura 8: Raquel Laurino	129
Figura 9: Jamile Wayne	130

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 AS QUESTÕES DE PESQUISA QUE ME MOVEM	16
1.2 PERCURSOS E APRENDIZAGENS: O PRINCÍPIO DA PESQUISA.....	17
1.3 A RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	25
2. ESTUDOS DE(S)COLONIAIS COMO CRÍTICA À CIÊNCIA EUROCÊNTRICA	36
2.1 PARADIGMA DA MODERNIDADE-COLONIALIDADE.....	41
3. GÊNERO, FEMINISMOS E DESCOLONIZAÇÃO	49
3.1 FEMINISMOS POSSÍVEIS: PRÁTICAS DE INSURGÊNCIA.....	60
3.2 COLONIALIDADE: GÊNERO, LUGAR E COTIDIANO	73
3.3 CAMINHOS FEMINISTAS: EDUCAÇÃO E CULTURA	82
4. CONSTRUÇÕES METODOLÓGICAS: CAMINHAR JUNTAS E CRIAR	98
4.1 PERCEPÇÕES, ESCOLHAS E VÍNCULOS: CONVERGÊNCIAS METODOLÓGICAS	98
5. PRATICANDO UMA PESQUISA FEMINISTA: PLANEJAMENTO DOS DIÁLOGOS POSSÍVEIS.....	112
5.1 DIRETRIZES E NORMAS DE PESQUISA COM SERES HUMANOS	117
6. PERCEPÇÕES PLURAIS DE EDUCADORAS FEMINISTAS E SEUS PERCURSOS	119
6.1 AS NARRADORAS DA PESQUISA E SUAS TRAJETÓRIAS: COMO TUDO COMEÇOU.....	122
6.1.1 FEMINISTAS: AS NARRADORAS DA PESQUISA.....	122
6.1.2 PERCURSOS FEMINISTAS: COMO TUDO COMEÇOU	132
6.2 PERCEPÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE SI: EXPERIÊNCIAS PATRIARCAIS	150
6.3 COMPREENSÃO E CONCEITUAÇÃO DOS FEMINISMOS	155
6.4 PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	161
6.5 FEMINISMOS E ENTRECRUZAMENTOS COM OUTROS MARCADORES SOCIAIS.....	177
6.6 EXPERIENCIANDO AS REDES SOCIAIS	185
7. PERCEPÇÃO DE SI E CONSCIÊNCIA CRÍTICA FEMINISTA - COM VOCÊS ANDEI MELHOR.....	192
8. REFERÊNCIAS	204
9. ANEXOS.....	212

1. INTRODUÇÃO

Esta tese na área de Educação é resultado de pesquisa que procurou expressar por onde percorri no empenho por formação científica e por onde pretendo seguir nos estudos feministas e de gênero, embasada na perspectiva da educação transgressora, popular e de(s)colonial. Tem como tema percursos de mulheres feministas do sul do Rio Grande do Sul, Brasil. O estudo teve o propósito de compreender os processos e práticas educativas não formais e formais relacionados à militância feminista, construídos nas trajetórias das participantes da pesquisa, a partir do lugar e do cotidiano em suas potencialidades, visando à construção de uma educação feminista progressista e transgressora.

A respeito da constituição do mapa teórico-epistemológico, desenvolvi dois capítulos. O capítulo “Estudos de(s)coloniais como crítica à ciência eurocêntrica”, que aborda concepções teóricas e epistemológicas outras, fazendo uma crítica ao sistema mundo colonial de gênero, classe e raça, entre outros marcadores sociais, e suas implicações com as desigualdades e opressões que foram aprofundadas no denominado paradigma da modernidade-colonialidade. Esse capítulo como base fundamentadora pesquisadoras e pesquisadores, como Ramón Grosfoguel (2016), Ochy Curiel (2007), Paulo Freire (1980), María Lugones (2014), Marcela Lagarde y de los Ríos (2000; 2015), entre outras/os. O capítulo seguinte constitui o mapa teórico, “Gênero, feminismos e descolonização”, e parte de pesquisadoras feministas como Marcela Lagarde y de los Ríos (2015), bell hooks¹ (2019), María Lugones (2020), entre outras. Essas autoras me permitiram compreender e aprender sobre e com mulheres feministas ensinando (ou teorizando ou escrevendo) com consciência crítica a respeito das opressões cotidianas do sexismo e que buscam mudar a si mesmas e a sociedade.

Entendo que para se constituir uma feminista é preciso indignação e enfrentamento com o contraditório, com o que foi feito de nós historicamente, pois o feminismo significa uma práxis educativa de transformação social singular-plural.

¹ Pseudônimo de Gloria Jean Watkins, inspirado em sua avó materna. É uma homenagem as mulheres fortes, e grafado em letras minúsculas para deslocar o foco da figura autoral para suas ideias.

Pressuponho que para nós, mulheres feministas, é importante conhecermos a nós próprias e a realidade concreta do mundo, aliadas a uma prática transformadora. Apresento, no desenvolvimento teórico ao longo do texto, várias definições e concepções de feminismos que servem de campo situacional e espectro de configuração da tese.

O mapa teórico também contribuiu para organizar/selecionar as mulheres colaboradoras da pesquisa – Maria de Lourdes Lose, Neusa Ledesma, Lígia Chiarelli - Biloca, Diná Lessa, Raquel Laurino, Tatiana Ribeiro e Jamile Wayne, que aceitaram usar seus nomes verdadeiros. Essas mulheres se denominam feministas e possuem alguns de seus direitos assegurados, como, por exemplo, trabalho formal, moradia, acesso à educação. A maioria delas é professora ou trabalha com educação não formal, portanto, ocupam um espaço de trabalho precarizado, com falta de infraestrutura, excesso de atividades, baixos salários, pouco reconhecimento e respeito, situação muito conhecida em todo o país. Quanto ao recorte geográfico, são mulheres do sul do Brasil, das cidades de Rio Grande, Pelotas, Santana do Livramento e Porto Alegre. Todas são participantes de diferentes coletivos feministas, possibilitando uma perspectiva plural do movimento feminista em suas localidades de atuação.

Ainda consonante com o mapa teórico, o processo metodológico articulou a pesquisa (auto)biográfica com a educação popular de perspectivas feministas críticas e de(s)coloniais no seguimento da função social, formação e transformação das relações humanas e de sua presença no mundo. Um dos pontos de convergência entre as perspectivas metodológicas são os meios de produção de dados, em que as mulheres envolvidas na pesquisa narram suas experiências e não são tidas apenas como fontes, mas também como relações humanas produtivas e educativas. A teorização potencializou a ideia de criação e recriação do sentido do nosso ser no mundo.

O capítulo “Percepções plurais de educadoras feministas e seus percursos” se dedica às análises do conjunto de informações, conhecimentos e saberes. O percurso se consistiu em categorizar e produzir temáticas para interpretação e compreensão da realidade vivenciada. As temáticas foram denominadas:

trajetórias de atuação; percepção de si; consciência crítica feminista; práticas de ensino; feminismos e seus marcadores sociais; uso das redes sociais.

As temáticas são percorridas em sequência. Começo com as narradoras da pesquisa e seus percursos, ao apresentar como se deu a inserção delas nos movimentos sociais e movimentos feministas. Essa inserção ocorre com diferenciação geracional, pois algumas dessas mulheres iniciaram sua militância no contexto ditatorial e outras, já na democratização. As duas gerações viveram situações muito diferenciadas em relação às pautas feministas, bem como ao acesso a informações e conhecimentos.

A seguir, escrevo sobre os sentidos múltiplos de existencialidades: patriarcado e seus próprios cativos. No sentido de aprofundamento teórico, instigado pelo estreitamento das relações com o grupo, discorro sobre situações de machismo e consciências de suas próprias opressões e o quanto elas precisaram se perceber cativas da cultura patriarcal para caminhar em busca de uma cultura – a cultura feminista. Começo a desenvolver a noção de que quando nos sentimos identificadas num grupo de opressão e cativas, criamos meios de romper com a lógica que nos foi imposta historicamente, não só articulando a solidariedade, mas a direcionando para a transformação da sociedade.

A argumentação segue na necessidade de precisar sobre quais feminismos estamos construindo e de aguçar a crítica quanto ao distanciamento de várias noções do que seja feminismo. Ao sistematizar as concepções de feminismos das narradoras, pude enfatizar a ideia de construir uma humanidade para as mulheres e os sujeitos do patriarcado, e assim refletir sobre as aprendizagens feministas em relação à pluralidade dos movimentos sociais feministas e às diversas construções teóricas.

Adiante decidi, na aproximação concêntrica, abordar práticas de ensino na educação formal e não formal. Esse espaço oportunizou observar as práticas educativas que as narradoras demonstraram produzir nas salas de aula e em lugares não formais. São nas suas experiências cotidianas de trabalho que elas se propõem a práxis feminista, devido aos temas que se atravessam na escola e na vida cotidiana. Mais uma vez recorro à educação popular e, com base nas

narrativas, abordo a concepção de inconclusão e inacabamento como condição ontológica do ser humano.

Como já mencionado, a crítica de(s)colonial fortalece a análise. Guiada por uma escuta aprendiz, enfatizo a teorização e o movimento feminista negro, que tem acentuado a pauta antirracista. A perspectiva antirracista se destacou nas narrativas e indica vir auxiliando as narradoras a produzir uma educação transgressora e como prática de liberdade.

Por fim, decido ouvir suas experiências sobre as redes sociais. A teorização se incorpora às narrativas sobre a militância, ao uso das redes sociais e aos recursos da internet como um todo. As narradoras se mostram cautelosas com as redes sociais, visto que é um meio de informação e desinformação, e muitas vezes se transforma em um espaço de opiniões e não de diálogo e construção.

1.1 As questões de pesquisa que me movem

As perguntas de pesquisa e os, os objetivos da investigação são importantes para edificar a tese, com base no que Freire (1996) chamou de curiosidade epistemológica, que me inquieta e me coloca em movimento para aprender e refletir no, para e com o mundo. A intenção de definir questões deve ser entendida como algo provisório e uma maneira de conduzir os objetivos propostos, e não como um modelo restritivo que limita o caminhar da pesquisa. Assim, a partir do tema, mulheres feministas e minhas atuações como docente e militante feminista, passei a perguntar sobre como nos tornamos educadoras feministas, e de que maneira essas experiências podem contribuir para uma educação feminista progressista e transgressora?

Para cumprir com esses propósitos, tive como objetivo geral identificar e compreender os processos e práticas educativas não formais e formais relacionados à militância feminista, construídos nos percursos de educadoras feministas participantes da pesquisa, a partir do lugar e do cotidiano em suas potencialidades, visando à construção de uma educação feminista progressista e transgressora.

Como objetivos específicos busquei: compreender os espaços-tempos de atuação feminista sob o enfoque do entrecruzamento do lugar e do cotidiano; conhecer as motivações que levam as mulheres a lutar para o empoderamento social seu e de outras mulheres; construir conhecimento com as experiências pesquisadas, buscando a elaboração de encaminhamentos para a atuação feminista que busca atender às diferentes necessidades das mulheres.

1.2 Percursos e aprendizagens: o princípio da pesquisa

Tenho medo de escrever. É tão perigoso. Quem tentou sabe...Escrever é pedra lançada no poço fundo.

Clarice Lispector

Conheci os estudos feministas e o pensamento de Freire de maneira fraturada, era algo que não dialogava na minha formação, pois cursei Licenciatura em Geografia com estrutura curricular disciplinar. Estudávamos Freire nas disciplinas voltadas ao ensino. Sobre feminismo, realizei leituras fora da grade curricular, num projeto em que trabalhei como bolsista voluntária. Essa pesquisa discutia sobre estudos de gênero e feminismo na América Latina. Assim, aos poucos, fui conhecendo o tema e me percebendo sujeitada ao patriarcado, por isso cada vez mais fiquei instigada a aprender e a me transformar.

A Geografia, por ser um campo científico que objetiva a complexidade do mundo e aproxima diversas áreas do conhecimento, me ajudou bastante a perceber que o mundo tinha suas diferenças profundas. E, apesar de ser vista como uma mulher branca, mas com fisionomia latina, sofria diversas opressões de gênero, classe social e idade, pois ingressei na universidade aos 30 anos, oriunda de escolas públicas rurais que, basicamente, não destinavam suas/seus alunas/os ao ensino superior². Por isso, neste início de formação profissional e transformação pessoal, busquei desenvolver trabalhos voltados à minha condição social, em que

² A realidade experienciada leva em consideração o contexto de exclusão ao ensino superior que vivíamos, diferentemente da atualidade em que houve aumento de vagas, implementação de política de cotas e uma série de incentivos para que filhas/os de trabalhadoras/es acessassem a universidade como um direito.

a educação, seja institucional ou não, é meio de conscientização corporal, de empoderamento social e político.

Aproximei-me da educação popular mais efetivamente participando de pesquisas na comunidade de pescadores/as artesanais na zona portuária da cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, os quais estavam em processo de remoção de suas casas e local de trabalho, devido à ocupação irregular em área de risco. Essa experiência embasou minha pesquisa de conclusão de curso na Geografia, na qual estudei a importância do lugar de moradia e trabalho para as/os pescadoras/es e como se dava a divisão sexual do trabalho naquela comunidade. O trabalho de pesquisa viabilizou que eu aprendesse sobre resistência com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e os embates do planejamento urbano, pois de um lado se encontrava a comunidade de pescadoras/es artesanais e do outro, um grande projeto de desenvolvimento econômico internacional.

Nesse confronto, a única possibilidade das pessoas foi resistir à remoção para obter o melhor benefício. Como haviam poucas/os moradoras/es, só conseguiram resistir com o apoio do MNLN que, além das formações de empoderamento social, contava com técnicos para auxiliar as/os moradoras/es. Nesse sentido, as concepções de empoderamento social e de práticas de resistência perpassaram minha trajetória e tive como objetivo aprofundá-las ao longo dos estudos necessários para concluir esta tese.

Após concluir a graduação, ingressei no curso de Mestrado em Geografia e realizei uma pesquisa com mulheres trabalhadoras do Polo Naval na cidade do Rio Grande, concluindo que mesmo que haja muitas conquistas das mulheres em relação ao local de trabalho, os mitos e preconceitos que cercam o trabalho feminino coexistem com as conquistas por igualdade de direitos. Nessa pesquisa, pude analisar a existência da precarização do trabalho devido à insuficiente inclusão feminina e à escassa disponibilidade de trabalhos mais valorizados (seja socialmente ou por remuneração).

Avaliei que os empregos do Polo Naval não estavam de acordo com as diretrizes do trabalho decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e

nem com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)³. O empreendimento parceria público-privado (PPP) do Polo Naval no período estudado apresentou fortes características da divisão sexual do trabalho advinda da hierarquia e da separação de funções mais privilegiadas. Ainda que mulheres acessassem alguns postos de trabalho, estes não se caracterizavam com igualdade de gênero, além de apresentarem características de oficinas guetos. Oficinas guetos é o conceito desenvolvido por Hirata (2002) para exemplificar as dinâmicas de gerenciamento que se dá no interior das fábricas, fazendo uma separação e hierarquização por gênero a partir da demanda dos postos de trabalho, ao determinar funções e setores por sexo e gênero.

Após concluir o Mestrado, iniciei a trabalhar como professora-pesquisadora bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) da Universidade Aberta do Brasil (UAB), na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Curso de Pedagogia a Distância (CLPD). Nesse trabalho, a princípio me afastei dos estudos de gênero e sexualidade, me dedicando mais ao campo da educação com ênfase nas aprendizagens e na educação popular.

O afastamento não durou muito tempo, pois, como trabalhávamos com educação popular, estabelecíamos diretrizes para ensinar a partir da realidade concreta das alunas, e essa realidade me chamou novamente para a importância de retomar os estudos feministas. Conheci muitas alunas que tinham uma trajetória de vida bastante parecida com a minha e a de outras mulheres. Apareciam muitos problemas que no enfoque dos estudos feministas eram narrados, desde não estudar na “idade certa”, como ser a única responsável por prover o sustento e o cuidado das/dos filhas/os, impossibilidade de acesso ao ensino superior, não receber apoio familiar para se qualificar, valorização do Homem⁴ como provedor e reprodução dos estereótipos de gênero.

³ PAC – Programa de crescimento econômico originado no governo do Partido dos Trabalhadores. O programa previa o desenvolvimento econômico do país e a geração de mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades e de tratamento.

⁴ Utilizo Homem com ‘H’ maiúsculo para me referir ao sujeito masculino universal. Não compactuo com generalizações, visto que o patriarcado oprime homens e mulheres, contudo, alguns homens se beneficiam bem mais da posição de masculinidade.

Dessa forma, foi na trajetória acadêmica que me tornei mais sensível às diversas opressões e discriminações que nós mulheres sofremos. Passei a me perguntar sobre os tipos de opressão e referências que marcaram as minhas escolhas profissionais e se realmente o feminismo seria um caminho de transformação social.

Para responder a esses questionamentos, considero importante trazer minha experiência pessoal familiar, pois pensar sobre e com as mulheres requer um vínculo forte de percepção familiar, já que estamos, cotidianamente, nessa intersecção entre o público e o privado. A relação com a família, principalmente com minha mãe, dona Daysi, se transformou conforme fui aprendendo sobre o feminismo. Já estudante de graduação, tinha com ela uma relação ambígua; foi no processo dos estudos feministas que a olhei de modo diferente, percebendo-a enquanto mulher forte e trabalhadora, pois cumpria a tripla jornada de trabalho. Sempre dedicada à família, pouco pensava em si, uma madrespota⁵, para usar uma categoria presente na obra de Lagarde y de los Ríos (2015). Passou sua infância e juventude no meio rural, foi proibida por seus pais de ir à escola. Por ser mulher e pobre, não poderia caminhar sozinha na rua para chegar à escola, diferente dos irmãos que tiveram acesso. Alfabetizou-se sozinha nos cadernos dos irmãos, sendo educada desde tenra idade para o trabalho doméstico e para assumir quase que exclusivamente os cuidados das/os filhas/os e marido.

Meu pai, homem trabalhador assalariado do agronegócio, também não frequentou a escola. Sua única opção de sobrevivência seria trabalhar como peão nas lavouras de arroz da região sul do Rio Grande do Sul; nesse tipo de trabalho, ele migrou de São Lourenço do Sul para Santa Vitória do Palmar, lugar onde cresci. Ele sempre recebeu um salário mínimo e, juntamente com minha mãe, tinha uma horta para ajudar nas despesas familiares com alimentação. De acordo com a demanda do trabalho, migrava com a família, e novamente começava sua

⁵ Lagarde y de Los Ríos (2015), desenvolveu a categoria cativos das mulheres, para demonstrar as opressões e discriminações a que as mulheres são submetidas na cultura patriarcal, sexista e de classe. Ela afirma que todas as mulheres são cativas, sejam, as madrespotas, as putas, as monjas, as presas ou loucas. Apesar de suas diferenças culturais, todas têm sua sexualidade dominada e transformada em uma existência para os outros e não para si. Adiante vou discorrer mais sobre os cativos das mulheres.

plantação de alimentos e árvores. Acreditava na ideia de que a casa tinha que ter sombra para descansar à tardinha, após chegar da lavoura.

Apesar de não saber ler e escrever, percebia o quanto ele era, de certo modo, politizado, no sentido ambiental e das condições de trabalho, pois lutava por um trabalho que permitisse acessar os direitos sociais trabalhistas que sabia ter sido uma conquista da classe trabalhadora e que as condições de saúde, no sentido amplo, eram tão importantes quanto a remuneração⁶. Como homem simples do interior, reproduzia, em certa medida, a lógica patriarcal em relação à família, entretanto, não lembro de ele ser um homem violento e agressivo, muito pelo contrário, lembro que ele adorava dançar e cantar. Contudo, as atividades domésticas e de cuidado eram executadas por minha mãe, que ‘transferia’ a maioria das atividades para mim e minhas irmãs, tendo em vista que ela também trabalhava fora.

Muitas coisas que aconteciam, eu não conseguia compreender, como por exemplo, minha mãe mudar do espaço rural para o urbano depois do falecimento de meu pai. Hoje percebo que sopraram ventos de libertação, pois mudou-se para a cidade, onde considerava que os serviços e informações eram mais fáceis de acessar. Trabalhava como empregada doméstica e, para aumentar a renda familiar, fazia bolos e tortas por encomenda, chegando a comprar uma casa própria financiada com essa atividade. Antes, meu pai, como um trabalhador assalariado, nunca permitiu. Realmente proibia até mesmo a possibilidade de sonhar, pois considerava que “isso de casa própria não é para a gente”. A dona Daysi provou que ele estava equivocado.

Ao contar esses detalhes da vida familiar, o objetivo não é julgá-lo como um homem mau, muito pelo contrário, quero dizer que a ideologia dominante⁷ massacra até os sonhos dos trabalhadores. Apesar das dificuldades, de certa forma, a dona Daysi conquistou um empoderamento individual e familiar, mas

⁶ Neste período, ainda não existia o SUS na modalidade que conhecemos hoje, com acesso à saúde para todos.

⁷ A ideologia dominante naturaliza os modos de viver de acordo com uma “elite” que determina os modos de ser para se beneficiar. As pessoas ao reproduzirem essa ideologia se sentem culpadas e tendem a olhar a falha no indivíduo e não na relação social exploradora que a ideologia dominante produz (JOHNSON, 1997).

difícilmente tinha tempo para o lazer ou participava de reuniões de bairro ou de sindicatos. Cabe destacar que em uma cidade pequena os sindicatos das/os trabalhadoras/es não são bem vistos, os sindicatos mais populares e frequentados são os sindicatos patronais.

A economista feminista Cristina Carrasco (2002), ao desenvolver sua pesquisa sobre trabalho feminino e sustentabilidade da vida, considera que as mulheres são sobrecarregadas com o tempo de cuidado e trabalho reprodutivo, sendo forçadas a abrir mão dos tempos de ócio e participação política. Desse modo, minha mãe não conseguiu se distanciar da lógica patriarcal, pois não teve acesso às lutas das mulheres e nem às de classe. No entanto, ela foi uma mulher incrível e sua história de vida poderia inspirar muitas mulheres, mas isso não a torna uma mulher feminista pois, no meu entendimento, uma mulher se constrói feminista em conjunto com outras mulheres, lutando não só para seu empoderamento individual, mas para o empoderamento de todas as mulheres, ainda que esse “todas” signifique sua comunidade mais próxima. Se, por um lado, a história da minha mãe jovem parece estar no passado distante, durante o período em que atuei como professora no curso de Pedagogia, muitas alunas de alguma maneira vivenciavam essa experiência de *madresposa*. Isso me levou a retomar os estudos feministas, e perceber no feminismo uma saída, um sentido ético para a docência crítica e transgressora, uma docência com sentido concreto de transformação social.

Outro projeto em que atuei como colaboradora e que teve um significado importante à teorização, cultura e aos conceitos para minha prática docente foi o Observatório de Gênero e Diversidade da UFPel⁸. Entre as atividades que realizei, destaco a participação em uma disciplina presencial colegiada (e de amplo acesso), organizada por módulos, no qual fiquei responsável juntamente com mais duas professoras, pelo módulo denominado Divisão Sexual do Trabalho. Ministras aulas para alunas/os de diferentes áreas do conhecimento tornou-se um desafio, pois foi

⁸ Para saber mais sobre a trajetória do Observatório, ver o artigo desenvolvido pela Profa. Márcia Alves da Silva denominado *A incorporação da temática de gênero e diversidade na academia: por uma ecologia de saberes na universidade*. Educar em Revista, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 293-307, jul./ago. 2018.

necessário muito estudo, aprendizagem e aprofundamento didático sobre os conhecimentos de feminismo, de gênero, sexualidade e divisão sexual do trabalho.

Estar em sala de aula pressupõe estar aprendendo a fazer, estar de frente com as perguntas inesperadas e com os olhares sejam quais forem, de quem acha fácil, não entende, opõe resistência e/ou indiferença. Isso nos leva a um esforço intelectual de pesquisa e redescoberta. Neste sentido, essa disciplina em especial teve um significado diferenciado, por ser a primeira disciplina sobre um tema que eu achava ter amplo conhecimento, iniciado na graduação, já que foi tema de minha dissertação de mestrado, tornando-se oportunidade de fazer boa reflexão da experiência de pesquisar e ensinar.

Em 2017, foi criado o grupo de pesquisa do CNPq D'Generus – Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero, no qual passei a aprender mais sobre ensino, pesquisa e extensão. O núcleo de estudos atua principalmente nas temáticas de gênero e diversidade, incluindo pesquisadoras/es tanto da UFPel como também de outras instituições. Dessa forma, o grupo busca fomentar a implementação de ações de pesquisas interdisciplinares de forma mais organizada e sistematizada, ampliando e melhor qualificando sua atuação.

As linhas de pesquisa se organizam em: a) A educação do campo, o campo e a comunidade: sujeitos, currículos e cultura; b) Arte, literatura e gênero; c) Corpo, sexualidade, gênero, reprodução e saúde; d) Cultura e violência de gênero; e) Estudos feministas e de gênero; f) Gênero e trabalho; h) Gênero, raça e etnia; i) Gênero, sexualidade e educação⁹. Neste meio, percebi a necessidade de estar vinculada a um coletivo de mulheres. Foi quando surgiu a oportunidade de participar da União Brasileira de Mulheres (UBM)¹⁰, movimento no qual venho desenvolvendo atividades de formação feminista e participando de ações sociais¹¹. A UBM trabalha numa perspectiva emancipacionista do movimento feminista.

⁹ Para conhecer mais sobre o D'Generus, ver a página <https://wp.ufpel.edu.br/dgenerus/linhas-de-pesquisa/>.

¹⁰ A UBM – União Brasileira de Mulheres é uma entidade nacional, fundada em 1988. Sem fins lucrativos, sua missão consiste na luta pelos direitos e emancipação das mulheres, visando à construção de um mundo de igualdade e contra todas opressões. Para conhecer mais sobre, acessar a página no Facebook: <https://www.facebook.com/ubmrs/>.

¹¹ Em anexo apresento um álbum de fotos com diferentes momentos da minha participação e organização na militância feminista.

Objetiva a luta por democracia e pelos direitos humanos, incluindo pautas mais específicas como erradicação do patriarcado, da miséria e segregação de gênero, classe, raça, sexualidade, entre outras pautas.

Neste espaço, busco uma práxis para fortalecer a militância social e os estudos feministas. Gohn (2011) considera que os movimentos sociais são um grande celeiro da educação não formal, especialmente os movimentos que atuam no campo da resistência. Para a autora, a educação não formal é aquela que se aprende no mundo da vida, por meio de processos de compartilhamento de experiências (GOHN, 2010 e 2011). Neste espaço-tempo educativo, tenho procurado articular redes colaborativas com a educação não formal e a formal.

Ensinar e pesquisar me levaram a me perguntar quais os feminismos deram sentido à minha prática. Tenho pensado que o feminismo é um processo de desaprender e aprender, e nessa caminhada fui aos poucos me afastando do feminismo liberal e eurocêntrico, passando a me identificar com a perspectiva feminista crítica e descolonial, de caráter socialista, transgressora e interseccional. Acredito que preciso escutar e respeitar as diferentes maneiras de estar no mundo. No meu entendimento, o feminismo, enquanto movimento social que se amálgama com diversos modos de compreendê-lo, faz pensar na minha vida e na vida de outras mulheres que experienciaram e experienciam situações de subalternização e transgressão. Narrar histórias desse microuniverso de mulheres que lutam conscientemente contra sua condição de opressão e/ou discriminação revelou que os modos de opressão sexistas, patriarcais, heteronormativos, racistas e de classe social ainda não foram superados e os poucos avanços estão sempre ameaçados pelo conservadorismo, no contexto local, nacional e também mundial.

Na minha trajetória de feminista, ou melhor dizendo, enquanto me constituo feminista, acredito que este é um caminho sem volta; às vezes doloroso, em outros momentos um processo que é o único caminho possível, e uma luta em que as escassas conquistas são celebradas com entusiasmo. Neste caminho, pude observar muitas ações e práticas feministas que não ganhavam o devido destaque para que fossem ampliadas, sendo invisibilizadas pela própria dinâmica patriarcal. As ações que mais aparecem se tornam meios de incentivo à economia neoliberal

e/ou à barganha política por voto. Michele Perrot (2005) nos diz que as mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas. Na mesma linha, Heleieth Saffiotti (2004) considera que são necessários muitos estudos sobre as mulheres, para as mulheres e com as mulheres, elas como protagonistas, sujeitos e não como objeto, já que a atuação delas sempre foi pouco reconhecida. Esta tese se alinha a essa perspectiva.

1.3 A relevância do estudo

A caça às bruxas foi um momento decisivo na vida das mulheres.

Silvia Federici

Venho realizando estudos feministas e tensionando minha prática numa perspectiva de(s)colonial, o que tem significado como paradigma científico abandonar a lógica dicotômica objeto *versus* sujeito. Por isso, neste estudo, fui buscando colaboradoras como protagonistas e também meu próprio protagonismo. Afastei-me da possibilidade de pesquisarsobre a vida das mulheres feministas e me propus principalmente a ver e dar a ver os caminhos já percorridos por nós mulheres feministas.

Entendo que não saberei absolutamente o quanto foi possível detectar das práticas das colaboradoras da pesquisa junto ao desenvolvimento da consciência da minha formação, mas me propus o desafio de ingressar numa práxis: aprender, desaprender, aprender, ensinar e aprender novamente. Justifico aqui a escolha de mulheres feministas, pois o pensamento crítico e de(s)colonial, segundo Camila Penna (2014), seria um deslocamento do lugar de fala, tendo em vista que uma leitura geográfica busca uma referência. Para configurar o meu projeto de tese, a abordagem se voltou ao sul do Brasil e, mais especificamente, ao estado do Rio Grande do Sul.

A respeito das ordenadas dos pontos cardeais em suas longitudes no planeta, Boaventura dos Santos (2010) apresenta a concepção de linha abissal, uma metáfora para deslocar o conhecimento científico da modernidade, onde o Norte se apresenta como universal e o Sul como inexistência. A linha abissal, sendo

uma metáfora, pode ser utilizada para explicar o conhecimento produzido nas denominadas periferias e/ou margens e por uma perspectiva transgressora, na qual podemos explicar a re-existência de fazer outra ciência que não se pretende universal e nem totalizadora. Ao valorizar a existência cotidiana de meios para criar e recriar modos de compreender e solucionar nossos problemas sociais, nego o localismo e dou ênfase a um conhecimento situado, que não é universal, eurocêntrico, colonizador, masculino, branco e heterossexual. Assim, compreendo a teorização aqui praticada como práxis no sentido social, cultural e educativo.

Entendo que boa parte da relevância social desta pesquisa se justifica pela valorização das práticas feministas e suas ações sociais desenvolvidas por mulheres feministas que vivem no sul do país, pois muitas vezes não lhes é dada a devida atenção, além do que, ao amplificar falas originadas de lugares não privilegiados e habituais, evita-se a manutenção de linhas abissais entre as grandes cidades e o interior. Pude perceber que a mobilização social se faz em várias frentes e diferentes lugares, atualmente com amplo auxílio das redes sociais, mas não exclusivamente por elas. Temos muitos registros científicos de avanços das lutas feministas no âmbito nacional e internacional. Num modo sintético de redizer, neste estudo busquei registrar e aprender no âmbito local uma práxis feminista e suas relações com os movimentos feministas nacional e internacional. As lutas de resistência das mulheres se mostraram interligadas, mas não em todas as suas ações, principalmente as ações que ocorreram no âmbito local.

Ao refletir sobre as dimensões mais abrangentes, sejam de média ou ampla extensão, podemos citar algumas ações históricas como o sufrágio feminino, luta pela democratização do país, embates dentro dos partidos políticos por participação e o direito às cotas de candidatas, criação dos conselhos das mulheres, enfim, a lista de conquistas é grande, e o esforço de mulheres para essas conquistas não tem como medir. No entanto, as enumerações apesar de serem concretas e servirem como marcos na construção do feminismo, desencadeiam consequências ou reações que, muitas vezes, não comportam que se pense em progresso linear e não recuável. Os avanços não são isentos de relativização das prioridades, quando um encaminhamento não é sinceramente negado, mas tem sua resposta colocada numa abstrata ou indefinida, certamente morosa, fila de espera.

Eva Blay (2017), relatando uma reunião que ocorreu por volta dos anos 1980 no momento da criação de um Conselho Estadual da Mulher, observou que um candidato a governador de São Paulo concordava com a proposta, contudo deixou claro, bem claro na verdade, que as solicitações e diretrizes para a consolidação de políticas públicas para as mulheres não poderia onerar o Estado. Essa prática de não onerar o Estado é fortemente presente até os dias atuais, e exemplifica que os discursos se transformam, são mais elaborados conforme as mulheres fazem pressão para políticas públicas, mas os governantes tentam escapar.

Como exemplo local de lutas feministas que venho acompanhando enquanto militante, posso citar a mobilização para que a Delegacia da Mulher na cidade de Pelotas amplie seu horário de funcionamento, considerando que atualmente funciona apenas em horário comercial. Mesmo com a mobilização de movimentos sociais e com abaixo-assinado, em que a população entendeu ser fundamental seu funcionamento 24 horas e toda a semana, ainda não conseguimos concretizar estes objetivos. E se trata de um município de 328.275 habitantes, sendo 53 % formado por mulheres¹².

Dessa forma, mesmo que a renda *per capita* tenha aumentado nas últimas duas décadas – de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano¹³ –, talvez os gestores públicos ainda digam e acreditem que seu funcionamento oneraria o Estado, o que não é diferente nas cidades vizinhas.

A luta pela implementação das Delegacias da Mulher é emblemática, sua importância se dá pela percepção da grave situação de violência contra as mulheres. Para exemplificar, selecionei dados dos municípios de Pelotas e Rio Grande, destacados no quadro abaixo.

¹² Fonte: IBGE Cidades, <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12/11/2019.

¹³ Fonte: Atlas de desenvolvimento Humano, http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pelotas_rs. Acesso em: 12/11/2019.

**Quadro 1: Indicadores de violência contra a mulher, nos Municípios de Pelotas e Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.
Período 2012 até agosto de 2019.**

Lesão corporal								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Pelotas	899	822	854	708	696	811	670	413
Rio Grande	534	577	584	617	528	544	482	311
Rio Grande do Sul	27.129	26.136	25.538	24.538	22.595	22.960	21.815	13.410
Vítimas de ameaça								
Pelotas	1128	1098	1.223	988	996	1.131	1.011	607
Rio Grande	686	589	741	713	630	593	589	433
Rio Grande do Sul	46.974	45.887	46.430	44.805	41.118	37.946	37.623	24.471
Vítimas de estupro								
Pelotas	25	36	28	28	38	54	51	20
Rio Grande	0	0	1	0	0	22	28	12
Rio Grande do Sul	1.436	1.421	1.369	1.426	1.425	1.661	1.712	981
Feminicídio consumado								
Pelotas	03	02	02	04	0	01	07	02
Rio Grande	0	00	03	01	03	0	03	01
Rio Grande do Sul	142	92	75	99	96	83	117	73

Feminicídio tentado								
Pelotas	-	05	11	10	02	06	09	07
Rio Grande	-	11	07	07	06	06	10	04
Rio Grande do Sul	-	229	286	311	263	322	355	246

Fonte: SIP/PROCERGS¹⁴ (2019). Elaboração: Adriana Lessa Cardoso.

¹⁴ Fonte: Secretária Pública do estado do Rio Grande do Sul, <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em 05/10/2019.

De acordo com os dados coletados, o cenário de violência contra as mulheres apresenta instabilidade de um ano para outro, principalmente nos casos de vítimas de ameaça. Percebe-se também a diminuição de casos de lesão corporal e o crescimento em relação a vítimas de estupro e feminicídio consumado e tentado.

Destaco que os municípios têm uma população estimada de 342.405 pessoas em Pelotas e 211.005 em Rio Grande¹⁵, e cada município tem uma única Delegacia da Mulher. Mais problemático ainda é o seu funcionamento ocorrer apenas em horário comercial e além disso, em Pelotas, a localização ficar em um bairro distante do centro, o que dificulta o acesso, principalmente para mulheres pobres, que moram na periferia ou em regiões não urbanas.

Os dados nem sempre correspondem à realidade, pois muitas mulheres não acessam a rede de proteção, mas eles não deixam de ser um indicativo de que a violência está presente, além de confirmar um panorama que extrapola a situação proximal. Os serviços prestados para a comunidade precisam ser mais efetivos, as mulheres que vivem nas zonas rurais, por exemplo, têm pouco acesso às políticas de combate à violência contra as mulheres, ficando mais expostas e suscetíveis.

Aqui talvez caiba uma pausa para uma reflexão voltada ao presente, para cogitar, clarificar e materializar entendimentos. Os movimentos sociais, que nos últimos anos vêm tendo mais visibilidade junto à população, nem sempre alcançam e/ou conseguem se comunicar com alguns grupos e/ou indivíduos. Porém, desde a campanha para eleição presidencial no período de 2017-2018, tem ocorrido certa articulação entre os diversos movimentos sociais para tentar barrar a forte onda conservadora e retrógrada que estamos vivenciando. A campanha presidencial teve forte apelo ao sistema neoliberal, patriarcal e racista por partidos de extrema direita. Foram divulgados em redes sociais e na própria campanha política muitos discursos de ódio e reforço de estereótipos de gênero, principalmente pelas igrejas fundamentalistas neopentecostais ligadas a partidos de extrema direita. Em resposta a essa política crescente e ameaçadora, mulheres de todo o país realizaram atos de resistência, movimento que ficou conhecido como #EleNão¹⁶. O movimento em seguida ganhou a adesão de vários setores da sociedade.

¹⁵ Fonte: IBGE Cidades - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em: 05/10/2019.

¹⁶ Céli Regina Jardim Pinto, da Federal do Rio Grande do Sul, se debruçou sobre a história do feminismo no Brasil e afirma que o #EleNão de 29 de setembro foi a maior manifestação de mulheres da história do país. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>.

Em Pelotas, diversas entidades ligadas aos movimentos sociais e trabalhista, bem como grupos feministas, LGBTQIA+, povos originários e o movimento negro se articularam e realizaram uma grande mobilização, denunciando o que entendemos por violência patriarcal, heteronormativa e racista. Se, por um lado, há uma pressão conservadora, por outro, existe uma forte resistência e aumento de mulheres no envolvimento com a militância feminista. Antigos grupos se fortaleceram juntamente com jovens estudantes secundaristas e universitárias. Outro exemplo de fortalecimento foram as ocupações nas escolas secundaristas em que as estudantes se tornaram protagonistas, trazendo a pauta feminista nos espaços escolares.



Figura 1: Ato #EleNão – Largo do Mercado Central de Pelotas

Fonte: Acervo da pesquisadora Márcia Alves da Silva

Ainda nesta relação de mobilização por políticas públicas, acompanhei a mobilização pela vida das mulheres pelotenses, onde vários coletivos feministas e mulheres independentes se reuniram para exigir providências da Prefeitura Municipal de Pelotas sobre a suspeita de fraude em exames de pré-câncer Papanicolau. O problema ocorreu após denúncias de os exames informarem resultados de falso negativo, casos ocorridos em uma UBA (Unidade Básica de Saúde). Essa mobilização, além de atos e audiências públicas, contou com forte divulgação nas

redes sociais com a *hashtag* #PelaVidaDasMulheres¹⁷, ecoando em reportagens de jornais de divulgação local e nacional¹⁸ e audiências públicas na Câmara de Vereadores.

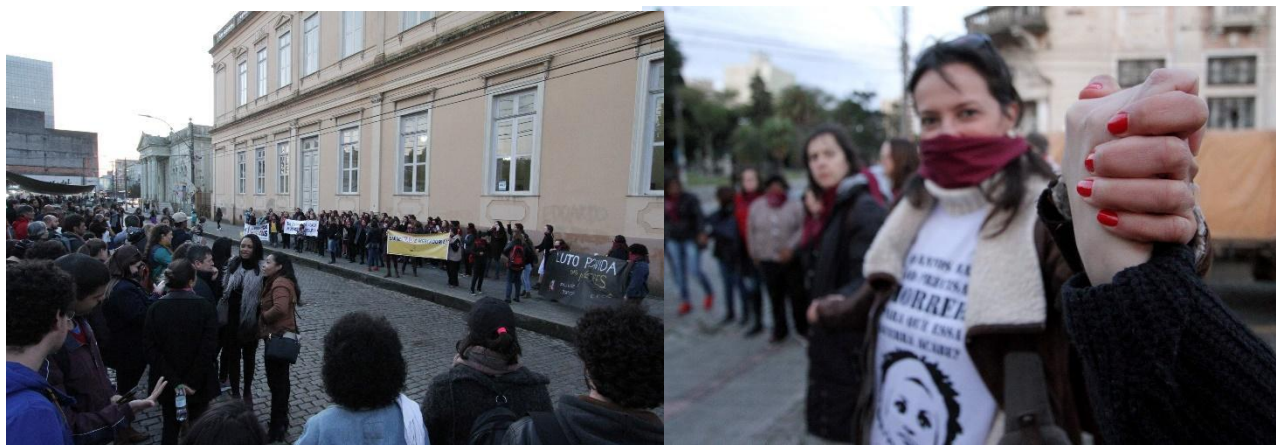


Figura 2: Ato pela Vida das Mulheres

Fonte: Página 8 M #PelaVidaDasMulheres

A campanha do tradicional *8 de março (8M)* também reuniu mulheres de diferentes coletivos feministas para organizar um dia de celebração das conquistas, mas principalmente serviu para denunciar abusos de poder, desmonte da educação e clamor por justiça para as mortes de Marielle Franco e Anderson Silva¹⁹, assassinados

¹⁷ Para ver notícias, repercussão do caso, bem como a audiência pública acessar: <https://www.facebook.com/pelavidadasmulherespelotenses/>

¹⁸ Ver notícia veiculadas em:

a) Jornal Pensamento - Jornalismo e direitos humanos, 05 de outubro de 2018, intitulada “Exames de câncer em Pelotas eram feitos por amostragem?”. Disponível em: <https://pensamento.org/exames-de-cancer-em-pelotas-eram-feitos-por-amostragem-investigacoes-seguem/>. Acesso em:

b) Jornal G1, 17 de julho de 2018, “CPI é aberta para investigar suspeita de fraude em exames contra o câncer em Pelotas. Disponível em: G1 – RS <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/cpi-e-aberta-para-investigar-exames-contra-o-cancer-em-pelotas-medicos-alertaram-prefeitura-ha-1-ano.ghtml>. Acesso em:

c) Jornal Diário Popular, 29 de novembro de 2019 “Em vigília por resposta à suspeita de fraude nos exames de pré-câncer. Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/geral/em-vigilia-por-respostas-a-suspeita-de-fraude-nos-exames-de-pre-cancer-146908/>. Acesso em:

¹⁹ O Assassinato de Marielle Franco – vereadora da cidade do Rio de Janeiro pelo partido PSOL, e seu motorista Anderson Silva, foram executados no dia 14 de março de 2018. O crime teve repercussão internacional por Marielle Franco ser uma vereadora negra e ativista dos direitos humanos, bem como pela provável motivação política do crime. Sua atuação contrariava alguns interesses institucionais da polícia como grupos de milícia. Para conhecer mais sobre o processo de investigação, acessar a página

em 2018, sem que os mandantes do crime sejam conhecidos até hoje. Infelizmente, esse tipo de crime é comum no nosso país; de acordo com o relatório da ONG internacional Global Witness²⁰, o Brasil se encontra em terceiro lugar entre os países que mais assassinaram ativistas e militantes em 2019. As causas citadas são conflitos por terra, garimpo entre outros; o relatório também aponta a subnotificação dos assassinatos.

Após a breve e necessária digressão para falar dos assassinatos de lideranças dos movimentos sociais e militantes, volto a me referir ao 8M que realizou um ato público. Além de ter o microfone aberto para pronunciamentos, realização de abaixo assinado contra a reforma da previdência, contou com bancas para divulgação do trabalho de mulheres da economia solidária, firmando a importância do trabalho cooperativo.

As demandas por mobilizações são muitas, como também são as horas de reuniões para formação, discussões das pautas e preparação de materiais de divulgação. Muito se faz por meio das redes sociais, mas também realizamos panfletagem, lambe-lambe²¹ (técnica de arte urbana e de comunicação que se refere a colar cartazes em lugares públicos contendo informações e imagens) e convites para participar das atividades. Os coletivos feministas contam com pouca ajuda financeira, a maior parte são recursos captados por voluntárias, cada uma oferece o que pode, materiais, dinheiro ou seu próprio trabalho sem remuneração. Para os eventos maiores contamos com apoio dos sindicatos, mas os recursos são escassos, dificultando uma maior expressividade e ampla divulgação.

A formação feminista pode ocorrer de diferentes maneiras e por muitas interações. Os coletivos feministas locais testemunham e convivem com uma forte influência da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), da Universidade Católica de Pelotas (UCPeI) e da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que incluem por diferentes grupos de pesquisas, vieses metodológicos, teóricos diversos e plurais. Do

da Wikipédia, que além de uma descrição detalhada do caso, também informa a repercussão na mídia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Assassinato_de_Marielle_Franco. Acesso em: 10/11/2020.

²⁰ Ver relatório completo em: file:///C:/Users/Adriana/Downloads/Defending_Tomorrow_EN_high_res_-_July_2020.pdf. Acesso em: 12/12/2021.

²¹ Para saber mais sobre lambe-lambe ver <<https://designculture.com.br/a-arte-do-lambe-lambe>>

que se percebe e se interroga, muitas das militantes são professoras de escolas públicas, estudantes e/ou professoras universitárias e lideranças de bairros.

Considerando que uma pesquisa na perspectiva teórica feminista não deve ser dissociada do contexto social, avalio que a participação de mulheres no movimento social requer coletividade e identificação de necessidades comuns e trocas de saberes para alcançar o fortalecimento da autonomia e criar condições de pensar sobre sua condição no mundo.

A participação das mulheres em práticas transformadoras e o modo com que historicamente se organizam têm uma forte relação com os problemas de invisibilização, discriminação e desvalorização social do feminino. A participação em coletivos auto-organizados, conselhos ou outros meios de articulação coletiva é muitas vezes condicionada a vários fatores, como por exemplo, o combate à pobreza, à precarização do trabalho, às violências cotidianas de gênero entre outros, todos esses frutos do patriarcado, que de certa forma, estrutura as opressões.

Assim, entendo que a participação em si já é uma resistência ao patriarcado, pois o que leva a atuação nos movimentos é a consciência crítica das opressões. Também existem outros fatores com aspectos negativos da participação, nem sempre ocorre de maneira consciente a construção de uma sociedade melhor, existem pretextos, existe modismo, superficialidade, simulação, existe pressão por querer pertencer a alguma formação discursiva ou grupo identitário, bem como existe a prática de usar os movimentos sociais como escada para lograr cargos de poder (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2000).

Partindo do pressuposto que o movimento feminista de(s)colonial é uma ação prática que envolve um caminho de profunda reflexão e combate às opressões advindas do colonialismo, do patriarcado/sexismo e do capitalismo, cabe problematizar quais são os espaços-tempos de formação e atuação feminista. Como mulheres se tornaram agentes sociais feministas, e de que maneira estão contribuindo para uma educação progressista, emancipadora e transgressora?

Entendo que a teorização feminista e sua dinâmica enquanto movimento social se apresenta ao longo da história com maior ou menor visibilidade, por isso é preciso considerar em quais os espaços os feminismos se fortalecem enquanto consciência crítica de mundo. No processo de transformação social se dá uma mudança cultural,

portanto educativa – seja nos espaços escolares com a educação formal ou em todos os momentos da vida cotidiana – que se estabelece subjetivamente ou no coletivo. A ativista social bell hooks (2017), em seu livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, considera que a teorização é um lugar de cura, uma prática libertadora e a possibilidade de imaginar futuros possíveis.

A educação transgressora como prática de liberdade busca a articulação dos paradigmas anticolonialista, crítico, antirracista e feminista, com forte influência do professor e pesquisador Paulo Freire. Segundo a autora, “[...] no curto período que estudei com ele, fui profundamente tocada por sua presença, pelo modo com que ele ensinava, fui profundamente tocada [...] Minha experiência com ele me devolveu a fé na educação libertadora” (hooks, 2017, p. 31). Digamos, a educação para Freire é um ato político de libertação e para hooks um ato de resistência; se relaciona com o prazer de ensinar e se contrapõe ao tédio e ao desinteresse (hooks, 2017).

2. ESTUDOS DE(S)COLONIAIS COMO CRÍTICA À CIÊNCIA EUROCÊNTRICA

*quando minha mãe abre a boca
para conversar durante o jantar
meu pai enfia a palavra silêncio
nos seus lábios e diz que ela
nunca deve falar com a boca cheia
foi assim que as mulheres da minha família
aprenderam a viver com a boca fechada
Rupi Kaur*

Um estudo sobre a práxis, no sentido dos movimentos entre práticas e teorizações feministas no âmbito local, necessita dialogar com o processo de globalização, suas relações com o colonialismo e o eurocentrismo. As epistemologias feministas descoloniais latino-americanas ajudam as mulheres a abrir a boca, dizer que não somos e não queremos ser imaginadas, queremos ser em devir. Segundo Lagarde y de los Ríos (2015), uma concepção de mundo se caracteriza por um conjunto de normas, valores e formas de aprender o mundo. Fomos nos constituindo dentro de uma cosmovisão patriarcal que condicionou a percepção individual e coletiva, favorecendo a adaptação e a conformidade e nos posicionando a cooperar no sentido de repetir para conservar. A concepção de mundo está diretamente influenciada pela classe, gênero, nacionalidade, descrição linguística, idade, grau e nível escolar, formação técnica, artística, entre outras. Para Lagarde y de los Ríos,

existe una visión de mundo específica de la mujer que enmarca las visiones de las mujeres, desde el grupo hasta el individuo. Es decir, existe una concepción dominante en la cultura patriarcal histórica para las mujeres (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2015, p. 235).

O modo de reprodução de uma cultura patriarcal, sexista, racista e de classe permanece muitas vezes devido à própria necessidade de existir e resistir às opressões, visto que para as mulheres há uma associação de ideias por semelhança e continuidade²². Para transgredir as opressões e discriminações impostas historicamente, precisamos de uma reflexão crítica e tomada de consciência²³ das

²² A concepção de semelhança e continuidade tendo como base a magia, Lagarde y de los Ríos busca em James Fraser, no artigo *La rama dorada* de 1965. Considero importante destacar que a obra de Marcela Lagarde y de los Ríos “Los Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas” é a tese de doutorado defendida na década de 1990, apesar da sua importância epistêmica não temos nenhuma tradução do livro dela para o português.

²³ De acordo com Freire (1980), a conscientização é um conceito estruturante para compreender a realidade de mundo, parte do social para o coletivo, não é uma fórmula, mas algo inicial para se aliar a uma prática de transformação social.

próprias opressões, para compreender por um lado a realidade e por outro, o determinismo sócio-histórico-cultural que nos é imposto pela classe dominante.

Freire (1996), em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, revisita o conceito de conscientização, conceito balizador em sua obra, e reforça a sua importância. Durante este estudo, cada vez mais fui constatando que pensar os processos de conscientização ajuda a compreender a necessidade da formação política para leitura crítica do mundo, especialmente para as mulheres. Nas palavras de Freire:

[Proponho a] conscientização não como uma panaceia, mas como um esforço de conhecimento crítico dos obstáculos, vale dizer, de suas razões de ser. Contra toda a força do discurso fatalista, neoliberal, pragmático e reacionário, insisto hoje, sem desvios idealistas, na necessidade da conscientização. Insisto na sua atualização [...] a conscientização é uma exigência humana, é um dos caminhos para a posta em prática da curiosidade epistemológica (FREIRE, 1996, p. 54).

Ao tomar consciência do protagonismo de mulheres e homens enquanto sujeitos históricos, é possível melhor ver o projeto de modernidade eurocêntrico, colonial e patriarcal, de maneira a propor ações de superar suas formas de opressão e discriminação. É importante compreender que as opressões foram dissimuladas, mascaradas como projeto universal de exploração e dominação dos territórios e povos. Entendo que não basta ter consciência, mas sem ela pouco se pode fazer para enfrentar e aprofundar teoricamente os caminhos que estou seguindo, pois já nos encontramos nos caminhos mesmo sem decidir, e penso que tal avaliação me seja válida tanto como estudiosa teórica quanto como militante feminista. Foi isso que encontrei nas relações advindas da pesquisa: a predominância de mulheres em movimento de leitura de mundo, uma inclinação não doutrinária e aberta, que mantém viva em diferentes intensidades a curiosidade epistemológica.

Por vezes, propor uma transformação de mundo nesta pesquisa me pareceu pretensioso, porém o sentido almejado, ao considerar as concepções pessoais e a participação da militância social, indicou ser possível uma construção cotidiana feminista. Na imersão neste tema, cada vez mais motivante, vi na prática meu desenvolvimento educativo se relacionando com mudanças mais efetivas. Por isso, acredito que o empoderamento crítico é desejável e possível, ainda mais ao que se refere à constituição de educadoras, portanto, engajadas na tarefa social de criar condições de reflexão e ação transformadora. Observo que, para além da ansiedade

da urgência e da comoção justa, essa transformação não é pontual e consolidada, ela deve acontecer numa luta persistente ao longo da vida, pessoal e profissional.

A transformação a partir da tomada de consciência crítica acontece em movimento dialético²⁴; e a dialética aqui referida se distancia das conceituações mecanicistas, expressando o devir humano em que se pressupõem transformações, ainda que inacabadas, e não se esgota nas contradições.

Por isso, realizo um esforço de tomada de consciência de(s)colonial e feminista para uma prática educadora, na convicção de que “a conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação-reflexão-ação” (FREIRE, 1980, p. 26).

Assim, busco um diálogo com a educação popular, que de acordo com Conceição Paludo, expressa uma,

educação feita com o povo, com os oprimidos ou com as classes populares, a partir de uma determinada concepção de educação: a educação Libertadora, que é, ao mesmo tempo, gnoseológica, política, ética e estética (PALUDO, 2010, p. 141).

Portanto, o lado pedagógico da práxis está no fenômeno da reciprocidade: não existem ações unidirecionais, as modificações são mútuas. Quem ou o que transforma algo também se transforma ao “sabor” das relações pretendidas (FREIRE, 1980). Claro, me refiro a transformações intencionais, pressupondo a leitura de mundo e da palavra, portanto, a prática é de algo sempre preexistente e ao mesmo tempo por fazer: comunicação e linguagem – uma comunicação tecnológica e cultural que parte e se dobra sobre a escrita e a leitura. O desenvolvimento de teoria, muito mais que um instrumento da pesquisa, muito mais que um retrato ou relato: teorização. Criar comunicação epistemológica onde e quando foi impedido. Possibilitar um tecer espelhado que nos leva a outros patamares formativos e dialógicos. Ou quem sabe seria mais claro dizer: patamares e coordenadas? Lugares que se fortalecem por entre poderes a serem democratizados.

A teorização é uma ação potente; segundo bell hooks (2017), um lugar onde se pode imaginar futuros possíveis. Também um lugar a ser ocupado pelo Sul, que historicamente muito reproduz teorias e pouco tem seu protagonismo teórico valorizado no campo científico. Tem sido visto apenas como objeto de estudos, mas não como referência e representatividade (CURIEL, 2010). Entretanto, o Sul muito “sustenta” a opulência do Norte com seus recursos naturais, com seu trabalho.

²⁴ Sobre o método dialético ver Moacir Gadotti (1990).

Ironicamente, as fronteiras são impostas apenas para pessoas, mas nunca para seus recursos e força de trabalho.

De acordo com Grosfoguel,

[...] os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial (GROSFOGUEL, 2008, p. 126).

A dependência econômica, cultural e intelectual imposta pela lógica hegemônica nos mantém em permanente crise. A visão de crise, vendida como permanente e inarredável, assim coopta culturas para as regras do jogo econômico da indústria de massa: processo obrigatório e fatalista. Ela traz uma aura de origem sobrenatural, que poderia ser controlada pelo progresso; assim, o modelo de progresso se retira da origem dos problemas exclusivos da pobreza. A visão de crise tem conseguido escapar à crítica e à relativização cultural; mascarando a agência dos criadores das crises, terceirizam-na e, portanto, se colocam como imunes, mundializando e lucrando com ela. Os criadores de crises passam a imagem de que levam à salvação indivíduos e suas classes. Inteligentes e racionais, se identificam com a irônica frase: *toda crise é uma oportunidade*, conteúdo exaustivamente parafraseado por bancos e financeiras.

Por isso, a mudança não será um processo fácil, a resistência precisa compreender o processo histórico e espacial de dominação. E desejavelmente ler, teorizar, revelar dimensões que foram apagadas ou relegadas. A própria forma de contar a aventura humana moderna no ensino tem sido em monobloco, alienação em fluxo fordista de esteira de montagem. Por exemplo, quase não é possível perceber que na palavra globalização vêm junto imagens de economia financeira, milagres tecnológicos e consumo.

O geógrafo brasileiro Milton Santos (2003) propôs uma visão humanizadora do processo histórico e geográfico da globalização. Para o autor, a globalização se inicia com as navegações e “descobertas” de outros territórios para exploração e domínio. Após esse período, houve a globalização decorrente do avanço industrial, dos meios de transportes e meios de comunicação, ampliando a dominação. Dominação que não se restringe, mas parte centralmente da financeirização e da monetização da vida:

qualquer que seja tem preço, e este é venal. A subalternização dos povos “terceiro-mundistas”, paralela a essa realidade, propõe uma outra globalização, onde os povos dominados, principalmente os que se organizam em torno dos movimentos sociais, se apropriariam dos adventos tecnológicos e passariam a organizar um mundo melhor para viver (SANTOS, 2003).

No entanto, no cenário atual de uma economia neoliberal e da cultura massificada, a expropriação dos diferentes modos de viver são unificados crescentemente em torno do consumismo, do acúmulo, da ostentação e do individualismo, e nos são contados como fábula (SANTOS, 2003).

Os estados-nações e suas elites aderiram ao modelo de desenvolvimento econômico presidido pelos oito países mais ricos do planeta²⁵; um processo histórico de colonização e de aculturação de territórios sobre outros possibilitou essa conjuntura. Duas dimensões, a da ciência e a da tecnologia foram fundamentais para cunhar o rumo ditado pelos colonizadores em relação aos povos colonizados²⁶. Sob ideias “luminosas” de modernidade e “progresso”, sociedades foram dominadas, meios de vida estabelecidos com posições sociais estratificadas de forma desigual e com critérios pretensamente obscuros. A exploração estratificada do trabalho distribuiu privilégios sem contudo garantir segurança e qualidade de vida (MEMMI, 2007; SANTOS, 2003).

Nessa configuração, partindo da ideia de que as relações sociais são relações de poder, para nós, povos colonizados, é importante compreender o processo histórico de colonização, não a colonização/globalização como “fábula”, segundo os ensinamentos de Milton Santos (2003), mas acentuando a perspectiva de(s)colonial latino-americana. Nesse sentido, precisamos cada vez mais de um pensamento crítico e sistêmico aberto a diferentes aportes de representações e participações. A visão aqui defendida se baseia na necessidade de trazer contribuições teóricas de diferentes perspectivas feministas e de diferentes povos para compreender nossa condição no mundo e as dificuldades que encontramos para resolver nossos conflitos, econômicos, sociais e culturais.

²⁵ De acordo com a ONU, os países membros do G8 são: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia.

²⁶ De acordo com Memmi (2007), o colonizado é acusado de preguiçoso, retardado, perverso, com maus instintos, entres outros adjetivos. Com o pressuposto de que é necessário se defender da tolice, os povos colonizados, para o autor, significam uma negação: “não é isto, não é aquilo”. Jamais será considerado positivamente, sendo aquele que precisa ser salvo e comandado, claro, segundo a lógica do colonizador.

2.1 Paradigma da modernidade-colonialidade

Desse modo, qual ciência, ou melhor dizendo, qual paradigma científico pode contribuir para superar os diversos conflitos que esta sociedade moderna industrial e colonizadora, patriarcal e racista produziu historicamente? Busco compreender a colonização a partir de pesquisadoras/es feministas e também com as/os pesquisadoras/es que constituíram a rede Modernidade/Colonialidade²⁷. De acordo com Walsh, Oliveira e Candau,

a perspectiva Modernidade/Colonialidade não se restringe a um pensamento acadêmico ou se propõe a ser um novo campo teórico universal, ela só adquire sentido desde e com as lutas contra a colonialidade, junto aos movimentos políticos e sociais (de mais de 500 anos) caracterizados como pensar/ser/fazer/sentir de forma distinta à práxis e à retórica da modernidade (WALSH, OLIVEIRA e CANDAU, 2018, p.18).

A modernidade se apresenta como conceito fundamental para compreender a colonização, pois sem a colonização não teríamos a modernidade. Segundo essas autoras, “a modernidade foi uma invenção das classes dominantes europeias a partir do contato com a América. A modernidade não foi fruto de uma autoemancipação interna da Europa que saiu da imaturidade por esforço autóctone da razão” (WALSH, OLIVEIRA E CANDAU, 2018, p. 3). A modernidade e os modelos universais de pensamento eurocêntrico têm como pressuposto uma linha evolutiva, na qual a Europa Ocidental se auto representa como o estágio mais civilizado e mais avançado do Homem²⁸ e de todas as espécies. Os outros/as são seres inferiores e primitivos, que devem ser subjugados e tornados úteis a si mesmos e ao avanço histórico; morrer em massa por essa causa seria um acidente necessário.

Para Grosfoguel,

²⁷ Segundo Walsh, Oliveira e Candau (2018), os pesquisadores associados são o filósofo argentino Enrique Dussel; o sociólogo peruano Aníbal Quijano; o semiólogo e teórico cultural argentino Walter Dignolo; a Socióloga-pedagoga norte-americana, radicada no Equador, Catharine Walsh; o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres; o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel; dentre outros.

²⁸ A grafia com H maiúsculo de Homem, representa a forma tradicional que a modernidade tratou a civilização. Representa a ideia de um Homem a imagem e semelhança de Deus.

nenhuma cultura no mundo permaneceu intacta perante a modernidade europeia. Não há, em absoluto, como estar fora deste sistema. O monologismo e o desenho monotópico global do Ocidente relacionam-se com outras culturas e povos a partir de uma posição de superioridade e são surdos às cosmologias epistemológicas do mundo não-ocidental. A imposição do Cristianismo, a fim de converter os chamados selvagens e bárbaros no século XVI, seguida da imposição do “fardo do homem branco” e da sua “missão civilizadora” nos séculos XVIII e XIX, da imposição do “projecto desenvolvimentista” no século XX e, mais recentemente, do projecto imperial das intervenções militares apoiadas na retórica da “democracia” e dos “direitos humanos” no século XXI, tudo isto foi imposto com recurso ao militarismo e à violência sob a retórica da modernidade, com o seu apelo a salvar o outro dos seus próprios barbarismos (GROSFOGUEL, 2008, p. 137).

Desse modo, articular o pensamento transformador e uma educação transgressora a partir desse novo paradigma implica reconhecer que a colonização não se encerra com o fim das administrações coloniais, com as independências e com a consequente criação dos Estados na periferia. Os Estados promulgados aos moldes e interesses das metrópoles serviram como um novo discurso para as elites coloniais residentes, subliminarmente controladas pelas elites do “velho mundo”, onde o que muda é a casca, mas não a substância. Sob esse entendimento, ainda vivemos como o outro a ser dominado, domesticado para a obediência servil.

De acordo com Mota-Neto,

os intelectuais da rede modernidade/colonialidade têm procurado investir na construção de uma perspectiva epistemológica emergente desde a América Latina, um “paradigma outro” (ao invés de mais um paradigma no contexto da ciência moderna), uma “epistemologia de fronteira”, questionando a subalternização dos conhecimentos dos grupos oprimidos de nossa região e propondo uma lógica de pensar diferente, que considere e inclua a densa trama histórica e simbólica que está implicada em tais conhecimentos subalternos (MOTA NETO, 2016, p. 62).

Segundo o autor, a compreensão da rede Modernidade/Colonialidade, possibilita uma reflexão profunda no processo de colonialidade global. A colonialidade global pode ser interpretada como um emaranhado padrão de poder (MOTA-NETO, 2016). Essa relação de poder que se estabelece entre centro e periferia, países primeiro mundistas e terceiro mundistas, desenvolvidos e subdesenvolvidos, pressupõe que essa lógica dicotômica carrega a hierarquia de um sobre o outro, e o segundo sempre subalterno e dependente. Pensar nessas relações implica também

reconhecer que nem tudo do discurso do Norte são flores, exigindo repensar as atrocidades e violências praticadas para a manutenção desse projeto universalizante.

A rede Modernidade/Colonialidade avalia que o fim da colonização, ou seja, a independência dos Estados-nação não significou o fim das opressões, exclusão e exploração, muito pelo contrário, se intensificou a partir de uma falsa liberdade que advém do capitalismo e da colonialidade global. Por esse motivo, a rede compreende que se faz necessária uma segunda descolonização, uma emancipação que inclua a economia, a ciência, a igualdade racial e de gênero, a educação, e a criação de novas formas de sociabilidade (MOTA-NETO, 2016; WALSH, OLIVEIRA e CANDAU, 2018).

Pode-se citar o modelo cultural que vem criando estruturas de poder, como por exemplo, as instituições que sob sua aparência formal serviam e servem para homogeneizar as formas básicas de existência humana. De acordo com o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), são três as esferas estruturadoras do domínio: a) a empresa capitalista, com o controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos; b) a família burguesa, no controle do sexo, dos recursos e produtos; c) o Estado-nação, no controle da autoridade, dos seus recursos e produtos.

Essas três estruturas mantêm relações de poder hegemônicas e de interdependência, constituindo a partir de seus núcleos o primeiro sistema mundo global conhecido, de modo a condicionar a formação e a colonização da América com elementos em comum, a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo (QUIJANO, 2005). Aqui cabe fazer uma aproximação dos entendimentos de colonialidade e eurocentrismo que procuro expressar. Segundo Quijano,

a elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial moderno, capitalista eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p. 126).

Ainda de acordo com o sociólogo, o eurocentrismo não se refere a toda Europa, mas à supremacia de um núcleo territorial que se expandiu partindo por meio da força e do discurso da razão, compreendendo um modelo de pensamento que incluiu os processos culturais e linguísticos. Deste modo, o geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) propõe que a racionalidade desenvolvida pela civilização europeia não é tão europeia como se apregoava, mas sim de uma subprovíncia da Europa que fala o inglês, o francês e o alemão.

As sombras dos avanços civilizatórios vêm produzindo injustiças e privilegiando projetos imperialistas, colonizadores, degradadores, racistas e sexistas e se espalhando no mundo. É bem provável que para enfrentar essas forças sem aniquilá-las seja necessário se apropriar do que foi acumulado e não distribuído à maioria, que se tornou resto. Assim, precisamos de uma epistemologia não eurocêntrica, que negue a exclusão promovida pelo sujeito universal, branco, masculino e heteronormativo.

Ramón Grosfoguel considera que o projeto de modernidade eurocêntrica, no seu propósito racional e discursivo de igualdade social, constitui um projeto impossível, pois se baseia implicitamente no racismo e no sexismo. O racismo vinculado ao sexismo, ambos epistêmicos, consiste na concepção fundada “na inferioridade de todos os conhecimentos vindo dos seres humanos classificados como não ocidentais, não masculinos, ou heterossexuais” (GROSFOGUEL, 2016, p. 31).

De acordo com o autor, a respeito da relação entre raça, sexo e cultura, no imperialismo moderno, o projeto eurocêntrico possui quatro genocídios que correspondem a epistemicídios: contra muçulmanos e judeus; povos indígenas e asiáticos; africanos aprisionados e escravizados; e contra as mulheres na Europa, que tiveram seus corpos queimados sob acusação de serem bruxas (a acusação encobria a tentativa de apagar seus saberes orais e ancestrais, bem como a expropriação dos meios de produção e propriedades, passados de geração para geração).

O primeiro elemento racista foi o racismo religioso, e as suas tecnologias serviram para produzir os demais racismos, sendo atingidos “povos com ou sem religião, com ou sem almas”. De acordo com Federici (2017), “a definição das mulheres como seres demoníacos e as práticas atrozes e humilhantes a que muitas delas foram submetidas deixaram marcas indelévels em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidade” (FEDERICI, 2017, p.126). O genocídio-epistemicídio que ocorreu com as mulheres se configura como um potente efeito negativo de conjunto entre os elementos de raça, gênero, espiritualidade, sexualidade e classe.

Camila Penna (2014) destaca alguns pontos de convergência entre o pensamento pós-colonial e a obra de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*:

Ambas utilizam o raciocínio dialético para construir o argumento de que oprimidos e opressores se encontram em uma relação de contradição, e para apresentar a colonialidade como a outra face da modernidade, sem a qual esta não seria possível. Ambas trabalham o tema da dominação cognitiva que sustenta a dominação material – o que aparece como “invasão cultural” na obra de Freire, e como

“colonização do ser” na literatura decolonial. E ambas argumentam que essa dominação cognitiva se sustenta na criação de mitos que são internalizados como verdade: o mito da estrutura opressora (PENNA, 2014, p. 188-189).

O pensamento do colonizador é visto como superior, uma hegemonia²⁹ que vai minando e invertendo uma lógica de existência social. No Brasil, a grande mídia pouco veicula projetos sociais de resistência; na verdade, veicula apenas os casos isolados de corrupção e conflitos, onde mostra os militantes como baderneiros. Basta algum grupo se posicionar criticamente ao sistema, que logo são chamados de desordeiros, auxiliando a estrutura opressora do fatalismo e reafirmando o pensamento hegemônico dos mitos internalizados.

Penna (2014) descreve uma síntese dos mitos eurocêtricos desenvolvidos por teóricos descoloniais como Quijano (2014) e Dussel (2014). Nessa mitologia, a civilização europeia se autoproclama de forma reiterada, direta ou indiretamente, como superior e mais evoluída, voltando-se para desenvolver e catequizar os povos primitivos e bárbaros; alimentando a noção de que o único caminho possível é o criado pela Europa. Caso se construam obstáculos de resistência, a violência como um ato inevitável se institui para destruir os obstáculos e assim garantir a instalação do projeto universal. O projeto eurocêntrico, com sua visão evolucionista, parte da oposicionalidade e da inexorável dominação completa da natureza, em que a Europa Ocidental é vista como a culminância do curso civilizatório.

A autora ainda descreve os mitos da estrutura opressora desenvolvidos por Freire. Tal qual a autora, reproduzo a citação completa, pois não é possível recortar a realidade concreta que Freire brilhantemente organiza e ensina sobre os mitos e suas formas de manutenção do *status quo*.

O mito, por exemplo, de que a ordem opressora é uma ordem de liberdade. De que todos são livres para trabalhar onde queiram. Se não lhes agrada o patrão, podem deixá-lo e procurar outro emprego. O mito de que todos, bastando não ser preguiçosos, podem chegar a ser empresários – mais ainda, o mito de que mulheres e homens que vende, pelas ruas, gritando: “doce de banana e goiaba” é um empresário tal qual o dono de uma grande fábrica. O mito do direito de todos à educação, quando o número de brasileiros que chegam às escolas primárias do país e o dos que conseguem nela permanecer é

²⁹“Hegemonia da forma, desenvolvida por Antonio Gramsci, se refere a um modo particular de dominação na qual uma classe torna legítima sua posição e obtém aceitação, quando não apoio irrestrito, dos que se encontram abaixo. [...] O conceito focaliza a atenção de maneira que a dominação e subordinação são definidas como parte da estrutura normal da sociedade e incluídas no arcabouço institucional dos principais aspectos da vida social, desde a família à educação e à religião organizada”. (JOHNSON, 1997, p.123).

irrisório. O mito da igualdade de classe, quando o “sabe com quem está falando?” ainda é uma pergunta dos nossos dias. O mito do heroísmo das classes opressoras, como mantenedoras da ordem que encarna a “civilização ocidental e cristã”, que elas defendem a “barbárie materialista”. O mito de sua caridade, de sua generosidade, quando o que fazem, enquanto classe, é assistencialismo, que se desdobra no mito da falsa ajuda que, no plano das nações merecem segura advertência de João XXIII. O mito de que as elites dominadoras, “no reconhecimento de seus deveres”, são as promotoras do povo, devendo este, num gesto de gratidão, aceitar a sua palavra e conformar-se com ela. O mito da propriedade privada, como fundamento do desenvolvimento da pessoa humana, desde, porém, que pessoas humanas são apenas os opressores. O mito da operosidade dos opressores e o da preguiça e desonestidade dos oprimidos. O mito da inferioridade “ontológica” destes e o da superioridade daqueles (FREIRE, 1983, p.163-164).

Como escapar dessa estrutura se muitas vezes estamos mergulhadas nessa lógica? Se às vezes avançamos alguns passos, logo vem uma avalanche conservadora que pode nos custar décadas, sendo otimistas, de retrocesso. A resposta ainda não possuímos, mas sabemos que o caminho do fatalismo em nada contribui. Freire aponta para uma consciência crítica que fortaleça uma práxis. Penso que esse é um dos melhores caminhos a serem trilhados, tendo a pedagogia popular enquanto um projeto de subversão, partindo das práxis, diálogo, reconhecimento de ser condicionado, coerência, criticidade, bom senso, humildade, ética e estética, entre outros de seus ensinamentos.

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2003) propõe uma convergência de paradigmas emergentes, que denominou de “conhecimento prudente para uma vida decente”. Tal convergência visa a negar a ciência normativa e aposta na coerência do conhecimento para ser efetivo. Esse novo paradigma não pode ser apenas um paradigma científico, tem que ser também um paradigma social e cultural, ou seja, um paradigma epistemológico.

Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre condições do que conta como conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Diferentes tipos de relações sociais produzem diferentes epistemologias (SANTOS, 2010, p. 16).

Nesse contexto, existe uma epistemologia dominante e universalizante, que defende interesses específicos. Ainda que seja superficial crer que essa seja o mal absoluto, pode-se, a partir da ciência moderna e normativa, tencionar outras formas de se compreender as relações sociais e o mundo. Favorecer a pluralidade

epistemológica e o reconhecimento de outros saberes diversos potencializa a compreensão do mundo, sem indevidamente relativizar os saberes a partir de um ponto fundante, mas com análises e avaliações mais complexas. Desse modo, em 1995, Santos³⁰ denominou a diversidade epistemológica do mundo de Epistemologias do Sul (SANTOS, 2010). Portanto, romper com a dualidade e com o maniqueísmo é uma forma de sair do reducionismo moderno, pois a desumanização tem se mostrado na contemporaneidade numa escalada que afeta a totalidade global. Diz-se ironicamente que é bom chorar na beira de uma piscina e no ar condicionado, mas o melhor é viver sem medo e com dignidade, onde não se destrua a natureza e a sociedade, onde o tédio e o vazio não sejam combatidos com vaidade e ostentação, nem se corra para se planejar a conquista de outros planetas. Essa visão pode também ser encontrada no manifesto *Feminismo para os 99%*, escrito por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser.

Para Santos, o Sul é entendido metaforicamente devido ao desafio de ser necessário reparar os danos e impactos causados pelo capitalismo e pela colonização dos povos. É importante destacar a sobreposição entre Norte e Sul na sua concepção:

a sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do norte geográfico classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, indígenas, afrodescendentes, muçulmanos) foram sujeitos à dominação capitalista e colonial e, por outro lado, porque no interior do sul geográfico houve as ‘pequenas Europas’, pequenas elites locais que se beneficiaram da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exerceram e continuam a exercer, por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinados (SANTOS, 2010, p.19).

Na proposição das Epistemologias do Sul, Santos desenvolveu também uma reflexão sobre o pensamento moderno ocidental, caracterizando-o como linha abissal.

[Trata-se de] Um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. [...] A divisão é tal que o ‘outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. A inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha (SANTOS, 2010, p. 32).

³⁰“A desfamiliarização do norte imperial é uma epistemologia complexa feita de sucessivos atos de desaprendizagens e reaprendizagens (do colonialismo à solidariedade). Sobre a crítica da relação imperial, que partindo dos países centrais, significa reconhecer que se é o agressor; depois, é preciso identificá-la como profundamente injusta, com efeito, desumanizante, quer na vítima, quer no agressor. E por fim, a relação imperial destruindo todas as suas relações simultaneamente em nível mundial e pessoal” (SANTOS, 2007, p. 369).

A ciência moderna – que viemos compreendendo como eurocêntrica, judaico/cristã, patriarcal, capitalista, branca e heteronormativa – possui o monopólio do que é verdadeiro ou falso, do que é certo ou errado, desconsidera muitas vezes outros saberes produzidos do outro lado da linha, como por exemplo, os saberes dos povos colonizados, bem como o pensamento científico e literário desenvolvido por mulheres. A linha abissal não é apenas uma cartografia do pensamento localista entre Norte e Sul, mas um conceito que busca explicar as hierarquias arbitrarias, ou melhor dizendo com as palavras do autor, hierarquias abstratas entre os povos e suas formas de estar no mundo.

Para “superar” as linhas abissais, o sociólogo tem pesquisado junto a diversos grupos, em diferentes países, a partir das ecologias dos saberes que apontam para a possibilidade de desenvolvimento de um pensamento pós-abissal, uma valorização de outros saberes e a produção de outras epistemologias não hegemônicas, como por exemplo, as epistemologias feministas e de(s)coloniais. Segundo o autor, as teorias feministas têm contribuído significativamente para repensar a ciência, principalmente no que se refere à crítica ao sujeito universal, alimentado por uma falsa neutralidade científica.

3. GÊNERO, FEMINISMOS E DESCOLONIZAÇÃO

*Por nós que somos oprimidas
E que pulsamos
Resistimos
Lutamos
E Gritamos
A todos os pulmões*

Bárbara Victoria

A teoria feminista considera o gênero como ordenador social e categoria significativa que pode interatuar junto a outras categorias como classe, raça, idade ou orientação sexual, e nas relações estruturais entre indivíduos, grupos e entre a sociedade como um todo (GRAF, 2012). Contudo, diante do pluralismo das teorias feministas, uma maioria tem rejeitado as teorias totalizadoras e os processos tradicionais de validação das normas epistêmicas baseadas em pontos de vista universais. E isto é condizente com a descolonização que acentua a pluralidade e a inversão como prática social. Um outro consenso entre as diversas teorias atuais indica que não é suficiente entender como está organizada a vida social, sendo necessária a ação para fazer equitativo esse mundo, onde um dos compromissos do feminismo é a mudança para as mulheres em particular e a mudança social progressiva em geral (GRAF, 2012).

Como vimos, para discutir epistemologias, se pressupõe um paradigma que oriente a percepção de mundo. Uma concepção de paradigma transformador indica questionar e se posicionar contra a ciência tradicional, especificamente a que remanesce e se agrava no neoliberalismo e ainda ganha *status* com sua neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade. Neste percurso, compreender os paradigmas emergentes veio a auxiliar na composição da metodologia relacionada com a compreensão de mundo desejada. Desse modo, intento fazer uma articulação com as práticas feministas do sul do Brasil; para além das descrições, abordo a formação de mulheres feministas envolvendo uma reflexão propositiva para “superar” os problemas que são frutos do colonialismo, do patriarcado.

Partindo do entendimento de que não existe uma teoria feminista pura (NYE, 1995), conhecer fundamentos e pressupostos teóricos eurocêntricos tem sido essencial, visto que muitos ainda permanecem na nossa cultura, como contradição, superação ou necessidade de adaptação. E também pode-se inferir que o feminismo consiste em um movimento de múltiplas facetas em seus diferentes momentos históricos.

A classificação por ondas feministas é uma das maneiras mais conhecidas de organização explicativa da luta das mulheres, entretanto, atualmente vem sendo criticada, principalmente por autoras de(s)coloniais, como Yuderlys Miñoso (2020) e Ochy Curiel (2020), por não abarcar todas as lutas das mulheres, enfatizando apenas um núcleo de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média. A crítica mais contundente sobre as ondas feministas está em que seriam uma forma de universalizar as reivindicações das mulheres, descontextualizando suas origens de classe, raça, idade, sexualidade, da mesma maneira que o patriarcado universaliza um estereótipo de mulher.

Apesar de se embasar em valores humanizantes, haveria nessa universalização um forte viés eurocêntrico, notadamente expresso na história linear evolutiva. Vejamos que as trajetórias feministas contadas a partir do século XX e subdivididas em ondas têm forte influência dos pressupostos teóricos e culturais da revolução francesa, como fraternidade, liberdade e igualdade. De acordo com Nye (1995), a revolução francesa tem seus méritos no que se refere à luta contra os privilégios feudais, aristocráticos e da igreja, ela vislumbrava uma sociedade em que as relações entre os homens se dessem pelas leis e não pelo berço, contudo, a grande maioria de seus pensadores fazia uma forte apelação aos direitos sociais para os homens por meio da garantia do voto. Nesse contexto, ocorria a exclusão das mulheres ou a determinação das mulheres como incapazes de tais direitos, reafirmando estereótipos essencialistas. Segundo Nye (1995, p. 22), “nos turbulentos anos de luta na Inglaterra e na França, a maioria dos reformadores não questionou a inaceitabilidade das mulheres para a vida pública”. E não quiseram ouvir as mulheres que se empoderaram à época, alguns se omitindo e outros agindo diretamente com punições, prisão e inclusive execuções. Podemos ver hoje as consequências disso, pois mesmo com direito ao voto universal conquistado, as mulheres em todos os países influenciados pelos ideais revolucionários eurocêntricos permanecem em

minorias nos espaços de decisão. Ainda, segundo a autora, “nenhum dos líderes da revolução, exceto Condorcet, exigiu o sufrágio feminino” (NYE, 1995, p. 24). Mas houve mulheres que reivindicaram seus direitos com base nos pressupostos revolucionários, como Olympia de Gouges, Mary Wollstonecraft e Harriet Taylor. Cito três mulheres que tiveram suas obras publicadas e receberam visibilidade, mas podemos inferir que não estavam sozinhas e muitas pagaram com a própria vida.

De acordo com Meyer (2007), a primeira onda feminista é marcada fundamentalmente em torno do movimento sufragista, esse mesmo movimento se subdividiu em outras vertentes, com pautas um pouco distintas, agregadas ao direito ao voto. De maneira geral, pode-se identificar três linhas distintas: o feminismo liberal ou burguês, os movimentos socialistas e os anarquistas.

O feminismo liberal ou burguês reivindicava direito ao voto e acesso ao ensino superior; já as mulheres que se aliaram aos movimentos socialistas lutavam pelo direito ao voto, pela formação dos sindicatos, melhores condições de trabalho e salário; as anarquistas se vincularam a pautas pelo direito à educação, direito de decidir sobre o próprio corpo. Em comum, a exigência principal foi o direito ao sufrágio, a partir do qual esperavam alcançar as demais conquistas. Ainda que na maioria as lideranças fossem mulheres da burguesia, também participaram muitas da classe operária (MEYER, 2007).

Esse movimento teve suas origens na Europa, mas se estendeu por todo o mundo. Desde 1900 surgiram muitos centros e ligas feministas; no Brasil, em 1910, e na Argentina, em 1918, fundaram o primeiro Partido Feminista. De acordo com Pinto (2003), o Partido Republicano Feminista merece um destaque especial, pois foi fundado por pessoas que não tinham seus direitos políticos garantidos e precisavam lutar por outros meios, às margens da política institucional. Segundo a autora, a decisão de formar um partido político e não um clube ou uma associação se refere a uma posição política em relação ao objetivo da luta (PINTO, 2003).

Desde o início da primeira onda até o finalizar a Segunda Guerra Mundial, as mulheres conquistaram o direito ao voto e a “educação igualitária” em praticamente todos os países, ao menos na Europa e parte dos países referidos como ocidentais. Esse contexto será característico da segunda onda, onde autoras como Emma Goldman, Simone de Beauvoir e Betty Friedan passaram a influenciar as “novas”

pautas feministas, marcadamente nos anos 1960, como por exemplo uma redefinição das concepções das origens do patriarcado, a divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico, a sexualidade e a separação dos espaços público e privado. O movimento denominado segunda onda feminista usava o *slogan* “o pessoal é político”. Muitas das lutas do século XIX foram conquistadas no século XX, contudo as causas das opressões se mostraram muito mais profundas e complexas (GAMBA, 2007).

Foi na segunda onda feminista que se passou a distinguir o movimento de mulheres do movimento feminista, baseado na distinção que o movimento de mulheres traria questões mais pontuais, não mexendo nas estruturas de opressão, já os movimentos feministas visariam a uma transformação social e política, ainda que muitas feministas liberais, compreendam essa transformação como um meio de competição entre homens e mulheres, diferentemente de outras perspectivas. Também na segunda onda criam-se os feminismos acadêmicos, com objetivo de analisar e compreender o movimento feminista e criar uma teoria para explicar a sociedade do ponto de vista das e para as mulheres (GAMBA, 2007).

O feminismo acadêmico buscou não só denunciar, mas, sobretudo, compreender e explicar a subordinação social e a invisibilidade política a que as mulheres tinham sido historicamente submetidas. A partir dele, se enfatizou a vida das mulheres, seus interesses, necessidades e dificuldades; produziram-se estatísticas específicas sobre a condição de vida de diferentes grupos de mulheres; foram apontadas falas ou silêncios nos registros oficiais; foram denunciados o sexismo e a opressão vigentes nas relações de trabalho e nas práticas educativas; estudavam-se os modos como o sexismo se reproduzia nos livros e materiais didáticos; foram levados para academia temas concebidos como menores, como a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a maternidade, o empobrecimento das mulheres, entre outros (NYE, 1995; PINTO, 2003; MEYER, 2007; GAMBA, 2007; CISNE, 2018).

Esses estudos acadêmicos trabalhavam com diferentes perspectivas teóricas, inclusive com as concepções liberais visando principalmente à inserção da mulher no mercado de trabalho e na sociedade de consumo. As concepções liberais sofreram diversas críticas, principalmente por não beneficiarem a todas as mulheres, pois serviam para que um pequeno número de mulheres acessasse a hierarquia corporativa e os escalões das forças armadas (ARRUZZA; BHATTACHARYA e FRASER, 2019). Nessa perspectiva, a fraternidade, igualdade e liberdade defendidas

são baseadas no mercado, este que comprovadamente impõe restrições a maior parte da população.

A crítica à impossibilidade de transformação social pela inclusão ao mercado de trabalho da economia capitalista remete aos fundamentos históricos, filosóficos e científicos das concepções marxistas, também denominadas socialistas. Essas concepções fazem uma leitura na inserção igualitária de direitos no mundo do trabalho, considerando a necessária luta pela transformação radical da sociedade capitalista e patriarcal. Nessa perspectiva, uma das referências é a militante política Alexandra Kolontai, que vai além da crítica à economia em seus meios de produção ao se referir que dentro do próprio socialismo permaneceria uma ideologia patriarcal nas relações sociais. Sua principal contribuição para pensamento científico teria sido a ideia de que as mudanças nas estruturas econômicas não são suficientes para eliminar as opressões da mulher advindas da exploração capitalista e patriarcal (GAMBA, 2007).

Adiante, partindo dessa contribuição feminista, se tornaria mais aceita a convicção de que somente a revolução de classes, embora primordial, não poderia transformar a sociedade em direção à justiça social. A concepção de sujeitos reais e históricos vai se distanciando de abstrações e idealismos eurocêtricos e complexificando o conceito de classe. O gênero seria um atributo social que abriria caminhos para outros atributos a serem considerados, tanto nas análises como nas ações práticas, evitando o dogmatismo, a redução e a hierarquia da caracterização social e da doutrinação teórica. Mirla Cisne, ao se referir ao conceito de classe adverte:

Se considerarmos que são pessoas reais que corporificam a classe, não podemos negar a existência de componentes como sexo e raça/etnia nas relações de classe, já que assim como a classe, as pessoas não são homogêneas, ainda mais em uma sociedade desigual (CISNE, 2018, p. 33).

A autora fundamenta-se principalmente na obra de Elizabeth Souza Lobo, *A classe operária tem dois sexos*, para pensar as relações de poder e dominação do sexo masculino sobre o feminino e refutar a ideia de hegemonia dentro da luta de classe. Para Cisne (2018), perceber as relações de gênero não é uma relação apenas linguística ou meramente gramatical, pois trata-se de analisar como as mulheres sofrem exploração de uma maneira particular – ou seja, mais intensa que os homens

da classe trabalhadora – e que esse fato atende claramente aos objetivos das classes dominantes.

A perspectiva pós-estruturalista inclina suas análises principalmente para a linguagem como produtora de realidade, símbolos e normas sociais. Em que pese uma boa parte desta perspectiva poder ter enfraquecido a credibilidade do socialismo e talvez contribuído para o neoliberalismo, outra parte mantém as contribuições da teoria crítica, questionando a proclamada neutralidade de valores, o autoritarismo e o elitismo do positivismo-cientificismo, se direcionando a outros aspectos da superestrutura.

Além de problematizar a concepção de poder e de realidade, essa perspectiva atenta às contribuições da revolução científica do pós-guerra, promovida pela física quântica, biologia, antropologia e da linguagem, o que vem a libertar os caminhos históricos da humanidade de determinações e subordinação completa às leis naturais e às imprevisibilidades da história. Os estudos sobre identidades de gênero e identidade sexual, bem como sobre o corpo, passam a ser centrais para se questionar essências trans-históricas, binarismos, estudos de gênero “homem e mulher”, etc.

De acordo com Gamboa (2007), a diversidade entre as mulheres é expressa nas relações de classe, raça, etnia, cultura, sexualidade, e tal perspectiva está fortemente influenciada pelos avanços do pensamento pós-estruturalista e pós-moderno, assim como pela evolução dos movimentos sociais e do pensamento científico feminista. Nesse aspecto, temos muitas pesquisas e reflexões sobre as relações de poder que ocorrem entre as próprias mulheres, rompendo com a ideia de polarização, e como as masculinidades e feminilidades são representadas nas relações sociais. Ou seja, fazem uma crítica às vertentes que continuam operando com pressupostos de que o social e a cultura agem sobre a base biológica e essencialista universal que as antecede.

A terceira onda, datada referencialmente nos anos 1990, tem uma pauta de reivindicações mais ampla que as ondas anteriores, mesmo que muitas das reivindicações anteriores se mantenham de modo incompletas. A terceira onda engloba outras teorias, como por exemplo a Teoria Queer, o Feminismo Negro ou Antirracista, a Teoria Pós-Crítica, o Transnacionalismo, o Pós-Colonial, Descolonial ou De(s)colonial, entre outras. As feministas marginalizadas do “Terceiro Mundo” ou das ex-colônias ganham destaque nesse movimento ao negociarem diferenças, questionarem as representações de masculinidades e feminilidades, enfatizarem as

identidades de gênero, sexualidade, raça, classe, idade, nacionalidade (OLESEN, 2006).

Narvaz e Koller (2006) consideram que nessa terceira fase do movimento feminista, observa-se intensamente a intersecção entre o movimento político de lutas das mulheres e a academia; é quando começam a ser criados nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, e/ou estudos de gênero. Já na segunda onda pode-se observar essa relação, mas é na terceira onda que a relação entre movimento feminista e a academia se fortalece e se multiplicam as reivindicações e os meios de análises.

A quarta onda feminista tem seu marco datado em dois momentos, nas manifestações de 2013 ou em 2011, quando ocorreu a Marcha das Vadias. A Marcha das Vadias é uma referência global em mobilização. Iniciou no Canadá e ganhou as ruas de vários países com manifestações articuladas por meio das redes sociais (PERES e RICOLD, 2019).

Segundo Peres e Ricold (2019) e Felgueiras (2017), a quarta onda do feminismo no Brasil é chamada de ciberfeminismo. Holanda (2020), pondera sobre a quarta onda que

O ponto de vista estratégico dos ativismos unifica o pessoal e o coletivo, parte do local e se veem mais como sujeitos sociais do que como sujeitos políticos. Muitas vezes, manifestam-se por direitos de seus corpos exigindo serviços, igualdade social, direitos humanos. Saem do universal abstrato para o universal concreto. Essa é também a linguagem política da chamada quarta onda do feminismo. A marca mais forte deste momento é a potencialização política e estratégica das vozes dos diversos segmentos feministas interseccionais, das múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala. Neste quadro o feminismo eurocentrado e civilizacional começa a ser visto como um modo de opressão alinhado ao que rejeita, uma branquitude patriarcal, e informando na autoridade e na colonialidade de poderes e saberes (HOLLANDA, 2020, p. 12).

Pode-se compreender que a quarta onda é uma extensão da terceira, aliada à explosão de informações e comunicação em massa pelas redes sociais. Neste contexto, ainda trabalhamos com antigas reivindicações, mas o modo de articulação e a ênfase se modifica radicalmente. Antes tínhamos o abstrato da transformação social enquanto utopia, agora “já estamos em transformação”, as pautas consideradas menores ganham nova dimensão no debate político e social.

A quarta onda é formada principalmente por mulheres jovens militantes que compreendem o alcance das ferramentas digitais e não querem esperar outra década para garantir seus direitos; todas as questões são urgentes, desde a participação política, políticas públicas, liberdades individuais, como aborto e sexualidade, estão em pauta.

No meu ponto de vista, tem ocorrido uma mistura boa, em que o feminismo se fortalece enquanto uma teoria da práxis para compreender, diagnosticar e atuar na sociedade. No sentido de uma teoria da práxis, as mulheres também lutam por um feminismo antirracista, anticapitalista, ambientalista, por direitos trabalhistas entre outros, ao mesmo tempo que denuncia fortemente a objetificação dos corpos, denuncia o Estado opressor. Como que dialetizando a ação-reflexão entre macro e microesferas temáticas e redes interativas ao mesmo tempo, as feministas se apoiam para denunciar e nomear os abusadores mais próximos, pedindo justiça. Um exemplo disso, é o caso Mariana Ferrer, que ganhou destaque nas redes sociais em 2020, após ser humilhada durante uma audiência na qual acusava um empresário de estupro³¹. A repercussão contribuiu para a aprovação do projeto de Lei 5096/20, que proíbe o uso, em audiências judiciais, de linguagens, informações ou material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhos de crime contra a dignidade sexual³² (CONGRESSO LEGISLATIVO, 2021).

Casos de grande impacto na mídia não são novidade, mas a resolução e a pressão ao Estado são mais “imediatas”. O assassinato³³ de Ângela Dinis, em 1976, também teve grande repercussão; mulher, branca, da elite, mesmo assim seu assassino se defendeu atribuindo “legítima defesa da honra³⁴”. Apenas em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou o entendimento de que a tese de legítima defesa da honra é inconstitucional por violar os princípios constitucionais da dignidade humana e proteção à vida. O que os dois casos têm em comum? A vítima torna-se

³¹ A audiência foi realizada *on-line*, devido a ATUAL Pandemia do Coronavírus e viralizou nas redes.

³² Notícia veiculada em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/camara-pode-votar-projetos-de-prevencao-de-crimes-contr-a-mulher/>

³³ Apenas em 2015, no Brasil, com a Lei 13.104/15, foi incluído no código penal o qualificador de crime de homicídio contra as mulheres. Tal qualificador é denominado de Femicídio.

³⁴ Também é importante destacar que neste caso ocorreu dois julgamentos, no primeiro o réu foi condenado a dois anos em regime de liberdade, e no segundo o réu foi condenado a 15 anos de regime fechado, deste cumpriu uma pena de 2 anos de regime fechado, 3 anos de semiaberto e outros em liberdade condicional. A mudança da sentença do primeiro júri para o segundo foi muito influenciado pela mídia e pelo movimento feminista.

julgada, exposta e humilhada para garantir a defesa do abusador, estuprador ou assassino. Os estereótipos de gênero e a cultura patriarcal cumprem seu papel anacrônico, estipulando celeuma na qual a mulher mereceria justiça, considerando-se um obscurantismo, truculência e hipocrisia, muito parecidos com os julgamentos da inquisição relatados por Silvia Federici, no seu livro *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*.

Como grande diferencial das ondas anteriores, existem grandes cibercomunidades interligadas – rivais ou solidárias. É por meio das redes sociais que conteúdos feministas e campanhas em que a defesa da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres são divulgados, também é por meio dessas redes que ocorre a organização dos maiores movimentos de rua.

Nesse sentido, a rede digital possibilita a massificação do que é o feminismo (ainda que não a massificação das feministas). Corroborando tais argumentos, Cazarré (2016, s/p.), explica que na quarta onda: “As bandeiras são diversas, como vimos, e temas das outras ondas são revisitados – aliás, sua principal característica não é a temática abordada, mas a massificação do feminismo (PERES e RICOLD, 2019, p. 9).

Entendo que a massificação traz seus paradoxos, ao mesmo tempo que veicula informações e saberes pertinentes, há muita desinformação e fragmentação dos conhecimentos, poluição opiniática, incentivo de ódio sem identificação, bem como a ampliação de grupos conservadores contestando as reivindicações históricas das mulheres. As disputas não são novas no campo de contestação feminista, porém se tornam mais agressivas, diante do suposto “anonimato”, do volume propagado e da lentidão das investigações e da legislação.

Outro ponto importante a ser destacado é que diante de tanta informação corremos o risco de adentrar num pensamento por *slogan*, frases de efeito e sentenças estereotipadas, o que não é uma condição apenas da quarta onda, mas tem se intensificado com os *cards* (meio de comunicação por mensagem apelativa e curta), que podem se perder dos sentidos mais profundos e necessários, como por exemplo, “Mulher vota em mulher”, “Mulher preta vota em mulher preta”, “Mulher vota em mulher de esquerda”. Ocorre uma naturalização, espontaneísmo e superficialidade, tendo o sexo como argumento fundante, que contraria as perspectivas feministas que dependem de um sentido mais complexo do que apenas a importância da representatividade política.

Hoje já vemos alguns efeitos indesejáveis da arregimentação numérica por moda ou comoção, dos mercenários e infiltrados, dos boicotes sem aprofundamento, do controle ideológico e linguístico por aparência. São efeitos indesejáveis que não se quis ver quando se propôs de modo salvacionista o aumento do ciberespaço ligado ao capitalismo, algo muito problemático quando defendemos a educação e a conscientização. Por exemplo, uma mulher pode ter uma concepção sexista e patriarcal e engrossar o coro das mobilizações, “vender” uma boa imagem e se autopromover, fortalecer seus laços de amizade porque outras do grupo também fazem, porém em nada vai contribuir para as reivindicações históricas por equidade e justiça. Assim, a representatividade das mulheres se fragiliza e é facilmente contestada, dando margem para o negacionismo e o neoconservadorismo. Nesse sentido, concordo com as autoras que afirmam que a internet remodela a forma como a militância atua, e complemento: não só a militância, no que se refere aos partidos políticos, sindicatos, ONGs e coletivos de mulheres, mas também os estudos acadêmicos.

Quando o aprofundamento dos estudos – direcionado pelo problema da pesquisa – foi indicando categorias diante de posicionamentos e identificações, a diversidade de mulheres que exigia ser ouvida se ampliou. Ao seguir a perspectiva feminista de(s)colonial aliada à perspectiva crítica, o caminho foi se tornando mais consistente no processo de teorização e estudo formativo, se confirmando na etapa de análise da pesquisa, no encontro da sistematização dos dados no momento da configuração do corpus das narradoras da pesquisa.

Compreender e organizar de maneira sistemática as perspectivas teóricas feministas implicou um desafio necessário, na medida em que muitas situações e posicionamentos possuem a mesma terminologia, em que a linguagem se mostra insuficiente. Entendi na prática a importância de expressar os paradigmas feministas ou mesmo as ideologias que fazem o movimento feminista caminhar em busca de avanços e superações “para uma saída”.

As terminologias e conceitos possuem noções epistemológicas ou paradigmáticas muito distintas. Por exemplo, o conceito de empoderamento foi apropriado pela perspectiva liberal, que tem impulsionado uma luta para que algumas mulheres acessem cargos de poder, sem modificar contudo, as estruturas sociais de

opressão, articulando a meritocracia, o individualismo e a alienação. A perspectiva crítica utiliza o empoderamento como somatório de forças e possibilidade de luta coletiva, visando não à meritocracia, mas sim, à igualdade social por meio da transformação da sociedade.

Desse modo, o empoderamento sem compromisso de transformação social pode formar lideranças autoritárias que se beneficiem a si mesmas, a grupos da elite e portanto, ao capital. A emancipação, do mesmo modo, sem ser crítica, sem estar vinculada à educação conscientizadora e ligada aos contextos da realidade histórica concreta, torna-se uma libertação parcial e sem efeitos estruturais mais amplos e consistentes. Não é possível promover autonomia de algumas parcelas e deixar a maioria na precariedade, alienação e na exploração capitalista.

O empoderamento é significativo se visar à emancipação da sociedade num sentido completo de dignidade e humanização, sem adiamentos, sem sacrificar o presente e a saúde do povo. Vejo, deste modo, o empoderamento como um estágio alinhado com a emancipação crítica e transformadora, que necessita da educação, com a formação humana que não pode ocorrer fora do horizonte sem solidariedade com a totalidade social, sem estar ligado a um processo macropolítico.

Outro exemplo de uso deslocado é o conceito de igualdade, que, baseado no feminismo liberal, busca uma articulação no sistema capitalista de mercado. Sob este conceito, apesar de defender a igualdade, não são tratadas as restrições socioeconômicas da maioria, que a suporta por existir a possibilidade de ascender poucos indivíduos, numa corrida entre si, que diz respeito à adaptação de regras em suas performances que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis, visto que seu objetivo principal é a meritocracia. Também o feminismo liberal, se apropriando do conceito no discurso e na publicidade comercial, é insensível à classe, etnia, raça, idade, sexualidade e outros marcadores sociais historicamente criados para discriminar e oprimir (ARRUZZA; BHATTACHARYA E FRASER, 2019, p. 38).

Por fim, afirmo que a abordagem pretendida nesta tese sempre se afastou do feminismo liberal, de um feminismo focado em grandes nomes da literatura científica do Norte Global³⁵; também se afastou de uma perspectiva baseada apenas nas ondas

³⁵ Para compreender a expressão Norte Global faz-se necessário a compreensão do conceito desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos, Linhas Abissais e Epistemologias do Sul.

feministas, ainda que se considere a hibridação das ondas feministas um fato que não se pode negar. A pensar justamente na vertente crítica, o estudo ao se afastar de uma perspectiva liberal, buscou um diálogo com outras perspectivas transformadoras, tendo em vista a pluralidade epistemológica e política dos movimentos feministas.

3.1 Feminismos possíveis: práticas de insurgência

Por entre a pluralidade epistemológica das perspectivas transformadoras, sigo a insurgência que parte das condições próprias no contexto geopolítico e histórico. Para este estudo se mostrou imprescindível a concepção feminista de(s)colonial. Essa perspectiva, também conhecida como feminismo periférico ou de Terceiro Mundo, engloba não só as questões de gênero, mas também de classe social, raça, sexualidade, nacionalidade e idade, entre outros diversos marcadores identitários de discriminação e opressão advindos da colonização e reconhece a necessidade de um olhar geopolítico sobre o “sistema-mundo/patriarcal/capitalista/colonial/moderno³⁶” e suas marcas culturais nos povos, de maneira a questionar a modernidade e o eurocentrismo do ponto de vista teórico e das diferentes experiências das mulheres enquanto um grupo plural e subalternizado.

De acordo com Yuderkys Espinosa Miñoso,

el feminismo descolonial se trata de un movimiento en pleno crecimiento y maduración que se proclama revisionista de la teoría y la propuesta política del feminismo dado lo que considera su sesgo occidental, blanco y burgués. El nombre es propuesto por primera vez por María Lugones, feminista de origen argentina y residente en los EEUU (ESPINOSA MIÑOSO, 2016, p. 150).

Ao revisar a teoria feminista e suas categorias eurocêntrica e imperialista, essa teoria lança sua percepção na intersecção e nas dicotomias hierárquicas das categorias científicas da modernidade que, segundo Lugones (2014), mostra a ausência das mulheres e não sua presença. Assim, a autora propõe o “sistema moderno colonial de gênero” com intenção de visibilizar a lógica categorial

³⁶ Conceito, desenvolvido por Ramón Grosfoguel (2008), que agrega os principais significantes que caracterizam a herança colonial numa mesma locução.

dicotômica e hierárquica do pensamento capitalista e colonial moderno sobre a raça, gênero e sexualidade, uma lógica naturalizada e difundida pelo ensino disciplinar e unidirecional, um currículo instrumentalizado para a invasão cultural que desconsidera as existências humanas racializadas, não europeias (FREIRE, 2002). Desse modo, permite buscar “organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão na tensão com essa lógica” (LUGONES, 2014, p. 935). A autora denomina tais práticas de “não modernas”.

No entendimento de Curiel (2020), Lugones dialoga com duas fontes importantes, uma composta pelas críticas realizadas por feministas negras, mulheres de cor, chicanas, mulheres pobres, pelo feminismo autônomo latino-americano, pelo feminismo indígena e pelas feministas adeptas do materialismo francês, críticas do feminismo hegemônico. A segunda fonte com que Lugones debate é a rede Modernidade/Colonialidade.

Na configuração dos referenciais teóricos, sentindo o perigo de realizar uma mescla eclética e superficial, cogitei uma situacionalidade relacional junto à pesquisa-formação e as narradoras deste trabalho, destacando a insurgência, a transgressão e especialmente a transformação do presente negado. Sendo a teorização processo crítico e dialógico, não poderia partir de um quadro teórico totalmente estabelecido de antemão. Esta pesquisa trata das narrativas de mulheres feministas e das interações cotidianas que resistem ao sistema moderno colonial de gênero. Nesse sentido, as teorizações de(s)coloniais permitiram experimentar lentes potencializadoras da complexidade para analisar e repensar práticas feministas de resistência e existência em que mulheres latino-americanas vivem, onde nos incluo como pesquisadoras e narradoras da pesquisa.

Para Lugones,

en el desarrollo de los feminismos del siglo xx, no se hicieron explícitas las conexiones entre el género, la clase y la heterosexualidad como racializados. Ese feminismo enfocó su lucha, y sus formas de conocer y teorizar, en contra de una caracterización de las mujeres como frágiles, débiles tanto corporal como mentalmente, recluidas en el espacio privado y como sexualmente pasivas. Pero no explicitó la relación entre estas características y la raza, ya que solamente construyen a la mujer blanca y burguesa. Dado el carácter hegemónico que alcanzó el análisis, no solamente no explicitó sino que ocultó la relación. Haciendo empezado el movimiento de ‘liberación de la mujer’ con esa caracterización de la ‘Mujer’ como el blanco de la lucha, las feministas burguesas blancas se ocuparon de teorizar el sentido blanco de ser mujer como si todas las mujeres fueron blancas (LUGONES, 2008, p.35).

Seguindo essa configuração e movimento teórico, junto à visão de classe social busquei repensar criticamente o sistema moderno colonial de gênero racializado, com sua presumida sexualidade biológica reprodutiva, frágil, servil e puritana. Uma repressão do cristianismo europeu ocidental, seja católico ou protestantes, a mulher jovem, fonte dos prazeres heterossexuais masculinos ligados à natalidade, aos cuidados e à renúncia possibilita compreender a mitologia que parte da Europa enquanto centro do mundo e que colonizou, explorou, “extorquiu” e catequizou, com um discurso que salvaria os não humanos, os selvagens, imprimindo outro que não elas/es, colocando-se no topo e hierarquizando a partir da raça, gênero, sexualidade.

A caminhada da pesquisa apontou que a perspectiva teórica de(s)colonial pode recuperar o feminismo crítico e produzir uma complexificação dos conceitos, ao reconhecer seu aporte político de luta contra um sistema opressor e discriminador, imposto pelo sistema mundo moderno colonial e racializado (CURIEL, 2007). A perspectiva de(s)colonial e a educação popular exigem uma teorização por se fazer e difundir, embora muito já tenha se trilhado.

Ela permite refletir como reconfigurar as pautas curriculares, se posicionar frente aos rumos do ensino. Ao embasar o pensamento crítico em sua práxis, tem como referência para pensar, por exemplo, junto às mulheres que “nem todas as mulheres têm a mesma experiência”, portanto, o feminismo datado a partir da revolução francesa, além de ter uma história linear, oculta outras tantas experiências de resistência. Por isso, foi muito importante relacionar a insurgência do existir e a ressignificação dos conceitos com novos paradigmas do Sul. É certo pensar que o conceito de feminismo, assim como o Estado e a República, foi nomeado na Europa, contudo existia anteriormente. Desse modo, fica evidente que a luta das mulheres começou muito antes de existir o feminismo (CURIEL, 2007).

Segundo a autora, a colonialidade produziu uma lógica em que as mulheres não eurocêtricas são representadas como objeto e não como sujeitos de sua própria história. Assim, a representação das feministas do primeiro mundo coloca as mulheres do Sul global como vítimas, ao desconsiderar sua experiência e seus importantes saberes de resistência e lutas.

Nessa mesma trilha que enfoco outros aspectos para pensar o processo de colonialidade, ao me referir às contribuições do feminismo afrodescendente, indígena, lésbico, ou não heteronormativo, entre novas e outras vozes ecoantes que

as feministas brancas e eurocentradas normalmente não conseguiam ouvir. De acordo com Curiel,

son ellas (nosotras) las que no han respondido al paradigma de la modernidade universal: hombre-blanco-heterosexual; pero ademas las que desde su subalternidade, desde su experiencia situada, han impulsado um nuevo discurso y una práctica política crítica y transformadora (CURIEL, 2007, p. 94).

Qualifico meu aprender com vozes que já não posso, ninguém pode, deixar de ouvir. O feminismo de(s)colonial tem forte influência do feminismo antirracista e, conjuntamente, tem buscado outros caminhos para compreender a sociedade de maneira sistêmica, integrada e dialógica. Temos composto nossa formação, que não é mais servil ao paradigma da “fundadora cultura civilizada”.

Para isso, tem sido necessário transgredir o modelo patriarcal, racista, heteronormativo e sexista. Localizamos mais interlocutoras, onde o repertório teórico se qualifica. É como se umas chamassem as outras, ecoando vozes que precisam ser consideradas, depois de não acreditarmos mais nas promessas da fábula da globalização. Ouvir e nos fortalecer ao conhecer os processos epistemológicos, nos fez tecer redes e reconhecer as contribuições de pessoas para grupos e coletivos

Curiel realiza um estado da arte, que chama de genealogia, para considerar/incluir as principais intelectuais e militantes e suas contribuições para uma política de(s)colonial e antirracista. Sua genealogia trata de aumentar a visibilidade que vem produzindo outros feminismos; nesse sentido destaque: Maria Stewart, primeira mulher negra que sinalizou em público o racismo e o sexismo; Sojourner Truth, em seu discurso “Por acaso não sou uma mulher!”; Rosa Parks, que se negou a ceder seu lugar no ônibus para um homem branco; Angela Davis, ícone da luta pelos direitos civis; mais atualmente, Patricia Hill Collins, com sua concepção de matriz de dominação; Barbara Smith, que conclama as mulheres para assumirem uma posição radical de combate às opressões. Paralelamente, as feministas *chicanas*³⁷ Gloria Anzaldúa, Chela Sandoval, Cherrie Moraga e Norma Alarcón, entre outras, rompem com o cânone da pureza gramatical, cruzando a fronteira geopolítica, literária e conceitual (CURIEL, 2007).

Outros tantos nomes precisam ser lembrados. Entre as latino-americanas, as que têm como enfrentamento o “mito da democracia racial”, que nega o racismo

³⁷ Termo utilizado para se referir às/aos migrantes mexicanas/os que vivem nos Estados Unidos.

incentivando um branqueamento alimentado e promovido pelo Estado. Nos anos anteriores da segunda guerra, a brasileira Lélia Gonzáles produziu uma genealogia indígena e africana, a partir de seu conceito de amefricanidade como forma de denunciar o eurocentrismo; também questionou a divisão sexual do trabalho esquematizada por mulheres brancas – essa divisão se ancorava na ideia de espaço público e espaço privado, e não poderia ser utilizada por/para mulheres não brancas, pois mulheres negras, indígenas e pobres sempre estiveram no espaço público. Lélia Gonzáles também contestou a linguagem e apresentou conceitos como améfrica e pretoguês para falar de culturas e linguagens não ocidentais e pós-ocidentais, visando a desenvolver uma reflexão histórica, sociológica e geográfica da dinâmica social. Outra brasileira, Jurema Werneck, se dedica a pensar a luta política de mulheres não brancas, aquelas que resistem a se subordinar. Ela aponta que a luta política das mulheres existe bem antes do feminismo eurocêntrico. Além delas, Marta Sánchez Néstor, busca uma reflexão sobre a autodeterminação dos povos indígenas (CURIEL, 2007).

A revisão que Curiel elaborou me motivou a pensar em outras cientistas, militantes, gestoras feministas que contribuíram e contribuem para o processo de descolonização de gênero, raça e sexualidade. Como a concepção empregada de paradigma não quis ser monocultural e nem classificatória, pois nem todas trabalham nomeadamente na perspectiva de(s)colonial. Muitas se articulam a partir de uma concepção crítica, mas devido suas contribuições não puderam deixar de compor aqui a sistematização de leitura de mundo a partir de uma lógica feminista.

Considero a obra da autora Francesca Gargallo, especialmente *Las ideas Feministas Latinoamericanas*, uma leitura profícua, devido à acuidade com que explicita os eventos econômicos, sociais, ambientais, bem como a forma com que as mulheres se articulam para fazer o enfrentamento necessário. Sua lógica de pensamento converge com a resistência à globalização como fábula e seus agentes bem autoposicionados. Para a autora, muitas mulheres militantes não elaboram suas práticas de acordo com o feminismo, pois se associam à lógica internacional pautada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que, a título de ilustração icônica, em 1975, criou o mês da mulher, e desse modo, confirmou/recrudesceu a hegemonia do modelo da mulher eurocêntrica. Com isso, muitas latino-americanas se sentiram em dívida e passaram a se organizar tendo como referência as políticas do Norte. *“Las críticas a los conceptos y categorías europeas e estadounidenses han acompañado*

toda la história del pensamiento en América Latina” (GARGALLO, 2004, p. 14). Como já mencionei, não se pode negar a organização histórica do feminismo por meio das ondas feministas, já que elas compõem esse emaranhado, mas é preciso conduzir uma crítica e questionar até que ponto essa organização histórica vem contribuindo conosco, mulheres do Sul.

Gargallo (2004) divide as feministas em duas categorias, as “feministas do possível”, ou seja, as institucionalizadas, fruto do oportunismo econômico, que se tornam *experts* em assuntos públicos de mulheres, porta-vozes de organizações políticas de cunho masculino, tanto nacionais como internacionais. A segunda categoria, segundo Gargallo (2004), é a das “feministas autônomas” ou “utópicas”, que fortalecem uma crítica ao sistema, tendo em vista que não basta incluir as mulheres, mas sobretudo minar o sistema de opressão e discriminação.

Numa importante revisão para este estudo, especial por ajudar a tecer uma noção em relação às gerações das mulheres que colaboraram com a dimensão empírica da pesquisa, a brasileira Mirla Cisne (2018) organizou a história da luta feminista brasileira em três tendências. A primeira foi definida numa perspectiva liberal: busca os direitos das mulheres sem confrontar o patriarcado e o capitalismo nem compreendê-los como forma de exploração e opressão. De acordo com a autora, a perspectiva liberal é chamada de “feminismo bem-comportado”, do tipo que atualmente dizemos que é para agradar os homens e os capitalistas. A segunda tendência é intitulada difusa, sendo organizada por mulheres cultas e com acesso às mídias da época, denuncia principalmente a necessidade da educação igualitária e da participação nos espaços públicos. A terceira tendência, chamada anarquista e marxista, é composta principalmente por mulheres intelectuais, trabalhadoras, militantes de esquerdas, tendo como principal eixo de luta o combate à exploração do trabalho (CISNE, 2018).

Da tendência anarquista e marxista, passa-se a confrontar o patriarcado e o capitalismo. E conforme a autora, esse grupo de mulheres compõe o feminismo “mal-comportado”; à medida que passam a confrontar as relações de poder, as feministas não objetivam ser agradáveis às autoridades de poder masculino nem às instituições propagadoras do patriarcado. A existência dessas tendências é concomitante, e a principal vitória ocorreu com o direito ao voto feminino, que foi interrompido com a ditadura da Era Vargas, em 1937.

Após esses embates, muitos grupos de mulheres se articularam em bairros e suas comunidades, formando principalmente os Clubes de Mães. Aos poucos, outras mulheres feministas anarquistas e marxistas se reuniram trazendo os ideais de ocupar o espaço público e político. Ainda de acordo com Cisne (2018, p.145), o “feminismo é a experiência cotidiana pensada e discutida nas comunidades de base, nos clubes de mães, nos grupos informais, nos quais as reivindicações se confundem com o desejo de mudar a vida”. Mesmo assim, foi a partir dos anos 1970 que um projeto mais consolidado com os ideais feministas passa a se organizar com base nos movimentos contraculturais dos anos 1960. Nesse período, iniciou-se uma caminhada de descoberta do corpo; o slogan “Nossos corpos nos pertencem” pautava e simbolizava a luta feminista.

Há um interesse especial que ajuda a conferir consistência à autocritica e à crítica, mesmo ocupando significativamente a cena pública e sacudindo o machismo, a pauta feminista não foi totalmente incorporada nas discussões acadêmicas, tampouco nos discursos dos dirigentes sindicais; por exemplo, quanto à desigualdade salarial entre homens e mulheres, “somente as próprias mulheres – as feministas e as militantes dos movimentos – colocaram o problema” (CISNE, 2018, p.149).

Tal viés, histórico e geográfico, pode ajudar a dirimir um dilema que acompanhará este estudo, a classificação das prioridades e das reivindicações em relação à especificidade de outros movimentos que viriam a problematizar as discussões como pautas gerais ou específicas do movimento feminista. Entendo que, ao se pôr em evidência os direitos que nos foram negados historicamente, não se está afirmando que possuímos pautas específicas que dizem respeito apenas às mulheres. Compreendo aqui o termo específico, significando próprio, peculiar, que pertence exclusivamente a um indivíduo ou grupo, algo inerente. Essas pautas não são para privilegiar um gênero em detrimento de outro, muito pelo contrário, não existe uma pauta específica ou inerente, firmada por características biológicas, por exemplo; o que ocorre é que o movimento feminista engloba uma grande complexidade.

Nesse aspecto, concordo com Céli Pinto (2003) quando afirma que o movimento precisa lidar com uma dupla face, a da luta específica da transformação das relações de gênero e a outra, apresentada pelos diversos movimentos, relativa a grandes questões sociais como a fome, a miséria e a desigualdade social. Contudo, ao pensar nos grandes problemas sociais não me parece evidente que esta seja a solução para definir o que é geral ou específico, pois a fome, a miséria e as

desigualdades sociais têm corpo, gênero, raça e sexualidade bem definidas. Nas relações de poder conduzidas pelo patriarcado, colonialismo e capitalismo todos e todas são levadas a um destino de opressão, e nesse sentido não se compreende uma separação, a distinção reside apenas na ideia de que as mulheres estão em condições mais desfavoráveis.

Trata-se de um dilema importante, vivendo num agonismo, parece causar desunião e partições inimigas. Acredito que neste embate não há uma verdade científica consensual, portanto, a solução estaria em experimentar as consequências de investir em um posicionamento feminista e avaliá-las no seu transcurso. Acredito que é preciso tentar se expressar em que paradigmas as posições se derivam e virão a fortalecer; aprender com a argumentação antagônica e aprender a argumentar e desenvolver competências que atualmente parecem mais prejudicadas, tais as condições ainda não produtivas da quarta onda.

A estatística confere uma faceta quali-quantitativa para situar a discussão e encaminhar propostas. Claro, sabemos bem que a estatística não é verdade em si, nem é mais estável ou mais neutra que outras metodologias. Ela é mais uma ferramenta em potencial para cruzar ou cotejar dados em conjunto. Não obstante, este ramo da matemática aplicada tem uma dimensão discutível, originada na fonte, na captura da informação, na qualidade em que foi obtida; tem outra, no emprego, seleção e organização de seus inúmeros indicadores de massa e, por fim, na interpretação da configuração obtida.

Posta essa ressalva, trarei alguns dados para subsidiar crescentemente um posicionamento entre os tipos de pautas. De acordo com o IPEA (2015), é crescente o número de mulheres chefe de família, isto é, as únicas provedoras de seus lares, no entanto, o rendimento médio mensal para as mulheres, no geral é de R\$ 722,35, menor que para os homens. Parece evidente que essas diferenças causam o empobrecimento da população feminina e seus filhos e filhas, assim, aprofundando as desigualdades econômicas e culturais de homens, mulheres e das/dos não binárias/os entre outras. No momento, essa pequena configuração não abordou a racialização social, a faixa etária, a saúde, o conceito de lar e de família, etc.

Por esses motivos, provisoriamente, vou denominar as questões levantadas pelas feministas de “questões primordiais” e não de específicas, pois se apresentam na ordem de relevância global para a sociedade. Todas as lutas feministas vêm beneficiando a sociedade como um todo, tendo em vista que a nossa sociedade

moderna, colonial, patriarcal e racializada é fundada na expropriação, dominação e na exclusão da maioria das pessoas oprimidas.

Os conceitos são móveis e históricos e a epistemologia da pesquisa um permanente fazer-se e relacionar-se. A reconhecida socióloga brasileira Heleieth Saffioti (2004), apesar de não se autodeclarar feminista, conduziu importantes estudos sobre a condição das mulheres no que se refere à exclusão e à discriminação. Ela fortaleceu a perspectiva feminista ao criticar o conceito de gênero, pois como categoria analítica sozinha não conseguiria responder às opressões e discriminações sofridas pela raça e classe social (SAFFIOTI, 2004 e 2013). A autora observou que o patriarcado não se restringe apenas às mulheres no âmbito privado, mas atravessa a totalidade da sociedade.

Céli Regina Jardim Pinto, em seu livro *Uma história do feminismo no Brasil*, considera a pesquisa e escrita sobre a história do movimento feminista uma tarefa peculiar, por este ser difuso, fragmentado, e com objetivos e pretensões diversas. A autora traça uma linha dos primórdios do movimento, que se inicia nos anos de 1930, com o sufrágio, dando um destaque para o feminismo pós-1968, período da ditadura militar e de redemocratização que vai até os anos 1990, com um feminismo marcado pelas Organizações não governamentais (ONGs).

Vilma Piedade (2017) desenvolveu o conceito de *dororidade*, em releitura do conceito de sororidade, que basicamente seria uma ligação de irmandade e de essência comum entre todas as mulheres pretas para marcar o lugar-ausência historicamente criado pelo racismo, por isso, não é sororidade. A sororidade não abrange as mulheres pretas e pobres, condição marcada pela invisibilidade. Segundo a autora,

dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as Mulheres pelo machismo. Contudo, quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, têm um agravo nessa dor. A pele Preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a Carne Preta ainda continua sendo a mais barata do mercado. É só verificar os dados. (...) A sororidade parece não dar conta da nossa pretitude (...) a dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor (PIEADADE, 2017, p. 17).

A autora entrecruza diferentes condições de opressão e marcas da segregação ao pensamento feminista, dando elementos complexos para uma crítica ao feminismo branco e liberal. Vejo como relevante essa crítica por ter identificação cultural e política com a formação e a teorização transformadora que fomos

buscando, a forma com que seu conceito foi elaborado na prática: junto com outras mulheres militantes e acadêmicas³⁸. Numa perspectiva semelhante, cito duas pesquisadoras que são muito importantes para o pensamento feminista brasileiro, a já referida Lélia Gonzáles (1988), com seu pretuguês e o conceito de amefricanidade, e Sueli Carneiro (2017), que aborda a ausência das mulheres pretas nos espaços sociais.

Ainda trazendo a contribuição de estudos importantes para o pensamento feminista, foram realizadas buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na área do conhecimento da Educação. Utilizei as palavras-chave “feminismo de(s)colonial”, “movimento feminista” e “feminismo”, com os trabalhos disponibilizados no período de cinco anos, contando a partir de 2014. A partir da leitura dos resumos e referenciais teóricos, selecionei sete teses e cinco dissertações, que vieram a dialogar com a proposta de pesquisa, devido às concepções epistemológicas e metodológicas empregadas serem não hegemônicas ou eurocêntricas. Também convergiram por dialogar com as epistemologias de(s)coloniais, subalternas, e de fronteira dos povos colonizados. São exemplos os seguintes trabalhos: Meneses (2015), que trabalha com movimentos sociais que se articulam por redes virtuais; Mendez (2017), que dá ênfase às histórias locais para repensar projetos de modernidade; Markus (2018), que discorre sobre o poder da conversa e cria uma metodologia científica indígena para romper com os paradigmas dominantes; Zanini, (2014), que busca nos contextos de resistência meios para uma latinidade pedagógica.

No período analisado, pode-se constatar um maior número de dissertações tendo como tema e perspectiva teórica o feminismo, o que se diferencia das teses deste mesmo período. Heloisa Buarque de Hollanda (2018) conta que em 2015 “levou um susto feliz”, pois voltou-se a ouvir um vozerio, marchas, protestos, campanhas em rede e mulheres nas ruas, gritando contra a ameaça de retrocessos. Talvez por isso, haja mais dissertações do que teses com a perspectiva feminista, tanto os movimentos feministas quanto as teorias feministas andam juntas, se retroalimentam e se impulsionam na luta por políticas públicas e garantias de direitos para as mulheres.

³⁸ Essa distinção é apenas esquemática. Nos referimos às mulheres acadêmicas, que tiveram condições e conseguiram ocupar funções de professoras e pesquisadoras, sem com isso, deslegitimar o ativismo ou produzir dicotomias.

As dissertações apresentam em seus objetivos e teorização, o feminismo, tanto como objeto de estudo, como teoria que possibilita uma outra epistemologia. Por exemplo, Barroca (2016) busca desenvolver estratégias formativas por meio dos movimentos feministas; Carmo (2017) analisa como os feminismos têm sido disseminados em redes sociais e os tipos de pedagogias possíveis; Lopes (2017) propõe a construção de uma pedagogia feminista popular a partir da experiência com mulheres em um curso pré-vestibular de educação popular; Godinho (2017) realiza uma pesquisa-ação feminista em espaço da educação informal com grupos de mulheres assentadas no MST. É perceptível que as pesquisas realizadas nas teses e dissertações buscam aprender com algum grupo social que resiste à colonialidade e ao capitalismo. Suas metodologias consistem num emaranhado complexo de possibilidades e diálogos entre saberes populares, como por exemplo, a metodologia indígena da roda de conversa, a pesquisa participante, observação participante, histórias de vida, biografias.

Tratam-se de importantes produções em educação na temática que investigo. Tal busca me levou a aprender um pouco mais sobre o processo de configuração da pesquisa no universo temático. Junto ao processo de construção do referencial teórico que se abria, o estudo que levou à construção do estado do conhecimento sobre o tema, me ajudou a aprender sobre a diversidade de estudos realizados e sobre sua necessidade de abranger por diferentes ângulos e caminhos a humanização de(s)colonial.

As feministas latino-americanas fazem uma crítica ao movimento feminista liberal, branco, burguês e eurocêntrico. Este movimento expressa que as feministas brancas pouco ou quase nada consideram sobre as múltiplas opressões que as mulheres negras, indígenas e não-brancas vivenciam. Maria Galindo ([201-]), em seu livro *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar*, questiona a “bandeira” de “inclusão” e “igualdade” que o feminismo liberal, branco e de classe média, articulado principalmente em ONGs, se apropriou e distorceu. Assim, destaca a importância dos dissensos para combater politicamente o feminismo universalizante e acrítico, sendo necessário desvelar seu caráter de classe e de origem eurocêntrica.

Percebe-se a prática de um tipo de crítica que lida com o aprendizado do diálogo em torno de consensos mínimos, na problematização e encaminhamento de conflitos – um caminho duro, enfrentar conflitos internos, experimentar e hesitar,

quando forças do capital são unidas e reificadoras. Esta teorização que viemos, como feministas, apreendendo e complexificando nos conferiu mais firmeza neste trilhar.

Nota-se, em outras palavras, que este feminismo liberal busca em nome da inclusão e igualdade uma essência de mulher: universal, branca, classe média, burguesa, heterossexual, casada, mãe, uma trabalhadora empreendedora de si, responsável pelos afazeres domésticos e cuidados familiares. Portanto, a diversidade dentro da experiências essencializada de mulher tem se mostrado obscura e pouco questionada. Segundo a autora, a luta das mulheres e seus sonhos foram apropriados a serviço do patriarcado, mostrando que a homogeneização das mulheres, sem revelar conflitos, é um pensamento simplista, espontaneísta e romântico. O termo romântico aqui se refere ao sentido mais coloquial, e não ao movimento filosófico que criticou a hegemonia, arrogância e o racionalismo do esclarecimento, portanto, diz respeito ao individualismo, naturalismo e à afetividade emocional alienadora (ABBAGNANO, 1998).

A educação promovida pelos movimentos inclui sororidade, dororidade e solidariedade, e isso não quer dizer apaziguar ou minimizar conflitos, mas configurar uma crítica situada, concreta e propositiva. Parto da ideia de que mulheres podem lutar conjuntamente sem se submeter às hierarquias de classe, raça, idade, heteronormatividade, pertencimento cultural, lugar de nascimento e vínculo civil.

É importante buscar convergências, ou mesmo divergências e nuances que nos ajudem a compreensão contextual de nossa condição “pós-colonial”. Nessa linha de pensamento, Lagarde y de los Ríos (2015) explicita que a condição da mulher é uma criação histórica, *“Las mujeres compartem como género la misma condición genérica, pero difieren cuanto a sus situaciones de vida y en los grados y niveles de la opresión”* (2015, p. 88). Desse modo, mais uma vez se vê que historicamente a modernidade eurocêntrica buscou uma mulher ideal a serviço do patriarcado.

Portanto, se a monocultura serviu para a invasão cultural, não será uma teorização pura e unificada que responderá aos caminhos de emancipação, por isso aprendemos que distinguir as diferenças entre as próprias mulheres se configura um ato de resistência política. A autora observa que os sujeitos sociais da opressão e exclusão patriarcal e capitalista são mulheres, crianças, jovens, idosos, homossexuais, deficientes, doentes, trabalhadoras/es doentes, trabalhadoras/es em geral, camponesas/es, indígenas, as/os que professam religiões e falam “dialetos”,

analfabetos, gordos, baixos, feios, negros, súditos da classe exploradora. Tal conceituação infere que o processo de racialização é mais complexo que uma classificação por superfície ou por demandas de inclusão neste modelo de sociedade capitalista, ainda que essa se faça necessária no momento. A racialização trata-se de uma desumanização ligada à classificação dos fenótipos, marcas e sofrimento, determinando aquelas/es que nunca foram vistos como seres humanos, que lutam por dignidade ou para aquelas/es que não servem mais.

E quais seriam as relações do feminismo com os corpos materiais de acordo com a tradição de sua valia na sociedade ocidental? Se são atrativos, se causam boas impressões, se evocam o consumo do que há de melhor produzido? Se estão associados ao sucesso e à riqueza? E se são estes tipos visuais que contam as histórias nos filmes comerciais, da raça perfeita, da idade do vigor humano, da beleza invejável, da simetria idealizada, da fisionomia greco-romana ou dos deuses nórdicos? A pele lisa, os músculos duros e marcados sem gordura alguma? O que acontece com as intensidades dos entrecruzamentos das características físicas que se aproximam ou distanciam do padrão vigente desta época?

Um tipo de beleza que pode ser capitalizado, ter valor ou ser repudiado nos faz pensar no gênero feminino, na estetização do corpo da mulher e como se modifica a significação do conceito de feminismo de acordo com o paradigma hegemônico e de acordo com o que se quer transformar, uma libertação das prisões comerciais, valorizando a existência e o que as pessoas lutam por ser e se relacionar, como contribuem para um mundo melhor, além de seu bem estar próprio. Porém, o que se percebe é que a identidade depende dos padrões de imagem e se articula ao valor capital em relação ao quanto se aproxima ou distancia de um padrão visual de corpo. Retomando as concepções sobre feminismo, Francesca Gargallo (2004) afirma que,

De manera esquemática, su resurgimiento en ese entonces podría resumirse así: un grupo de mujeres se encontró entre sí, se reconoció el derecho de estar juntas, se abrogó la facultad de analizar y transformar el lenguaje que hablaban, reclamó la autoridad de las mujeres y definió la falocracia, o androcracia, o patriarcado, como el sistema de dominación de los hombres y del simbolismo del falo sobre las mujeres (GARGALLO, 2004, p. 2).

Essa concepção feminista se encontra numa ordem global de contestação de um paradigma patriarcal e falocêntrico, pautado no binarismo que sustentava o Homem como o sexo proprietário de todos os instrumentos de poder. Um poder

abusivo que diz respeito a quem pode pertencer às elites e os incluídos e os que devem servir barato e adiante serem inscritos no processo de abandono, doença e morte. Os homens e as pessoas belas e jovens protegidas podem decidir e escolher. Por muito tempo, eles se sentiram confiantes e confortáveis neste centro de poder, mas ao serem questionados e tensionados pelo outro polo, contra-atacaram utilizando mecanismos institucionais para desacreditar o feminismo (GARGALLO, 2004).

Cabe acrescentar que as políticas de identidades foram centrais para combater a ideia desse novo homem e apontar o patriarcado como movimento que modifica sua linguagem e seu modo de operar de acordo com seus contextos históricos e espaciais, mas não deixa de ser um modelo opressor e discriminador. Esse movimento de política de identidade passou a questionar a existência de uma identidade apenas feminina, mas também uma identidade masculina, que está sendo agraciada e marcada por privilégios que negam as experiências das mulheres. Para a autora, as identidades são construções ideológicas complexas, desse modo, o paradigma dominante cria novas identidades femininas; agora as mulheres precisam trabalhar, ser independentes, não são desejadas as mulheres virgens, precisa-se que experimentem a sexualidade de modo mais aberto, mas que sigam servindo aos propósitos da dominação.

Para Gargallo (2004) as mulheres não obtiveram uma vitória, pois muitas feministas se dividiram, acusando-se de feministas liberais ou disfarçadas de agentes revolucionárias. Esse ponto é central para pensar a concepção feminista, pois quem é mais autorizada a questionar os impactos do paradigma patriarcal e falocêntrico na sociedade? Acredito que não existe um único meio, menos ainda que seja válido como um modelo pautado no eurocentrismo e nas metanarrativas que se mostram um tanto problemáticas, pois muitas vezes não consideram o corpo como espaço político.

3.2 Colonialidade: gênero, lugar e cotidiano

Ao contrário da ação moderna, no caminho da descolonização, para construir conhecimentos é preciso evitar fragmentos e etapas desligadas umas das outras. É

preciso, ainda, duvidar da história evolutiva hegemônica e de suas decorrentes classificações, como é o caso de enquadrar o feminismo em ondas causais ou sequenciais. Busco no decorrer deste estudo convergir a teorização sob o ângulo de três conceitos – gênero, lugar e cotidiano, além de embasar o entendimento horizontal das práticas e ações trazidas. Na globalização como fábula, colonizar tinha o ensino como veículo da ideologia monocultural, e por meio do capital econômico se buscava dominar o espaço-tempo e torná-lo universal; sob este ângulo que incorporo aqui, os enfoques de gênero, lugar e cotidiano conferem significados resistentes à colonialidade e ao colonialismo.

Assim, para refletir sobre gênero, lugar e cotidiano articulo concepções feministas da categoria mulher e sua não homogeneização, tendo em vista as diferenças marcadas pelo sistema colonial de gênero³⁹. Do ponto de vista da autora mexicana Lagarde y de los Ríos (2015) superar o patriarcado e o sexismo exige uma mudança profunda. Não é tarefa fácil, pois historicamente foi imposta uma única forma de ser mulher, uma mulher universal, que vive dentro dos padrões homogêneos estipulados pela sociedade patriarcal e de classe, em que mudar causa medo, principalmente por não se conhecer outras maneiras de ser mulher e não se saber viáveis outras formas de existir. No outro lado do conservadorismo, existem mulheres que enfrentam o medo e desejam outra história, em que mulheres sejam protagonistas de suas vidas.

Neste sentido, os movimentos feministas não poderiam ter um caráter universal homogêneo, uma única história e uma única concepção de mulher. Por isso, compreendo que o feminismo representado pelas ondas possui caráter de uma pauta globalizante, pois, se por um lado pode contribuir para a união mundial das mulheres, por outro deixa à margem muitas histórias e ações cotidianas, que fazem o enfrentamento diário em seu entorno mais imediato. Portanto, o lugar, aqui definido como uma categoria relacional na escala do cotidiano, não exclui as ações globais e vice-versa. As sociedades se organizam de diferentes formas, contudo, um projeto universalizante de compreensão das relações de gênero vem colocando mulheres não brancas, latino-americanas do Sul global, às margens dos bens materiais de sustentabilidade da vida e da produção do conhecimento e, também, dificultando o protagonismo de existência e resistência.

³⁹ Sistema colonial de gênero, concepção utilizada por Lugones (2008 e 2014).

Venho abordando os pontos cardeais de maneira simbólica, que coincide com a dimensão física do planeta, neste caso numa noção mais aproximada do que é predominante ou escasso, da presença e da ausência de vida organizada, de forças e energias. O lugar, do ponto de vista geográfico, pode ser considerado como expressão local e específica de processos sociais e econômicos de poderes partindo da individualidade e da vida cotidiana, seja conflitiva ou pacífica. Martínez, Moya e Muñoz (1995), compreendem o lugar como categoria central para a análise geográfica, e podemos complementar que para o campo de saber da educação transformadora também, pois o lugar apresenta conotações de (des)encontros e justaposições. Por exemplo, no caso de recorte de gênero, existem predominantemente espaços feminilizados e, predominantemente, espaços masculinizados, mas ambos tradicionalmente heteronormativos e racializados.

Partindo dos estudos críticos e descoloniais, no sentido dos entrecruzamentos, essa diferenciação do espaço problematizaria os espaços heteronormativos, racializados e de classe. Essas diferenciações estão ligadas a uma divisão funcional das atividades humanas e têm como marca a revolução industrial ocidental, que separa o lugar de residir do lugar de trabalhar, tendo horários rígidos, além de tipificar hierarquicamente as funções laborais em gêneros. O lugar determina e é determinado pelas separações da norma fabril, em sua concepção de poder exclusor.

Para McDowell,

los estudiosos de la geografía saben ahora que el espacio es conflictivo, fluído e inseguro. Lo que define el lugar son las prácticas socioespaciales, las relaciones sociales de poder y de exclusión; por eso los espacios se superponen y entrecruzan y sus límites son variados y móviles. Los espacios surgen de las relaciones de poder; las relaciones de poder establecen las normas; y las normas definen los límites, que son tanto sociales como espaciales, porque determinan quién pertenece a un lugar y quién queda excluido, así como la situación o emplazamiento de una determinada experiencia (MCDOWELL, 1999, p. 15).

Desse modo, pode-se afirmar que a sociedade patriarcal, que se manteve na economia industrial, vem determinando para as mulheres nada mais nada menos do que lugares com menos *status* e menor remuneração, produzindo uma desigualdade social de classe, gênero, raça, sexualidade. Seguramente, não podemos apenas querer o acesso igualitário aos espaços produzidos, numa lógica moderno-industrial-capitalista, sem rever e repensar o paradigma estabelecido. Como disse, isso se

explica justamente por esses espaços se caracterizarem pela exclusão, discriminação e aniquilamento da existência humana, enquanto processo histórico.

Na trilha do pensamento de(s)colonial, as relações de poder estão expressas na colonialidade do poder, do ser e saber. Volto a Grosfoguel (2008), quando este se refere a um emaranhado e complexo conceito de sistema, “sistema-mundo/patriarcal/capitalista/colonial/moderno”, que não pode ser compreendido apenas pelo viés da economia e nem tampouco pela perspectiva da cultura, tornando esta redução polar um falso dilema. Para Grosfoguel, “a descolonização do conhecimento exigiria levar a sério a perspectiva/cosmologia/visões de pensadores críticos do Sul global, que pensam com e a partir dos corpos e lugares étnicos-raciais/sexuais subalternizados” (GROSFOGUEL, 2008, p. 117).

Grosfoguel (2008), utiliza a expressão “corpo-política do conhecimento”, para expressar esse lugar epistêmico que se estrutura dentro de uma lógica de poder sem que ninguém escape das hierarquias de gênero, raça e classe. Junto a essa perspectiva do autor, parto da pluralização do pensamento feminista para compor o pensamento “corpo-político do conhecimento”, em que “o essencial aqui é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e o corpo-político do sujeito que fala (GROSFOGUEL, 2008, p. 119).

Desse modo, o lugar é uma possibilidade de enunciação a partir da experiência concreta, podendo originar uma perspectiva crítica do conhecimento, voltada ao social. Assim, aprende-se mais sobre linguagem, comunicação e leitura de mundo. E procura-se acionar a criticidade e vigiar o ‘perigo’ do populismo epistêmico, que Paulo Freire (2003) denominou de erro epistemológico.

Tem havido maneiras diferentes de compreensão negativa e, portanto, de crítica, a esta defesa do saber popular, em que faz tanto que me empenho, A negação do saber popular é tão contestável quanto sua mitificação, quanto a sua exaltação, de natureza “basista”. Basismo e elitismo, de tal maneira sectários que presos à e em sua verdade se tornam incapazes de ir mais além de si mesmos (FREIRE, 2003, p. 85).

Ao longo desse percurso venho situando o paradigma emergente feminista, emancipador e transformador, o que me auxiliou a um movimento dialógico e a recusar extremos reducionistas, que estereotipam conhecimentos. Por isso, trabalho para evitar a hierarquia em que os saberes e experiências das mulheres situadas no extremo sul ficassem à margem e subalternizados.

Entendendo a hierarquia junto com Grosfoguel (2008), em que o projeto de modernidade e colonialidade, ao ocultar o sujeito de enunciação, produziu uma hierarquia dos saberes, bem como os dualismos foram profundamente internalizados e com sérias consequências para a vida das pessoas, proponho que o lugar discursivo que todas ocupamos (enquanto pesquisadoras e pesquisandas) se encontre no sul da linha abissal, na discrepância das altitudes.

É sob a colonialidade que somos vistas racializadas, estando abaixo, na escuridão e na ignorância, fato que inclui a corporalidade. Portanto, sendo um lugar de sentir e pensar, nosso próprio corpo é um espaço de subversão e resistência, afinal somos latino-americanas e não vivemos nas metrópoles. Por isso, nosso *quefazer* mesmo sendo potencializante, encontra-se invisibilizado. Assim, é instigador pensar como essa ocupação do lugar, em sua indignação social e em seu desejo de mudança se relacionaria com a militância e com a pesquisa institucional?

Milton Santos (2008), ao escrever sobre a “Dimensão Espacial do Cotidiano”, reafirma a ideia de o lugar ser uma condição para a ação, em que nada se pode fazer sem considerar os objetos que nos cercam. Para o autor, “a localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela” (SANTOS, 2008, p. 323). No lugar concebido como espaço relacional de vizinhança, de cooperação e conflito, as existências e resistências se fundem numa geopolítica (SANTOS, 2008 e 2010). Por isso, entendo que para criar uma práxis educativa e feminista o lugar se apresenta como um *locus* de transformação social. A educação pelo ângulo do lugar interessa por questionar sua valorização para além do aspecto institucional e do ensino oficial; e ao questionar ainda o uso da educação por governos do momento, pelas más políticas e sua retórica. De acordo com a socióloga brasileira Maria da Glória Gohn,

a Educação é conclamada também para superar a miséria do povo, promovendo o acesso dos excluídos a uma sociedade mais justa e igualitária, juntamente com distribuição de renda e justiça social. [...] [ATUALMENTE] Observa-se a ampliação do conceito de Educação, que não se restringe às unidades escolares formais, transpondo os muros da escola, para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo, etc. (GOHN, 2011, p.17).

A esse respeito, esta pesquisa está embasada numa concepção de educação ampla, articulando a educação formal e a não formal, visto que ambas se complementam. Convergindo com a autora, entendo que a Educação pode ser uma possibilidade de capacitar indivíduos a tornarem-se cidadãos e cidadãos do mundo. E

que este processo não acontece naturalmente, ao contrário, se constrói num posicionamento interativo e com intencionalidade. Por isso, a pensar sobre transformações da sociedade, defendo a necessidade de uma educação feminista, em oposição à barbárie, ao individualismo, e isso só será possível rompendo com a lógica escolar da educação bancária, do patriarcado, do capitalismo e do colonialismo.

A educação não formal pode ser um meio de compreensão ao que se passa ao redor das pessoas, no sentido de aprender sobre o lugar em que se vive. Essas percepções possibilitam a organização social para práticas comunitárias, voltadas para soluções de problemas cotidianos, como formas de resistir e existir, pois a educação não formal se organiza horizontalmente, conforme as necessidades de cada grupo. Segundo Gohn (2010), a educação não formal objetiva:

a) Educação para justiça social; b) Educação para direitos humanos, sociais, políticos, culturais...; c) Educação para liberdade; d) Educação para igualdade e diversidade cultural; e) Educação para a democracia; f) Educação contra qualquer forma de discriminação; g) Educação pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais (GOHN, 2010, p. 39-45).

Desse modo, conforme fui construindo o processo de pesquisa, procurei fazer uma crítica às teorias totalizantes e universalizantes e direcionar minha aprendizagem e pesquisa-formação para mover a práxis e dialogar com mulheres feministas que têm suas ações de resistência no cotidiano, que partem de sua própria vida, do corpo-político do conhecimento para empoderar-se e empoderar outras mulheres num processo criativo de educação transgressora.

O que podemos entender como burguesia atualmente, numa sociedade consumista, sedutora e ao mesmo tempo abismal? Como promover a mobilidade social sem realimentar a discrepância e a desigualdade entre as pessoas? É possível tolerar o estilo pequeno-burguês de vida, como etapa de avanço de empoderamento de classe econômica, desde que este estilo seja crítico e lute por uma ideologia socialista e transformadora?

O empoderamento que em todo momento foi um conceito chave na prospecção desta investigação, não poderia deixar de seguir um sentido de emancipação social subversiva, e assim envolver a problematização relacional das dimensões da cultura, política e gênero; e como um entranhamento nesta totalidade, servir à educação formativa, se voltando para a conscientização crítica da existência desigual dos poderes. O poder não mais acumulável e centrado nas classes ricas, agora visto como

conjunto de forças coletivas solidárias para distanciar-se da salvação individual, do eurocentrismo capitalista e do desenvolvimento globalizador, ao modelo dos países ricos.

É oportuno mencionar aqui que no quarto Encontro Feminista Latino-Americano, no México, em 1987, o poder na América Latina ganhou um marco conceitual, quando passou a se discutir sobre este conceito, considerando que antes tinha-se uma visão reduzida de que existia apenas uma forma de poder, o “poder sobre”. A partir daquele momento, iniciou-se o processo que permitiu um pensamento sobre outras formas de poder, uma teorização mais produtiva, considerando o “poder para”, “poder com” e o “poder dentro de” (DEERE e LEÓN, 2002).

Deere e León (2002) conceituam o empoderamento como um processo dialético indeterminado, pois

o empoderamento não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e suas histórias, assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos níveis mais elevados (DEERE e LEÓN, 2002, p. 55).

Mesmo seguindo uma perspectiva não linear e não universalizante, a concepção de empoderamento foi apropriada e distorcida pela lógica neoliberal, como já mencionei. Segundo essa lógica, o objetivo é um empoderamento individual, onde as mulheres teriam que se empoderar para competir no mercado de trabalho, tornando-se trabalhadoras, mães, consumidoras ideais; e assim, reafirmando a lógica de uma supermulher, para atender às necessidades dos outros e não suas próprias necessidades de sujeito coletivo. Por isso, é necessário deixar claro que o empoderamento aqui foi visto como emancipador, social e coletivo. Procurou, assim, educar para uma consciência crítica sobre as opressões e discriminações de gênero, classe, raça, sexualidade, idade, nacionalidade, entre outros entrecruzamentos.

Fortaleceram minha compreensão as contribuições de Joice Berth (2018) quando afirma que o “empoderamento é um instrumento de emancipação social e não se propõe a ‘viciar’ ou criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre indivíduos” (BERTH, 2018, p.14). Nesse sentido, empoderar é fomentar uma tomada de consciência crítica, pois nem sempre se consegue perceber as opressões e discriminações, mas como já mencionado, não basta apenas ter consciência, precisa-se de uma práxis. Para a autora, a teoria do empoderamento tem como uma

das principais referências o educador Paulo Freire, ao teorizar sobre a conscientização a partir do social e do coletivo e não a partir do individual. Portanto, o empoderamento social é revolucionário, subversivo, transgressor e transformador da sociedade.

Minha posição neste processo de pesquisa, ao configurar o quadro teórico, pretendeu fazer uma crítica ao feminismo hegemônico e refletir sobre possibilidades de um feminismo de(s)colonial e crítico. Para tanto, incorporei uma multiplicidade de discursos e propostas, para além dos jargões feministas, que, volto a afirmar, são sequestrados pelo próprio sistema neoliberal e patriarcal. Michele Perrot (2005) discorre sobre os silêncios das mulheres e denuncia que fomos mais descritas por homens do que realmente ouvidas. Mas esse silêncio pode apontar para um grito forte dizendo, estou me pronunciando e quero ser ouvida atentamente, basta!! eu vou falar e vocês vão ter que ouvir. Assim, se por muito tempo, o feminismo eurocêntrico e imperialista disse como deveriam ser nossas demandas sociais e pesquisas, agora na concepção ou visão de feminismo de(s)colonial e crítico, queremos reverter esse contexto, pois vivemos nossas situações de opressões e discriminações, mas temos resistido há muito tempo, resistimos ao patriarcado e ao próprio feminismo colonizador, esse que vem com um guia de como devemos ser.

Penso que a pesquisa-formação junto com as mulheres latino-americanas do extremo sul pode ajudar a construir um feminismo de(s)colonial. O grupo que constituiu a pesquisa se apresenta diverso, mulheres que vivem cotidianamente com medo de seus corpos serem violados, com a falta de infraestrutura urbana básica, com escolas e universidades precarizadas por falta de investimentos e, atualmente, com governos que desvalorizam a profissão docente, com salários baixos, parcelamento de salários e perseguição político-ideológica.

Ao mesmo tempo, mulheres que realizam trabalhos em comunidades em suas horas de lazer; mulheres que estão nos terreiros de religiões de origem africanas, como umbanda e candomblé; mulheres com trabalhos flexíveis, precarizados e/ou indignos; mulheres que lutam por políticas públicas que inacreditavelmente e, lamentavelmente, ainda não se efetivaram como políticas de Estado. Provavelmente, muitas dessas mulheres não tenham uma elaboração do que signifique a colonialidade em seus corpos e suas vidas, contudo, convivem e resistem à colonialidade e à violência epistêmica.

Recorro novamente a Lagarde y de los Ríos (2015), que ao desenvolver a categoria cativo das mulheres, observa experiências criadas pelo sistema capitalista/patriarcal em que estamos imersas: *madresposas, monjas, putas, presas e locas*. Com isso, a autora busca destacar os estereótipos de feminilidades criados histórica e socialmente e que divergem com a existência de mulheres concretas e em suas individualidades.

Reunindo um pouco do que já foi dito, no caminho feminista, fui me fundamentando no conceito de lugar, nas relações geopolíticas de gênero e no conhecimento situado, em oposição às perspectivas de nenhuma parte (HARDING, 1993; HARAWAY, 1995), também conhecido como ponto zero, que vem a ser o lugar do imperialismo, de onde julga e classifica, mas ao fim é opaco. Considerei o feminismo negro, os entrecruzamentos, e também a contribuição do sujeito contingente e relacional, fluido e provisório (HALL, 2004), levando em conta que os significados de ser homem ou ser mulher dependem de um contexto histórico, relacional e variável de cada época e lugar. Linda McDowel (1999) pergunta: se não há uma categoria (identidade) estável “mulher”, como podemos reivindicar nossos direitos? A esse dilema ela responde que as feministas precisam desconstruir uma ideologia de esperança e projeção utópica. A unidade deve ser acompanhada de reivindicações com base nos direitos humanos em que as mulheres não estão incluídas.

Investimos no lugar que aproxima experiências fluidas na pluriversidade, na interação e na resistência ao “sistema-mundo/patriarcal/capitalista/colonial/moderno”. Essa aproximação pode ocorrer por meio dos movimentos sociais, educação formal ou informal crítica. De acordo com a professora e pesquisadora Céli Regina Jardim Pinto,

a potencialidade de resistência é seu primeiro recurso. Para que isso se realize, no entanto, grupos de indivíduos no interior destas parcelas necessitam se organizar criando novos espaços de poder, não apenas em relação àquelas que exercem o poder através da estratégia de exclusão, mas no interior do conjunto dos “despossuídos”, na medida em que a presença do grupo desorganiza e reorganiza o cotidiano do todo (PINTO, 2003, p. 130).

Os modos de pertencer a uma comunidade e resistir aos processos de subalternização podem ocorrer com reivindicações diretas ao Estado, mas também na formação cotidiana ao nos colocarmos em situação de diálogo, em que nossas contradições se expressem. As formas como as mulheres se organizam no espaço-

tempo, enquanto militantes, as constituem como um “novo sujeito” que rompe a barreira imaginária e real do privado e ocupa um espaço de tensão e novas relações de poder.

O movimento feminista organiza-se para lutar contra uma condição: não é a luta por políticas públicas, por revisões de códigos de direitos ou mesmo por creches, delegacias etc. que constituem o movimento, mas a luta contra uma condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo (PINTO, 2003, p. 132).

Para as mulheres, tal empreitada não deve ser tarefa fácil, ela passa pelo corpo, pelas relações afetivas, por rupturas com *status quo* vigente de cada época. Se somos todas cativas, como afirma Lagarde y de Los Ríos (2015), precisamos nos libertar dessa prisão simbólica que foi historicamente criada ocultando as mulheres reais e seus desejos mais profundos. Entendo que a experiência na práxis com os movimentos feministas implicou rever nossa condição/situação de mulher e a possibilidade de que outras mulheres possam ter consciência dos diferentes cativos.

Podemos afirmar que o processo de pesquisa sobre os estudos feministas já produziu alguns efeitos em mim, como mulher, como educadora e como pesquisadora. Atualmente, quando me relaciono com os movimentos sociais, percebo a necessidade de olhar para o entorno imediato, enquanto lugar de resistência e existência e, com isso, produzir reflexões mais abrangentes e multiplicáveis. Formação e política dependem das experiências e memórias. Dependem de como nos propomos a ver e nos ver, de como nos dispomos a praticar a crítica e a autocrítica, numa espiral dialética entre o singular e o plural, entre o indivíduo e a coletividade.

3.3 Caminhos feministas: educação e cultura

Abordo o termo cultura na intenção de encontrar produtividade relacional política e significativa entre dois conceitos importantes nesta pesquisa: educação e feminismo. O recorte foi escolhido entre poucos autores contemporâneos dos estudos culturais pós-coloniais, justificado por afinidade e indicação de leitura, pela impossibilidade de revisar todos os campos, correntes, escolas, bem como pela

polissemia do termo, ligada aos usos linguísticos, à multiplicidade, diversidade e diferenças da expressão humana no planeta.

Na continuidade do avanço teórico, entre esforço e satisfação, tenho por objetivo que a tese expresse contribuições para o campo da Educação. A afirmação parece óbvia, considerando que a pesquisa está sediada neste campo. Não obstante, sendo a Educação uma dimensão social subestimada, mesmo que tenha servido de instrumento para o colonialismo, além de ter seu uso como chave de discursos e plataformas, permaneceu epistêmica e politicamente subalterna a outras áreas e disciplinas. Desse modo, o fluxo argumentativo contém boa parte da formação humana na constituição existencial e científica incorporada neste processo.

O tema da pesquisa se concentra nos percursos de mulheres feministas educadoras, e a pesquisa objetivou compreender processos educativos, formais ou não formais que possam ser relacionados à militância feminista. A etapa destinada à teorização e aprofundamento da configuração da pesquisa cumpriu um preparo técnico e institucional para realizar diferentes interações, a partir do lugar e do cotidiano de mulheres professoras e educadoras populares, destacando suas potencialidades transgressoras, emancipadoras e descoloniais. A teorização propiciou também pensar sobre contradições inerentes em suas práticas, além de propor momentos de reflexividade sobre trajetórias em interação com a minha própria subjetividade aprendente – imersa nesta pesquisa na modalidade de pesquisa formação.

As relações complexas de nossas vidas e como compreendemos o mundo quando nos situam melhor trazem novas perplexidades. E reiteramos que a realidade tem sido organizada numa estrutura eurocêntrica que configura o paradigma hegemônico da modernidade-colonialidade e que se reconstrói com base no racismo, no patriarcado, no sexismo, na opressão e, enfim, nas desigualdades. Ainda hoje, por exemplo, nos currículos praticados na educação formal, nas bibliografias ensinadas, as mulheres, especialmente as mulheres latino-americanas, indígenas, negras, migrantes, só entram nesse reduto como experiência, objeto ou para reafirmar o que já foi dito por um Homem, mas raramente como fonte, protagonismo ou como razão científica (CURIEL, 2020).

Pensar numa possibilidade de cultura implica reconhecer sua pluridiversidade, uma dimensão muito maior que não se restringe à razão universal eurocêntrica. Muito já se postulou que o sucesso dessa universalidade foi fundado num pensamento dicotômico reducionista e abstrato que se faz respeitar pela classificação e pela força. De acordo com Denys Cuhe (2002),

falar de cultura "dominante" ou de cultura "dominada" é então recorrer a metáforas; na realidade o que existe são grupos sociais que estão em relação de dominação ou de subordinação uns com os outros. Nesta perspectiva, uma cultura dominada não é necessariamente uma cultura alienada, totalmente dependente. É uma cultura que, em sua evolução, não pode desconsiderar a cultura dominante (a recíproca também é verdadeira, ainda que em um grau menor), mas que pode resistir em maior ou menor escala à imposição cultural dominante (CUCHE, 2020, p. 145).

Assim, se pensarmos a cultura de maneira movente, criativa e transformadora, veremos que mesmo nas relações de dominação, consideradas as discrepâncias e heterogeneidades, há uma mútua influência extrapolada. Se, por exemplo, trouxermos as relações de gênero para esta compreensão da cultura popular, será mais um elemento que contribui para pensar as mulheres enquanto sujeitos sociais com menos liberdade, menos acesso e que executa papéis sociais para os outros, enquanto seus desejos ficam subordinados a uma cultura masculinista, sexista e misógina.

Contudo, há um equívoco em ver isso como determinação ou como “retrato estático representativo”. Compreendo que tanto a Educação como essa concepção de cultura, não estando diretamente ligadas ao âmbito normativo, seja institucional ou legal, contribuem para o entendimento e enfrentamento necessário à militância. Os feminismos, nesse sentido, podem ser compreendidos como meio de resistência e insurgência à ordem estabelecida, mostrando as mulheres enquanto um grupo social diverso, multifacetado e não como uma identidade fixa; não é um grupo alienado ou dependente em relação ao sistema mundo “sistema-mundo/patriarcal/capitalista/colonial/moderno”. Os feminismos podem estabelecer rede de relações entre mulheres e homens na sua pluralidade de ser e viver as relações interseccionadas de classe/raça/idade e etc. por ser o grupo que, a partir de suas opressões e discriminações, percebe o mundo de maneira diferenciada, contestando, denunciando, reivindicando direitos e apontando outros modos de vida.

Por isso, entendo os feminismos como um processo cultural que influencia e é influenciado politicamente na busca de emancipação e justiça social, embora, como já abordado, o feminismo liberal e eurocêntrico caia numa relação mercadológica de ideias, ao contrário da posição de quem vem se propondo os feminismos críticos e de(s)coloniais.

Desse modo, diante da existência de inúmeros feminismos, é importante apresentar a concepção de feminismo que melhor corresponde a minha leitura de mundo. Associo-me à ideia de Julieta Paredes Carvajal (2020, p. 195), que concebe o feminismo como um movimento, " [...] na luta e na proposta política de vida de qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa histórica, que tenha se rebelado diante do patriarcado que a oprime".

Considero convergente à definição de feminismo, enquanto luta contra o sexismo, a proposta da estadunidense antirracista e feminista bell hooks (2019), bem como Françoise Vergés (2020), ao defender um feminismo que tenha por objetivo a destruição do racismo, do capitalismo e do imperialismo. Também conflui para essa perspectiva a percepção de Gargalo (2004), sobre um grupo de mulheres que se encontram entre si, se reconhecem o direito de estarem juntas e se permitem o direito de analisar e transformar a linguagem, reivindicando a autoridade das mulheres e definindo a androcracia e o patriarcado como sistemas de dominação. Ainda, para destacar o enfoque antropológico, Lagarde y de los Ríos propõe que a cultura feminista é produto da condição das mulheres, um produto histórico diferente e distinto de ser de um homem. Para a autora, o feminismo é um aporte à unidade humana, porque desvela a separação real e concreta da intolerância à diversidade, por isso, o feminismo é uma crítica à cultura e uma proposta de uma nova cultura.

Entendo que o feminismo é em si um dos maiores movimentos sociais e intelectuais, pois atravessa e pauta as discussões de outros tantos movimentos e estudos científicos. Isso não quer dizer que seja melhor, mas que sua construção se dá englobando diversas temáticas, visto que nós mulheres somos e estamos em diferentes espaços de resistência. Ainda que a maioria das mulheres estejam imersas numa cultura na qual não são vistas como protagonistas, reproduzem e reafirmam o modo de viver que acontece independentemente da vontade, é algo inconsciente que a princípio não se controla (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2015). Entretanto, aquelas

que resistem, que tomam consciência das opressões, desigualdades sociais e passam a erguer suas vozes são chamadas de desajustadas, loucas, putas, grosseiras, bruxas. Cabe ressaltar que esses adjetivos vêm tomando outra dimensão, visto que feministas se apropriaram e ressignificaram alguns deles; um bom exemplo é a concepção de bruxas, mulheres que, segundo Federici (2017), desafiaram as estruturas de poder, sendo massacradas por mais de dois séculos, outro exemplo é a “Marcha das Vadias”, que dá visibilidade a um termo conhecido por ser utilizado de forma pejorativa. Mas nem toda a multiplicidade e ressignificação se alinha à emancipação, é preciso demarcar e estabelecer concepções feministas buscando atuar contra a opressão, estando abertas a outras reivindicações de organização social, outras culturas sensíveis às pessoas vulneráveis e subalternizadas pelo capitalismo, colonialismo, racismo, patriarcado.

Por meio do conhecimento da trajetória de vida de mulheres, fica mais evidente o quanto nossa sociedade é extremamente desigual. A maioria da população brasileira vive na extrema pobreza, sem acesso a bens materiais⁴⁰, e seus conhecimentos, além de inferiorizados, dificilmente terão oportunidade de serem desenvolvidos. Por isso, em relação às condições de acesso, se comparadas a outras mulheres, as narradoras desta pesquisa têm, por meio do magistério, algumas vantagens. Talvez, pudéssemos nos referir ao meio sociocultural de uma profissão intelectual de nível superior? Tudo indica que é a partir dessas vantagens que elas tomam consciência das opressões e desigualdades em que vivem, se solidarizam com outras mulheres, suas alunas, famílias e comunidade, com a própria condição de gênero, classe e raça.

Os estudos da economista Cristina Carrasco (2003) sobre o uso do tempo e suas singularidades, nos leva a reafirmar que quanto menos precarizada é a trabalhadora, mais tempo terá para se dedicar à participação cidadã, que ela compreende como tempo flexível e com um forte componente de gênero. A flexibilidade do tempo da participação cidadã faz que menos mulheres ocupem esse espaço, pois estão imersas nos tempos mais rígidos, como tempo de necessidades

⁴⁰ Bens materiais aqui são entendidos como necessidades básicas para manutenção e sustentabilidade da vida, alimentação, moradia, saúde, lazer, educação, acesso à informação, entre outros.

peçoais, tempo de trabalho doméstico, tempo de trabalho de mercado, tempo de participação e tempo de ócio.

Segundo a autora, as mulheres participam menos nas atividades da participação cidadã e de ócio. Mesmo que exista a precariedade do trabalho, pois estamos imersas numa cultura capitalista, colonial e patriarcal, as narradoras deste estudo, ainda que com dificuldades, acessam o tempo de participação cidadã e têm condições socioculturais mais favoráveis do que a maioria das mulheres que não conseguem aceder devido às demandas do trabalho remunerado e de cuidado doméstico e familiar.

No entanto, haveria algum problema na distância entre essas educadoras⁴¹ e a maioria das mulheres que seriam prioritariamente “beneficiárias” de sua luta? Toda a ação social política bem-intencionada seria emancipadora ou transformadora? Terry Eagleton (2005) critica o indivíduo culto que manipula de certa maneira outros “menos cultos” com a pretensão de salvar o outro. E essa é uma lógica muito utilizada na organização social colonial.

Não é apenas a cultura que está aqui em questão, mas uma seleção particular de valores culturais. Ser civilizado ou culto é ser abençoado com sentimentos refinados, paixões temperadas, maneiras agradáveis e uma mentalidade aberta. [...] é exercitar a autodisciplina e estar preparado para sacrificar os próprios interesses egoístas pelo bem do todo. Por mais esplêndidas que algumas dessas prescrições possam ser, certamente não são politicamente inocentes. Ao contrário, o indivíduo culto parece-se suspeitosamente com um liberal de tendências conservadoras (EAGLETON, 2005, p. 35).

Das heranças coloniais, a dita cultura civilizada ou alta cultura, muito ligada à escolarização e aos processos de seleção, meritocracia e inclusão institucional, se apresenta como uma contradição na conduta política. Dito de outra forma, o comportamento civilizado está vinculado ao mundo liberal e assim se apresenta como conflito político de grande inquietação. Em que medida, vivendo como burguesas num mundo burguês, lutando por processos reformadores e pequenas revoluções, não estamos nos moldando ao capitalismo? Será que como educadoras e feministas não estamos reproduzindo aspectos de grande narrativa e nos beneficiando enquanto

⁴¹ Entendo que as participantes da pesquisa são educadoras, pois todas praticam uma educação formal e não formal. Também por em vários momentos atuarem nos dois espaços educativos.

indivíduos cooptados que se “solidarizam” e toleram o diferente por ser um discurso mais palatável?

Uma história unilinear e evolutiva que se movimenta dialeticamente avançando por revezamento entre contradições indica ter perdido boa parte de seu poder explicativo. A noção de desenvolvimento e progresso tornou-se muito questionável por ser ao mesmo tempo avanço sem término ou finalidade, tendo historicamente se acumulado no domínio de poucos, mas com efeitos colaterais degradadores para muitos. Lyotard (1993) fala em grandes relatos; Santos (2007 e 2010), em paradigma dominante e monocultura.

Os países ricos, normalmente colonizadores ou beneficiários da colonização, corporações e indivíduos ricos são uma minoria populacional, e o capital tem se acumulado cada vez mais; no mundo globalizado economicamente, nada escapa às consequências das necessidades desta economia. Com isso, há uma indicação de que a diversidade cultural e biológica esteja ameaçada, seja por redução ou degradação. Para o entendimento desta integração do capital financeiro, que se movimenta junto às mídias, telecomunicações e transporte são muito utilizados termos como sociedade da informação e da comunicação, em que pese seu caráter acrítico e excludente. O fato é que progressivamente estão deixando de existir culturas, grupos ou pessoas que não sejam envolvidas, qualificadas ou impactadas nos seus modos de vida por essa “tempestade planetária”. De acordo com o sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall,

a síntese do tempo e do espaço que estas novas tecnologias possibilitaram – a compressão *tempoespaço*, como denomina Harvey (1989) –, introduz mudanças na consciência popular, visto que vivemos em mundos crescentemente múltiplos e – o que é mais desconcertante – “virtuais”. A mídia encurta a velocidade com que as imagens viajam, as distâncias para reunir bens, a taxa de realização de lucros (reduzindo o “tempo de *turn-over* do capital”), e até mesmo os intervalos entre os tempos de abertura das diferentes Bolsas de Valores ao redor do mundo – espaços de minutos em que milhões de dólares podem ser ganhos ou perdidos. Estes são os novos “sistemas nervosos” que enredam numa teia sociedades com histórias distintas, diferentes modos de vida, em estágios diversos de desenvolvimento e situadas em diferentes fusos horários. É especialmente aqui, que as revoluções da cultura em nível global causam impacto sobre os modos de viver, sobre o sentido que as pessoas dão à vida, sobre suas aspirações para o futuro – sobre a “cultura” num sentido mais local (HALL, 1997, p. 17-18).

Cada vez que se examina mais detidamente o contexto contemporâneo, fica evidente o quanto é difícil compreender o que seria uma cultura popular, presente em tantas teorias progressistas embasadoras da Educação. A tendência é pensar em educação popular e transgressora como cosmovisão ou ideologia a resistir à tirania e à exploração das elites, do industrialismo e do capital – uma ideia presa talvez à concepção de idade de ouro, de pureza, de paraíso e depois de queda; presa à perda de encantamento do estado natural. Ou ainda, a ingenuidade e precariedade das camadas populares vítimas de grupos de intelectuais perversos da elite, que conseguem manipular a cultura para cooptar e vender sem fazer parte dela. De modo menos determinista, acredito que exista este mecanismo, hoje confirmado não só pela sedução e alienação, mas também pela indústria da desinformação, negacionismo conservador e propagação de mentiras que têm incendiado ou soterrado de lama tóxica os escassos avanços em relação à justiça social e a educação neste país.

Para “mal ou para bem”, a avaliar por esses estudiosos da cultura atual, entendo que há diversas tendências contrapostas impedindo que o mundo se torne um espaço culturalmente uniforme e homogêneo (HALL, 1997). Porém, de acordo com o autor, existe uma contradição destrutiva, e a cultura global necessita da “diferença” para prosperar – mesmo que apenas para convertê-la em outro produto cultural para o mercado mundial. É, portanto, mais provável que se produza “simultaneamente” novas identificações “globais” e novas identificações “locais” do que uma cultura global uniforme e homogênea (HALL, 1997).

A continuar a nos afastarmos da ideia de pureza, homogeneidade e fixidez que algum dia possa ter intuído nas leituras ajuda o conhecimento do processo de hibridação e permite fazer conexões entre culturas e política. É o antropólogo argentino Néstor Garcia Canclini, (2003), que se ocupa dos estudos da cultura por meio do conceito de hibridação. O autor trabalha com os modos de pensar sobre identidade, cultura, diferença, desigualdade, multiculturalismo e sobre os conflitos dos binarismo da ciência moderna.

Entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas (Assim mesmo). Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas foram resultado de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas fontes puras (CANCLINI, 2003, p. XIX).

A política vista no sentido mais amplo, para além da teia partidária, teria um enfoque de cidadania envolvendo práticas socioculturais na construção de equidade inclusiva. Para o autor, a possibilidade de democratizar a sociedade só será possível se globalizar os direitos dos cidadãos, tendo em vista que a democratização só pode ocorrer havendo justiça no campo da economia. E como vimos, a economia neoliberal vem sistematizando o mundo e tornando todas as culturas dependentes e impactadas em seus processos incessantes, incertos e sem fronteiras. Por exemplo, podemos ver o que tem ocorrido com as políticas de migrações que seguem as diretrizes do Pacto de Migrações das Nações Unidas – ONU: Quem são os cidadãos do mundo e quem fica à margem?

O autor adverte que é importante distinguir as oportunidades e os limites de hibridação e não a tornar em realismo mágico de compreensão universal. Ele faz uso da nomenclatura “cultura urbana” em alternativa para a leitura do que antes se classificava em “culto” ou “popular”, na tentativa de nos afastar do purismo e do binarismo cultural (CANCLINI, 2003, p. XL). Acredito que tal proposição complexifica e desdogmatiza uma apreensão da realidade, seja por parte do cientificismo ou das gestões empresariais, pois vivemos em intensa e constante interação do local com as redes nacionais e transnacionais de comunicação. Neste cenário de hibridação, se desenvolve a emergência de múltiplas exigências da sociedade, ampliadas em parte pelo crescimento de reivindicações culturais, de consumo e especialmente as relativas à pressão por qualidade de vida. (CANCLINI, 2003).

Nesse sentido, o poder dos movimentos sociais depende de sua reorganização e teriam baixa ressonância quando se limitam a usar formas tradicionais de comunicação. No entanto, antes seu poder cresce se atuam nas redes massivas. (CANCLINI, 2003). Assim, o lugar está conectado e em interação, permitindo revisitar o tradicional, as relações de gênero e o feminismo que estruturam as identidades e a vida cotidiana.

Podemos citar a retomada do 8 março⁴², enquanto um movimento global de ações locais e vice-versa que amplifica os poderes locais, porém um “local” que possa

⁴²O Dia Internacional da Mulher passou décadas sendo um dia para manutenção das relações patriarcais e capitalistas. Em 2017, vários grupos feministas propuseram uma greve internacional, retomando a luta política contra o machismo, sexismo, e desigualdade de gênero, entre outras pautas de acordo com cada localidade.

revisar suas tradições, na perspectiva aberta, interativa e ambientalmente sustentável. Penso que a educação, seja institucional ou não formal, necessita ser concebida como consciência socializadora desses lugares, que evite uma completa descaracterização e folclorização dos costumes e valores em função de um mercado homogeneizador. (CANCLINI, 2003, p. 288). Contudo, é difícil ser otimista, esse movimento consciente seguramente tenderá a se tornar urbano, pois o urbano parece ser o reino do capital.

O mercado organiza o mundo, ruas cheias de carros e pessoas apressadas para o trabalho alienado ou para uma diversão programada quase sempre de acordo com a renda econômica. O que dificulta o tempo livre para dedicar às suas reivindicações devido ao subemprego, deterioração salarial, perda de direitos trabalhistas, flexibilização do trabalho e desemprego (CANCLINI, 2003, p. 289).

Este tipo de vida, é extremamente custoso, pois segue o caminho da exploração, do máximo lucro e da competição aniquilante. O trabalho em geral, os produtos artesanais e agrícolas são cada vez menos valorizados na relação de moeda com os bens industrializados, especialmente os de alta tecnologia e serviços a ela ligados. E provavelmente, segundo o autor, os grupos que se reúnem apenas de vez em quando para analisar questões coletivas muitas vezes percam de vista o horizonte social por estarem sobrecarregados com a vida urbana. Não obstante, existe também uma reação produtiva a favor do lugar, ao mesmo tempo que nas relações de poder os símbolos utilizados na estrutura de poder que subalterniza são apropriados e ressignificados, ganhando valor e identidade (por exemplo: a música, a moda, os grafites, cartazes comerciais, manifestações sociais etc.).

Nessa relação de apropriação e ressignificação, posso citar, por exemplo, uma das experiências que fez parte do corpus da pesquisa. A manifestação de 8 de março de 2020, em que realizamos uma intervenção feminista na praça do Altar da Pátria na cidade de Pelotas. O espaço é utilizado por grupos conservadores, mas queríamos dizer que desejamos um país onde se respeita as mulheres em suas diferenças, étnicas, raciais, políticas, econômicas e sociais. Naquele dia, construímos uma grande bandeira feminista, de estética e simbologia antirracista e anticapitalista, e cobrimos o símbolo da pátria patriarcal, colonialista e capitalista. Estamos longe de resolver o problema, mas as intervenções têm se mostrado uma possibilidade de enfrentamento a uma cultura que se pretende pura, universal e superior. Canclini (2003) também traz

vários exemplos de como podemos estar nos apropriando e ressignificando símbolos antes opressores.

Essa cultura civilizatória intitulada universal e originária junto ao conhecimento científico moderno dizimou muitas etnias e saberes, globalizou o Estado-nação, a alta tecnologia, o industrialismo e a economia neoliberal. Globalizou também o ensino escolar público e obrigatório. Junto com a exploração e a dominação, muitos avanços aconteceram, antibióticos, vacinas, anestesia, anticoncepcionais, eletricidade, televisão, internet, transportes, ensino escolar, e possibilitaram a difusão desta civilização urbana consumista e da corrida desenvolvimentista da bio e necropolítica, mas o inventor desta corrida garantiu as regras para liderá-la.

A escola moderna tem sido em certo grau a difusora do eurocentrismo, da meritocracia, do desenvolvimento do racionalismo, da docilização dos corpos, da reprodução social e da violência simbólica, mas é bom lembrar que a escola não apenas reproduz o eurocentrismo, ela também é um espaço de micro-políticas estabelecidas de relações de poder. Nesse sentido, posso afirmar que as participantes desta pesquisa constituem essa outra faceta da educação, pois atuam neste espaço de resistência e de transformação, apesar dos imperialismos capitalistas e das colonialidades, isto é, o efeito das heranças culturais que seguem nas colônias, mesmo após suas independências políticas (QUIJANO, 2010). Esta ordem do conhecimento, a modernidade e suas epistemologias não podem ser mudadas com políticas que não rompam com este paradigma. Para a pedagoga estadunidense-equatoriana Catherine Walsh,

hablar de un “orden de conocimiento” es importante porque nos permite empezar a pensar sobre el problema educativo desde otra perspectiva. Es decir, nos possibilita ir más allá de las políticas educativas o la propuesta curricular, y considerar como la institución de la educación há contribuído, y sigue contribuyendo, a la colonización de que las ciencia y la epistemología son singulares, objetivas y neutrales, y que certa gente es más apta para pensar que otras (WALSH, 2007, p. 28).

Frente à tendência do final do século XX de rejeitar a homogeneização cultural, tornou-se lugar comum preservar a diversidade e possibilitar a expressão de grupos subalternizados. Tal ideia surgiu nos países do norte global e denominou-se multiculturalismo. Entretanto, essa diversidade é concebida distanciando-se do ponto central de referência e ainda superior do eurocentrismo. É a partir deste ponto que se

classificam as demais etnias e raças, que se apaziguam diferenças e se cooptam consumidores e “cidadãos de segunda classe”. Além do que, a multiculturalidade parte de políticas globalizadas e de incorporação da diversidade não para transformar, mas para manutenção da ordem neoliberal (WALSH, 2007). São retrocessos de lutas sócio-históricas e políticas dos movimentos, uma manobra demagógica e, claro, de “cima” para “baixo”. A autora centra suas análises na interculturalidade, por considerar o princípio ideológico de transformação das estruturas, instituições e relações sociais uma busca por enfatizar os poderes locais alternativos e um Estado plurinacional (WALSH, 2007).

No entendimento adquirido neste processo, a perspectiva intercultural parece avançar quanto à emancipação social que considera a educação e a descolonização para transformar a realidade injusta das ex-colônias. Não se trata de um processo somente político, mas também epistêmico (WALSH, 2007), há uma formação humana para a descentralização que não recomeça da cultura dominante. Visto que o mundo não voltará a nenhum estado natural ou originário, precisamos partir do mundo globalizado.

Para uma mudança substancial e duradoura é preciso construir caminhos críticos e de(s)coloniais, não negar a modernidade, mas viver de outra maneira sem ser absorvida e controlada por ela. A interculturalidade pode ser entendida como intervenção participativa para provocar uma contestação na história hegemônica e universal. Isso pode ser feito por meio da educação, inclusive a educação escolar pública, ao se fortalecer histórias locais e epistemologias marginalizadas e subalternizadas, bem como ao se criar condições para a formação de conexões dialógicas, com atenção aos lugares de enunciação (WALSH, 2007).

Encerrando o mapa teórico, considero importante explicitar o motivo de utilizar o termo militância para nos referir às narradoras da pesquisa. Tendo em vista que elas são educadoras que produzem uma reflexão e buscam uma consciência crítica de mundo a ser compartilhada tanto nas salas de aulas, rodas de conversas e nas ruas. Assim, fazemos uma distinção entre os termos militância e ativismo na perspectiva crítica, considerando que não existe pureza em nenhum dos termos, e que ambos nos levam a caminhos bifurcados de dúvidas e incertezas na construção dos limites éticos da individualidade e da coletividade. Portanto não pretendemos fazer uma crítica ao

conceito de ativismo propriamente, pois dependendo da corrente teórica ele tem um significado diferente.

Creemos que o mais importante é dizer que esse grupo específico de mulheres possui sua lógica de pensamento alicerçado principalmente num conhecimento multifacetado, transdisciplinar, dialógico; todas discorrem num paradigma crítico e ainda que “inconscientemente” de(s)colonial. Este viés, mais presente no pensamento feminista não vem de uma única direção, se constitui fortemente de uma construção que articula os diferentes saberes e paradigmas em seus espaços-tempos. Podemos dizer que estão relacionados em diversas formações acadêmico-científicas, em movimentos sociais, em sindicatos e em partidos políticos.

Paulo Freire, à época em que foi escrito o livro *Pedagogia do Oprimido*, se preocupou com um tipo de ativismo. Se referiu a uma ação unilateral sem reflexão ou teoria crítica ligada ao sectarismo. Nesse sentido, para o educador, o ativista que é doutrinador e sectário pratica uma ação anticomunicativa e não respeita a opção dos outros.

Daí a inclinação do sectário ao ativismo que ação sem vigilância da reflexão. Daí o seu gosto pela sloganização, que dificilmente ultrapassa a esfera dos mitos e por isso mesmo, morrendo nas meias verdades, nutre-se do puramente relativo a que atribuir valor absoluto (FREIRE, 2002, p. 59).

Paulo Freire não sistematizou em sua obra uma discussão sobre ativismo e militância, contudo apresenta seu entendimento em relação a um e a outro (MORETTI, 2010), além de se denominar como um militante da Educação. Como decorrência, entendemos que podemos seguir o exemplo de Paulo Freire no seu livro *Pedagogia da Esperança*: um reencontro com a pedagogia do oprimido, em que ele revisita sua obra *Pedagogia do Oprimido* fazendo uma crítica e análise profunda das suas concepções e conceitos. Neste livro, Freire nos ensina a humildade necessária no fazer científico, contestando o basismo e o elitismo intelectual. Assim, ele aceita determinadas críticas “justas e necessárias”, refuta outras, como a de não ser um educador devido à politização exagerada, ainda reafirma seus pontos de vistas como de um educador esperançoso.

Não sou esperançoso por pura teimosia mas por imperativo existencial histórico. Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim

convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados completos materiais afirmando que minha esperança basta, minha esperança é necessária, mas não suficiente. Ela, só não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como peixe necessita da água despoluída. Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo é atuar movido por tal ingenuidade e um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo (FREIRE, 2003, p. 10).

Muitas vezes, vozes ecoam em disputa do fazer científico e do fazer da militância política; entendo que é uma discussão necessária, tendo em vista, a diversidade de pessoas que constrói tanto a militância como o conhecimento científico, seus métodos e metodologias. São saberes e conhecimentos que se complementam, nem sempre ocorre uma harmonia, muito pelo contrário, o pensamento dialético pressupõe apresentar as contradições e quando mostramos as contradições estamos abrindo espaços aos conflitos, e assim, podemos dar o salto de qualidade. Precisamos da humildade que Freire destaca em seu fazer científico, afinal tanto a militância quanto o pensamento científico podem apresentar equívocos, ou podem trazer novas perspectivas. Neste aspecto, concordo com Freire que nos chama a atenção para o erro epistemológico com base no pensamento basista e/ ou elitista.

Assim, toda prática de educação popular e transgressora necessita ter cuidado com a exaltação e a mitificação dos saberes, não podemos recorrer, como afirma Freire (2003), em tamanha "inocência". Existe um encontro entre o conhecimento da experiência e o conhecimento teorizado, ou do conhecimento popular e o conhecimento erudito. Freire e bell hooks argumentam a favor do respeito aos saberes locais e saberes das mulheres tanto quanto ao conhecimento científico; ele busca uma rigorosidade ao método da educação popular, uma outra maneira de construir os saberes científicos, em que a experiência não seja um impeditivo, mas uma forte via de leitura de mundo.

Como mencionado pela narradora da pesquisa Tatiana (2021), ao definir feminismo como um ato de inadequação e indignação, também precisamos de meios para lutar contra o sistema de opressão e exclusão. É neste sentido que a ideia de esperar por outras maneiras de viver se torna uma possibilidade. Ao não se aceitar as grandes massas exploradas pelo trabalho alienado produzido pelo capitalismo, a colonialidade que se enraíza na cultura e a exploração e opressão de gênero,

sexualidade e racismo que foram produzidas, intensificadas e aprofundadas nestes sistemas, se pode produzir o que Freire chamou de justa ira. A militância feminista aqui narrada apresenta uma proposta de prática educativa tanto nos espaços formais de educação como também nos não formais, mostrando-se como uma grande responsabilidade para quem a produz (GOHN, 2011). Como afirma bell hooks, precisamos subverter essa lógica a partir de práticas educativas transgressoras, visto que o feminismo é um ato político, uma luta contra o sistema de opressão, e essa luta nos coloca numa busca incessante de como devemos fazer.

A feminista comunitária e antipatriarcal Adriana Gusznar afirma que precisamos das palavras das mulheres, temos uma forma de olhar o mundo, de sentir o mundo e essa é a palavra que não está, e por isso, o mundo se equivoca e por isso, o sistema se recicla, precisamos das palavras das mulheres. Já temos algumas representantes em espaços de tomada de decisões, mas não em número equivalente ao de homens, brancos e da elite. Para que nossas vozes sejam ouvidas, precisamos quebrar as grades dos cativéis, por isso, a educação feminista crítica, transgressora e de(s)colonial se faz necessária em todos os momentos. A reprodução do mundo enquanto sistema de opressão e exclusão é entranhado em nossos corpos. Utilizam-se muitos meios para efetivar a educação, a sala de aula é apenas um desses espaços que propicia o conhecimento científico feminista, contudo não é suficiente para questionar as identidades fixas, a cultura universal e eurocêntrica, racista e patriarcal.

O conhecimento feminista, enquanto uma ação política de transformação social, precisa se pensar enquanto cultura e questionar as identidades. Ressalto que, mesmo sendo controversa, a concepção de identidades possibilita que se visibilizem e se enquadrem as opressões e a exclusão, e entendo que ainda temos um longo caminho para abandonar a identidade mulher. Atualmente, contamos com estudos sobre cultura numa perspectiva que pode auxiliar na superação desse paradigma, de acordo com Hall (1997), as identidades podem ser compreendidas como formas de hibridação; Bhabha (1990) chama a atenção para as identidades fronteiriças; Spivak (1987) pensa identidades subalternas em paralelo com a hibridação. Essas concepções nos ajudam a construir outras identidades, sem base universalista. Em síntese, refletir sobre feminismos como um aporte cultural e a interculturalidade como

aporte ao avanço e disseminação do feminismo pressupõe a consciência de que não será exclusivamente por meio dele que vamos resolver todos os males do mundo.

Assim, os feminismos se apresentam como uma grande possibilidade, entre outras tantas maneiras, de reivindicar justiça social e de ser importante referência cultural e histórica para a formação da humanidade. Sempre houve processos de hibridização, porém o ser humano não habitou nunca o mundo de maneira harmônica com uma pureza cultural, o que temos são relações de poder. Novamente, segundo Lagarde y Los Ríos (2015), o feminismo vem como um subsídio à unidade humana, uma crítica à cultura e uma possibilidade de uma outra cultura. As culturas são dinâmicas e estão abertas a mudanças, em diferentes graus e tempos, se protegem, porém, têm seus ritmos, suas práticas discretas.

4. CONSTRUÇÕES METODOLÓGICAS: CAMINHAR JUNTAS E CRIAR

*Memória de um tempo
Onde lutar por seu direito
É um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará*

Elza Soares ⁴³

4.1 Percepções, escolhas e vínculos: convergências metodológicas

Embora o projeto inicial apresentado para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação tenha se mantido no seu cerne quando à epistemologia, politicidade e à concepção de educação, no andar da sua execução emergiram novas possibilidades e inclinações. Isso aconteceu como resultado próprio curso de doutoramento como um todo, pois este se consolidou como um espaço importante de estudos, diálogos e aprofundamentos teóricos que tiveram como consequência uma construção mais sólida da investigação. Uma composição teórica mais diversa pode corresponder a melhores abordagens da complexidade da questão envolvida. Ao mesmo tempo, o conceito de projeto que foi base para este pressupõe um arcabouço que considera imprescindíveis as categorias tradicionais de pesquisa e, claro, o atendimento da cronologia disponível.

A proposta da metodologia e da epistemologia de pesquisa-formação desenvolvida por Josso (2007, 2009, 2016, 2016a) permitiu aproximações com as perspectivas feministas críticas de(s)coloniais no seguimento da função social, formação, transformação. A teorização potencializou a ideia de criação e recriação do sentido do nosso ser no mundo. Articular essas diversas perspectivas, incluindo a ênfase nas relações de poder, auxiliou-me a repensar as culturas, as formas de existência para si e para os outros, numa relação complexa e dialógica entre o saber fazer, saber pensar, saber ser em relação ao outro (JOSSO, 2007).

⁴³ Pequena memória para um tempo sem memória, <https://www.youtube.com/watch?v=7LUMzQjEF8o>

Antes de discorrer sobre o método da pesquisa-formação, gostaria de destacar pontos de convergência entre as perspectivas feministas e a proposta da pesquisa-formação. As pesquisadoras Edla Eggert, Márcia Alves da Silva e Aline Lemos da Cunha Della Libera (2022) vem desenvolvendo estudos sobre essa aproximação metodológica, também aproximando a perspectiva da educação popular.

É nesse sentido que mesclar Estudos Feministas, Educação Popular e Pesquisa autobiográfica constrói um argumento metodológico descolonizador potente. A percepção da importância das experiências do mundo da vida das mulheres, das diferenças/injustiças de gênero e das lutas pela igualdade, tanto nas questões de gênero, classe e raça/etnia, reafirma o tema da dignidade humana e constitui elemento criativo de resistência e insubordinação (EGGERT, SILVA e DELLA LIBERA, 2022, p.10).

As narrativas de autoformação e biográficas são meios de produção de dados; desse modo, as trajetórias de mulheres não são tidas apenas como fontes, mas também como relações humanas produtivas e educativas. A objetividade positivista, um obstáculo ainda muito presente na ciência e no imaginário, tem cedido espaço para a subjetividade e a politicidade, reconhecendo a condição humana de interatividade e não mais um interrogatório que estabelece uma relação hierárquica entre pesquisadoras e pesquisadas. Para McDowell (1999), que entendo como uma autora situada na perspectiva crítica e, nesse sentido, convergente, as feministas se sentem estimuladas a compartilhar suas experiências com outras mulheres e obter resultados úteis para si e para as outras envolvidas nos estudos.

Nesta concepção de pesquisa não extrativa e objetificante, o esforço pode se dedicar à transformação interna do processo científico, isto é, as relações humanas que a ciência promove na produção de conhecimentos não pode esperar por uma utilização distante e externa, enquanto deixaria seus agentes em descuido e reificação. Desse modo, o papel da investigadora necessita ser mais de aproximação, com abertura, escuta sensível, imersão, empatia. No entender de Josso, “as narrações centradas na formação ao longo da vida revelam formas e sentidos múltiplos de existencialidade singular-plural, criativa e inventiva do pensar, do agir e do viver junto” (JOSSO, 2007, p. 413).

Concordo com a autora quando afirma que a dimensão de si não é passível de fragmentação, por isso, centrar numa abordagem de autoformação permite desviar de

certas amarras e situações bem comuns na produção narrativas, pois o objetivo da pesquisa-formação ou pesquisa autoformação é uma compreensão dos processos de formação, de conhecimento e de aprendizagem. Ou seja, uma articulação psico-sócio-cultural, uma reflexão sobre tomada de consciência em suas diferentes formas de expressão (JOSSO, 2007).

Assim, houve a necessidade de uma pesquisa criativa de múltiplas vias. De acordo com Josso,

a partir de uma narração das histórias de vida ou, melhor dizendo, de histórias centradas na formação, efetuadas na perspectiva de evidenciar e questionar as heranças, a continuidade e a ruptura, os projetos de vida, os múltiplos recursos ligados às aquisições de experiências, etc., esse trabalho de reflexão a partir da narrativa da formação de si (pensando, sensibilizando-se, imaginando, emocionando-se, apreciando, amando) permite estabelecer a medida das mutações sociais e culturais nas vidas singulares e relacioná-las com evolução dos contextos de vida profissional e social (JOSSO, 2007, p. 8).

A autoformação se relaciona diretamente com o conhecimento, que por sua vez, tem sua validade a partir de uma consciência crítica. O sujeito social estabelece vínculos com aprender a ser no mundo, mas também tem a percepção de que o mundo é movimento. Estamos cientes, com base nos estudos feministas críticos e de(s)coloniais, que o mundo historicamente estabeleceu espaços sociais para as mulheres de forma diferente dos espaços sociais para os homens, bem como as diferenças também ocorrem em relação à raça, à classe, à idade, à sexualidade. Sabemos, por exemplo, não ser possível de se expressar linguagens espontâneas, inovadoras ou subversivas da sexualidade sem afetar ou ameaçar a moral e os poderes constituídos em sua ligação com a composição do espaço e do lugar.

Dessa maneira, nós mulheres fomos compreendendo a urgência de aprender a sobreviver no mundo patriarcal, e buscar uma nova maneira de transformar, e desnaturalizar binarismos e hierarquias, em que a educação se volte à liberdade, desvinculada do arbitrarismo e da regulação em nome da ordem, especialmente no que tange a vida de minorias. Por isso, me servi de uma metodologia consciente das relações dialéticas expressadas na autoformação e nas biografias que expressam a formação de si com a/o outra/o – formação como viemos experienciando, estabelecida pelo saber-fazer, saber-pensar, saber ser em relação ao outro. Esperava que essa

relação dialética de cunho paradoxal envolvesse distanciamentos e aproximações e inclusive desinteresse entre as envolvidas na pesquisa. Neste sentido, tanto a perspectiva de autoformação quanto as autoras feministas críticas e de(s)coloniais se aproximam enquanto um projeto de produção e análise de narrativas. Tanto a autoformação quanto a consciência feminista pressupõe tensionar questões sobre educação e formação, e ambas passam primeiro por si e após com as outras.

Para detalhar um pouco sobre os aspectos mais procedimentais, sabidamente derivados dos pressupostos teóricos, ao produzir o instrumento de composição de narrativa, elaborei um guia de entrevista⁴⁴ para efetivar um diálogo menos hierárquico possível. Ao escrever, fui aos poucos pensando se eu poderia conversar sobre os temas que estavam elencados, quais desses tópicos poderiam trazer constrangimentos e quais permitiriam nos expressarmos mais livremente.

Existem as balizas éticas, as normatizações institucionais, e o processo de qualificação do projeto, no sentido da interlocução da experiência de outras pesquisadoras, do seu reconhecimento e da construção da representatividade da comunidade científica em educação. Quando muitas vezes dizemos “minha pesquisa” sim, o termo em parte está correto, de fato há uma centralidade, porém, seria uma subjetividade em movimento que se reportou a uma noção de comunidade, de educação e de ética pública, invalidando uma interpretação de “minha” denotando propriedade e individualidade livre, ou mesmo exclusiva responsabilidade pessoal e escolhas próprias.

Portanto, não se tratavam de decisões restritas à pesquisadora, que se encontrava em processo institucional formativo. A consciência de limites e escolhas negociam com o contexto histórico e geográfico. Além do que, negociam com a subjetivação, a aprendizagem científica objetivada no doutoramento, com minha trajetória própria e profissional enquanto narradora desta pesquisa, bem como na relação de empatia a ser potencializada.

Há uma noção de crítica mais humanizadora, abrangente e participativa no feminismo que defendo enquanto teoria e movimento de transformação social. Por isso, faz-se necessário expressar o entendimento sobre a complexidade do

⁴⁴ Ver anexo 1 – Guia de entrevista.

feminismo, pois ele atende a diferentes situações e pautas comunitárias para as mulheres. Deste modo, a pesquisa-formação em diálogo com a perspectiva crítica feminista e de(s)colonial me levou a complexificar compreensões subjetivas e de coletividade.

Ao passo que existiu envolvimento com as narradoras da pesquisa e também com a experiência pessoal própria de militante, percebi o quanto o feminismo se apresenta como uma concepção imaginada, de busca de perfeições, onde mulheres militantes e acadêmicas feministas não podem cometer equívocos, pois precisam provar que são capazes de interpretar e refletir sobre/na/para a sociedade. No instante que me percebi em formação e deformação⁴⁵, como as demais mulheres, passei a compreender a concretude do feminismo diante da necessidade de negação de um feminismo universal e imaginado.

Dentro de uma realidade concreta, o tornar-se feminista apresenta muitas possibilidades, ao mesmo tempo que apresenta as inúmeras dificuldades pela singularidade e pluralidade em que se encontra o ser no mundo. As feministas possuem diversas discordâncias, existem contradições, medos e inseguranças, por isso, não se utiliza a categoria mulher no singular e sim mulheres no plural. Assim, compreendo que uma pesquisa-formação passa por uma mudança de pensamento que assegura e confere uma certa estabilidade e tranquilidade, pois afasta os fundamentos binários e problematiza os processos de conhecimentos.

As entrevistas biográficas de Josso (2016), em que apresenta um diálogo entre duas narradoras, foram uma forte inspiração. O processo de diálogo para a autora expressa a melhor maneira para explicar a evolução da narrativa e se constitui em uma negociação entre as narradoras, no que dizer e como dizemos aquilo que pensamos, indo para uma esfera espiral dialética de autorreflexão. Este texto inspirou muito esse estudo pelo fato de que, como já mencionado, há um processo pessoal e profissional de transformação, organizando uma biografia junto com outras mulheres, com práticas profissionais feministas. Assim, incorporei este pensamento, em síntese, na procura firme da auto formação na coletividade e nas necessidades sociais emergentes das mulheres. Também senti a necessidade de criar caminhos

⁴⁵ Deformação é um conceito desenvolvido por Josso (2007), para pensar que ao nos formarmos também ocorrem deformações, o que implica o movimento de estar frente à complexidade social, política e cultural da vida.

metodológicos na elaboração do processo de pesquisa sem recorrer a cartilhas ou discursos prontos e fixados. Aprender com as narradoras desta pesquisa implicou um processo de experiência que, de acordo com Josso,

[...] é produzida por uma vivência que escolhemos ou aceitamos como fonte de aprendizagem particular ou formação de vida. Isto significa que temos de fazer um trabalho de reflexões sobre o que foi vivenciado e nomear o que foi aprendido. Todas as experiências são vivências, mas nem todas as vivências tornam-se experiências (2009, p. 137).

A respeito da escrita, esta tese partiu da elaboração de narrativas que ocorreu de maneira não convencional devido ao momento histórico da pandemia do novo coronavírus⁴⁶, que chegou ao Brasil no início de 2020. Se antes havia reuniões e encontros de formação presencial para a organização e lutas com as companheiras militantes, com a pandemia foi preciso respeitar as orientações sanitárias de isolamento social⁴⁷. Essa situação levou a pesquisa a caminhos metodológicos inusitados, considerando se tratar de uma pesquisa baseada em metodologia biográfica e de pesquisa-formação. Muito dos últimos encontros de produção de narrativas, justamente aqueles mais amadurecidos, foram realizados por meio de uma plataforma digital – oferecida pela Universidade Federal de Pelotas-UFPEL⁴⁸ a professoras/es e estudantes – que possibilitou a gravação dos encontros.

As reuniões virtuais que foram gravadas só foram possíveis devido a vínculos de militância política, pessoais e profissionais que tenho com as narradoras, uma vez que, em diferentes momentos da minha trajetória de estudante e militante feminista, elas se fizeram presentes. Nos aliamos aos meios de prática coletiva no combate à pobreza, precarização do trabalho, no enfrentamento às violências de gênero, na mobilização por direito à educação pública e de qualidade, entre outras demandas sociais que a luta feminista articula como pauta. Neste vínculo, todas temos em

⁴⁶ De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde – OMS, a covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional, passando ser tratada como Pandemia.

⁴⁷ Parecer normativo UFPEL ver em: <https://wp.ufpel.edu.br/covid19/material-de-apoio/> nota técnica: Evolução da Epidemia em Pelotas.

⁴⁸ Em março de 2020, dois dias antes da qualificação do projeto de tese, a UFPEL lançou uma nota cancelando atividades acadêmicas presenciais pelas circunstâncias da pandemia do coronavírus. No momento, entramos 2022 ainda vivenciando este contexto.

comum uma atuação nos movimentos sociais e a percepção de que precisamos ter consciência crítica das opressões, consciência crítica que, de acordo com Freire (2003) e hooks (2017), nos leva à ação transformadora de si e consequentemente dos outros.

O tempo que ficamos envolvidas dialogando na elaboração das narrativas caracterizou uma necessidade cuidadosa e atenta das narradoras em refletir sobre a temática proposta e toda a sua complexidade, que abrange vários âmbitos de sua trajetória de vida, como família, trabalho, formação profissional e militância. Destaco que a produção das narrativas pensadas no projeto inicial de tese tinha uma proposta mais próxima da perspectiva da Josso (2007), na qual

o dispositivo-cenário parte da ideia de que a compreensão dos processos de formação implica um processo de conhecimento ao longo do qual os participantes construirão sua história, a partir de uma série de etapas, alternando trabalho individual e trabalho em grupo (JOSSO, 2007, p. 420).

Diante da adversidade que enfrentamos na pandemia, foi necessário repensar e organizar novos dispositivos, ficando suspensos os encontros em grupo que foram pensados na qualificação do projeto e previstos na metodologia da pesquisa-formação. Assim, a metodologia objetivou se aproximar principalmente da possibilidade de formação de si que se amplia numa rede complexa de estar no mundo.

De acordo com Josso (2007), as transformações a partir de si envolvem algumas dimensões: a) O ser de carne – nossa biologia, o reino animal em integração com o local e o global, o ser de carne é a interação do indivíduo com seu meio natural; nossa ecologia, saúde, aspectos físicos, sexualidade, alimentação entre outros. b) O ser de atenção consciente – dimensão extremamente importante, pois sem ela nenhum desenvolvimento é possível. O ser de atenção consciente é elaborado a partir de cada cultura. É a possibilidade de aprender ao longo da vida, e a capacidade de existir em relação a si e ao meio que nos cerca. c) O ser de sensibilidade – em relação direta com os cinco sentidos, o ser de sensibilidade exprime todos os sentimentos agradáveis ou desagradáveis. d) O ser de emoções – são meios de amar ou odiar, sentir prazer ou dor, alegria ou tristeza. O ser de emoções é pouco considerado nos processos de aprendizagem, contudo são maneiras de expressar nossos sentimentos. e) O ser de afetividade – entrada para o campo dos laços construídos, mantidos ou

rompidos, em torno de valores conscientes e inconscientes. Implica também a capacidade de fazer classificações, comparações, avaliações das vantagens e desvantagens das nossas escolhas. f) O ser de cognição – aquisição da linguagem, o desenvolvimento das inteligências, juntamente com estratégias de pensar as diversas formas de conhecimento. É importante ressaltar que o ser de cognição é a construção das subjetividades, percepção das camadas de verniz sociais e culturais, muitas vezes essas camadas fazem com que acreditemos que pensamos por nós mesmos. g) O ser de imaginação – acontecimentos que parecem ser impossíveis de verbalizar, descoberta de outros universos possíveis, por exemplo entrar em contato com uma música que permita outros olhares sobre si.

Todas as dimensões estão inter-relacionadas e devem se apresentar como capacidade criadora de si em constante movimento de elaborar projetos de aprendizagens transformadoras. Em síntese, de acordo com as convergências teóricas trazidas e as aprendizagens por ora alcançadas, não podemos mais investir em metanarrativas e abstrações idealistas para nos dedicar ao tangível e prioritário, na coerência da democratização da ciência e da sociedade, na consecução de conhecimentos possíveis. Tudo indicava, que por motivo de forças maiores, os acontecimentos mundiais de 2020 em diante – desencadeados pela pandemia – não só dariam maior relevância aos aspectos de flexibilidade, abertura e adaptação, como interpelariam o processo de investigação.

O pensamento de(s)colonial feminista passou a ser um meio fundamental de mudança pois, de acordo com bell hooks (2017), a concepção progressista permite compreender os sujeitos no centro do fazer científico, social e cultural. Esta consideração sobre o sujeito influi na compreensão das múltiplas realidades, diferentemente da ciência moderna colonizadora. Nela, a ausência de sujeito concebeu “o Homem” enquanto objeto de estudo. Nos seus atributos, o observador/colonizador enquadra o colonizado e o classifica a partir de suas próprias estruturas culturais, julgando e impondo a sua percepção de mundo. Ao desconhecer a diversidade e as diferenças, funda uma cosmovisão de um sujeito universal; por isso, em sua narrativa, descreve a/o outra/o e nega a biografia e a ideologia na pesquisa.

Especialmente numa perspectiva feminista, o conhecimento não é produzido unicamente por um método puro, ao contrário, consideram-se as diferenças, recusando o racionalismo, a institucionalização da redução, do determinismo. Propõe-se que o conhecimento seja situado historicamente e espacialmente. De acordo com a pesquisadora Maribel Ríos Everaldo (2012), o monismo metodológico reconhece que os objetos científicos são diferentes, porém, propõe a unidade metodológica e homogeneidade doutrinal. Assim, o determinismo mecanicista vincula-se ao conhecimento que se pretende utilitário e funcional, adequado aos interesses da burguesia ascendente. De acordo com a pesquisadora, para superar o método monista que funda a derivação de todos os outros métodos, se faz necessário construir uma ‘triangulação’ de diversos métodos, buscando romper com o conhecimento unidirecional restrito no “*sujeito, el que conece, – objeto, lo que es conocido*” (EVERALDO, 2012, p. 188), investindo numa perspectiva dialógica na investigação.

La visión del género implica reconocer que socialmente existe un conjunto de ideas, representaciones y creencias basadas en que hay cosas propias de hombres y de mujeres. Esta separación y distinción de papeles masculinos y femeninos provoca la participación diferenciada, jerárquica y desigual dentro de las instituciones sociales, políticas y económicas (EVERALDO, 2012, p. 189).

Nesse sentido, os estudos feministas questionam as hierarquias arbitrárias e opressivas, visando a uma postura política, relacionando teoria e prática social, almejam uma “nova” relação entre consciência política e formas de empoderamento social. Neste ponto, a pesquisa proposta ao ser operacionalizada se aproximou dos princípios da pesquisa participante (PP) que, em sua concepção, permite interconexões e reflexões formativas com o pensamento progressista emancipador. Parte-se de uma leitura de mundo crítica e voltada à transformação social. Os princípios éticos, políticos e culturais presentes na pesquisa participante e na pesquisa-formação fundamentam a articulação das ciências sociais e humanas para um fortalecimento do enfoque educativo na construção metodológica deste estudo. A conexão da presença da subjetividade social na ciência evitaria assim a objetificação, tanto das posições de cientista como na posição de colaboradoras na geração de conhecimentos. O pesquisador Carlos Rodrigues Brandão critica a dicotomia e a

suposta neutralidade existente na ciência tradicional, “de um sujeito (dissolvido em ciência) e o objeto (o outro sujeito dissolvido em dado)” (BRANDÃO, 1987, p. 7).

Sem pretender diferenciar posições de trabalho em todas as circunstâncias, este autor considera que, para se conhecer uma dada realidade em profundidade, necessitamos de envolvimento e comprometimento pessoal entre a pesquisadora e aquela que é investigada. Na sua argumentação, indica um perigo neste fazer científico presente na colonialidade histórica, “a missão do pregador catequista que um dia aportou da Europa no país era a de fazer do outro um ‘como eu’, desde que subalterno” (BRANDÃO, 1987, p. 10).

Ainda sobre graus e aproximações com a pesquisa participante, também podemos retomar e pensar um pouco mais sobre o conceito de invasão cultural de Paulo Freire, enquanto uma ação não dialógica que gera principalmente dominação e dependência. Claramente uma relação direta e indireta com a colonização e com as colonialidades como viemos dizendo. Para Freire (1980), precisamos estar cientes de não incorreremos numa armadilha ética e praticar uma falsa generosidade, ao nos “comprometermos” com os sujeitos da pesquisa. No entanto, não tendo como objetivo realizar uma pesquisa participante “pura”, utilizei seus princípios epistemológicos de(s)coloniais na criação referenciada da metodologia.

Everaldo (2012) apresenta em seus estudos boa diversidade de métodos e metodologias, afirmando serem muitas as posições epistemológicas e ideológicas, ressalta a invisibilidade das mulheres, fato que atribui à hegemonia patriarcal e sua decorrente misoginia (EVERALDO, 2012). Nestes aspectos, necessitamos estar atentas para não utilizar metodologias que reproduzam o machismo, o racismo, a heteronormatividade e outros marcadores de identidade que são utilizados para oprimir e subalternizar. Aqui, para ilustrar a argumentação, podemos citar dois paradigmas que marcaram a modernidade com suas práticas de pensamento hegemônico, eurocêntrico, tecnocrático, evolucionista e universalista: o positivismo e o neopositivismo. Correntes que têm como pressupostos a visão de ciência neutra e objetiva, partindo dos fenômenos naturais para “dar” explicações para todas as práticas sociais e culturais. Visam à homogeneidade metodológica e a casualidade como condição de explicações científicas, subsumindo a realidade às leis gerais e

totalizantes, presas ao otimismo da sua história e cultura. As exclusões imperialistas, justamente por isso, são pressupostos não utilizados pela perspectiva feminista.

Como venho defendendo, e acredito que tenha conseguido empregar, os estudos feministas não buscam a objetividade, mas sim a intersubjetividade. Seguindo McDowell (1999), experimentei uma composição de metodologias que permitiu às mulheres estudar outras mulheres em espaços interativos, sem a lógica da ciência clássica positivista de extração de dados. Tendo em vista que cada vez mais necessitamos de pesquisas que respondam às necessidades sociais, e menos da ciência apenas pela existência da ciência em ciclo fechado, é visível a importância de pesquisas que busquem as especificidades do campo estudado em contraposição aos estudos sobre mulheres que têm na sua fundamentação uma teoria/metodologia patriarcal e colonial.

Refletir sobre quais metodologias utilizar foi um desafio, pois no início da caminhada existia um desejo de responder perguntas *a priori/posteriori* e poder fazer perguntas que me impulsionasse a sair do lugar comum. Alinhar a perspectiva teórico-metodológica com ações feministas tornou-se conseqüentemente um ato político, centrado no pensamento progressista. Constantemente, ao pensar o problema de pesquisa, tive como referência central o conhecimento situado⁴⁹. Por ser mulher, militante feminista, compreendo que não há como separar o ato de pesquisar da militância social. As dúvidas e respostas nos envolvem diretamente, como também a ingenuidade e a crítica às categorias estudadas.

A pesquisadora ativista Radha D'Souza (2010) considera que precisamos problematizar o “ativismo” e a “pesquisa”, buscando pensar sobre os espaços sociais em que o conhecimento é produzido e o efeito que esse conhecimento produz sobre a realidade. Seguindo a perspectiva da autora, o ativismo corre o risco de se converter em um termo esvaziado de sentido, pois foi apropriado e distorcido pela lógica neoliberal ou pelo basismo. Nesse aspecto, se faz necessário deixar claro que ativismo se pretende produzir enquanto se pesquisa, pois “a neutra linguagem genérica tem o efeito de des-historicizar, despolitizar e descontextualizar os conceitos, além de que enfraquece a importância que a formação de conceitos tem para a transformação social” (D'SOUZA, 2010, p. 155). Com uma pesquisa situada como

⁴⁹ Harding (1993) e Haraway (1995).

feminista e descolonial, objetivei uma atuação no campo progressista. A militância educativa que pratiquei (considerando os limites dessa prática), refletiu as suas ações teoricamente e teve como princípio questionar e até mesmo negar o feminismo heteronormativo, eurocêntrico e neoliberal.

Nesta mesma linha, ao repensar a categoria mulher como universal, é imperativo considerar as múltiplas opressões originárias por diferentes identidades culturais, denominadas de interseccionalidade. A pesquisadora Kimberlé Crenshaw (1985) entende que classe, raça e gênero não podem ser tomadas separadamente, indicando uma percepção estrutural da interseccionalidade.

Os propósitos dos movimentos feministas podem ser melhor compreendidos ao se ouvir e ao se possibilitar visibilidade às mulheres que participaram dessa caminhada e que muito contribuirão para situações de não opressão e subalternização. São mulheres que, ao narrar suas histórias, podem ressignificá-las. Nesse aspecto, as principais metodologias qualitativas utilizadas nesta tese são a perspectiva ético-política da pesquisa participante e a pesquisa biográfica.

Acredito que o enfoque narrativo da pesquisa-formação, pesquisa participante e as biografias coadunados com as perspectivas feministas possibilitará uma práxis política com intenção clara de mudança social, onde ouvir as memórias de mulheres que constituíram esse movimento significa enfatizar seus percursos. (ROSENTHAL, 2014). A percepção de si no mundo pode produzir novas formas de compreensão e transformação das práticas correntes.

Para Chistine Delory-Momberger,

a pesquisa biográfica teria, assim, por tarefa compreender como “o caminhante constrói paisagem”, mas, da mesma forma também – visto que é a mesma coisa – como “a paisagem constrói o caminhante”, em outras palavras, como o indivíduo, no decurso de suas experiências no tempo, ao mesmo tempo que produz em si mesmo e fora de si mesmo o espaço do social, se constitui a si mesmo como indivíduo singular (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 73).

Assim, para biografar os percursos de mulheres que atuaram e atuam politicamente na pauta feminista, foi possível estabelecer conexões a fim de compreender a construção do movimento feminista no sul do Brasil. Por meio da pesquisa biográfica foram produzidas narrativas para recuperar um conjunto de

práticas e elaborar conhecimentos com significado compartilhado com as colaboradoras da pesquisa. Segundo Delory-Momberger (2008 e 2012), a narrativa de si adquire uma centralidade social, fazendo, assim, uma combinação entre o individual e o social, que implica experiências culturais, políticas, econômicas, entre outras.

Para dimensionar e poder operacionalizar a proposta, existiu a necessidade de realizar um recorte bem delimitado, neste caso “narrativas de militantes feministas do sul do Brasil”. Sob o enfoque pretendido, não há lugar para reducionismo, não é possível fundar verdades baseadas em essências, mas sim considerar contextos concretos e múltiplos onde ocorrem as experiências de resistência e lutas. Quando me refiro à memória, não a estou entendendo como algo que se fixa apenas no campo subjetivo, já que toda vivência, ainda que singular e autorreferente, situa-se também num contexto histórico e cultural. Sabemos que a memória é uma experiência histórica indissociável das experiências peculiares de cada indivíduo e de cada cultura (SOUZA e FORNARI, 2008, p. 113).

Os caminhos e ferramentas que foram utilizados neste processo objetivaram se afastar da concepção tradicional e hegemônica de ciência, especialmente da superioridade, neutralidade, generalização, verificação, comprovação, comparação simplificada e análise estrutural do que foi dito. Assim, as metodologias empreendidas, com suas aproximações e suas distinções, contribuíram para dar vez e amplificar algumas vozes sobre as diferenças de classe, étnicas, de raça, gênero, idade e orientação sexual. Nesse sentido, me vali da metáfora do palimpsesto⁵⁰ utilizada por Possamai (2005) para ser possível ler e interpretar diferentes narrativas que se sobrepõem e convivem, nem sempre harmonicamente.

O estudo se configurou visando à compreensão crítica e reflexiva sobre a necessidade de um olhar retrospectivo e prospectivo daquilo que foi produzido e do que podemos fazer pelas/com as mulheres. De acordo com Moss,

[...] metodologias feministas são uma aproximação sobre pesquisa, incluindo os aspectos convencionais de pesquisa – o projeto, a coleta de dados, a análise, e a circulação de informações – e os aspectos da investigação convencionais menos considerados – as relações entre as pessoas envolvidas no processo de pesquisa, o “comportamento” efetivo na pesquisa, e o processo através do qual a pesquisa trata de ser realizada e concluída. Mas não se trata apenas de ajustes na

⁵⁰ Pergaminho cujo texto foi raspado para ser reutilizado; atualmente com as novas tecnologias pode-se recuperar os textos primitivos sobrepostos.

definição da metodologia feminista, implica politizar uma metodologia através do feminismo (MOSS, 2002, p.12).

Desse modo, foi importante politizar a pesquisa para que não fosse apenas mais uma pesquisa sobre mulheres, mas para e com as mulheres, de maneira a valorizar o processo do estudo e, nessa diretriz, seguir a tradição compreensiva ou interpretativa, com o intuito de considerar crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, focar o lugar e o cotidiano, entender que a sociedade é dinâmica e, portanto, os resultados são provisórios, além de considerar o percurso tanto da pesquisadora quanto dos sujeitos que estão contribuindo com a pesquisa.

5. PRATICANDO UMA PESQUISA FEMINISTA: PLANEJAMENTO DOS DIÁLOGOS POSSÍVEIS

As colaboradoras da pesquisa são mulheres militantes no movimento feminista do sul do extremo sul do Rio Grande do Sul. Para atender aos objetivos deste estudo, as colaboradoras precisavam estar vinculadas a grupos dos movimentos sociais, coletivos auto-organizados, sindicatos ou ONG's que atendessem as demandas das mulheres e dialogassem com pautas feministas.

O método para construir uma rede de colaboradoras constituiu-se a partir da minha experiência pessoal e profissional como militante feminista e como pesquisadora participante do Grupo de Pesquisa D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero⁵¹, que desenvolve ações de pesquisa, ensino e extensão e vem aproximando pesquisadores e pesquisadoras de várias áreas de conhecimento que atuam nas temáticas de gênero e diversidade. Atuei na pesquisa "Representações de gênero de mulheres idosas: memórias de formação, aprendizagens e (auto)biografias", coordenada pela Professora Márcia Alves da Silva, a qual, junto a outras atividades vinculadas a projetos de ensino e extensão certamente me auxiliou na construção do projeto de pesquisa, principalmente na formação do perfil das colaboradoras.

Virginia Olesen (2006) observa que as pesquisadoras também possuem características de gênero, raça, classe e idade, que compõem uma história de vida contida na interação da pesquisa, pois tanto a pesquisadora quanto as participantes da pesquisa foram se constituindo em virtude de um contexto histórico e social. Olesen adverte sobre os riscos da posição de pesquisadora *insider* e *outsider*, no caso aqui como pesquisadora *insider*, que se refere a pesquisar sua própria condição e identificação com determinados grupos sociais (OLESEN, 2006). Contudo, não basta ter alguns atributos de uma dada cultura para ter acesso pleno ao conhecimento, segundo a autora, apenas fica explícito o aumento da complexidade entre a experiência e a diferença.

Em um primeiro momento, a rede de participantes foi constituída de mulheres que de alguma forma já haviam dialogado comigo ou com o D'Generus em espaços-

⁵¹ Grupo de pesquisa do CNPq que tem como líder a Professora da UFPel Dra. Márcia Alves da Silva.

tempos de militância e pesquisa; por indicação dessas primeiras mulheres, cheguei às demais. O objetivo de pensar em uma rede de mulheres que colaborasse com a pesquisa teve um caráter de aproximação e vínculo afetivo, de responsabilidade social, devido ao interesse comum de militância feminista, portanto, uma relação intersubjetiva.

Considero importante destacar novamente, após todo este decurso, que não basta participar de um grupo social, neste caso um grupo feminista, para ter empatia com a pesquisa e a pesquisadora. Nem sempre o vínculo se estabelece, se considerar as próprias mulheres que pensam e vivem de diferentes formas, pois mulheres consideradas ou autodeclaradas feministas também podem possuir entendimentos diferentes e nem sempre a expectativa de colaboração se efetiva, o que pode ser um bom começo de análises. Por esse motivo, era importante explicitar o objetivo da pesquisa, dialogar sobre o processo, suas dificuldades, suas implicações estimadas ou avaliadas para que pudessem decidir se desejavam colaborar ou não.

Além do processo de escolha de quais mulheres poderiam contribuir, entendi ser necessário um recorte espacial. A escolha do recorte espacial de abrangência sul do extremo sul do Rio Grande do Sul se deu ao alcance da origem da pesquisa, isto é, a pesquisa ocorreria na cidade de Pelotas, localizada no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Portanto, em termos de viabilidade econômica, permitiria uma mobilidade maior para executar as atividades de produção das narrativas, acompanhamento e participação das atividades realizadas pelas/com as colaboradoras da pesquisa. Fato que tive que rever diante da pandemia de covid-19, pois não foi possível realizar/acompanhar as atividades presencialmente, as entrevistas tiveram de ser realizadas *on-line*.

De acordo com Gabriele Rosenthal (2014),

o objetivo da entrevista narrativa é o registro de relatos mais longos e, de uma forma geral, formulados autonomamente sobre histórias de vida ou temáticas [...] Relatos que a princípio, podem ser desenvolvidos sem maiores intervenções do entrevistador (ROSENTHAL, 2014, p. 183).

Neste estudo, a entrevista narrativa objetivou o acesso às experiências e perspectivas subjetivas e objetivas do ativismo feminista, que se concretizou numa experiência dinâmica entre a individualidade e a práxis coletiva. Nesse aspecto, as

entrevistas longas sem interrupções seguramente contribuíram para responder as questões propostas.

Nesse modo de entrevista, a pesquisadora não a conduz com perguntas pré-estabelecidas, embora o conteúdo mais amplo seja estruturado pelo problema de pesquisa (BAUER e GASKELL, 2002; ROSENTHAL, 2014). Isto é, uma entrevista narrativa possibilita uma compreensão da realidade concreta que se constrói socialmente pelas experiências de vida das colaboradoras. Segundo Rosenthal (2014, p. 219) “por meio das entrevistas narrativas biográficas, adquirimos informações não apenas sobre o passado do falante, mas também sobre seu momento atual e suas expectativas”. As colaboradoras, ao narrarem suas histórias de vida e formação militante, puderam repensar sua inserção no movimento e, ao mesmo tempo, fortalecer as práticas e criar novos caminhos de militância, já que as narrativas sobre o passado estão diretamente vinculadas ao presente e à comunidade local.

De acordo com Bauer e Gaskell (2002), o planejamento das entrevistas individuais ou em grupo é fundamental, pois através disso podem-se compreender seus discursos e coletividades. Os autores confirmaram que toda a pesquisa que utiliza entrevistas constitui-se como processo social de interação ou empreendimento cooperativo em que as palavras são um dos meios principais de troca entre os sujeitos. Para que isso ocorra, o pesquisador deve conhecer profundamente o campo teórico e empírico para elaborar um guia de orientação da entrevista com base no problema de pesquisa. Tal condição foi seguida, cumprindo-se progressivamente disciplinas, orientações individuais e coletivas, seminários, eventos, publicação de artigos entre outras didáticas institucionais do programa.

A organização para elaborar e efetivar as entrevistas narrativas dependeu muito da formulação do problema e do aprofundamento teórico da pesquisa, bem como de já haver sido estabelecido um recorte espacial e temporal. Também foi necessário estabelecer, avaliar, contatar e novamente refletir sobre os critérios para definir quais mulheres feministas seriam entrevistadas, não para fixar e manter um padrão, mas para ter “consciência” das mudanças e possíveis descaminhos que ocorrem no processo de uma pesquisa subjetiva e qualitativa, na perspectiva teórica feminista.

Antes de dar início às entrevistas e encaminhamentos de atividades relacionadas ao processo de coleta de dados, o projeto foi encaminhado para a Comissão de Ética na Plataforma Brasil⁵², para serem avaliados os princípios éticos da pesquisa de acordo com a Resolução 466/2012⁵³ e a Resolução 510/2016⁵⁴ do Conselho Nacional de Saúde, lembrando que essa resolução abrange os princípios éticos em pesquisas que envolvem seres humanos. Estes princípios asseguram os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos participantes da pesquisa e ao Estado. Acredito ser importante o aceite da comissão de ética para realizar a pesquisa, por entender que precisamos ter nossos projetos avaliados em diferentes instâncias. Além de seguir instrumentos e normativas que qualificam eticamente a pesquisa em ciências humanas e sociais, visando a uma pesquisa com responsabilidade social mais ampla.

Conforme a Resolução 466/2012 e a Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, me comprometi a fazer os convites para participar da pesquisa de forma individual, realizando os contatos por meio do *WhatsApp*, explicitando os objetivos e a metodologia da pesquisa, bem como seus riscos e benefícios, incluindo o direito da participante de pesquisa em não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa, incluindo se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para si. Após o aceite inicial, no momento da entrevista foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a sua anuência. É importante destacar que a pesquisa não contou com participantes menores de idade, portanto neste caso, o tópico 2.3 da Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS não se aplicava. Também foi informado às convidadas que sua participação não acarretaria custos para as participantes, bem como para a pesquisadora, que utilizou a plataforma digital da UFPel para realizar encontros síncronos e demais meios digitais gratuitos para realizar a anuência do TCLE.

Os encontros síncronos de produção de narrativas foram realizados por meio de uma plataforma digital, com possibilidade de gravar, algo que a Universidade

⁵² Site: www.saude.gov.br/plataformabrasil.

⁵³ Para mais informações ver resolução 466/12:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html.

⁵⁴ Para mais informações ver Resolução 510/2016.

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html

Federal de Pelotas – UFPEL ofereceu para professoras/es e estudantes de pós-graduação, neste período da pandemia de coronavírus. A plataforma denominada Webconf/UFPEl foi acessada mediante login e senha pessoal. Após o acesso, pude convidar as participantes para entrar na sala virtual. As gravações são disponibilizadas apenas para o login (CPF e E-mail) cadastrado, permitindo às participantes uma total confidencialidade e caso ocorra a violação, há meios para cessar violação do material e as participantes são informadas. Após a coleta de dados foi realizado *download* para um dispositivo eletrônico local e apagado todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". Também foi apagado da plataforma virtual “nuvem” o TCLE, conforme indicava a Carta Circular nº 1/2021- CONEP/SECNS/MS.

Em relação ao TCLE, foi realizada a leitura do termo antes de dar início às entrevistas narrativas, além de ser disponibilizado um link de um formulário contendo o TCLE para que as participantes confirmassem: a) se estavam claros os propósitos do estudo, os procedimentos, as garantias de sigilo, de esclarecimentos permanentes e isenção de despesas; b) se concordavam voluntariamente em participar deste estudo; c) declarar que obteve de forma apropriada e voluntária o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁵⁵, além de dados pessoais como nome completo, CPF e E-mail. Enviei o TCLE via e-mail individualmente para cada participante, para que pudessem consultá-lo sempre que desejassem.

A análise dos dados foi um momento bem significativo e aconteceu durante todo o processo da produção do *corpus* da pesquisa. De acordo com Denzin e Lincoln (2006), na fase de análise precisamos realizar a unitarização – que significa identificar e separar os enunciados, os quais podem ser palavras, frases, parágrafos ou fragmentos de textos – e a categorização – que objetiva organizar as unidades resultantes do processo anterior, em um processo de classificação para compreender discursos e enunciados produzidos pelas narrativas das mulheres.

No processo de estudo e análise, na sua triangulação e posterior categorização, foram feitas escolhas sobre temas encontráveis nas teorias e obras, bem como organização e configuração das narrativas da pesquisa, a fim de que

⁵⁵ Ver modelo: <<https://forms.gle/jnD966BRaXJVDzpS7>> e também pode-se ver o modelo no anexo dois (02).

houvesse compreensão, aproximação, distanciamento e posicionamento de subjetividade, nos posicionamentos de sujeito. Tendo em vista a metodologia elegida, se fez necessário o contato com as colaboradoras do estudo e também o incentivo de suas participações no desenho do processo, informando sobre a importância da presença delas para a pesquisa e o campo de atuação. Segundo Olesen, em seus estudos sobre metodologia feminista “não somos apenas uma única pessoa, mas, sim, uma multidão de possibilidades” (OLESEN, 2006, p. 230). Por isso, as teorias feministas buscam nas narrativas compreensões que possam contribuir para desconstruir antigas noções de dominação.

5.1 Diretrizes e normas de pesquisa com seres humanos

Considero importante destacar os aspectos éticos em pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil e que estão regulados pelas Diretrizes e Normas de Pesquisa em Seres Humanos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A presente tese obteve aprovação no Conselho de Ética⁵⁶, que se orientou na Resolução 466/2012 que incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, beneficência, justiça, não maleficência. Esses princípios asseguram direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos participantes da pesquisa e ao Estado.

De acordo com as normativas, uma pesquisa ética precisa respeitar as participantes da pesquisa em sua dignidade e autonomia, assegurando às participantes o direito de permanência ou desistência do processo de pesquisa; fica garantida a liberdade para participação e voluntariedade das participantes, por meio de convite, onde se expressam os objetivos da pesquisa e sua relevância social. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) explicita os objetivos, a possibilidade de permanecer ou não como colaboradora da pesquisa sem sofrer nenhum prejuízo, além dos riscos e benefícios. O TCLE é um documento para guiar os princípios éticos da pesquisa, no qual as participantes respondem e recebem uma cópia via online e podem solicitar novas informações e esclarecimentos sempre que desejarem, de acordo com os art. III, IV e V da Resolução 466/2012. Devido à

⁵⁶ Ver Anexo 3 – Parecer consubstanciado do CEP – Plataforma Brasil

pandemia do covid-19, a pesquisa foi realizada exclusivamente por plataformas digitais, por isso, a importância de ter seguido as orientações e normativas da Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS.

Por ser uma pesquisa com epistemologia feminista e inspirada na metodologia de pesquisa-formação, os riscos ponderados eram mínimos, se por ventura as participantes pudessem sofrer algum dano psicológico, este seria de baixa intensidade, pois se tratava de narrativas de vida e, quanto a isso, existe a possibilidade de rememorar algum trauma. Por esse motivo e seguindo as orientações advindas das normativas, explicitei no TCLE informações da instituição e da unidade em que a pesquisa se encontra vinculada, bem como o nome e contato da orientadora, caso as colaboradoras precisassem de auxílio ou realizar alguma denúncia.

Em relação aos benefícios, destacou-se a possibilidade de visibilizar os caminhos já percorridos por nós mulheres feministas do Sul, além de contar sobre nossas práticas e teorizar, pudemos aprender umas com as outras, pois a pesquisa-formação nos levou ao caminho do conhecimento e à elaboração de saberes produtivos à coletividade.

Em relação à privacidade e confidencialidade, foi perguntado às participantes se desejavam utilizar pseudônimos ou se preferiam utilizar seus nomes reais, visto que seria uma pesquisa que buscava dar visibilidade a práticas pedagógicas. Obtive como resposta que preferiam utilizar seus nomes reais, para se identificarem no processo. Também informei às participantes que os diálogos narrativos (entrevistas) na íntegra seriam de acesso exclusivo meu e da minha orientadora, para evitar constrangimentos e possíveis danos às colaboradoras. Após o término da pesquisa de doutoramento, as entrevistas transcritas serão identificadas com códigos e arquivadas por cinco anos junto ao núcleo de pesquisa coordenado pela orientadora. O descarte será realizado de maneira adequada para que terceiros não tenham acesso ao conteúdo das entrevistas. Também foi solicitada a permissão do uso de imagens das participantes, mas apenas as imagens com consulta prévia foram utilizadas. Todas as diretrizes éticas do projeto visavam adequações conforme a Resolução 466/2012.

6. PERCEPÇÕES PLURAIS DE EDUCADORAS FEMINISTAS E SEUS PERCURSOS

Até porque no Estado ditatorial que se vivia, né? Num Estado de discriminação e de opressão, a mulher, mais uma vez, sofre. Sofre de forma dupla, tanto pela política propriamente dita, e também pela questão específica das mulheres, pois as mulheres não são consideradas.

Neusa

Eu acredito numa educação antifascista, anticapitalista ambientalista e tal... mas nós temos obrigação de fazer isso sob um olhar feminista, e é nós que temos obrigação de se preparar para conseguir fazer isso, porque talvez em muitos momentos, a gente esqueça, né? Que nós precisamos dar para essa luta anti-imperialista, antifascista, ambientalista, antirracista e tal é um olhar feminista de classe, precisamos discutir classe.

Bíloca

As temáticas formadas são sempre relacionais. Podemos teimar e não perceber, querer fundar nossas crenças e sonhar com a eternidade. Praguejar contra o destino, reclamar da fome, do suor e do cansaço. O que aparece como parte sugere adiamento, inscrição num processo. A inclinação humana pela mudança e pela qualidade me fez direcionar a consciência para as interações. Somos ensinadas a respeitar campos, disciplinas, teorias e conceitos, porém estudar e pesquisar é se lançar ao 'novo' e ao compromisso, escutar e tentar compreender o que é diferente, o não eu, que se dispôs a aprender com consistência. Entre racionalidade e sensibilidade, interpreta-se o conhecimento acumulado e lança-se ao campo em que podemos nos movimentar, um campo de experiências e de alteridade, um percurso natural e construído, onde existe uma humanidade a manter e a se desenvolver.

O estudo convive e estreita as relações com as narradoras. Se levantam e se recolhem informações, se partilham saberes que vão sendo organizados e sistematizados, dentro do processo a teorização vão fazendo sentido e conceituando. As categorias não poderiam ser criadas *a priori*, para evitar o pensamento indutivo e unilateral; embora já existissem algumas concepções prévias comuns entre a pesquisadora e as narradoras, em função das condições culturais e ideológicas próprias da seleção das participantes do estudo. A transcrição do áudio para a digitação gerou uma espécie de contato fragmentado com expectativas que se

mostravam duvidosas ou prematuras; em todo caso, a transcrição provocou diversos sentimentos, algo como expressa o poema de Alice Ruiz (2017), “Socorro, alguém me dê um coração – Que esse já não bate nem apanha – Por favor, uma emoção pequena – qualquer coisa que se sinta – tem tantos sentimentos, deve ter algum que sirva”. A rotina da pesquisa tende a nos bloquear para o inesperado, nos impõem certas dificuldades de organizar as emoções e até mesmo nos paralisar, num ciclo procrastinador, mas sempre há uma sensação, um afeto que nos coloca em movimento. Meu primeiro sentimento foi listar um número de categorias, segui em direção à criação dialetizada, na interatividade das concepções prévias com as informações experienciais emergidas junto às narradoras. Dito de outra maneira, as categorias foram sendo estabelecidas a partir das noções iniciais de meus estudos, modificadas em reciprocidade com os dados originados do campo. Esta dialeticidade aconteceu no movimento formativo-educativo da leitura de mundo e literária (das obras referenciais) em resposta à socialização inicial da pesquisa.

Após uma primeira leitura, com a intenção de ser mais abrangente e panorâmica, comecei a ler as primeiras entrevistas que realizei e sucessivamente até as mais novas. Fiz um registro mais pessoal e informal de observações, participações e apontamentos de estudos sobre as relações de campo; ao ultrapassar a metade das entrevistas, fiz um esboço de categorias analíticas a partir da organização das narrativas-conversações. Com isso, cheguei a 19 categorias, sendo elas: 1) coletivos; 2) privilégio; 3) preconceito geracional; 4) patriarcado 5) processo de militância; 6) comunidade; 7) cuidado; 8) feminismo; 9) redes sociais e feminismo; 10) preconceitos (machismo, racismo, LGBTQI+); 11) trabalho social; 12) ser mulher; 13) incertezas do processo de luta; 14) inspiração feminista; 15) pautas feministas; 16) mulheres na política; 17) transformação (singular-plural); 18) organizações e dificuldades; 19) pandemia.

Após esse trabalho de categorização, retomei algumas leituras com uma curiosidade mais atenta e, às vezes, de forma intuitiva. Por um certo tempo, fui tomada por uma sensação de confusão e desânimo, e um bom tempo se passou, sem que eu quisesse seguir. Havia a sensação de confusão e desânimo a respeito dessa etapa da pesquisa, tinha somente vontade de ler livros de literatura e fugir do tema da tese. Passados alguns meses, voltando aos textos degravados, mudei a ordem de leitura

das entrevistas, adotei como critério a afinidade com o diálogo estabelecido entre as narradoras e a pesquisadora.

Houve uma resistência a certas partes das narrativas de algumas entrevistadas, mas pensei: o novo e o diferente podem estar onde a comodidade do gosto não está. Feita uma nova leitura, mais detida, reorganizei as chaves de classificação em três grandes temáticas: os feminismos, o patriarcado e a colonialidade/globalização. Essas temáticas aparecem ao longo de outros pontos, mais direcionados a atender aos objetivos da pesquisa. São eles: a) trajetórias de atuação; b) percepção de si; c) consciência crítica feminista; d) feminismos e marcadores sociais; e) práticas de ensino e aprendizagem; f) experiência com as redes sociais.

Também é importante destacar novamente, agora pensando na razão da tipificação das categorias/temáticas, que as narradoras da pesquisa compunham um grupo diversificado e heterogêneo, tanto em relação à idade, geração e grupos de atuação feministas, necessitando por vezes, pontuar as diferenças e semelhanças temporais e espaciais de compreensão do feminismo e assim valorizar a pluralidade e sua possível expressão no tempo.

De acordo com Eliane Gonçalves,

embora permanente, esta existência [do feminismo] no tempo não é linear, sofrendo descontinuidades. Ou seja, não começa e termina, mas se desenvolve, desdobra, transmuta, permanecendo atual, tendo em vista que as conquistas não se esgotaram. Por esta longa e duradoura história, o feminismo tem sido capaz de mobilizar mulheres de diferentes idades, do campo e da cidade, de todas as classes sociais e credos religiosos, solteiras e casadas, com e sem filhos, escolarizadas ou não. A pluralidade em termos étnicos, raciais e de sexualidade tensiona e enriquece o movimento em suas variadas formas de ação [...] (GONÇALVES, 2006, p. 334).

A pluralidade das narradoras se distancia da linearidade e da homogeneidade, enfim, de determinações e certezas, indicando seguir para uma fundamentação no pensamento holístico, dialético e complexo. O fato de serem brasileiras que vivem em cidades da região sul e com diferentes faixas de idades e militantes de diferentes coletivos feministas, remete a duas situações que precisam ser fortemente

consideradas: o espaço relacional e a geração. A este respeito, mais uma vez, o espaço-tempo se faz necessário para considerarmos os modos como as narradoras se tornam agentes feministas, porém não são apenas diferenças de idade, e sim diferenças geracionais que interessam, por implicar mudanças e permanências culturais através do tempo e do espaço.

A cultura feminista se altera e coexiste nas diferenças geracionais. Para Gonçalves (2006, p. 213) “as gerações é algo necessário e ‘natural’. Quem chega, os novos portadores de cultura, vai ter acesso aos bens culturais acumulados e provoca uma revisão ou uma alteração”. A permanência envolve o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo enquanto modo de organização social que visa à opressão, bem como as diversas lutas que tentam romper com esses sistemas. O “avanço” das técnicas, tecnologias e da ciência proporcionam distintos modos de lidar com a situação; por exemplo, a invenção dos métodos contraceptivos, que já foi celebrado como libertação sexual para as mulheres, outras gerações vieram e passaram a questionar se os métodos contraceptivos eram realmente um meio de libertação ou mais uma prisão, pois os homens continuam sem a necessidade de adoecer seus corpos com hormônios – esse é apenas um exemplo de conflito geracional que podemos dizer que permanece independentemente da idade das mulheres.

6.1 As narradoras da pesquisa e suas trajetórias: como tudo começou

Afinal tem como não escolher o caminho do feminismo?

Tatiana

6.1.1 Feministas: as narradoras da pesquisa

Vou começar a apresentação pela Maria de Lurdes Lose, por ser ela a primeira militante feminista que conheci, uma mulher que se declarava com orgulho de seu trabalho com mulheres, ainda que sua luta não se encontre apenas no campo feminista. Agora, escrevendo, me parece estranho eu conhecer uma feminista “apenas” quando ingressei na universidade, mas nesse período, não tínhamos as redes sociais, e havia um certo silêncio feminista, não era uma temática da “moda”.

Contudo lá estava ela, com sua camiseta de luta, da Marcha Mundial das Mulheres, coletivo em que até hoje ela atua como militante.



Figura 3: Maria de Lourdes Lose
Fonte: Maria de Lourdes Lose

Maria de Lourdes Lose⁵⁷ tem setenta e três anos de idade, mulher cisgênero, heterossexual, rio-grandina, mais especificamente do Bairro Cidade Nova, um bairro de trabalhadores/as. É viúva e tem uma filha e um filho. Ao narrar sua infância, rememora que seu pai estava esperando um menino, e por isso, não teve uma educação como a maioria das meninas, tal fato, se apresentava como um conflito para seus pais. Ao rememorar sua infância já nos indica a complexidade das relações de gênero, as rotas de fuga para subverter os determinismos baseados na biologia.

Maria atualmente é aposentada do cargo de técnica educacional da Universidade Federal de Rio Grande – FURG. No período que trabalhava, dedicou-se ao sindicalismo e contribuiu para um sindicato que não se limitaria às questões das/os

⁵⁷Ao longo do texto vou me referir a narradora Maria de Lourdes Lose pelo seu primeiro nome, buscando uma aproximação afetiva com a narradora, além de ser o modo como ela é conhecida na militância.

servidores públicos, mas que ultrapassaria os muros da universidade⁵⁸, buscando uma consciência coletiva de classe social. Nesta construção política, chegou a ser vereadora por dois mandatos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como principal pauta os direitos trabalhistas e os direitos das mulheres.

Após os mandatos, Maria retornou à universidade, cursou graduação em História, fez especialização e mestrado. Seus estudos se relacionam com a organização de mulheres do município de Rio Grande; de acordo com ela, “Rio Grande tem uma história muito firme e muito antiga de organização das mulheres, mesmo que elas não se colocassem como feministas, mas eram mulheres que defendiam, que entendiam que a gente precisava se organizar para superar determinadas coisas”. Maria permanece atuante no Conselho da Mulher, e no período das entrevistas estava como coordenadora da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Rio Grande/RS. As suas principais pautas versam em torno da classe social, diálogo com as comunidades periféricas, políticas públicas e economia solidária para a emancipação das mulheres. Para isso, afirma que é necessário a organização das mulheres, consciência crítica das opressões patriarcais e capitalistas.



Figura 4: Lígia Chiarelli - Biloca
Fonte: Acervo D'Generus.

⁵⁸A FURG é uma Universidade que seu campus se situa em uma região de extrema pobreza, cercada por uma comunidade carente, suas ações tendem a dialogar com seu entorno, visando ao desenvolvimento econômico e social da comunidade local.

A segunda narradora é a Lígia Chiarelli⁵⁹, mais conhecida por Biloca, nos conhecemos numa disciplina colegiada ofertada pelo projeto Observatório de Gênero e Diversidade da UFPel. Nesta disciplina, ficamos responsável pelo módulo Divisão Sexual do Trabalho e nos identificamos pela teoria feminista marxista. Desde este momento, começamos uma parceria de trabalho, tanto no grupo de pesquisa D'Generus como na União Brasileira de Mulheres (UBM), da qual ela é coordenadora na cidade de Pelotas, tendo me convidado a participar de suas atividades logo que nos conhecemos. Biloca é natural de Porto Alegre, onde cursou Arquitetura e se integrou ao movimento estudantil, ainda no período da ditadura militar; era um movimento estudantil forte, de acordo com suas palavras, “um movimento meio semiclandestino, com reuniões no DCE, tudo meio disfarçado”. Nesse contexto, se identificando como militante de esquerda, se filiou a um partido político, visando a uma articulação política. Suas pautas eram as liberdades democráticas e a luta mais progressista, algo que ela observa que está retrocedendo. Após a formatura, Biloca mudou-se para Pelotas e foi trabalhar como professora da Faculdade de Arquitetura. Atualmente é aposentada e continua como professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da UFPel. No Programa de Pós-Graduação têm orientado dissertações na perspectiva de gênero, como meio de reivindicar e promover a inclusão das mulheres nos espaços urbanos, antes tidos como masculinos. Trabalha como pesquisadora do Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero (D'Generus/UFPel) ministrando aulas, palestras e mediando discussões acerca dos estudos de gênero e feminismo.

Em função de seu cargo de professora, também atuou nos sindicatos de sua categoria. Além da militância partidária no PCdoB, coordena a União Brasileira de Mulheres (UBM), em Pelotas, e participa da direção da UBM no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, principalmente fomentando a organização política das mulheres. Biloca se aproxima muito das pautas de Maria de Lourdes; ambas têm como principal pauta a luta de classes e entendem que a organização política necessita de um forte apelo para que as mulheres participem desta luta. Da mesma forma, entendem que a emancipação das mulheres só virá por meio de uma transformação radical do sistema capitalista.

⁵⁹Ao longo do texto vou me referir a narradora Lígia Chiarelli pela forma que ela é conhecida e como a narradora prefere ser chamada, desse modo, passo a utilizar o nome Biloca.



Figura 5: Neusa Ledesma
Fonte: @Gamp/instagram

Neusa Ledesma⁶⁰ é uma mulher com muitas histórias, professora da rede estadual, atualmente aposentada, continua trabalhando como advogada. Vem atuando no Grupo Autônomo de Mulheres (Gamp) desde sua fundação, claro que como todas as militantes, em alguns períodos é mais ativa e em outros se dedica mais a outros assuntos, afinal nunca se é apenas militante em tempo integral. Conheci Neusa nas reuniões do Conselho da Mulher de Pelotas, e no projeto de pesquisa do Grupo D'Generus, além de encontros unificados da luta por direitos das mulheres e mais atualmente nas participações da Neusa na UBM. Não muito diferente da Maria e da Biloca, ela foi militante em tempos de ditadura; neste período era estudante universitária e chegou a ter codinome e estar filiada em partido clandestino, sua principal pauta neste período era sobre a redemocratização. Ainda que estivesse em grupos de mulheres, dedicava-se mais a pauta geral, ela afirma que havia grupos de mulheres mais dedicados a discussão do corpo, da sexualidade, e da divisão sexual

⁶⁰ Ao longo do texto vou me referir a narradora Neusa Ledesma pelo seu primeiro nome, buscando uma aproximação afetiva com a narradora, além de ser o modo como ela é conhecida na militância.

do trabalho. Ela passou a se dedicar mais às questões das mulheres mais tarde. Sua indignação e ímpeto à mudança social foi referente aos crimes passionais, em nome da honra e também “crimes por amor”, o que hoje chamamos de feminicídios. Além do trabalho no Gamp, também ajudou a fundar a Associação das Mulheres de Carreira Jurídica, em Pelotas. Sua principal pauta versa sobre a violência doméstica, direitos sociais das mulheres e mulheres em espaços de poder.



Figura 6: Diná Lessa

Fonte: Facebook, Grupo Autônomo de Mulheres – GAMP

Outra colaboradora da pesquisa é Diná Lessa⁶¹, 60 anos, casada e avó. Quando a conheci, ela era coordenadora do Conselho da Mulher de Pelotas, participava do Gamp e estava por se aposentar da EMBRAPA, empresa estatal em que trabalhou por quase toda a vida. Ela não é professora, mas fez e faz muitos trabalhos de educação feminista. Tem boas articulações com as escolas e com a Universidade Federal de Pelotas. Também desenvolve vários projetos de formação de mulheres na atuação do Gamp. Acho que me conectei com a Diná por ela dizer

⁶¹Ao longo do texto vou me referir a narradora Diná Lessa pelo seu primeiro nome, buscando uma aproximação afetiva com a narradora, além de ser o modo como ela é conhecida na militância.

que é uma mulher feminista, mas tem muito para aprender sobre feminismo. Embora sua disposição para compreender-se enquanto mulher feminista e negra perpassasse por níveis profundos e complexos, vejo a leveza e a boniteza de sua responsabilidade social, num devir a ser, inacabado, digno de quem tem a esperança de quem faz. Como membro do Gamp, suas principais pautas são sobre violência doméstica e emancipação financeira a partir da economia solidária. Diná articula várias ações no seu grupo, e também busca unir-se a outros grupos de militantes.



Figura 7: Tatiana de Mello Ribeiro
Fonte: Tatiana de Mello Ribeiro

Tatiana de Mello Ribeiro⁶² é casada, sem filhos, tem 44 anos, é moradora do município de Santana de Livramento. Conheci Tatiana quando trabalhava como tutora de educação a distância no curso de Filosofia da UFPel, ao participar da organização de uma semana acadêmica com todas/os as/os alunas/os e professoras/es, tutores/as de todas as cidades pelo que a UFPel atendia. A participação da Tatiana se destacou porque se apresentou como mulher feminista e durante todo o curso passamos a criar vínculos e discutir vários assuntos que permeiam o feminismo e a academia. Tatiana é professora de Filosofia, trabalhou com contrato temporário na rede municipal de Santana do Livramento, em escolas públicas e privadas, também é professora do

⁶² Ao longo do texto vou me referir a narradora Tatiana de Mello Ribeiro pelo seu primeiro nome, buscando uma aproximação afetiva com a narradora, além de ser o modo como ela é conhecida na militância.

curso de Graduação e Pós-Graduação *lato sensu* em ensino de Filosofia, na modalidade de Ensino a distância da Universidade Federal de Pelotas. Atua no coletivo feminista *Livra Elas* da Universidade Federal Unipampa e integra o grupo de mídias alternativas *Aqui e Allá*. No espaço formal de educação, atua principalmente desconstruindo a perspectiva patriarcal e sexista no campo da filosofia, buscando uma outra epistemologia que inclua as mulheres como protagonistas. No coletivo *Livra Elas* e na mídia alternativa, trabalha com as diversas pautas feministas, tentando integrar esses dois espaços de atuação, buscando principalmente a transformação de si e de outras mulheres, tendo em vista que todas estamos imersas na cultura patriarcal.



Figura 8: Raquel Laurino
Fonte: Raquel Laurino

Raquel Laurino⁶³ professora e tem 35 anos. Quando a conheci, me espantei com a intensidade, poesia e como se sentia em relação à docência, percebi que ela tinha uma angustiante necessidade de ser bem mais do que uma professora de gramática. Raquel e eu participamos de um grupo de amigas em comum; nosso grupo se reúne uma vez por mês, não é um grupo político, mas nos encontramos na sororidade, apoio e na alegria de se unir para rir, falar dos nossos sonhos e das

⁶³Ao longo do texto vou me referir a narradora Raquel Laurino pelo seu primeiro nome, buscando uma aproximação afetiva com a narradora, além de ser o modo como ela é conhecida na militância.

dificuldades da vida. Raquel se destacava ao falar da sua profissão e de como poderíamos viver sem sofrer com o machismo que assola nossos corpos. Raquel é poeta, dançarina e professora de Literatura e Português do município de Rio Grande. Trabalha numa escola periférica da cidade com muitos problemas sociais. Também participa do Coletivo de Mulheres 8M, mas sua principal atuação é no cotidiano escolar, onde realiza vários projetos transdisciplinares em parceria com outras professoras. Neste espaço, ela busca sua própria formação e a possibilidade de contribuir com as/os estudantes. Uma das características da atuação de Raquel é a concepção de pertencimento à comunidade escolar como um lugar de aprendizagem e ensino. Para ela, o patriarcado é atravessado pelo capitalismo, por isso, gênero, raça e classe se apresentam como categorias centrais para a comunidade escolar, isto é, se apresentam como categorias centrais para o trabalho que ela desenvolve.



Figura 9: *Jamile Wayne*

Fonte: Jamile Wayne

Conheci Jamile Wayne⁶⁴ quando ela ingressou no curso de mestrado em Educação na UFPel. Jamile é casada, tem uma filha e um filho, ambos ainda crianças,

⁶⁴ Ao longo do texto vou me referir a narradora Jamile Wayne pelo seu primeiro nome, buscando uma aproximação afetiva com a narradora, além de ser o modo como ela é conhecida na militância

ela tem 33 anos. O que chamou minha atenção na Jamile foi o implacável desejo de teorizar e praticar a educação popular na Casa Mirabal⁶⁵ e em outros espaços de docência. Além da trajetória familiar, pois sua avó é uma militante e agente comunitária. Jamile é formada em gastronomia e estudante de doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFRGS, foi professora contratada na UFPel, onde fez seu mestrado, também em Educação. Ensina gastronomia numa perspectiva de(s)colonial, por isso, prefere ser chamada de cozinheira, por reconhecer que carrega os saberes e fazeres historicamente construídos pelas mulheres. Em suas reflexões, questiona a glamourização e a profissionalização da culinária a partir da atuação masculina e neoliberal. Se organiza no Movimento de Mulheres Olga Benário, no qual desenvolve um projeto de educação popular denominado Quitutes Mirabal, na casa de acolhida Mirabal.

Segue quadro sistematizador com as seguintes informações: nome, cidade, coletivo e profissão de cada uma das narradoras da pesquisa

Quadro: sistematizador das narradoras da pesquisa

NOME	CIDADE	COLETIVO	PROFISSÃO
Maria de Loutes Lose	Rio Grande/RS	Marcha Mundial de Mulheres -MMM	Técnica em Assuntos Educacionais - Aposentada
Lígia Chiarelli [Biloca]	Pelotas/RS	União Brasileira de Mulheres - UBM	Professora – Aposentada
Neusa Ledesma	Pelotas/RS	Grupo Autônomo de Mulheres – GAMP; Associação de Mulheres de Carreira Jurídica.	Professora – Aposentada; Advogada
Diná Lessa	Pelotas/RS	Grupo Autônomo de Mulheres – GAMP	Comunicadora social da – EMBRAPA
Tatiana Ribeiro	Santana do Livramento/RS	Livra Elas UNIPAMPA	Professora
Raquel Laurino	Rio Grande/RS	8 Março – 8 M	Professora
Jamile Wyne	Porto Alegre/RS	Movimento de Mulheres Olga Benário; Coletivo de Mulheres Casa Mirabal.	Cozinheira – <i>Chef</i> Professora e Educadora Popular

FONTE: Elaboração própria

⁶⁵ A casa de acolhida Mirabal é uma ocupação popular que atende mulheres vítimas de violência doméstica, é coordenada pelo Coletivo Olga Benário e situa-se na cidade de Porto Alegre/RS.

6.1.2 Percursos feministas: como tudo começou

Os espaços de atuação feministas implicam o compromisso com as mulheres e com os homens, mas também com a sociedade que seja espaço de desenvolvimento e acolhimento das pessoas. É certo dizer que a sociedade moderna desvaloriza os espaços de atuação das mulheres, contudo estamos cada vez mais apresentando alternativas de que somos capazes de criar e desenvolver propostas coletivas sociais. A atuação feminista, tanto de organização política e de formação humana, tem uma intencionalidade objetiva de produzir conhecimentos e argumentos dentro de outra racionalidade.

As narradoras da pesquisa, de certa forma, já superaram algumas das barreiras da cultura patriarcal, pois são mulheres independentes economicamente e que atuam em diferentes espaços de trabalhos, o que aproxima suas ações é uma leitura de mundo feminista e uma possibilidade educativa de uma cultura popular de investigar e difundir concepções feministas criando espaços educativos. Essa característica profissional tem permitido uma maior atuação atravessada pelos paradigmas feministas nos sindicatos, partidos políticos, ONGs e diferentes movimentos sociais.

De acordo com Carrasco (2003), o tempo não é linear e precisa ser sincronizado à complexidade do trabalho e da sustentabilidade da vida. As mulheres carregam o tempo de cuidado e tempo de mercado, fazendo sempre uma conciliação ou priorização desse trabalho. A autora elenca cinco grandes categorias para uso do tempo, que seria o tempo de necessidades pessoais, tempo de trabalho doméstico, tempo de mercado do trabalho, tempo de participação cidadã e tempo de ócio. O tempo das necessidades pessoais, da participação cidadã e do ócio são bastante flexíveis em detrimento dos outros tempos e se reduzem consideravelmente. As mulheres por conciliar e priorizar muito tempo aos afazeres domésticos, ao cuidado com a família têm mais dificuldades em assumir suas carreiras como prioridade, as que ingressam na militância também se sobrecarregam.

Se, por um lado, as mulheres com profissões mais voltadas à educação, comunicação e artes possuem algumas condições de organização dos tempos, devido ao próprio cotidiano que permite uma práxis militante, já que parte do trabalho que

executam carga a ação cidadã, isso não quer dizer que elas não se sobrecarreguem, muito pelo contrário, às vezes isso pode virar um fluxo contínuo sem paradas para o ócio e suas necessidades pessoais. Por outro lado, pode-se perceber uma aparente naturalidade, que implica o sistema binário da divisão sexual do trabalho, em uma naturalização dos afazeres femininos. Isto é, uma sobrecarga de trabalho que passamos a exercer sem remuneração ou reconhecimento social. Essa aparente naturalidade, de que mulheres são multitarefas e podem estar em diversos lugares, vem sendo questionada em meio a flexibilização e retirada de direitos trabalhistas.

Todas as participantes desta pesquisa escolheram trilhar o caminho de uma educação feminista conforme foram se organizando em suas profissões. Como disse Tatiana, “afinal tem como não escolher o caminho do feminismo?”. Afinal, o espaço laboral, a interação com homens e mulheres, possibilitou a elas uma percepção de mundo. O trabalho para as mulheres é um lugar paradoxal, no sentido que possibilita uma rede de interação social mais ampla; contudo, a rede de interação também carrega a cultura patriarcal. Não é apenas nos espaços domésticos que as desigualdades se mostram perversas, entendo que para nós não ocorre essa divisão, pois o doméstico e o cuidado perpassa toda a dimensão do feminino.

Em relação ao trabalho doméstico, predominou a narrativa de que contaram com o apoio da família, sem o qual não teria condições de atuar na militância, sem contar com as instituições escolares que possibilitaram uma organização familiar diferenciada. Raquel e Tatiana são as únicas que não têm filhas/os. Tatiana explicita a sua escolha de não ser mãe, a Raquel não chegou a comentar sobre o fato de desejar ou não ser mãe. As demais narradoras são mães e em algum momento assumem que apesar de construir uma outra forma de organização familiar, se encontram nos cativeros, que é uma constante aprendizagem e que precisam de uma grande força para subverter a lógica naturalística do cuidado.

Desse modo, passei a perguntar como nos tornamos feministas. Quais caminhos nos levam a questionar as nossas próprias opressões e as opressões de outras mulheres? bell hooks (2019) se propõe a responder a pergunta “o que é feminismo?” de modo independente de concepções inadequadas do feminismo baseadas no medo e na fantasia. Assim, como hooks, busquei e busco fugir de concepções equivocadas de feminismo, que não problematizam o medo e a fantasia.

Do medo de que mulheres feministas não gostam dos homens, e a fantasia de que somos mulheres perfeitas, conscientes e livres de toda a opressão ou também somos aberrações sociais. Afinal, toda mulher que questiona o status quo é tida como louca, histérica e raivosa. Essa polarização dificulta um posicionamento derivado da realidade concreta e potencialmente transformador. Assim, segundo a autora,

[...] precisamos deixar claro que todos nós participamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos feministas [...] (hooks, 2019, p. 15).

O reducionismo da percepção que leva a uma posição de “ou isto ou aquilo” tem sido reforçado pelo ensino e pela escolarização inadequadas. A experiência em comum de tomada de consciência das narradoras passa principalmente no envolvimento com o movimento social estudantil, como explicita Maria, Biloca e Neusa, mas não exclusivamente no movimento estudantil, pois, logo em seguida se organizaram em partidos políticos de esquerda e em sindicatos, espaços que, no contexto ditatorial militar, não eram legalizados. Desse modo, a principal pauta que lhes levou à militância e à inserção nos movimentos sociais foi a luta por liberdade democrática. Desse modo, é importante contextualizar o momento geo-histórico em que as narradoras da pesquisa se inseriram no início de sua militância. Segundo Céli Pinto (2003), o feminismo nos anos de 1960 é fortemente influenciado pela efervescência política cultural dos Estados Unidos e Europa. No período da Guerra Fria, o mundo também teve dois grandes acontecimentos: a guerra da Coreia e a Guerra do Vietnã. Ainda de acordo com a autora:

O capitalismo norte-americano pós-guerra prometia prosperidade econômica, consumo de bens duráveis e reforçava os valores da família e da moral protestante, nos quais a mulher dedicada à família era apresentada como a rainha do lar. Comandava a competência e felicidade toda nova parafernália de eletrodomésticos, que o boom econômico do pós-guerra possibilitou. As guerras e o acirramento dos conflitos sociais no início da década de 60, começaram a explorar a fragilidade deste mito. Na sociedade americana havia um lugar certo para cada um atingir a felicidade. [...] A relação dos crimes stalinistas, a invasão da Hungria, e posteriormente da Tchecoslováquia, em 1968, foram minando a força da luta unitária e da disciplina férrea para derrotar o capitalismo. Os movimentos Beatnik e Hippie, nos Estados Unidos e o maio de 68, [inicialmente] em Paris são as expressões mais fortes de uma nova geração. Nascida durante ou mesmo após a Segunda Guerra Mundial, buscava espaço no mundo público, combatendo os cânones, tanto da defesa do capitalismo norte-

americano, como o socialismo [real] europeu. Neste contexto, que se discute o livro 'O segundo sexo', também as americanas, lideradas por Beth Friedman tiram o sutiã em praça pública. Um escândalo que até hoje provocam reações iradas. É também, neste contexto, que nasce o novo feminismo no mundo ocidental (PINTO, 2003, p. 21-42).

No Brasil, esse cenário era completamente diferente, pois tinha-se entrado numa época de uma grande divisão ideológica. Situação que de certa forma ainda permanece, de um lado os conservadores liberais com a pauta anticomunista e de outro, a esquerda com uma ideologia marcada pelo socialismo e comunismo. O golpe militar de 1964 trouxe para o Brasil e não apenas no Brasil, como também para toda a América Latina os efeitos da guerra fria, que culminou num regime de cassação de direitos políticos, censura, prisões arbitrárias, tortura e exílio, que foi piorando com o passar dos anos. Em 1968, considerado o pior momento da ditadura militar brasileira, o governo Médici decretou o Ato Institucional nº 5, em que não só os direitos políticos ficavam censurados, como também afetava com muita força às questões morais e de costumes. Foi neste período no final dos anos 1960 e início dos anos de 1970 que se desenvolveu, com maior evidência, a organização de mulheres e o movimento feminista brasileiro. Para esses movimentos, a opressão e a violência dessas décadas foram um marco para o desenvolvimento do feminismo brasileiro (PINTO, 2003).

O movimento feminista brasileiro, com forte influência ocidental, não obstante, tem pautas que o diferenciam do europeu e do estadunidense, considerando que a pauta da globalização e de um país de terceiro mundo dentro da colonialidade do poder colocava as mulheres no *front* com pautas mais gerais, muitas vezes não conseguindo dar conta de perceber as suas próprias opressões de gênero.

O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta com sério desvio pequeno-burguês, pois a grande maioria das militantes feministas dos primórdios do feminismo no Brasil esteve envolvida ou foi simpatizante da luta contra ditadura no país (PINTO, 2003, p. 45).

Foi nesse contexto, entre os anos 1960, 1970 e 1980, que Biloca, Neusa e Maria de Lourdes iniciaram sua militância política e, aos poucos, na formação política partidária e sindical, em conjunto com outras mulheres, foram compreendendo melhor sobre as opressões das mulheres.

Sobre isso, em sua narrativa, Maria comenta

No Colégio Juvenal, participei do grupo do grêmio, que fui indo e participando de organizações de movimento. E lá na década de 70 trabalhei no hospital psiquiátrico, e depois quando comecei a trabalhar como técnica da FURG. A gente organizou uma associação de técnicos administrativos em educação, primeiro uma associação, porque a gente não podia se sindicalizar, né?... e depois, nos transformamos em sindicato (Maria, 2021).

Para Biloca, seus primeiros passos na militância ocorreram na universidade:

Quando eu entrei na universidade, na Arquitetura propriamente dita, tinha aquele movimento. Entrei em 1973, na verdade 1974, [...] tinha um movimento estudantil forte, meio semiclandestino, né? Ou seja, as reuniões que tinha no DCE, tudo meio disfarçado, não tinha uma atuação muito clara, tal, mas tinha as correntes do movimento estudantil e a primeira coisa, assim, que eu comecei a perceber, eu comecei a me encantar com a esquerda né, que eu comecei a perceber que tinha alguém que estava dizendo que o caminho não era isso, denunciando. Entrei bem num período em que se falava nas liberdades democráticas e a luta mais progressista que se tinha naquela época era lutar por liberdade democrática (Biloca, 2021).

Para Neusa, sua inserção nos movimentos sociais ocorreu principalmente por meio dos partidos políticos clandestinos,

Até porque no estado ditatorial que se vivia, né, num estado de discriminação e de opressão, a mulher, mais uma vez, sofre, né? Sofre de forma dupla, né, pela política propriamente dita, e a questão específica da mulher, que a mulher não é considerada. Então, nós debatemos essa pauta específica, e qual era a decisão do coletivo? Olha, vamos participar do movimento social, né? Não podemos só esperar que nosso partido seja legalizado, ou que a gente instaure, retome a democracia. A gente precisa ter essa militância. Então, nós tivemos várias lutas: de grupo estudantil, de mulheres nos sindicatos. Tínhamos uma forte inserção nos sindicatos (Neusa, 2021).

A rede de mulheres se diferencia conforme as gerações de feministas, as narradoras Biloca, Maria e Neusa construíram uma jornada vinculada aos movimentos sociais estudantis, advindos dos partidos políticos e sindicatos de trabalhadores/as. Elas iniciam-se no movimento social tendo a luta por democracia como principal pauta, em um país em que a economia passava por uma crise, com altas taxas de inflação e estagnação do Produto Interno Bruto (PIB), o que resultou no empobrecimento da população.

A fome, a carestia, a falta de moradia, saúde e educação impulsionaram a indignação e a organização de setores sociais para cobrar medidas dos governantes. Tal insurgência era controlada pela repressão ditatorial. Neste primeiro momento, para elas, não havia uma luta específica, das ou para as mulheres, mas aos poucos foram se envolvendo com uma rede de mulheres para ações mais específicas. Como por exemplo, Neusa participou de partido político clandestino, tendo um codinome. Ela relata uma das primeiras reuniões de mulheres que participou,

Nos reunimos um grupo de mulheres, e claro, aí se discutia a pauta específica. Nesse congresso que nós fomos, por exemplo, a gente sabia que era na praia de Ipanema, em Porto Alegre. Nós fomos de ônibus, cada uma como pôde ir. E depois, em Porto Alegre, o partido contratou um ônibus e nós fomos, mulheres de vários lugares. Nós enchemos os ônibus, trinta mulheres, né, trinta e cinco mulheres, reunidas em Porto Alegre! Aí sim, para debater a pauta específica, mas a nossa base era a liberdade democrática. Nós debatíamos que sem democracia não era possível se promover o direito das mulheres. Até porque, no estado ditatorial em que se vivia, né, num estado de discriminação e de opressão, a mulher, mais uma vez, sofre, né? Sofre de forma dupla, pela política propriamente dita, e pela questão específica das mulheres (Neusa, 2021).

Maria e Biloca também expressam que seus envolvimento na luta por direitos sociais das mulheres se deu nos partidos, com as formações políticas. Também ressaltam que a principal pauta naquele contexto não era a luta específica das mulheres, mas ainda assim havia uma tendência, grupos de mulheres que chamavam o debate.

O Partido dos Trabalhadores (PT) sempre teve um movimento feminista, desde o início da organização. É uma tendência que aborda de forma muito intensa, desde o seu início, as questões LGBTQI+, a questão geracional, as questões étnicas e raciais. Então é uma tendência que se coloca efetivamente à esquerda e tem essa... Aí comecei a conhecer as mulheres que trabalhavam nisso e comecei a me inserir mais e a participar de formação, a estudar, né? E me dei conta que eu era uma mulher feminista e aí segui (Maria, 2021).

Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época; e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias. Como mencionado anteriormente, já havia uma formação feminista ocidental, mas de vanguarda, já que era opositora a um Estado liberal e conservador. A pauta

identitária, aos poucos se inseria no debate, e cada vez mais elas participavam dos encontros para discutir sobre as opressões das mulheres.

De acordo com Pinto (2003, p. 48), “É importante destacar que não é nos anos de 1970 que inicia-se o movimento feminista, mas essa década é um marco, devido a sua expressividade enquanto organização das mulheres”. Esse marco está presente tanto no cenário dos movimentos sociais organizados quanto na academia, com professoras pesquisadoras militantes. Um exemplo deste contexto, é a tese da pesquisadora Heleith Saffioti, publicada em 1969, “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, que influenciou muitas feministas, principalmente as de cunho marxista, e pode-se inferir que conseqüentemente, influenciou muito as participantes da pesquisa. Por ser um texto acadêmico, não aparece como uma referência explícita, mas nas entrelinhas das conversas pode-se perceber o viés da importância da luta de classes, que é a principal tese defendida pela autora.

Essa obra se destaca principalmente pelo viés de classe social e expressa uma perspectiva revolucionária. Saffioti fez várias críticas às feministas brasileiras que se preocupavam apenas com os direitos das mulheres e não com o sistema capitalista e a luta de classe. (PINTO, 2014). É interessante observar que, em vários momentos, as participantes expressam esse discurso vinculado a uma luta de classe, por exemplo quando Maria fala da criação do sindicato.

[...] a gente sempre construiu o nosso sindicato com a visão de que nós não estávamos ali exclusivamente para cuidar das questões diretamente relacionadas a nós como servidores e servidoras públicas, mas que a gente precisava passar dos muros da universidade e criar uma consciência coletiva de que somos todos partes de uma classe social. Esse debate é intenso e necessário até hoje e agora a gente tem bastante dificuldade de que as pessoas consigam se perceber participantes de uma classe social (Maria, 2021).

Reafirmando a perspectiva de classe, Biloca considera que não “existe feminismo” sem discussão de classe social.

[...] eu acredito numa educação antifascista, anticapitalista ambientalista e tal... mas nós temos obrigação de fazer isso sobre um olhar feminista, e é nós que temos obrigação de se preparar para conseguir fazer isso, porque talvez em muitos momentos, a gente esqueça, né? Que nós precisamos dar para essa luta anti-imperialista,

antifascista, ambientalista, antirracista e tal é um olhar feminista de classe, precisamos discutir classe (Biloca, 2021).

É importante destacar que, atualmente, as participantes da pesquisa incorporam outras pautas identitárias, e não apenas a classe social. Contudo, ainda reafirmam a necessidade de ampliar e aprofundar a discussão. Considero que as narradoras que vêm deste referencial, ampliaram e modificaram muito suas percepções, entrecruzaram a classe com os estudos de gênero, no entanto, sem subestimar, escamotear e, enfim, hierarquizar a primazia das relações produtivas e econômicas vinculadas à classe social, principalmente se olharmos pela mesma perspectiva da Cecília Toledo, pois, para a autora, a opressão feminina consiste no capitalismo, que ela conceitua como: precarização do trabalho, desemprego, prostituição, degradação, violências, morte por aborto sem assistência médica, tristeza, frustração, dor. É possível acrescentar, diante da colonialidade, a significativa democracia de baixa intensidade em que vivemos.

Maria, Biloca e Neusa participaram ativamente da criação dos Conselhos Municipais de suas cidades, das Delegacias da Mulher e dos espaços de representação e participação política das mulheres, se envolvendo na luta por espaços institucionais. Todas lutaram ora em um espaço ora em outro, buscando uma articulação de luta das mulheres. Contudo, Maria e Biloca eram mais centradas na participação e formação política em espaços de decisão, enquanto Neusa direcionava seus esforços para a construção dos conselhos e delegacias da mulher.

No ano de 1983, foi criado o primeiro Conselho no Brasil, o Conselho Estadual da Condição da Mulher do estado de São Paulo, que, sendo de caráter consultivo e propositivo, não tinha orçamento próprio. Naquele mesmo ano foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher – em meio às Diretas Já, movimento político de retomada das eleições diretas para o cargo de presidente da república (PINTO, 2003).

Só após nove anos foi criado o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres no município de Pelotas (CMDM-Pelotas), perante a Lei nº 3552 de 09 de julho de 1992⁶⁶ que instituiu o Conselho Municipal da Mulher enquanto um órgão deliberativo, com finalidades de promover políticas governamentais, medidas e ações para garantir os direitos da mulher. O CMDM-Pelotas tem como finalidade,

⁶⁶ Para acessar a Lei de criação ver o site: <https://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/494005/lei-3552-92>.

Elaborar e implementar políticas sob a ótica de gênero, para garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, em todas as esferas da Administração Municipal, de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania, regida pelas disposições da Lei Municipal 6.078, de 07 de janeiro de 2014 (CMDM, 2014).

No ano de 2014, foram realizadas alterações na Lei original de 3552/92. Tais alterações visam a melhorar o funcionamento, autonomia e ampliações nas ações das conselheiras. Atualmente, o CMDM-Pelotas é composto por 21 conselheiras, sendo sete representantes da sociedade civil, sete representantes do poder público municipal e sete representantes de instituições públicas e particulares. A coordenação executiva, é composta por: coordenadora, vice-coordenadora, primeira e segunda secretária, com mandato de dois anos, permitida recondução (REGIMENTO - CMDM-Pelotas)⁶⁷.

Não consta no regimento o orçamento disponível para execução das atividades das conselheiras. De acordo com Diná, que já foi coordenadora do Conselho, já ocupou outros cargos e atualmente é conselheira:

O CMDM é vinculado à pasta da Secretaria de Assistência Social. Não se tem uma pasta no poder executivo que contemple os conselhos, todos os conselhos dividem a pequena verba com a assistência social. Fica difícil, pois as demandas da assistência social no município são grandes. Normalmente o CMDM consegue algum recurso nas datas comemorativas, normalmente disponibilizam verbas para compra de camisetas, produção de cartazes e algum floreio. É bem problemática a distribuição dos recursos, pois as demandas do CMDM são inúmeras e durante o ano todo. Muitas das ações realizadas pelo CMDM são feitas voluntariamente e muitas vezes as conselheiras chegam a utilizar recursos das suas instituições de origem e/ou recursos próprios, pois afirmam que além de ser um recurso escasso é de difícil acesso devido à burocracia institucional, fato que não ocorre só no município de Pelotas, mas enquanto uma organização institucional do Estado (Diná, 2021).

De acordo com Eva Blay (2017), as ações com políticas públicas são bem aceitas, desde que não onerem o Estado, por isso, muitas vezes tem-se sucesso político e um grande fracasso institucional; considerando que os recursos financeiros são fundamentais para criar políticas públicas consistentes (BLAY, 2017). Percebemos

⁶⁷ Regimento CMDM- Pelotas Disponível em: https://www.pelotas.com.br/storage/conselhos/mulher/Regimentorevisado_CONSELHO_MUNICIPAL_DOSDIREITOSDAMULHER_final.pdf. Acesso em: 16/09/2021

que ainda temos as pautas das mulheres como menores, não importantes, pois não existe um direcionamento efetivo de verbas para as políticas públicas.

De acordo com Biloca (2021), a formação das conselheiras é paradoxal, pois por um lado existe um grande número de mulheres que assumem a posição sem compreender a amplitude e a profundidade da luta feminista, estão apenas para representar as suas entidades e não trabalham diretamente com as questões das mulheres. Por outro lado, pode-se ver positivamente, pois algumas mulheres começam neste espaço o processo de formação feminista, junto com outras mulheres, mas carregam a difícil tarefa de levar, se é que se consegue efetivar, algum debate feminista em suas instituições de origem. A narradora expressa descontentamento em relação ao caráter político de cunho assistencialista que ocorre principalmente nas datas comemorativas sobre o tema, em que o executivo passa a participar mais e mais a impulsionar a política assistencialista, publicitária e pontual, diferente das suas concepções políticas, mas não apenas por ser diferentes, mas por ser pontual e pouco contribuir em mudanças mais profundas e necessárias. Desde o início da criação dos conselhos e da institucionalização do movimento feminista ocorre uma crítica interna de que por mais feministas que algumas mulheres possam ser, acabam ficando de alguma forma comprometidas com as propostas de governo, dificultando uma agenda mais independente (PINTO, 2003).

Os anos de 1980 e 1990 foram marcados pela institucionalização do movimento feminista, além da criação dos conselhos, houve a fundação de diversas ONGs em defesa das mulheres (com uma agenda pautada pela ONU-Mulheres). Também houve a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (DEAM), as Conferências sobre à Saúde Integral da Mulher, entre outras pautas e políticas públicas voltadas às mulheres.

Maria ressalta que no município de Rio Grande, o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres só foi criado em 2004, isto é, após 12 anos da criação do CMDM-Pelotas. No município existiam muitas companheiras articuladas buscando efetivar a criação, sempre dificultada por interesses políticos contrários.

Diná se insere nos movimentos sociais participando da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, movimento fundado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Na luta feminista, foi participando do CMDM-Pelotas, a princípio por ser mulher e representando sua entidade, a EMBRAPA; mas logo se inseriu e percebeu a importância do CMDM, tornando-se uma ativa militante dos direitos das

mulheres, principalmente em relação à violência doméstica e à economia solidária. É difícil localizar Diná numa história cronológica, mesmo tendo começado a sua militância no CMDM, um pouco mais tarde, já trabalhando na EMBRAPA, empresa que ela representava no CMDM, percebe-se que ela trabalha por um feminismo mais institucionalizado, pois além do CMDM, ela também atua no GAMP, segundo ela, visando atuar em espaços que o Estado não chega, por meio de políticas públicas e projetos de apoio e auxílio às mulheres. Diná e Neusa, por militarem em alguns espaços comuns, têm uma narrativa muito próxima, e atuam ativamente na luta contra a violência doméstica.

Ao longo das narrativas, observei uma característica comum que pode ser fundada na geração de feministas em que se inseriram. Biloca, Maria, Neusa e Diná expressam suas experiências pessoais com muita parcimônia, e isso parece ser uma escolha consciente, visto que se percebem privilegiadas, comparadas a outras mulheres que vivenciam violência doméstica, maior precarização do trabalho, entre outras opressões. Em alguns momentos das narrativas, sem notar, elas minimizam ou omitem suas opressões, como se essas não existissem em comparação as outras mulheres, estabelecendo uma hierarquia de opressão e precarização do trabalho.

A partir daqui passo a apresentar o início da formação feminista de Tatiana, Raquel e Jamile. Elas, que tiveram uma clareira aberta pela geração das outras narradoras que antecederam sua militância e também suas próprias possibilidades de decidir sobre suas vidas. Isso não quer dizer que atuar no movimento feminista passou a ser mais fácil. Entendo que o tempo possibilitou o aprofundamento das discussões, pois tem-se um lugar de partida mais definido como crítica epistemológica, militante e de perspectiva de mundo que se transforma a cada dia. Desde os anos de 1990 muita coisa mudou, principalmente os meios de comunicação, permitindo tanto a manutenção patriarcal como também outras formas de organização e luta contra o sistema, o que se chama de quarta onda feminista.

As pautas feministas trazidas por Tatiana, Raquel e Jamile⁶⁸ vêm no bojo de ampliar e manter os direitos conquistados nos anos anteriores, redefinir esses direitos e lutar por aqueles direitos que ainda não foram conquistados. Tatiana, por exemplo, destaca:

⁶⁸ Essa divisão é uma forma explicativa, visto que todas as narradoras estão em atividade, praticando a militância feminista concomitantemente.

Para mim o feminismo tem que ter necessariamente esse recorte de classe e de raça, a gente não consegue falar de feminismo excluindo uma parcela das mulheres que são as mulheres negras, excluindo as mulheres pobres, excluindo as mulheres trans, porque trabalhadora todas somos, a minha condição de trabalho não é a mesma de uma empregada doméstica ou de uma mulher que vende salgadinhos no sinal para comer no fim do dia (Tatiana, 2021).

Mas não apenas Tatiana, todas, em algum momento, trazem em suas narrativas, a importância da luta de classe. Afinal, vivemos num país marcado pela extrema desigualdade social, nem teria como não pensar na luta de classe, mas elas enfatizam outras reivindicações entrecruzadas, e sem hierarquia, no sentido que Audre Lorde (2019) afirma, “não existe hierarquia de opressão”.

Ainda pensando numa estrutura geracional, ao ler suas narrativas é possível perceber o reconhecimento das feministas precursoras marcando a ideia que recebemos uma herança muito boa, mas ao mesmo tempo o patriarcado, capitalismo, colonialismo não mudou sua essência, continua oprimindo, explorando e se modificando conforme criamos ações combativas.

Todas consideram as instituições uma porta de acesso às políticas públicas e à possibilidade de transformações sociais, mas, apesar dessa consideração, buscaram fazer críticas às instituições, isso não remete ao niilismo, mas ajuda a perceber e questionar como as instituições oprimem as mulheres. Aqui é importante destacar a narrativa de Jamile, “[...] O Estado é moderno e colonial, as nossas instituições precisam passar por transformações, afinal reproduzem uma estrutura moderna, colonialista, racista e patriarcal”, que vem ao encontro do pensamento de Rita Segato (2018), autora que influenciou a performance das feministas chilenas Las Tesis “*El violador eres tu*”⁶⁹.

De acordo com Gargallo (2004), há uma separação recente entre as feministas, que a autora nomeia de: feministas do possível, feministas institucionalizadas, e as feministas autônomas ou utópicas. Se as primeiras narradoras têm um vínculo muito forte com as instituições, querendo mudar as estruturas, as do segundo grupo de narradoras parecem mais autônomas e utópicas, visto que, ao mesmo tempo que não querem extinguir as instituições querem uma mudança radical, uma mudança que

⁶⁹ A performance viralizou e o debate, às vezes pouco considerado, passou a ter uma outra força política enquanto uma pauta revigorada do feminismo latino-americano.

sustente as práticas feministas. As narradoras não se aproximam da classificação da Gargallo, mas não é possível perceber um lugar fixo, entre um ou outro, se sentem livres para experimentar, errar e acertar, visando a uma abertura para suas atuações conforme o contexto sócio histórico.

A ênfase das segundas narradoras é por um feminismo mais autônomo. Entendem que é perigoso o diálogo com instituições de cunho patriarcal. Para Tatiana, “Em algum momento teremos que ceder, e ficar em segundo plano, com a desculpa de um projeto maior de sociedade” (Tatiana, 2021). Por isso fazem uma crítica profunda, não buscando o fim das estruturas institucionais, mas marcando que é necessária uma transformação, o que Gargallo (2004) chama de epistêmico-cultural feminista. Mesmo instituições formadas pela esquerda, em alguns momentos, serão atravessadas por políticas reformistas, desenvolvimentistas e patriarcais. Ao analisar as narrativas, buscando diferenças e permanências, observei que há bem mais permanências e que continuamos no difícil paradoxo observado por Pinto (2003) ao afirmar que ainda precisamos administrar as tensões de uma luta por democracia em um país extremamente desigual, juntamente com os direitos para as mulheres.

Tatiana iniciou sua militância em 1992, período em que o Brasil enfrentava mais uma crise econômica com hiperinflação. Nesse ano, milhares de estudantes saíram às ruas para pedir o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello. O movimento ficou conhecido como “Fora Collor” e “Movimento dos Caras Pintadas”. Collor foi eleito presidente após 29 anos sem eleições diretas. Segundo Tatiana,

A minha militância nasceu no ensino médio, lá com o “Fora Collor”, e isso foi sendo construído. A música também me influenciou muito por esse caminho, sabe? Ouvir Cazuza e Legião Urbana, essas bandas começaram a despertar isso na gente, despertar sobre as questões de trabalho, às questões de juventude e o feminismo que não era bem entendido como o feminismo, porque ali eu já entendia que eu não queria aquele papel tradicional da mulher para mim, mas eu não sabia que tinha esse nome, né? Então eu comecei a ver isso logo que ingressei na Filosofia. [...] Mas claro precisavam ser aprofundadas, coisa que fui construindo na universidade e no movimento estudantil universitário, pois morava na casa dos estudantes e por ser mais velha me tornei uma referência para muitas/os das/os estudantes. Quando fui morar em Santana do Livramento, eu já tinha mestrado, já tinha algumas leituras filosóficas e feministas (Tatiana, 2021).

Raquel também participou do movimento estudantil, começou sua militância e compreensão feminista na Universidade. De acordo com ela,

Eu acho [...] que começou na faculdade, assim né..., mas se aprofundou muito na escola, como professora, total... Totalmente assim, se aprofundou muito e foi quando eu comecei a estudar mais também e me interessar especificamente pelo tema, mas por exemplo no mestrado e na graduação eu já flertava, mas eu ainda não tinha maturidade, não entendia, eu tinha uma resistência a me assumir feminista, né? Mas eu já trabalhava com algumas ideias, olha só, eu trabalhava com literatura de autoria feminina e trabalhava com um referencial do feminismo, mas eu não tinha assim ainda firmeza para dizer que eu sou feminista. Não assumia isso como uma identidade política, também eu fui assumir como uma identidade política e uma atuação, uma militância mesmo na docência, que aí eu fui entender a importância do meu papel e a importância de como eu tinha tido tanto privilégio de estudar e de refletir [...] Isso precisava se manifestar na minha conduta profissional assim. E aí isso passou a ser um processo consciente deliberado e bastante intenso (Raquel, 2021).

Jamile começou seu processo de militância na infância, no convívio com sua avó. Para ela foi algo meio natural, foi no dia a dia acompanhando a sua família. Ingressar no segundo grau foi um passo para integrar o movimento estudantil secundarista, na escola “Julinho”, em Porto Alegre, e estar na campanha eleitoral em que Lula foi eleito Presidente da República. De acordo com Jamile,

A gente fazia muita campanha, foi a época que Lula ganhou, e onde eu estava sempre nas ruas, coisa de partido onde não se falava muito sobre feminismo sobre as mulheres, mas se me perguntassem se eu era feminista, eu sempre dizia que eu era, (rsrsrs) eu lembro de dizer assim: eu sou feminista, mas eu não entendia muito bem o que era ser feminista, eu não parava muito para pensar nas questões de gênero, embora hoje, claro, eu consigo fazer algumas relações. Mas a minha militância mais consciente iniciou quando eu cheguei na Casa Mirabal, no início cheguei para fazer um projeto, desses que minha avó sempre fez, pensando assim: eu tenho tempo, então vou dar meu tempo para elas, dar meu tempo para que a gente possa fazer alguma coisa juntas. Daí foi quando o botão de cozinhar ligou de forma diferente, e elas queriam cozinhar, eu percebi aquela ideia que se tem na gastronomia, a gastronomia deixava as coisas invisíveis para as mulheres, foi lá naquela hora que eu percebi que era uma questão de gênero, que existia mulheres que tinham experiências na cozinha e essas experiências não eram validadas pela própria área, por ser totalmente patriarcal. E foi lá que eu comecei a perceber isso, eu acho que foi aí que eu comecei a fazer alguma coisa de fato, assim com propósito de reunir mulheres. Eu não sei se eu emancipo mulheres ou empodero mulheres, acho que não. A Casa Mirabal é coordenada pelo coletivo de Mulheres Olga Benário, e aí comecei a participar das questões políticas que estão envolvidas naquele lugar, que é uma ocupação. Foi nesse lugar que eu saí do que parecia tão abstrato para o mais concreto. [...] Antes da casa Mirabal, eu participei do GT grupo

de trabalho da universidade que discute gênero, participava quanto dava, mas até que participei bastante ativamente, fazíamos estudos, eu via muita teoria, mas eu não tinha o feminismo na práxis, mas foi na Casa Mirabal que isso tudo aconteceu (Jamile, 2021).

Eu diferentemente da Jamile, iniciei a militância nos espaços acadêmicos, no âmbito teórico, voltado para pesquisas, não uma pesquisa com epistemologia e metodologia tradicional, bem mais próxima da extensão universitária, bem mais política. Minha inserção na militância política partidária é muito pequena, mas diante do grupo de pesquisa que participava tive contato e me interessei pelo movimento de luta pela moradia e passei a estudar sobre lugar de trabalho e moradia e após sobre mulheres trabalhadoras na indústria. Nesse mesmo tempo, participava de eventos acadêmicos, movimento estudantil de ordem participativa. Fui representante discente na graduação e no mestrado. Participei das Conferências da Mulher do município de Rio Grande e de rodas de conversas que ocorriam normalmente no espaço universitário. Acredito que o início se voltou mais para o meu próprio empoderamento, no sentido de que cada vez que buscava compreender o mundo me via nesse mundo de uma outra forma.

Hollanda (2019) argumenta que o feminismo acadêmico é anterior ao ativismo feminista no Brasil. Gargallo (2004), considera que *“el feminismo es tanto el desarrollo de su teoría como su práctica, y deben interrelacionarse. Es imposible concebir un cuerpo de conocimiento que sea estrictamente no práctico”* (GARGALO, 2004, p. 20). As teorias feministas, os estudos de gênero de alguma forma, auxiliaram na formação militante de cada uma, em tempos e paradigmas diferentes, pois cada uma percebe-se neste universo, tanto espacialmente, quanto cronologicamente, em situações muito distintas.

Ao olhar para todas as narradoras, compreendo que é muito difícil realizar uma cronologia, pois há muitas idas e vindas, pausas pessoais e o próprio devir humano de conhecer e ressignificar seus saberes. Temos aqui algumas pistas de como tudo começou para cada uma, de como nos inserimos num espaço possível de tomar consciência das opressões e discriminações, observamos que a tomada de consciência não é linear, não possui um ponto inicial e um ponto final, se apresenta enquanto um devir humano, imperfeito e inacabado, por isso, um constante processo de formação humana. Podemos inferir que estar em diferentes espaços junto com outras mulheres fortaleceu a necessidade de conscientização das nossas ações no mundo e para o mundo, fortaleceu o devir humano.

Se as primeiras estavam mais voltadas aos espaços de formação feministas de cunho partidário e sindical e nas primeiras publicações científicas brasileiras com aporte mais marxista da segunda onda feminista, as segundas tinham uma experiência de ampliação e aprofundamento dos temas feministas nos espaços acadêmicos, muito devido à ampliação das traduções e à ampliação de atividades acadêmicas, como por exemplo: atividades extraclasse, rodas de conversas, disciplinas optativas, eventos e palestras. É bom ressaltar que os espaços acadêmicos têm poucas verbas para as pesquisas no campo das ciências sociais e humanas, mas mesmo assim, produziram-se muitas pesquisas de qualidade (HOLLANDA, 2019). Aqui já temos um caminho trilhado por outras gerações e a contribuição feminista já abre a porta para militar com pautas mais diretamente relacionadas às mulheres.

Neste trilhar feminista, também passaram a assumir as dores pessoais em primeira pessoa, sem muitos temores, ainda que algumas das dores fiquem expressas em uma mulher imaginária, não muito diferente das demais mulheres, mas na medida que avançamos o debate, nos encorajamos para falar dos assédios, das violências, da falta de oportunidade e das inúmeras vezes que nos silenciaram.

Essas transformações, advindas de uma cultura feminista nos mostra que existem mudanças conforme as gerações, ainda que coexistam os modos de chamar a atenção para coisas que nos dizem respeito. Todas se encontram numa categoria de feministas, que bell hooks denomina de “pensadoras feministas revolucionárias”, pois não só querem garantir os direitos igualitários para as mulheres, como também desejam uma transformação social mais profunda para acabar com o patriarcado e com o sistema de opressão de classe e de raça. Também se inserem num *Feminismo para os 99%: um manifesto*, escrito por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, que traz uma lógica feminista de um mundo que vive múltiplas crises, sejam sociais, econômicas, políticas, éticas, ambientais, culturais, identitárias. Para as autoras

O feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. O feminismo é urgência no Brasil. Mas é preciso informar que nem todo o feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que o nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela (ARRUZZA, BHATTACHARYA E FRASER, 2019, p. 9-12).

Igualmente as autoras e pela análise das narrativas pode-se perceber a crítica ao feminismo liberal que, para algumas, nem deveria se chamar de feminismo. Todas as narradoras se encontram num campo de possibilidades mais progressista. Entendo que, independente do espaço de formação e tomada de consciência, há um direcionamento ao paradigma progressista, ao mesmo tempo que se parte dele, e uma ruptura com a cultura patriarcal e de gênero.

Afinal, como pensar em uma consciência coletiva voltada para a transformação social se individualmente uma mulher encontra-se alienada de si, sem autonomia sobre sua vida e restringida a cuidar dos outros em detrimento de si? Esse processo de apropriar de si está radicalmente articulado com o descobrir-se feministas. Passemos a entender o que é ser feminista e o significado que isso alcança para as mulheres individualmente e para a consciência militante feminista (CISNE, 2018, p. 187).

Um trabalho feminista num país desigual como o Brasil e mais especificamente a partir deste lugar é um enfrentamento diário em várias frentes. Não temos o privilégio de nos ocupar apenas com os direitos dos nossos corpos, mas mostramos que apesar da dificuldade, estamos cada vez mais percebendo que nossos corpos são atravessados por outras demandas, ditas mais gerais. O feminismo se apresenta como um pêndulo a oscilar, nunca cessa e carrega a energia de um lado para outro, ora retomando pautas ora inovando suas pautas a partir do que já vem sendo trilhado.

Entendo como resultado de análise da temática “trajetórias de atuação” que o grupo de narradoras apresenta diferenças geracionais de organização e das pautas feministas. A geração anterior, representada por Biloca, Maria e Neusa estava envolvida na militância social partidária e sindical e aos poucos, vivenciando estas experiências, começou a se reunir com outras mulheres, tomando consciência, não só da luta de classe, mas também em relação ao patriarcado.

As narradoras mais jovens do grupo, Raquel, Tatiana e Jamile, já conheciam algumas clareiras abertas na mata, mesmo trazendo experiências de cunho familiar e do movimento estudantil secundarista, é na universidade que o feminismo se apresenta com maior ênfase em suas trajetórias, bem como depois, atuando na profissão docente. Desse modo, a universidade, mesmo que não em um (ou apesar de um) currículo oficial, já se constituía um espaço possível para a militância e

teorização feminista. Mesmo que talvez fosse um espaço mais orbital do que nuclear, as posições se interpenetraram. Assim, a universidade vem ao longo dos tempos, ainda que vagarosamente, se constituindo como um espaço importante de formação do pensamento feminista crítico.

Um outro espaço que se destacou para despertar uma consciência feminista, foi o Conselho da Mulher. Neste espaço incluem-se Diná, Maria, Biloca e Neuza. O Conselho da Mulher não é propriamente um espaço de atuação feminista, mas o encontro entre mulheres, e mulheres já com uma atuação política feminista propiciam a tomada de consciência feminista.

Em síntese, pode-se dizer que as participantes acreditam que não existe um espaço determinado para a tomada de consciência crítica feminista. As gerações se entrecruzam e vivenciam esses espaços de tempos em tempos, às vezes em momentos cruciais, com suas pautas que em certos pontos convergem e outras divergem. Assim, tudo indica, vão-se criando espaços que se complementam e fortalecem outras leituras de mundo, leituras feministas, problematizadas a partir das demandas das mulheres.

Na atualidade, encontram-se diversas gerações de feministas buscando uma agenda contra a dispersão, no caminho da verticalidade da identificação. Na medida em que o movimento feminista mantém sua autonomia, as mulheres podem falar (e acentuar que devem falar, o que não significa incentivar arrogância e solipsismo) por ele (e com ele) sem credenciais, sem vinculações (GONÇALVES, 2006). A fala, nesse sentido, remete muito à escuta sensível, à experiência aprendente ativa, à arte do diálogo crítico – que pressupõe empatia abrangendo consenso e conflito e, enfim, à educação de(s)colonial e popular em ação.

A este respeito, também acredito que tal condição leve a pensar uma educação não formal, de história oral, ou convivencial, em que vamos aprendendo umas com as outras, e que exista ressonâncias da forte presença desta influência nos espaços educativos formais, principalmente pelo grande número de encontros, congressos, seminários, publicações e traduções que temos no momento, inclusive no sentido inverso ao colonial, do idioma nacional para o estrangeiro.

6.2 Percepção e transformação de si: experiências patriarcais

[...] Uma coisa psicológica muito forte, uma violência psicológica, uma repressão com meu corpo, eu sou dançante, tanto que quando estive com ele, foi o período que eu não dancei.

Raquel

Pensar sobre o trabalho de mulheres feministas implica a percepção de si e a transformação de si. As narradoras revisitaram memórias de alguns momentos em que vivenciaram situações de machismo e sexismo em suas vidas pessoais e profissionais. Essas vivências contribuem, como disse Josso (2021), para nos tornarmos o que somos, o que sabemos sobre nós mesmas e nosso ambiente humano e tentar compreendê-las melhor, dar-lhes novos sentidos a partir da tomada de consciência. São aprendizagens da vida, que se apresentam como fragmentos complexos, mais ou menos elaborados da nossa existência no-para-com-o-mundo. As narradoras se interligaram com o paradigma singular-plural, de saber viver consigo e com os outros.

Caminhar com a outra passa, pois, igualmente por um saber-caminhar consigo em busca de saber-viver, sabendo que cada encontro será a ocasião de complementar ou de flexibilizar, de transformar o que orienta o nosso estar-no-mundo, nosso estar-dentro-do-mundo, nosso estar-com-o-mundo no paradigma de desfragmentação, de abertura o desconhecido, no viver consigo, com os outros e com os universos que nos são acessíveis. Uma busca que visa despertar para uma existencialidade capaz de reconhecer os enclausuramentos potenciais de nossas ideias, de nossas representações, de nossas convicções implícitas ou não-conscientes (JOSSO, 2012, p. 131).

Nas escritas do diário, após as entrevistas, anotei algumas expressões corporais, procurando rememorar expressões e sentimentos para além do dito. Ainda que estivéssemos de forma *on-line*, foram perceptíveis olhares para baixo, risos de ironia, mãos que cobriam o rosto, paradas para pensar a melhor maneira de falar algo, talvez no receio de um mau jeito de se expressar, de gerar um efeito de confusão ou polêmica estéril.

Falar sobre algumas experiências conflitivas, desagradáveis ou de incompreensão tornaram-se os momentos mais marcantes, pois envolviam uma dor, algo que foi vivenciado e que muitas vezes seria melhor que ficasse no passado. É o que parecia. Entre o dito e o não dito, revelaram-se muitas contradições sobre uma

identidade desejada e a real situação das mulheres. Também foi compartilhado o peso de assumir uma identidade cultural feminista como busca da perfeição, fato que as narradoras explicitam como algo que querem superar. Em vários momentos, as narradoras falam em processo de construção feminista e é central para elas o momento em que percebem o que Lagarde y de los Ríos (2015) chamou de cativéis, entendido como construção social e histórica, em que a distinção de gênero e a opressão das mulheres se aprofunda a partir de alguns acontecimentos, como a emergência da propriedade privada e a divisão sexual do trabalho. Em consonância, Federici (2017) destaca que a opressão das mulheres se aprofunda devido à acumulação primitiva; para as mulheres, “a crescente comercialização da vida reduziu ainda mais seus acessos à propriedade privada e à renda” (FEDERICI, 2017, p. 63).

Após a imersão teórica inicial, dito mais uma vez em outras palavras e na contextualização das narrativas, para Lerner (2019), o patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 anos até ser concluído. O Estado e a família patriarcal criaram regras e valores de modo incessante, conduzindo a sociedade aos papéis e comportamentos considerados apropriados. Para a autora, a sexualidade das mulheres foi modificada antes mesmo da globalização moderna sociedade ocidental. Segato (2003) segue a mesma linha de Lerner ao afirmar que ocorreram estruturas patriarcais de baixa intensidade nas sociedades tribais que se aprofundaram a partir da colonização, da acumulação primitiva e da homogeneidade de uma sociedade moderna eurocêntrica. Lugones (2008; 2020) apresenta uma distinção diferenciada, pois acredita que tanto o gênero como a raça são construções coloniais, com objetivos claros de subalternizar sociedades.

As narradoras, imersas na cultura patriarcal, não estão imunes a situações de machismo e sexismo. Também é importante destacar que umas mais que outras se sentiram mais seguras para falar das suas próprias experiências e da sua condição de mulher, uma mulher concreta e não imaginada, que se percebe em cativél e na luta para quebrar as grades. Raquel, por exemplo, relatou que viveu um casamento opressor e, mesmo compreendendo algumas estruturas patriarcais, nem sempre conseguiu se livrar das amarras da sociedade patriarcal.

[...] Uma coisa psicológica muito forte, uma violência psicológica, uma repressão com meu corpo, eu sou dançante, tanto que quando estive com ele, foi o período que eu não dancei, porque ele me oprimia muito, nesse sentido do corpo, da minha exuberância, do meu jeito de falar, ele tinha ciúmes, então, neste sentido o famoso ‘esquerdomacho’. [...] Também ficava extremamente sobrecarregada, se ele lavava uma louça rendia a semana inteira, “ah, mas eu lavei a louça na terça” (Raquel, 2021).

Biloca trouxe à narrativa suas vivências sexistas, em dois momentos, um mais na infância e adolescência refletindo sobre sua educação cultural patriarcal. No segundo momento, em relação à maternidade e a dupla/tripla jornada de trabalho.

Ah, eu tenho um trauma, sempre que eu comento, apesar de eu desculpar meus pais totalmente por isso, os meus irmãos estudaram curso de inglês fora da escola e eu não estudei inglês fora da escola, por quê? Porque eu ia casar, né? Para que eu ia querer inglês? E eles falam inglês hoje, e eu até hoje tenho barreiras para falar inglês. Claro que eu podia ter feito inglês depois, mas eu quero dizer assim: que [esta distinção] já era uma maneira de se diferenciar [mulheres de homens]. [...] eu acho que a coisa mais visível no que se refere à academia é a cobrança que a gente tem na produção intelectual, e que a gente de fato não tem como realizar, mesmo nas mesmas condições profissionais dos colegas homens, então eu senti bem isso foi quando eu tive meus filhos, porque eu fiquei um ano inteiro sem conseguir publicar nada, sem praticamente, nada. Até mesmo, sem ler nada. O que é uma coisa que as pessoas não imaginam a dimensão do que é uma mãe de criança pequena, ela fica tão envolvida que até a leitura fica prejudicada. É exaustivo, porque tu precisas de concentração para ler e escrever e o atendimento e o cuidado da criança requer um uma atenção que fica impossível se concentrar. Além disso, é agravado pelo fato da amamentação. Neste período, amamentamos a criança de noite, aí o sono é interrompido e no outro dia temos consequências, ficando impossível se concentrar para trabalhar. Então se tu pegas meu currículo da universidade os anos que eu tive os filhos não aconteceu nada, não publiquei. Então nesse aspecto acho que é bastante marcante. Não é tão explícito como em outras frentes, por exemplo, eu não tenho e nunca tive problema de diferença de salário sendo professora universitária, eu sempre tive salário igual meus colegas na escola particular como na pública não existem diferenças (Biloca, 2021).

Maria, sutilmente, narrou uma certa falta de apoio para acessar o cargo de vereadora, como ela menciona em vários momentos, “precisamos cuidar para não generalizar”. Durante as narrativas, ficou marcado que ela preferia não dar muita ênfase a esses momentos de sua vida pessoal, mas expressou a ideia de que as mulheres precisam ser fortes para estarem na política partidária, que recebem pouco apoio e que existem muitas barreiras. Entendi que ela estava falando sobre o

machismo estrutural, aquele que não é revelado explicitamente, se encontra na cultura e é reafirmado nas diversas instituições.

Eu fui candidata a vereadora, na primeira vez que eu fui candidata, fiquei na suplência, nunca assumi, né? Tinha dois homens companheiros, mas mesmo tendo ficado para suplência, nunca fui chamada. Isso já denota uma das coisas que é uma luta que a gente tem até hoje, né? Da ocupação dos espaços. Mas não desisti, aí depois, na outra vez que eu me candidatei eu me elegi e tive dois mandatos na câmara e foram mandatos que me orgulho, foram muito plurais, trabalhando com os movimentos sociais, mandato aberto para construir com os movimentos. [...] Aí tá, aí fui indo e continuo nesta caminhada... indo, indo... (Maria, 2021).

Para Tatiana, suas vivências com situações machistas aparecem em vários momentos de sua vida. Antes, não percebia que era uma prática machista, mas ao acessar certos conhecimentos feministas opôs-se firmemente.

[...] Por que eu não sou dócil, por que eu não aceito esse tipo de coisa? Minha vó sempre dizia assim: "tu és muito exigente; filha tu és muito exigente! Desse jeito, homem nenhum vai te querer"; E eu dizia: "Tá, mas tá tudo bem também se não quiser né, esse não é meu objetivo de vida, né?". Sempre gostei de namorar, mas o casamento para mim não era um objetivo, não aceitei essa educação de "ah, tem que casar" (Tatiana, 2021).

Em outra parte da entrevista disse:

É... então eu comecei a ver isso logo que eu ingressei na Filosofia... assim, quando eu entrei na Filosofia, alguns dos meus professores começavam a fazer piada sobre o que os filósofos dizem sobre as mulheres. Eu comecei a ficar incomodada, às vezes falavam o tempo todo disso. Eu fiquei tão irritada com isso, porque eu já entrei com esse entendimento né, com essas ideias feministas, já tinha algumas leituras e tal. E aí, um dia eu disse para ele assim: "Professor..." já era a terceira aula que a gente tinha com ele. Era a introdução à Filosofia, ele performou em cima das mulheres e eu fiquei muito... muito triste e inquieta com o machismo. Aí eu disse para ele assim: "Professor, não me admira que Nietzsche, Schopenhauer, Aristóteles, Platão tenham dito essas coisas, me admira que tu, em 2003, estejas aqui na nossa frente, numa turma de maioria de mulheres e de meninas repetindo, reproduzindo isso... por quê? Que recado tu queres nos passar?" (Tatiana, 2021).

Jamile narrou as condições de trabalho de sua mãe para expressar situações de machismo que vivencia no cotidiano.

Eu passei a entender minha mãe a partir da história dela mesmo, que é uma mulher que sempre cuidou de alguém, aquela mulher que veio com 15 anos para cuidar dos primos, aí engravidou com 20 e nunca

mais parou de cuidar de alguém. Quando eu tive os meus filhos, ela passou a cuidar dos netos, nunca teve salário, mas trabalho sempre tinha, minha mãe sempre trabalhou muito, assim porque ela sempre cuidou da gente, né? Em tempo integral, fazer a comida e [enquanto a gente] esperava com o almoço, lavar a louça, arrumar a casa e todas as funções das tarefas domésticas, foi sempre ela que fez e nunca recebeu nada, nunca teve nenhum reconhecimento. Quando meu pai, por exemplo, melhorou de vida, isso sempre foi muito atribuído a ele: “Ele melhorou”; “Nossa, ele deu certo”. Mas na realidade, ele deu certo do lado dela, que tava fazendo um monte de corre para ele poder dar certo (Jamile, 2021).

Lagarde y de los Ríos (2015) nos direciona a pensar sobre a dependência vital, a obediência e a transgressão como um fato que têm definido a vida das mulheres. Deste modo, os enunciados das narradoras permitem alguns encontros entre a manutenção da norma patriarcal e uma transformação da condição/situação feminina. Assim, pode-se perceber as formas de ser mulher (estereótipos básicos) criados nesta sociedade e por esta cultura que contrasta com o estereótipo da existência das mulheres concretas e particulares.

Nesta temática, a percepção de si, posso inferir que as narradoras passaram a ter consciência das opressões, nomearam e narraram suas vivências patriarcais e, ao mesmo tempo, consideram que isso é um processo de vida, aos poucos foram/vão percebendo os cativeros e a necessidade de transgredir as normas e a naturalização da normalização imposta pela sociedade patriarcal. Para uma educação não sexista existe um imperativo de perceber suas próprias experiências e a vontade de compartilhar com outras, o que ocorre de diversas maneiras, dependendo dos espaços de atuação.

Enfim, posso concluir a partir das narrativas da trajetória delas enquanto mulheres que estão conscientes, sofrendo e sentindo as opressões e discriminações, que elas percebem as sutilezas da dominação presente no cotidiano, tanto no trabalho doméstico, de cuidado ou mesmo trabalho remunerado, sem falar dos direitos de seus corpos. Elas se sentem imersas nesta sociedade, não são diferentes de tantas outras mulheres, sentem-se cativas do sistema mundo patriarcal, e compreendem que a mudança não é apenas individual. Por isso, a luta por equidade de gênero deve estar implicada na ampliação e acesso ao conhecimento e à informação dos direitos que historicamente foram negados. Sem essa percepção política, ética e crítica, suas ações passariam a ser meramente assistencialistas, condição que nenhuma das

narradoras se encontra, pois, em suas narrativas existe solidariedade, organização política, formação e luta.

6.3 Compreensão e conceituação dos feminismos

Eu sempre digo que, para mim, tem duas palavras que definem o feminismo: que é a inadequação e a indignação, eu sou uma pessoa muito indignada com as injustiças do mundo e eu entendi que essa injustiça perpassa pelo machismo e pela sociedade patriarcal. E que tenho que contribuir para desmontar.

Tatiana

É claro que eu avalio a leitura, essa troca nos facilita e nos engrandece na verdade, mas não nos faz mais feministas que aquelas que não conseguiram chegar lá na universidade.

Maria

Durante os diálogos narrativos e análise, pode-se perceber a preocupação de uma consciência coletiva para as mulheres construirem novos paradigmas, paradigmas que incluam as mulheres e não excluam a democracia, por mais imperfeita e manipulada que venha sendo pelo neoliberalismo. A democracia depende da educação, sendo conceitos de mútua dependência social, especialmente por se fazer num contexto de(s)colonial. Podemos acrescentar que também percebemos que as narradoras se sentiram comprometidas com o que Lagarde y de los Ríos (2000), chama de construir a humanidade das mulheres e os sujeitos do patriarcado.

Nesse sentido, aponto, em primeiro lugar, para as construções em relação às aprendizagens feministas que se mostram a partir da pluralidade dos movimentos e dos diferentes paradigmas feministas, afinal não são apenas nossos corpos biológicos que nos levam a uma construção cultural feminista. E, ainda, para os processos de formação, que, volto a dizer, incluem aprender-aprender, aprender-a-ser, aprender a resistir e a transgredir, aprender uma ética de convivência. Essas são questões que perpassam uma educação feminista. Em segundo lugar, a importância da tomada de consciência e a coletividade, porque não é possível cidadania e democracia na

individualidade. No entanto, a individualidade é uma condição humana ontológica, devendo ser transitiva e responsável, assim como viver em sociedade. Em terceiro lugar, podemos apontar o protagonismo das mulheres para construir um paradigma outro, visto que tanto a cidadania quanto a democracia são concepções desenvolvidas na modernidade e concebidas por uma matriz heteronormativa, branca e misógina.

As narradoras enunciam a importância de perceber a pluralidade das concepções feministas, talvez na tentativa de enunciar a pluralidade ocorra principalmente para demarcar por qual feminismo suas práticas ocorrem. Também é importante pensar com as narradoras que todas antes mesmo de se dizerem feministas já tinham suas inquietações e indignações com o sistema mundo, com as injustiças sociais, com a falta de possibilidade política de tomada de decisões. Então, para elas, a importância de compreensão perpassa a ação. Julieta Paredes Carvajal (2020) afirma que: “Feminismo é a luta e a proposta política de vida de qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa histórica, que tenha se rebelado diante do patriarcado que a oprime” (CARVAJAL, 2020, p. 195). A autora trabalha numa concepção de feminismo comunitário, que no caso têm muito em comum com as narradoras da pesquisa, apesar de serem mulheres urbanas que sincretizam e hibridizam as diversas concepções de feminismos, mas negam fortemente o feminismo liberal ou o *Radfem* conhecido por não considerar as mulheres trans como mulheres. As narradoras indicam se aproximarem do feminismo comunitário, principalmente Jamile, que trabalha em uma ocupação com mulheres em situação de vulnerabilidade, violência e outros problemas que experienciam, a partir da consciência de opressão e a necessidade de se organizar coletivamente para resistir e transformar. Desse modo, o empoderar e o emancipar pode ser entendido pela necessária concepção de transcender as barreiras do individualismo, em direção à formação de estratégias antirracistas, antissexistas, ambientalistas, anticapitalistas, e enfim, anticoloniais.

Por isso, em parte do grupo e, em certos momentos das narrativas, ocorreu uma reflexão que indica questionar algumas concepções de feminismo e da sua universalização enquanto uma prática apenas ocidental. Relembro que tanto a experiência quanto a consciência são necessárias para compreender a práxis feminista das narradoras. Assim, elas enunciaram sentidos que mostram a crítica

sobre a definição estrita da origem ocidental, a saber: um feminismo que é constituído tanto do gênero, quanto da raça e da classe, da heterossexualidade entre outros marcadores identitários de opressão. Para Raquel,

A minha ideia de feminismo foi mudando ao longo do tempo, tanto a partir das minhas experiências, quanto das leituras, porque inicialmente, eu entendia o feminismo como uma pauta homogênea e depois fui ver que era uma pauta hegemônica, uma pauta da mulher branca, descendente de imigrante, heterossexual. E aí fui vendo que a gente não tem que atender só essa pauta. Então, hoje o feminismo para mim, é uma tentativa de buscar essa igualdade de direitos. E também acho que é necessário reparar algumas arestas históricas, pois temos tantas marcas do patriarcado e do racismo. Então, feminismo, é uma oportunidade que se tem de promover essa igualdade. É um caminho que tenho trilhado na minha prática, assim, uma tentativa de promover a igualdade (Raquel, 2020).

Para Tatiana,

Feminismo é um processo, a gente vai construindo. E hoje tenho isso bem elaborado assim, mas foi uma construção bem dolorosa. Eu acho que uma mulher feminista é mulher inadequada, né? Ela não aceita passivamente as condições de subordinação. Ela entende que tem algo que o patriarcado construiu para nós e que a gente não aceita. Algumas conseguem construir uma coisa diferente, outras não conseguem e acabam se adequando e às vezes reproduzindo. [...] Eu acho que o meu feminismo inclui todas as mulheres, todas. Só pode ser pensado se incluir todas as mulheres, inclusive as trans né? Não consigo pensar, por exemplo, em um feminismo liberal, não consigo por exemplo pensar em um feminismo radical que não reconhece as trans como mulheres, o feminismo liberal não tem recorte de classe, não tem a questão das mulheres negras, então acho que o meu feminismo inclui todas as mulheres. [...] E também, não entendo o feminismo sem os homens (Tatiana, 2020).

Para Biloca,

Eu acho que ser feminista é um momento da tua consciência, e algumas nos colocam isso com todas as letras, eu sou pela luta feminina e não pela luta feminista. Porque entendem o feminismo como uma luta contra o homem, por exemplo. E então procura se afastar daquilo que é chamado feminismo, agora eu acho que todas as mulheres têm as suas compreensões e à medida que elas vão compreendendo essas contradições elas vão compreendendo que elas também são feministas e é mais! Existe um processo, é muito grande nisso até porque a palavra feminismo foi colocada num jeito que as pessoas se afastam mesmo né? E o que que é o significado, mas eu acho que o fato de todas as mulheres sofrerem opressão não significa que todas vão compreender que são feministas, que elas precisam lutar contra essa opressão (Biloca, 2021).

Acredito que Tatiana e Raquel respondem algumas inquietações, como por exemplo, porque mulheres brancas, em sua maioria, com condições econômicas passam a estudar e a ensinar outras mulheres? O que lhes atravessa é o gênero, mas como bem sabemos, o gênero tem corpo, tem raça, tem classe, sexualidade, idade. Mas não só isso, também há uma necessária compreensão de humanidade, como afirmam Arruzza, Bhattacharia e Fraser (2019), uma humanidade que não deixa corpos pelo caminho, e assim tem a injunção de construir relações de empatia, pertencimento e consciência de mundo, visto que, mesmo em situações melhores que outras mulheres, também são oprimidas e excluídas. Lagarde de y Los Ríos (2015), considera que devemos aprender a representar interesses afins das mulheres enquanto categoria de identificação. Isto é, as nossas convicções devem estar direcionadas às necessidades das mulheres e de nossos interesses mais circunstanciais. O feminismo, enquanto um movimento histórico de mulheres, vem cada vez mais questionando a hegemonia e o paradigma eurocêntrico.

Maria, também se soma a estes sentidos, e enuncia a desejável pluralidade e a potencialidade da diversidade dos movimentos feministas, além de apontar para a necessidade de diálogo com os homens.

A gente sabe que hoje tem uma pluralidade de movimentos feministas e o que distingue a gente de outras mulheres que não tratam desse tema, com esse olhar, é a visão de que se a gente não tiver uma ação que consiga juntar todo mundo a gente não subverte isso. Inclusive, eu sou uma feminista que acho que precisamos conversar com os homens. Eu digo bom, a minha organização eu vou fazer com as mulheres, é ali que eu vou me organizar, que eu vou definir que tipo de ação eu vou desenvolver, agora a partir da decisão definida de como é que a gente vai se organizar eu tenho que conversar com os homens! Eu não vou subverter essa sociedade que está aí se eu não conversar com a outra parte que a compõem. Inclusive é necessário conversar muito com as próprias mulheres para elas conseguirem compreender os processos de opressão. Porque muitas ainda não conseguiram compreender, e quando conversamos aí temos um retorno concreto (Maria, 2021).

Diná também narrou uma experiência de parceria com um homem no Conselho da Mulher,

É exatamente essa a inclusão dos homens que eu venho pensando, isso foi uma briga que eu comprei dentro do Conselho. O primeiro Conselho de Direitos das Mulheres que teve um homem foi o nosso, eu comprei essa briga e foi muito interessante. Primeiro conseguiram

o Robson, o cara até hoje faz um trabalho que muitas mulheres feministas não fazem, entende? E ele, claro, quando entrou não tinha uma mulher na área dele, quando entrou ele disse: “Deixa as gurias... eu sei que causei constrangimentos”. Mas eu contava com ele para inclusive falar para os outros homens. Aquilo que a gente fez com o Álvaro, lá na escola, os homens também precisam discutir sobre masculinidades, é uma relação, não grupos de mulheres e homens em disputas. Eu argumentava: “Gurias isso aqui não é um conselho de mulheres, é um conselho de direitos, se tu não vais discutir direitos, tu não vais conquistar nada, precisamos dialogar com todos (Diná, 2020).

Raquel fez uma reflexão com base em bell hooks,

bell hooks fala sobre uma luta coletiva, é uma luta que a gente tem que trilhar juntos porque os homens também sofrem com isso, não é querer dizer que eles sofrem tanto quanto nós, mas é que o patriarcado oprime todo mundo (Raquel, 2020).

A este propósito, seguindo a concepção de bell hooks, pode-se perceber que, para as narradoras, se não tivermos homens como aliados na luta, o movimento feminista não vai progredir, e que precisamos trabalhar muito para corrigir o pressuposto que se encontra arraigado no inconsciente cultural de que feminismo é anti-homem (misandria). Para a autora, um homem despojado dos privilégios masculinos, que aderiu às políticas feministas, pode ser um companheiro valioso de luta; enquanto uma mulher que se mantém sem consciência das opressões patriarcais com discursos e comportamentos sexistas, pode ser uma perigosa ameaça. Desse modo, a intervenção mais poderosa entre os grupos de conscientização vem a ser a exigência de que todas as mulheres confrontem o sexismo internalizado (bell hooks, 2019).

Neste sentido, Maria observa com sua sabedoria de anos de formação, luta e projetos anti-capitalistas e anti-patriarcais que precisamos conversar com os homens, mas também e principalmente com as mulheres. Porém, essa conversa vem ao encontro de tomada de consciência crítica, numa perspectiva freireana de que “ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra dos demais” (FREIRE, 2005, p. 1991).

[...] assim, das rodas de conversa, que a partir de determinadas falas a gente consegue perceber que esse processo de submissão no qual a mulher ainda está submetida, ainda está colocada, ela tem a possibilidade de se abrir e se juntar na caminhada, de assumir essa luta junto em coletivamente, porque tem que ser coletivamente! Tem que ser coletivamente, mesmo com as divergências que podemos ter,

e temos, mas respeitando e levando adiante essa possibilidade de reunir cada vez mais pessoas (Maria, 2020).

Desse modo, podemos indicar que a conscientização feminista, bem como a legítima indignação é necessária para todo mundo, como afirma bell hooks. Lagarde y de los Ríos também considera que todas e todos são sujeitos do patriarcado, estão sujeitos às opressões, ainda que de maneira diferente. Para as narradoras, a ideia de um feminismo fechado só com mulheres não é mais possível, por se apresentar em uma relação de poder, principalmente por estarem em espaços educativos formais ou não-formais que necessitam dialogar com o diferente.

Além de trazer a ideia do processo de aprendizagem como algo não estático, que exige um diálogo entre as experiências de vida e as leituras sobre o tema, estar na coletividade se apresenta como uma provocação e inserção num universo desconhecido para nós mulheres, visto que, como afirma Lagarde y de los Ríos, estamos cativas numa cultura patriarcal, ao mesmo tempo que estamos criando espaços de emancipação. A autora trabalha com o sincretismo de gênero, uma mescla, combinação que reúne diferenças culturais. As diferenças culturais quando se encontram geram uma outra coisa, uma nova cultura, uma nova subjetividade que abarca a consciência e o inconsciente.

Desse modo, pode-se concluir que as narradoras compreendem o feminismo em uma rede complexa de construção diária, ou cotidiana, que envolve as diferenças culturais das mulheres. Assim, cada uma de nós (mulheres e suas múltiplas identidades) abarcam uma mescla, de subjetividade patriarcal e uma subjetividade emancipatória, como afirma Lagarde y de los Ríos (2015). Para as narradoras, existe uma necessidade de mover-se e de fazer algo, quebrar estereótipos de gênero, promovendo uma cultura feminista. Elas demonstram estarem cientes de que não é algo que ocorre da noite para o dia, muito pelo contrário, essa mudança envolve processos de contradições e rupturas internas, muitos conflitos para subverter a lógica patriarcal e aprender, ou melhor, desaprender e aprender a ser uma outra mulher em processo de construção, que vai desapegando da subjetividade patriarcal e se lançando à emancipação social.

Em síntese, as posições aqui expressas indicam que não é possível um feminismo de caráter progressista e transgressor sem considerar outras parcelas da

população, como os homens, além é claro, de outras expressões de gênero antissexistas ou não. Não se pode repetir a lógica do opressor, inverter os papéis da opressão, por isso, elas propõem o protagonismo das mulheres, mas também a importância de envolver os homens na construção de um novo viver coletivamente. Se pensamos em mulheres emancipadas, outras expressões de homens já estão sendo bem-vindas. E a heteronormatividade, com os avanços sociais da equidade de gênero, passaria a perder importância formativa, não havendo por que valorizar futuramente tanto as demarcações performativas e reativas.

Para as narradoras, fica evidente que a cultura patriarcal não contempla nem os homens nem as mulheres, assim, almejam desconstruir o sistema de opressão, como bem diz bell hooks, “O feminismo é um movimento para acabar com o sexismo” (2019), indicando que precisamos desafiar a cultura patriarcal.

6.4 Práticas de ensino na educação formal e não formal

Nós tocamos o projeto junto com as alunas, elas deram o nome do projeto de Marias Brasileiras. Era um projeto para discutir gênero e a partir disso a gente começou a discutir várias questões, a gente usou o livro Femenismo, várias questões sobre gênero, não só sobre as mulheres, mas por exemplo: alunos que eram gays, que sentiam que também acontecia com eles coisas muito semelhantes que acontecia com as meninas.

Jamile

Raquel, trabalha como professora da Escola Pública e também participa do coletivo 8M, que é um grupo de mulheres de sua cidade que busca articular outras mulheres em torno das pautas feministas locais e internacionais. O coletivo 8M é composto por mulheres de diversos outros coletivos feministas. Mesmo com a participação no 8M, Raquel assume que o seu trabalho acontece mais no espaço escolar e compreende a importância de estar construindo vínculos com a comunidade. Este coletivo de mulheres auxilia de certa maneira o seu trabalho na escola, principalmente na articulação e construção de projetos de ensino com base nas temáticas identitárias. De acordo com Raquel,

Eu tenho muito cuidado para não assumir uma postura colonialista, por não “pertencer”⁷⁰ àquela comunidade escolar, dar a minha aula entre aspas e voltar e deu, esquecer, e ao mesmo tempo também não me apropriar de um lugar, de uma situação que não é minha. É aquilo que a Djamila fala, que todo mundo fala, mas que é super isso, do papel do intelectual. A gente tem que, a partir do nosso lugar de fala, meu lugar de fala, uma mulher branca, hétero, privilegiada é entender que é preciso conversar com essa comunidade e trabalhar para que essas pessoas tenham acesso a mesma oportunidade que eu tive sabe?! Claro que não vai ser a mesma, mas eu luto muito assim, né Adri? Toda a minha primeira aula de todos os anos eu sempre falo assim do papel da minha disciplina. Então eu acho que a língua portuguesa é a língua do colonizador e muitas vezes tem toda questão da norma padrão, da norma coloquial então para quê que se vai à escola? A gente pode pensar na minha disciplina como o certo e errado, o certo é a língua do colonizador ou a norma culta ideal a norma-padrão aliás ideal ou a gente pode pensar essa é a língua do colonizador é ela que vai me oportunizar, ter acesso, ter espaço, ser ouvido nos diversos espaços. Então eu preciso entender e ensinar a importância de aprender essa língua para que possamos entender uma lei, uma legislação, para entender os meus direitos. Então é nesse sentido, assim, o meu papel nesse lugar (Raquel, 2020).

Raquel realiza várias ações em formato de projetos de ensino. Em um projeto com exposição de fotografia e poesia, conheci a prática da Raquel, nesta concepção de questionar a norma culta, inserir uma outra colonialidade do saber que não seja eurocentrada. Ela também criou o projeto Horta na Escola, pois a escola tem uma área que possibilita essa prática; sobre isso, Raquel rememora que durante as práticas na horta as/os estudantes ficam mais à vontade e se expressam livremente, tendo várias situações em que é necessário intervir pedagogicamente e, inclusive, por um viés feminista.

Eu já comecei a me lembrar de um monte de situação, assim do tipo as gurias muitas vezes "Ah não queremos pegar enxada que isso não é coisa de guria" e os guris também fazerem o bullying dizendo que elas são fracas, e aí a gente tem que fazer toda uma coisa sem ser agressiva, toda uma condução, porque muitas vezes fico indignada [...], mas não dá, tem que respeitar a história das pessoas né? A posição também, são alunas/os. Então tem que fazer todo um trabalho de formiguinha. E muitas vezes, quando estamos plantando também perguntam da minha vida pessoal "por que que eu não sou casada?", se fugir desse estereótipo da mulher casada, uma mulher na minha idade eles pensam no geral que tem que tá casada, que tem que ter filho, que tem que viver dentro de uma determinada caixinha, e eu

⁷⁰ As aspas, se refere a uma reflexão anterior, que Raquel menciona que não pertence, mas ao mesmo tempo pertence, pois a cada ano ela se envolve mais e mais com a comunidade escolar. Para Yi-Fu Tuan (1980), a ideia de pertencimento ocorre de duas maneiras, uma delas é quando você nasce naquele lugar, com determinada cultura, a outra é uma empatia e um amor que você aprende a cultura e passa fazer parte do grupo.

sempre coloco outras possibilidades de vida. Tem inúmeras, inúmeras situações, são diárias, diárias! Já tive inclusive algumas situações mais sérias, mais graves de, não só na questão das mulheres, mas de homofobia e que a gente tem que se colocar permanentemente na escola (Raquel, 2020).

Raquel também narrou sobre o projeto de ensino *Violência Contra a Mulher* e do projeto *Mulheres Notáveis*.

Eu trabalho violência contra a mulher. Todos os anos eu trabalho com um projeto de ensino que é o mesmo, não o mesmo no sentido de trabalhar o mesmo material, mas é um projeto de ensino que eu sempre aproveito para o 8 de março, para discutir questões relativas às mulheres. Então, eu trabalho a violência contra a mulher, a visão que muito se tem na literatura da mulher. Também trabalho com mulheres notáveis na sociedade então, dentro da minha disciplina, que é a língua portuguesa, eu ensino a fazerem resumos, a fazerem esquemas, a fazerem pesquisa, então eles têm, eles e elas, têm que pesquisar sobre uma mulher, então eles vão conhecer, por exemplo, a Sônia Guajajara que dificilmente ouviríamos falar. Agora mesmo e elaborando o projeto a gente... Eu vou trabalhar com a música da Amélia que é um clássico da literatura, depois eu vou trabalhar com a reescrita que a Pitty fez que é desconstruindo Amélia e aí tentar buscar que percebam quais são as visões de mulher têm ali. Claro, tudo dentro da minha disciplina, também quando o Mário Lago fala "Ah aquilo que era mulher de verdade" porque ele usa esse adjetivo... Nesse sentido assim. Me lembro sempre mais desse projeto da violência contra a mulher e das mulheres notáveis (Raquel, 2020).

Ao ler a narrativa de Raquel, e por conhecer sua trajetória de professora, se evidencia que ela não tem muitas opções de escolhas, pois são temas que se atravessam à escola e ela carrega desde sua formação inicial, para ela: "é preciso fazer alguma coisa", a escola é o espaço que se empodera politicamente, junto com estudantes e colegas. É importante destacar, segundo depreendemos da narrativa, que não ocorre uma "romantização" da prática docente. Entendemos aqui que não podemos ser ingênuas, nem tudo é perfeito na docência, mas temos uma consciência em demonstrar os aspectos que valorizam o trabalho docente, ainda que esse trabalho venha sendo construído numa instituição muito carregada de concepções capitalistas, patriarcais e racistas. Por isso, a intencionalidade de realizar as ações se destacam, na tentativa de construir ações voltadas para a realidade concreta da comunidade escolar.

Eu me sentia e eventualmente me sinto assim, a ponto de perder o sono, de trazer a questão para a minha vida e falar "cara isso não pode

continuar acontecendo! É preciso fazer alguma coisa aí" e muitas vezes tu tens que entender o teu limite de atuação, mas eu me sinto muito assim. Mas também com o tempo fui entendendo esse limite, [...] fui vendo as coisas possíveis de serem feitas porque eu não sabia lidar com impossível e muitas vezes eu não sei ...ainda não sei, eu tô aprendendo né?. [...] muitas vezes tu ficas sabendo, sei lá... de uma menina que foi abusada.... Que está tentando suicídio, e como não se sentir responsável? Como vir para casa sendo que ela se abriu contigo? Então... e eu me sinto responsável, mas eu tento entender diariamente que eu tenho que fazer o possível dentro das possibilidades e das minhas habilidades, até porque a gente está lidando com o universo extremamente complexo no momento. E sobretudo ali na vila onde eu trabalho e em um contexto de periferia muito dominado pelo conservadorismo, por meio das igrejas evangélicas (Raquel, 2020).

A partir desse excerto, penso em Paulo Freire, em sua concepção de inconclusão e inacabamento como condição ontológica do ser humano, bem como a negação da ideologia fatalista do discurso neoliberal. Reconhecer os limites permite uma prática mais coerente consigo e com o outro.

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos já eram quase sempre barreiras, difícil superação para o cumprimento da nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (FREIRE, 1996, p. 54).

De acordo com o autor, ser professora progressista implica a consciência do inacabamento e da difícil tarefa do cumprimento do dever, pois a escola é uma instituição possível, ali temos a possibilidade do diálogo, mas ela em si não é a única forma e maneira de produzir mudanças culturais, ainda mais inseridas em estruturas tão profundas como o capitalismo e o patriarcado. A escola e professoras que discursam salvacionismos em suas práticas docentes, acabam funcionando como meios de barganha eleitoreira, diferente de uma prática coerente que se entristece diante da falta, diante da pobreza, diante da alienação cultural. Mas ao mesmo tempo, na luta por emancipação crítica e solidária, é uma práxis, pois de acordo com Freire (2002) é uma prática de confiar no outro, de acreditar que temos algo a trocar, nunca exclusivamente a oferecer-lhe.

Neusa também trabalhou numa escola de periferia, ela se aproxima da narrativa de Raquel ao dizer que aprendeu muito na comunidade e ao enunciar um conhecimento situado, passando pela sua realidade e aos poucos percebendo a realidade das outras e dos outros. Assim como Freire, destaca a importância de conhecer e o gosto de ser gente, de compreender as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas das/dos estudantes e da comunidade escolar.

Aprendi mais do que levei, sou oriunda de família de classe média, vim para Pelotas para estudar, quando cheguei no bairro Pestano foi um boom na minha vida, foi um salto de qualidade, para perceber um pouco mais a realidade. Enquanto pessoa de classe média tu tens uma vida mais protegida, né? Tu não tens noção clara da realidade, a própria universidade não te forma... na época, não tinha tantos projetos de extensão como tem hoje. Eu aprendi demais, eu aprendi, e essa experiência na comunidade me despertou ainda mais para a militância política. Aí a gente vai percebendo o tanto de preconceitos e desigualdade impostos pelo sistema capitalista e patriarcal que se vive. [...] Para além da questão técnica, tem toda a questão sociológica, antropológica e psicológica. São seres humanos, precisamos de uma escuta sensível. O pai é indiferente, o aluno não estuda, e o meu grande aprendizado foi compreender as situações, os motivos de exclusão social que levam as pessoas a não conseguir estar nestes espaços escolares, sem culpabilizá-los. Essa foi a minha grande aprendizagem enquanto docente. [...] Eu gostava muito de preparar as minhas aulas e eu trazia fatos concretos e fatos da realidade. Links com os conteúdos e a realidade deles. Já ministrei aula na disciplina direito do trabalho, assim, como eu não vou debater com os alunos a realidade que é? Como não estudar sobre o modo de produção capitalista? O debate tinha um caráter político, não era político-partidário, mas era político. Precisava construir a importância da política, o fato de estar no movimento me despertou para um lado mais crítico (Neusa, 2021).

Tatiana também, trabalhando na educação formal com temas sobre feminismo e pautas identitárias, relata sobre experiência na realidade concreta e predominante no Brasil.

Fui trabalhar numa escola do MST, uma escola chamada Paulo Freire, que fica a 30km da cidade de Santana do Livramento. Imagina, eu saía de casa às 5 da manhã e voltava às 15 horas, exausta! [...] E aí foi minha primeira experiência com alunos de ensino fundamental e desde aí comecei a inserir esse tema dentro de sala de aula e a fazer questionamentos e já comecei a entender que as meninas não são corpos dóceis, que vai ter enfrentamento muito grande aí, que essas crianças não vão se conformar com uma sociedade tão injusta para as

mulheres e se forem negras a situação é ainda pior. Eu via nas meninas de sexto, sétimo ano essa indignação, e quando eu propunha trabalhos já sobre isso, nossa senhora!! Era um fervor na aula, elas adoravam! E elas muitas vezes não entendiam que isso era ensino. Algumas das minhas colegas professoras também não entendiam que isso era ensino. Então, eu enfrentei bastante problemas, porque elas achavam que isso não era ensino. Imagina uma professora de história e geografia que era o que eu trabalhava nessa primeira escola, não tinha o porquê de falar de feminismo e racismo e aí eu dizia: "isso é história!", não tem como separar, não tem como não tratar como conhecimento científico (Tatiana, 2020).

No ensino superior, como professora da modalidade a distância, ela trabalha a partir das condições concretas dos seres humanos, para ir abstraindo, utiliza exemplos de situações de opressão de gênero e raça e como o patriarcado é um sistema histórico de opressão. Tatiana constrói seu quê fazer nessa dialética entre o movimento social feminista e os conhecimentos filosóficos.

[...] eu me alimento disso, desta prática de participar desses coletivos, e inserir as pautas. Quando eu vou preparar uma aula eu fico pensando "olha esse tema eu posso inserir". Quando eu vou trabalhar, por exemplo, os contratualistas, eu vou trabalhar na filosofia ética, quando eu vou trabalhar estética eu posso inserir os temas identitários, tudo faz um sentido diferente para mim. Se eu tô trabalhando um conteúdo que nem tem nada a ver, mas que algum aluno desperta alguma questão e que eu consigo inserir esse tema para mostrar como isso é uma prática cotidiana, eu tô me alimentando. Quando os alunos me problematizam uma questão que eu não sei responder, que eu vou precisar de mais leituras para responder é um alimento, é um trabalho de pesquisa e aprendizagem constante (Tatiana, 2020).

Nessas narrativas da Raquel, Neusa e Tatiana é possível verificar uma rede de aprendizagens na qual elas aprendem tanto quanto ensinam. Também é evidenciado nas narrativas que o processo de formação e ação se dá em momentos diferenciados; conforme vão experimentando, sentindo, sofrendo e tendo suas recompensas docentes vão elaborando aprendizagens e ensinamentos. Pode-se dizer que não é propriamente um entrecruzamento entre o ensino e a aprendizagem, mas algo mais profundo, em que todas estão envolvidas pessoalmente na mudança social. Desse modo, podemos dizer que a prática educativa feminista é uma propriedade emergente⁷¹, muito próxima da educação popular e da pesquisa-formação.

⁷¹ Propriedade emergente, conceito da físico-química para abordar a junção de dois ou mais elementos e formar um outro elemento, como por exemplo, se fizermos um bolo, usamos vários ingredientes, eles estão lá, mas de uma forma outra, única.

Bell hooks (2017 e 2019) e Ochoa (2008) também abordam essa questão, enquanto reconhecem a importância de uma prática educativa dialógica de liberdade, em que a educadora também se transforma, também é vulnerável, também se arrisca a falar sobre suas experiências. Quando tentamos fugir de uma narrativa mais pessoal, as/os estudantes nos chamam para o diálogo, pois nos parece que elas/es não desejam estar sós, como na narrativa da Raquel, em que perguntam sobre suas escolhas e condições de possibilidades pessoais, perguntando sobre casamento, e a necessidade de abordar as diferentes formas de ser/estar no/para/com o mundo.

Jamile trabalhou como docente do curso de Gastronomia em diferentes instituições. Também precisou dos conhecimentos teóricos feministas, mas principalmente escolher metodologias para estabelecer diálogos entre as/os estudantes.

[...] É que dentro da Gastronomia tem toda aquela história de *chef*, de *chef* que comanda, do *chef* enfim... que é uma ideia bem masculinizada, bem militarizada e que cria uma hierarquia de trabalho. Os alunos incorporam muito essa ideia, então eles chegam no curso, achando isso legal, e querendo reproduzir. E aí, eu percebi que se contrapor a isso, apenas de forma teórica, não era muito eficaz. Aí, as próprias alunas do curso, elas me procuraram porque estavam passando por situações que consideravam muito ruins, que estavam sendo oprimidas. Tanto nas aulas quanto no trabalho, onde faziam estágios ou mesmo já trabalhando. Situações que tinham a ver com a discussão de gênero, situações machistas em que os meninos não escutavam elas, ou diminuíam o que elas faziam ou o próprio assédio mesmo, inclusive por parte de professores. E aí junto com elas, a gente criou um projeto de pesquisa. Eu criei o projeto com mais duas professoras; na época eu era substituta e não podia ficar como coordenadora, então pedi ajuda de uma professora que era titular. Nós tocamos o projeto junto com as alunas, elas deram o nome de Marias Brasileiras. Era um projeto para discutir gênero e a partir disso a gente começou a discutir várias questões, a gente usou o livro Fominismo⁷², várias questões sobre gênero, não só sobre as mulheres, mas por exemplo: alunos que eram gays, que sentiam que também acontecia com eles coisas muito semelhantes que acontecia com as meninas. (Jamile, 2021).

Jamile segue narrando sua experiência enquanto docente, apresentando as situações que precisam ser enfrentadas para além do currículo oficial.

⁷² BOUAZZOUNNI, Nora. Fominismo: quando o machismo se senta à mesa. Belo Horizonte: Quintal Edições, 2019.

A outra é que eu decidi na sala de aula fazer uma dinâmica que era *Chef* de Bancada, porque eles sempre queriam ser *chef*, então cada aula, eles/as eram divididos em grupos, isso sempre acontece porque temos só quatro bancadas, então é normal dividir a turma em grupo. Aí cada aula uma pessoa desse grupo ia ser o *chef* da bancada, ia agir com uma voz de comando, como dizem que o *chef* tem que ser ou a chefe, depois disso, eles/as tinham que me entregar o relatório dessa experiência, então eu fiz isso, para eles perceberem o que eles dizem ser *chef* e tudo que atravessava essa problemática. Depois dos relatórios entregues, discutimos os resultados da experiência. E tinha uma menina negra e ela não conseguia comandar o grupo dela. Ela dizia que ela tinha dificuldade de falar, o que ela falava era sempre muito baixo e que ninguém escutava, que o que ela dizia ninguém acatava ... enfim, né? Todas aquelas dificuldades e ela falou isso em sala de aula e isso suscitou bastante o debate. Acho que os próprios meninos que eram da bancada dela começaram a perceber e pediram desculpa para elas e começaram a perceber toda essa discussão que estava em torno daquilo, que eles estavam querendo. O que eles achavam que era fazer Gastronomia, o que era se tornar um *Chef*, né? Essa experiência tem bastante a ver com gênero. Que eu considere bem produtiva, porque não adiantava problematizar em sala de aula, porque eles entraram no curso na perspectiva de que eles vão se tornar *chef* e de que isso é uma coisa boa, de que isso é um diferencial da gastronomia. A partir dessa concepção de *Chef*, tem um monte de coisa ruim, como diminuir os saberes das pessoas. Essa menina, ela tinha bastante experiência, isso já havia acontecido com outras meninas, mas essa me marcou bastante porque ela falou na sala de aula, pois os relatos das meninas sempre tinham essa dificuldade de comando. E aí [essa prática serviu] para eles perceberem como é melhor trabalhar de forma coletiva e não com essa hierarquia (Jamile, 2021).

Bell hooks (2017) considera que é essencial ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossas/os alunas/os, para criar condições necessárias para o aprendizado de forma mais profunda e mais íntima. Nesse sentido, é necessário ter coragem para transgredir as fronteiras que cada um/a carregam de patriarcal, racista e colonial. O depoimento da aluna carrega uma responsabilidade sobre seus ombros, fato muito comum com pessoas racializadas. Também implica um risco de aceitação ou rejeição por parte da metodologia proposta por parte da professora, é possível que falar nas opressões e discriminações na sala de aula possa ser um dos aspectos de empoderamento e, ao mesmo tempo, caracteriza, como diz bell hooks, que as parcialidades devem ser resolvidas quando alguém reclama. A sala de aula é um lugar de experimentar, Jamile se desafia a uma proposta que busca respeitar os conhecimentos e saberes de seus educandos, não fechou os olhos, pois a máxima que “na sala de aula não é lugar” tem um grande espaço no currículo. É sobre se desafiar num paradigma educativo feminista que Jamile se arrisca, afinal, na sala de

aula nem sempre conseguimos o que se almeja, às vezes, as alunas que narram suas dores num ímpeto de cura e libertação podem ser mal interpretadas e isso pode causar ainda mais dor e sofrimento do que cura e acolhimento, contudo se tivermos convicção metodológica e epistêmica temos mais chances de atender aos objetivos propostos, sem causar danos. A prática docente numa perspectiva feminista não pode ser apenas contingência ou vicissitude, busca planejamento crítico e estético, bem como abertura ao diálogo e reflexão crítica sobre a prática e a outras formas de ensinar, sem determinar os tempos necessários que cada pessoa necessita para compreender os processos.

A docência como prática feminista, como prática de transgressão exige, como diz Paulo Freire (1996), bom-senso, e exige a convicção de que a mudança é possível. Contudo, precisamos estar atentas que as mudanças educacionais e culturais são processos que vão além ou aquém da intencionalidade objetiva pedagógica. Isto é, não saímos de uma aula com um produto, as palavras e práticas podem levar anos para fazer sentido para as/os pessoas envolvidas. Porém, essa coragem de transformação também tem que ser reconhecida no momento em que (se, e quando e como) a teoria toca cada pessoa e impulsiona a educação como prática de liberdade, em busca de caminhos compartilhados do conhecimento e do bem viver.

A realidade escolar e a diversidade de alunas/os são sempre uma dimensão de alta complexidade, de incompletude, um verdadeiro compromisso pela busca do conhecimento, que passa pela autoformação e a formação dos outros. Como nos ensina bell hooks:

Ainda temos de fazer uma revolução feminista no plano coletivo. Sou grata porque, como pensadoras teóricas feministas, estamos coletivamente em busca de meios para fazer esse movimento acontecer. Nossa busca nos leva de volta onde tudo começou, aquele momento então uma mulher e uma criança, que talvez se imaginasse completamente sozinha, começou uma revolta feminista, começou a dar nome a sua prática – começou enfim, a formular uma teoria a partir da experiência vivida. [...] Não há ninguém entre nós que não sentiu a dor do sexismo e da opressão sexista, angústia que a dominação masculina pode criar na vida cotidiana a infelicidade e o sofrimento profundos inesgotáveis (bell hooks, 2017, p. 103-104).

A ideia expressa por bell hooks de que “ainda temos de fazer uma revolução feminista no plano coletivo” é muito potente e se aplica para as práticas das narradoras da pesquisa, que discorreram sobre suas práticas em sala de aula, em instituições de

ensino, mas também em espaços de educação não formal, ou seja, práticas educativas que não necessariamente se desenvolvem nos educandários ou nas disciplinas oferecidas por estes. Maria da Glória Gohn (2010) conceitua a educação não formal como:

Um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como formação de indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (GOHN, 2010, p. 32).

A respeito deste conjunto de práticas socioculturais, Biloca trouxe na sua narrativa, sua participação na disciplina colegiada, ofertada pelo Observatório de Gênero e Diversidade e voltada aos estudantes da universidade. Nesta disciplina ela buscou uma abordagem da divisão sexual do trabalho, numa perspectiva marxista e de classe. Também, ao trabalhar nos projetos de ensino, pesquisa e extensão do D'Generus, ministrou palestras e oficinas, tanto nos espaços universitários, quanto nas escolas de Ensino Médio. Biloca destacou sua perspectiva de atuação que define como emancipacionista, marxista e comunista.

Na sua narrativa nesta pesquisa, Biloca deu destaque à sua participação no coletivo de mulheres que atua. Para ela, a participação nos movimentos sociais implica uma prática de organização e de chamada para as mulheres se organizarem politicamente, visando a uma prática de compreensão do mundo e a possível transformação radical. Entendemos que esta transformação radical significa uma revolução em oposição à reforma, onde esta só é admissível para concentrar forças sociais para uma mudança nas relações políticas econômicas do capital, descentradas da propriedade dos meios de produção da burguesia ou da elite. Nota-se na narrativa da Biloca que sua organização e luta acontece por meio do feminismo emancipacionista.

O feminismo que eu abraço é o feminismo emancipacionista, que exatamente tem essa preocupação, da necessidade de lutar pelas questões que afetam diretamente as mulheres, e consegue êxito em várias lutas que se colocam, mas ao mesmo tempo compreendendo que isso faz parte de uma luta mais ampla de transformação social mais ampla, no sentido de uma sociedade socialista, porque muitas das questões que nós indicamos hoje, elas não vão ser garantidas no

capitalismo, nem mesmo no socialismo. Muitas vezes tu consegue atingir certas conquistas, mas no capitalismo muitas delas são impossíveis de se obter (Biloca, 2021).

Assim Biloca descreve sua participação no movimento de Mulheres, para atingir seus objetivos:

A UBM realiza congressos de dois em dois anos, eu participo ativamente, por serem momentos de atualização da política, e esse ano vai ter um novo congresso, um congresso nacional e aí você procura atualização da luta. A gente está sempre num processo, em que o movimento de mulheres de resistência precisa se adequar no sentido do nível político da organização da UBM. No momento, nossa pauta principal é o Fora Bolsonaro e Mourão. Além disso, a UBM atua nos municípios onde você tiver mulheres dispostas a participar, nas universidades, ou mesmo escolas secundaristas nos bairros, nos sindicatos e nos movimentos gerais, então ela faz reuniões também para discutir atividades e muitas vezes faz um calendário das lutas das mulheres para entender como é que a gente pode se inserir, mas sempre com essa preocupação de atuar no sentido de sempre atingir mais gente para um processo de transformação, né? Eu organizo reuniões em Pelotas, para organizar as mulheres, para nos colocar em movimento com as pautas do campo progressista. Temos as nossas reuniões e utilizamos como meio de divulgação o Facebook, email, telefone, mensagens por *whatsapp*, etc., com objetivo de reunir o maior número possível de mulheres para pensar sobre a importância das mulheres participarem da política. Também nos organizamos conforme as realidades locais, participamos em parceria com outras entidades e grupos de mulheres. Na pandemia fizemos várias *lives*, buscamos fazer em plataformas em que todas pudessem ligar a câmera e o microfone para falar, se expressar. Uma das atividades que se destacou foi a reunião sobre "Mulheres e Pandemia: Diálogos Sobre Sexualidade na Pandemia". Tivemos duas convidadas para suscitar o debate sobre sexo, tema que ainda é um tabu para muitas mulheres. Também tivemos uma outra atividade para dialogar sobre Trabalho e Pandemia. Também contamos com duas convidadas que fizeram uma intervenção, neste dia se destacou a ideia da Telemilitância e o quanto isso tem nos afetado, tanto na prática de trabalho com outras companheiras, quanto emocionalmente (Biloca, 2021).

Desse modo, Biloca pratica uma educação nos moldes de um processo de cidadania e democracia, entendendo o político como formação dos indivíduos em interação uns com os outros, o que Lagarde y de Los Ríos (2000) aponta como consciência política feminista, pois as práticas feministas são uma oportunidade para que as mulheres possam ter consciência de como tem ocorrido a construção histórica do feminino e também do masculino. Precisamos ter consciência de que a vida se desenvolve através de uma consciência política, como afirma a autora. Assim,

podemos assumir uma causa de uma coletividade, que é um processo complexo e extremamente complicado.

Não é simples para as mulheres adquirirem uma compreensão de que para as mulheres ocorrem muitas coisas que não construímos, que foi projetado para nós e de que é urgente intervir e quebrar o ciclo do patriarcado. Desse modo, é importante entender a formação da consciência política feminista como um processo constante. As narrativas apontam que mulheres que se atrevem a ocupar esse espaço precisam desempenhar uma força de trabalho intelectual maior que aquelas que se adaptam no sistema mundo patriarcal, racista, colonialista.

Maria e Diná não trabalharam em sala de aula como docentes, mas considero que atuam como educadoras na educação não formal, especialmente na organização coletiva das mulheres. As demais também trabalham na educação não formal, mas se diferenciam por serem professoras. Maria narra a história de organização das mulheres a partir de suas ações como estudante, vereadora e também sindicalista. No sindicato, reuniu-se com um grupo de mulheres para denunciar o abuso sexual praticado por um médico do trabalho na indústria da pesca.

Eu lembro assim, de uma coisa muito marcante que é uma denúncia de um médico que fazia os exames admissionais e demissionais dos trabalhadores e trabalhadoras nas indústrias da pesca, de uma determinada indústria lá no fim da Marechal. E esse homem, esse médico a depender da mulher que chegasse para fazer o exame, o exame era diferenciado, né. Se fosse uma senhora era de um jeito, ele olhava e ele fazia a demissão ou a admissão só. Se fosse uma mulher jovem, uma guria bonita, que ele achasse, ele puxava a cortina e o exame era diferenciado. Diferenciado não de forma positiva, né? Era abuso!! E uma guria, uma jovem teve coragem e denunciou para nós, e nós organizamos na hora do almoço delas, organizamos, uma ação lá na frente na esquina, chamamos as mulheres para conversar, sobre o que a gente tava fazendo, aí enviamos a denúncia no conselho regional de medicina e estamos esperando até hoje, sentadas confortavelmente que alguma ação tivesse sido feita. E depois, quando a gente teve jornal, o jornal da cidade eu costumava ver na coluna social aquela pessoa, sendo tratada como cidadão de bem. Então essa é uma coisa que foi lá nos anos 80 e foi muito marcante (Maria, 2021).

Como vereadora, atuou para implementar as políticas públicas que já existiam nacionalmente, mas na cidade do Rio Grande ainda eram negligenciadas.

Como vereadora conseguimos a Casa Abrigo para atender às mulheres vítimas de violência, o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e a preservação das dunas como patrimônio ambiental. Aí tá, aí fui indo e nessa caminhada indo, indo... Aí acabei agora em 2015, indo para a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres (Maria, 2021).

Maria também buscou formação acadêmica, pesquisando sobre a temática de gênero, numa perspectiva de ampliar seus conhecimentos e inserir ainda mais no cotidiano de trabalho.

Já na graduação trabalhei questões de gênero e mulheres, trouxe à tona a vida de uma vereadora que se elegeu na primeira eleição depois do Estado Novo. Ela era suplente e depois assumiu, depois em 1947, e foi uma mulher de luta. Como eu tinha falado, antes dela não se colocava como "ah sou a feminista", mas ela trabalhou e lutou muito pelas mulheres que trabalhavam nas indústrias de pesca, nas indústrias de alimentos que existiam na cidade, que eram majoritariamente com a mão de obra feminina. Depois, trabalhei também, a questão de gênero, a ausência das mulheres nos livros de história, a ausência das mulheres nos livros didáticos e agora quando fiz especialização, trabalhei economia feminista, uma outra economia possível (Maria, 2021).

A narrativa de Maria chama a atenção por apresentar uma luta que aparentemente não conseguimos vencer, mas o todo da sua narrativa mostra que a reunião de mulheres, a possibilidade da denúncia já é uma grande vitória. Mostra que as instituições negligenciaram as denúncias de assédio, o que hoje já não é bem assim, podemos acompanhar os patrocinadores e mesmo grandes empresas se retratando, ou sendo punidas, ainda que muitas vezes seja uma estratégia de *marketing*, já é uma possibilidade de alavancar o debate favoravelmente para as mulheres e grupos identitários.

Sobre sua participação política, ela fez uma narrativa sempre no plural, incluindo as pessoas com as quais trabalhou para alavancar as políticas públicas e mostrar que na sua trajetória de feminista não estava só, que sozinha não será possível uma transformação social. Também expressou a importância da sua formação acadêmica, para qualificar o seu trabalho com mulheres, mas mesmo assim, valorizou e valoriza os outros saberes e as pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades.

Diná trabalhou como comunicadora social do Núcleo de Responsabilidade Social da Embrapa Clima Temperado. Assim como Biloca, Neusa e Maria, atualmente

se encontra aposentada. Foi conselheira e continua atuante no Gamp, diz que sua principal bandeira é a luta contra a violência de gênero e economia solidária, muito recentemente vem estudando sobre racismo. Para Diná,

Se não prover renda para as mulheres é muito mais difícil sair do ciclo de violência doméstica. Precisamos lutar para garantir políticas públicas e que as leis de auxílio e apoio às mulheres se efetivem. Na Embrapa, trabalhei com vários projetos sociais, atualmente atuo no Gamp, mas também no Conselho da Mulher, onde fizemos muitas parcerias com outros coletivos com objetivo de implementar e fiscalizar as políticas públicas. [...] Aqui em Pelotas, temos muitas ferramentas para o combate à violência, mas nem de perto atende às necessidades do município, precisamos ampliar. Uma das nossas bandeiras é a delegacia da mulher atender 24 horas. Tenho me envolvido bastante na divulgação desses temas, realizamos palestras e encontros em diversos bairros do município, o GAMP é muito solicitado para fazer formação. Também temos um projeto no GAMP que é “Mais mulheres feministas no poder”, entre outros tantos, vamos atuando conforme as demandas (Diná, 2021).

Cabe ressaltar que ao longo da narrativa, Diná se refere às violências de gênero e que a violência doméstica é apenas mais uma delas. Também é importante considerar que violência é uma ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral, integridade patrimonial, entre outras (SAFFIOTI, 2004). A este respeito, Viviane Martinez Fernandes Barboza da Silva, que realizou uma pesquisa no Centro de Referência de Atendimento da Mulher CRAMs – Pelotas, demonstra como o CRAMs organiza as diversas violências.

Atualmente, nos CRAMs os atendimentos contemplam as definições de Violência de Gênero decorrentes da Lei Maria da Penha. A sigla “VCM”, ao designar a violência contra a mulher, é importante para criação de protocolos de atendimento, atendimento esse, que desde 2018 contempla também as mulheres trans. As formas de violência são: violência de gênero, violência institucional, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência política e os tipos: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial (SILVA, 2021, p. 18).

Entendo que Diná também trabalha com essas categorias de violências de gênero, pois também realiza muitas parcerias com o CRAMs. Explicitar as formas e as tipos de violência é importante para desmistificar que violência contra as mulheres não é apenas a agressão física, do companheiro ou marido. Também é importante ressaltar que a violência faz parte da sociedade patriarcal como forma de dominação. Como diz Heleieth Saffioti, “o patriarcado é uma máquina bem azeitada, que opera

sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente. E nem sequer precisa do patriarca para acionar”. (SAFFIOTI, 2004, p. 101).

O patriarcado tem suas atualizações, não é mais considerado apenas o sistema de dominação homem-mulher, uma dominação do chefe de família com poder legal e econômico sobre as mulheres. O patriarcado em sua definição mais ampla, de acordo com Gerda Lerner,

Significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que o homem tem poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direito, influência e recursos. Uma das mais árduas tarefas da História das Mulheres é traçar com precisão as várias formas e maneiras como o patriarcado aparece historicamente, as variações e mudanças em sua estrutura e função, e adaptações que ele faz diante da pressão e das demandas das mulheres (LERNER, 2019, p.290).

Compreender as estruturas patriarcais nos leva a entender outras estruturas, como a colonialidade e o racismo. Nestes fazeres feministas e no contato com as narradoras da pesquisa, no 8 de março, realizei em parceria com o grupo de pesquisa D’Generus, um encontro chamado de “Entrelaçando saberes: debate sobre os desafios do feminismo hoje”⁷³. É importante ressaltar que estávamos em meio à pandemia e a maioria das participantes não haviam tomado nem a primeira dose da vacina, neste período todas as atividades presenciais estavam suspensas.

Com exceção de Neusa, todas as outras narradoras participaram. Neste dia, pudemos construir uma rede de diálogos feminista, pois cada uma de sua cidade falou sobre as principais pautas feministas, suas práticas e seus sonhos. Entre tantos assuntos, predominou que estamos vivenciando um dos piores momentos para as mulheres, a pandemia e um governo de extrema direita, que nos coloca diante de um grande desafio: como podemos lutar contra o pensamento do ódio, da misoginia, do racismo, da fome, da extrema pobreza e de uma educação remota, que é excludente, já que a maioria da população não tem moradia digna, equipamentos (computadores, celulares, livros...) e nem rede de internet para acessar as aulas. Temos as mulheres

⁷³ A Live que ocorreu no dia 09 de Março se encontra disponível na página do D’Generus no Facebook: <https://www.facebook.com/dgenerusnucleo/videos/893810761379751>

sobrecarregadas com o trabalho remunerado e o cuidado integral, já que as escolas não estão recebendo as/os estudantes.

Entendo que foi uma prática significativa reunir todas as narradoras da pesquisa, no dia 8 de março, pois estávamos todas envolvidas com a elaboração das pautas. Essas pautas têm escalas locais, bem como internacionais, e ao realizarem trocas de saberes impulsionam a formação, elaboração e a qualificação dos estudos feministas e dos movimentos feministas.

Por fim, concluo, especialmente com base em Freire e hooks que a escola é um lugar do conhecimento, desde que esse conhecimento seja produzido numa base dialógica, não sendo apenas uma preleção das professoras em relação aos estudantes. Desse modo, as narradoras da pesquisa que atuam diretamente na educação formal têm no seu horizonte de intenção uma metodologia dialógica crítica e transversal com suas áreas de conhecimento. Isso, claro, é a utopia, malgrado a parte dura da realidade concreta. Essas mulheres procuram realizar projetos de ensino com temas diversos, onde as/os estudantes se sintam participantes do processo, possam perguntar e dialogar. Nesse ponto, venho percebendo com mais clareza que, para elas, as suas intencionalidades pedagógicas não são apenas ensinar os conteúdos obrigatórios ou conceitos abstratos sobre feminismo, racismo e LGBTQIA+, mas também exercitar uma escuta atenta e afetiva em relação ao cotidiano das/dos estudantes, partindo das concepções prévias e ampliando os conhecimentos e produzindo saberes para o aqui e agora, sem, contudo, cair num imediatismo ou funcionalismo aplicável.

Todas as participantes também se mostram preocupadas em dialogar com a comunidade escolar, ampliar os temas que trabalham em sala de aula. Porém, não é uma prática que vem sempre dando certo, neste caso, as que trabalham com educação não formal tentam exercer esse papel de estar mais próxima às comunidades. Aqui existe uma diferença entre as pautas de políticas públicas; as que estão na educação formal, se empenham em políticas públicas mais direcionadas à educação formal, e aquelas que participam da educação não formal, têm objetivos mais direcionados a ampliar políticas públicas de acesso à economia solidária, geração de renda e participação política.

6.5 Feminismos e entrecruzamentos com outros marcadores sociais

Como diz Ângela Davis, “não basta não ser racista tem que ser antirracista”, tem que agir, isso é uma ideia que a gente vai se dando conta, é um aprendizado, eu não nasci assim, não. Eu achava que era importante não ser racista, ou ser defensora das mulheres, eu não nomeava corretamente, essa categoria, digamos, precisamos estar nos construindo no dia a dia, é um processo dinâmico.

Neusa

A maioria das narradoras da pesquisa são mulheres autodeclaradas brancas, Diná é a única mulher negra que participa da pesquisa. Tentei conversar com outras mulheres negras e indígenas, mas por motivos diversos, não conseguimos marcar, acredito que muito se deve pelas demandas da própria militância e de suas vidas cotidianas, ou conjuntamente pelo fato de a pesquisadora ser uma mulher branca. A este respeito, não é novo para nós pesquisadoras que o pensamento acadêmico muitas vezes objetifica seus/suas sujeitos de pesquisa, desconfiar ou não aceitar participar de uma pesquisa pode alertar pesquisadoras e pesquisadores a terem mais cuidado, mais responsabilidade e que se encontrem com paradigmas outros.

Pela prática militante, percebo que a maioria dos espaços de militância ainda é predominantemente de mulheres estudantes universitárias, trabalhadoras brancas e de classe média. Essa situação muito vagarosamente vem mudando, principalmente com as novas publicações e o fortalecimento do feminismo negro, indígena e de(s)colonial. Outra tendência que demonstra as mudanças é a participação de estudantes negras e indígenas militantes que foram incluídas na universidade pelas cotas de inclusão racial. Ainda em menor número, mas já se fazendo visível, tem se marcado a exigência de outras pautas que incluam as mulheres negras e indígenas, bem como outras identidades. Considero-me na posição de pesquisadora *insider*⁷⁴ por identificação enquanto mulher e militante, contudo, no aspecto raça, me encontro

⁷⁴ Posição de pesquisa que se contrapõe a *outsider*, a posição *insider* significa a condição e identificação com o grupo social pesquisado.

como pesquisadora *outsiders*, posso ter empatia e me somar às pautas raciais, como as demais narradoras, mas não sou uma mulher racializada em nossa sociedade.

A tomada de consciência sobre as pautas identitárias e a necessidade de entrecruzar o conhecimento e a transformação social aparece em todas as narrativas, por isso, não podemos deixar de falar sobre feminismo negro, visto que é o movimento que mais apareceu nas narrativas, esse que vem ajudando a me constituir como uma feminista transgressora, emancipacionista e que busca o empoderamento social. Audre Lorde (2019) nos ensina que é tarefa para a vida toda retirar essas distorções de nossas vidas, e assim reconhecer e reivindicar. Aqui precisamos matizar as diferenças, não estamos falando de irmandade pois, como a autora expressa, isso de irmandade não existe.

Sem dúvida, entre nós existem diferenças bem reais de raça, idade e gênero, mas não são elas que estão nos separando e sim nossa recusa em reconhecer essas diferenças, em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos seus efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana. Racismo, a crença na superioridade inata de uma raça sobre todas as outras e, assim, o direito à predominância. Sexismo, a crença na superioridade inata de um sexo sobre o outro, e, assim, o direito à predominância. Discriminação etária. Heterossexismo. Elitismo. Classicismo (LORDE, 2019, p. 240).

Ainda com base em Audre Lorde, os grupos que ocupam o lugar de inferiorizados e desumanizados são em sua maioria compostos por negras e negros, e pessoas do terceiro mundo, trabalhadoras/es, idosas/os, e mulheres, estes que para sobreviver, sempre tiveram que permanecer vigilantes, conhecer a linguagem e as atitudes do opressor, chegando a adotá-las certas vezes, talvez por sobrevivência, talvez para ter uma ilusão de proteção. Nesse sentido de proteção foi que compreendi a afirmação da Diná, quando disse que "sempre fui bem aceita por onde passei, às vezes me cobram isso, de eu ser a única negra em alguns espaços, mas eu não posso dizer que sofri racismo" (Diná, 2021).

Parafraseando e complementando a ideia de uma máquina bem azeitada com a qual Saffioti se refere ao patriarcado, entendo que não só o patriarcado, mas o racismo, capitalismo e a colonialidade são máquinas bem azeitadas e nem precisam de uma mão para serem acionadas. Claro que existem situações extremas de racismo e machismo, mas também ocorrem muitas práticas silenciosas e muitas vezes

imperceptíveis, em que para olhar e se sentir implicada necessita de consciência, e o processo de conscientização se dá na coletividade, numa busca por nomear e transformar. Diná narrou que se sentiu cobrada em algumas situações, como se todas as mulheres negras trouxessem uma marca, de que é necessário nascer com consciência das opressões.

Neste fragmento que estou analisando, podemos dizer que a consciência ainda é uma consciência ingênua, como diz Paulo Freire, mas já caminha para uma consciência crítica, a partir do momento em que a própria Diná reconhece a importância da pauta racial e afirma que vem estudando e buscando conhecer mais e melhor os aspectos do racismo. Realmente não se pode dizer que por ela ser negra, que tenha obrigação de compreender os processos sociais em toda sua complexidade. Também mencionou que é uma prática nova no grupo, mas que vem sendo debatida com muita força. Atualmente, o coletivo que a Diná participa vem construindo uma outra abordagem, mais interseccional; na página do Facebook podemos encontrar a perspectiva do grupo, que diz se tratar de uma “ONG feminista, antirracista, anticapitalista, antiLGBTQI+fóbica e anticapacitista, atua no enfrentamento as violências de gênero feminino, orientando e incidindo em políticas públicas na defesa e garantia de direitos”⁷⁵.

Neusa também é uma Gampeana, como elas se nomeiam, diz que antigamente não se tinha essas discussões, mas aos poucos vem tomando consciência da importância desta pauta,

Como diz Ângela Davis, “não basta não ser racista tem que ser antirracista, tem que agir”, isso é uma ideia que a gente vai se dando conta, é um aprendizado, eu não nasci assim, não. Eu achava que era importante não ser racista, ou ser defensora das mulheres, eu não nomeava corretamente essa categoria, digamos, precisamos estar nos construindo no dia a dia, é um processo dinâmico. Estar aberta a esse aprendizado. Estar num coletivo que tem esse debate é melhor. Agora tenho participado das reuniões da UBM. E eu já conhecia o trabalho das companheiras, fiz um curso da UBM sobre o feminismo negro, me ajudou muito. É um conceito novo, o racismo estrutural e o machismo estrutural, e isso tá nas instituições. É um debate que nós da carreira jurídica estamos discutindo recentemente, o quanto as instituições são igualmente perpetuadoras de opressões. A própria instituição tem uma vertente que adotou no sistema patriarcal (Neusa, 2021).

⁷⁵ Página no Facebook do GAMP: <https://www.facebook.com/gamp.pelotas/>

Como Neusa e Diná, estamos aprendendo com o feminismo antirracista, com o feminismo negro, o feminismo indígena e o feminismo de(s)colonial, apesar de eu ser oriunda de uma família de trabalhadores assalariados (com renda de 1 salário mínimo), não sei o que significa ser uma mulher não branca. Contudo, tenho empatia e acredito, assim como Sueli Carneiro (2019), que precisamos enegrecer o feminismo, além de repensar as práticas de branquitude que nos atravessam cotidianamente. Em certa medida, todas as narradoras da pesquisa abordaram a importância de pensar na diversidade das mulheres enquanto sujeitas à opressão.

Assim, todas as narradoras – Diná, Neusa, Maria, Biloca, Tatiana, Raquel e Jamile – e eu estamos aprendendo, nos formando e qualificando nosso feminismo, e sim, estamos empenhadas nas nossas práticas feministas em rever os aspectos do feminismo liberal e branco, LGBTQI+fóbico. Vejamos a narrativa da Raquel,

No início, quando eu trabalhava lá com o projeto as mulheres notáveis, a gente trabalhava com a Dandara, eu não pensava muito nas pautas do movimento das mulheres negras porque não é meu lugar de fala, de origem. Então eu fui ouvindo e entendendo e me desconstruindo, entendendo a necessidade com o tempo (Raquel, 2021).

Precisamos compreender que o racismo, o machismo, o capacitismo são naturalizados, e têm muitas artimanhas que nos prejudicam a percepção. Desse modo, não percebemos de imediato a sua avassaladora existência. Por exemplo, ao estudar sobre divisão sexual do trabalho, notamos que Heleieth Saffioti, utilizava ao lado do gênero e da classe social a expressão raça. A autora propunha uma noção integrada e global de diferentes elementos como forma de discriminação:

O capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais, nelas incluídas as chamadas específicas de gênero, linguagem aqui considerada inadequada. Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro. A análise das relações de gênero não pode, assim, prescindir, de um lado, da análise das demais, e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições sociais básicas (SAFFIOTI, 2004, p. 126).

Ao tomar contato com essa literatura, passei a utilizar nos escritos acadêmicos “gênero, classe e raça”, mas, mesmo assim, isso pouco me sensibilizou, pois o racismo não parecia me atingir tão diretamente. Eu pouco participava dos debates mais amplos onde poderia aprender profundamente, tinha uma percepção muito

focada no feminismo ocidental eurocêntrico. Só quando passei a estudar e me aprofundar sobre colonialismo e as teorias de(s)coloniais, o racismo enquanto categoria sociológica passou a fazer sentido e deixou de ser mais um conceito vazio, sem corpo e alma. Um bom exemplo que ajudou a compreender o racismo é a entrevista que a antropóloga e cineasta Milena Manfredini concedeu para o jornal *O Globo*⁷⁶, na qual discute a importância da representatividade, afirmando que a maioria da população brasileira é composta por negras/os, mas ainda é minoria nos cinemas, mostrando o contraste racial no país. Também precisamos destacar que não existem pessoas fora do padrão de beleza eurocêntrico, pessoas com deficiências, doentes, e pessoas velhas, enquanto protagonistas. É neste sentido que o feminismo antirracista tem contribuído para o enfrentamento das interações entre racismo, sexismo e classe.

De acordo com Curiel (2007),

Las producciones de las feministas en mayoría de los casos no forman parte de las bibliografías consultadas, se siguen desconociendo los grandes aportes de esta teoría y práctica política para una nueva comprensión de la realidad social. A lo sumo, cuando lo hacen las referencias son las mujeres blancas de países del Norte (CURIEL, 2007, p. 94).

Sem dúvida, podemos afirmar que precisamos do feminismo, mas qual feminismo? O pensamento de(s)colonial vem somando forças com o pensamento e teorias do feminismo antirracista, mas qual feminismo antirracista? Acreditamos que o feminismo transgressor como prática de liberdade e o feminismo para os 99%, ajudam a pensar numa prática diferenciada, que não basta incluir neste sistema mundo perverso da modernidade/colonialidade.

Maria diz que

O que me leva a sentir comprometida é demonstrar para as pessoas que a gente vive numa sociedade desigual. E me leva a gostar das pessoas, que mesmo dentro dessa classe têm pessoas que são mais ainda penalizadas do que outras, no caso as mulheres negras e indígenas no caso uma mulher trans, uma mulher lésbica. As necessidades e as dificuldades existem para todas, mas para algumas as opressões e desigualdades são muito mais intensas, né? (Maria, 2021).

⁷⁶ Ver conteúdo na página: <https://oglobo.globo.com/celina/o-cinema-um-lugar-de-poder-mas-ainda-somos-minoria-diz-cineasta-negra-23625760>.

Como diz Vilma Piedade (2017), “é só verificar os dados”, tanto os dados estatísticos do Brasil, como do mundo demonstram as desigualdades de raça, gênero, classe, basta uma olhada nos Censos. Maria percebe as desigualdades e opressões a partir das identidades subalternizadas, e a partir da diversidade de identidades. Audre Lorde, considera que

[...] todos nós fomos programados para reagir com medo e ódio às diferenças humanas, e a lidar com essas diferenças de determinada maneira, dentre três: ignorá-las e, se isso não for possível, imitá-las se acharmos que são dominantes, ou destruí-las se acharmos que são subordinadas. [...] Prestaram todos esses grupos aprendi que a opressão e a intolerância com o diferente existem diversas formas, tamanhos, cores, sexualidade. E que, dentre aqueles de nós que tem o mesmo objetivo de libertação e de um futuro possível para as nossas crianças, não pode existir uma hierarquia de opressão. [...] É inconcebível, para mim, que uma parte de minha identidade possa se beneficiar com a opressão de outra. Eu sei que meu povo não vai se beneficiar com a pressão de qualquer outro grupo que esteja também na busca pelo direito de existir em paz. [...] Encorajar membros de grupos oprimidos a se lançarem uns contra os outros é um procedimento padrão da direita cínica. Enquanto estivermos divididos por causa de nossas identidades particulares, não temos como estar juntos em ações políticas efetivas. [...] Não existe hierarquia de opressão (LORDE, 2019, p. 235-236).

Tal problematização nos indica articular a interseccionalidade e a colonialidade, do poder, do ser e do saber, para visibilizar outros paradigmas científicos, caracterizados por não serem do conjunto: universal, branco, eurocêntrico e imperialista. Para superar as profundas desigualdades, de acordo com Miñoso (2009), não podemos continuar apenas com programas compensatórios e políticas pontuais, promovidos por mulheres de classe média e supremacia branca. Não podemos e não queremos manter a colonialidade do feminismo, por isso, é importante abandonar a dependência da ideologia do feminismo liberal e universal e suas pautas totalizadoras (MIÑOSO, 2009).

De acordo com Miñoso:

La ‘violência epistémica’ es tal que la mujer del terceiro mundo queda atrapada doblemente por la colonización discursiva del feminismo de occidente que construye a la ‘outra’ monolítica de América Latina y por la práctica discursiva de las feministas del sur, quienes, estableciendo una distancia con ella y, al mismo tiempo, manteniendo una continuidad con la matriz de privilegio colonial, la constituye en la otra de la Otra (MIÑOSO, 2009, p. 318).

Como podemos pensar em “liberdade” para nossos corpos, se por vezes nos alinhamos com um feminismo que busca uma mulher ideal, diferente das necessidades do corpo concreto racializado, empobrecido, colonizado, vulgarizado por estereótipos. Buscando uma consciência crítica, Lélia Gonzales (1982), em seu artigo *a Mulher negra na sociedade brasileira*, faz uma outra leitura da história, agora o olhar histórico reconhece o racismo e busca explicá-lo a partir dos corpos racializados. A autora desmistifica a democracia racial e a generosidade dos senhores e senhoras escravistas. Por exemplo, a expectativa de vida de um escravo produtivo não ultrapassava 10 anos. Após, seus senhores concediam libertação devido à invalidez precoce. Essa situação explica a Lei do Sexagenário, desmascarada como um abandono e não como generosidade do escravocrata.

Gonzales (1982), ainda aprofunda a concepção sobre a população negra como exército de reserva e uma massa marginal do setor do trabalho hegemônico; bem como os estereótipos da mãe preta, aquela que aceitou a submissão, integração e harmonia racial para mascarar o racismo; e mais, a ideia de negar o racismo para ocultar a exploração da mulher negra pela mulher branca, pois as mulheres negras, além de todas as atividades domésticas e de escrava sexual, ainda sofriam com o rancor das sinhazinhas, devido ao ciúme com seus maridos. Sobre o rancor das mulheres brancas, o filme “12 anos de escravidão”, dirigido por Steve McQueen (EUA, 2013), mostra bem a relação de desejo, dominação e violência do senhor com sua escrava, e tudo acontecia sob o olhar da senhora, que ao invés de apoiar a outra mulher em situação de fragilidade social, sentia ódio e torturava mais ainda a outra mulher.

Ângela Davis (2016) também nos ajuda a compreender as situações de subalternidade e condição de não humanidade a que mulheres negras foram submetidas, sendo elas antes de tudo “uma escrava”, isto é, estando na condição de não humanidade, como trabalhadora em tempo integral. Condição diferente da ideologia imposta para mulheres brancas: mães dóceis e amáveis. Além disso, as mulheres negras tiveram seus direitos reprodutivos, sua sexualidade, o direito ao matrimônio aniquilados pela ideologia escravagista. Segundo Davis:

Aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumento que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário

podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2016, p.19).

Essa vivência histórica produz mulheres com marcas profundas que atravessam gerações. A autora traz à tona as dores, mas enfatiza as resistências frente ao sistema de dominação capitalista, escravocrata, portanto, racista e colonialista. Marcar as diferenças entre mulheres negras, não brancas e brancas, é importante para toda vez que usarmos a categoria mulher, tenhamos em mente sua função política, mas nunca com objetivo de universalizar a categoria mulher, pois as diferenças construídas historicamente são profundas. Vilma Piedade (2017), antes de apresentar seu conceito de dororidade, pergunta:

Será que a sororidade dá conta para as mulheres negras? Afinal, o movimento feminista aponta para o caminho da irmandade e da união, contudo, não é uma equação simples de se fazer, as marcas da escravidão e da apropriação das terras indígenas, exigem mais do movimento feminista. Por isso, a dororidade carrega em seu sentido a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo, contudo, quando se trata de mulheres negras têm um agravo nesta dor, a pele preta ainda continua sendo a mais barata do mercado (PIEADADE, 2017, p. 17).

Patricia Hill Collins (2012) é categórica ao afirmar, “enquanto tiver mulheres negras sendo oprimidas seguirá sendo necessário o ativismo em resposta à opressão”. Se, por um lado, têm-se as promessas de liberdades individuais, igualdade social para todos, por outro lado, persiste a realidade das diferenças por grupos baseadas na raça, classe, gênero e sexualidade.

A partir das análises das narrativas é perceptível que ainda temos muito que aprender. Já possuímos um indicativo de que é necessário “escurecer” (sem esquecer das mulheres e homens indígenas) nossas práticas, mas ainda não sabemos muito “o como” fazer. Afinal, a complexidade aumenta considerando as relações de poder. Se bem que reconhecer as diferenças já seja um grande passo para buscar transgredir.

Acredito que já estamos enfrentando algumas distorções em torno da diferença, como ensina Audre Lorde, “[...] nós enquanto mulheres brancas não podemos nos centrar apenas em nossas opressões e ignorar as diferenças de raça, preferência sexual, classe e idade” (LORDE, 2019, p. 237). E já aprendemos sobre a falsa aparência de homogeneidade, que chamamos de irmandade, como nos ensinou Vilma Piedade, sororidade não nos basta, sororidade precisa de outro conceito, a

dororidade, ambos se complementam; contudo dororidade carrega a dor causada pelo racismo e acho que posso me permitir ampliar a concepção de dororidade, para tudo que desvia do padrão ocidentalcêntrico, incluindo também toda dor causada pela LGBTQIA+fobia.

6.6 Experienciando as redes sociais

As redes são outras formas de se comunicar com as pessoas. Uma forma blindada de te comunicar, né? É uma forma que muito mais fala do que escuta.

Jamile

Eu conheço alunas que despertaram para o mundo depois do Facebook, por exemplo. Eu sempre uso muito as redes, eu sempre tive com os meus alunos uma página, um perfil, um grupo na verdade, um grupo no Facebook para problematizar questões sociais filosóficas.

Tatiana

Os encontros formativos de mulheres, as rodas de conversas, atos públicos, performances artísticas, instalações de arte urbana e a sala de aula são meios de aproximar saberes e produzir conhecimentos. As narradoras da pesquisa têm ocupado esses espaços, e também os espaços das redes sociais, não tanto como produtoras de conteúdo, mas como replicadoras desses conteúdos para aumentar o fluxo de informação para chegar ao maior número de mulheres e desconstruir estereótipos de gênero. A militância tem se articulado e somado forças nas redes sociais. Nesse sentido, Ilse Scherer-Warren, considera que é a partir dos encontros formativos que envolvam,

[...] uma pluralidade de demandas, de lutas por reconhecimentos específicos, de definição de conflitos e de adversários particulares e sistêmicos e à luz de um projeto popular mais amplo de integração latino-americana, que contemple a participação política e autônoma dos sujeitos coletivos, que os movimentos ditos populares, através de suas redes, vêm se fortalecendo no continente, sendo uma referência política relevante para vários governos (SCHERER-WARREN, 2008, p. 514).

As narradoras da pesquisa consideram as redes sociais grandes aliadas principalmente para divulgar seus trabalhos, chamar mais mulheres para se

organizarem e estabelecer algumas parcerias de atuação; as narradoras que integram o Gamp têm realizado uma maior participação e produção de conteúdos digitais no Facebook⁷⁷ e no Instagram⁷⁸. Tatiana também produz conteúdos para as redes sociais, além de participar de um canal no Facebook denominado “*Aqui e Alla*”, que vem se constituindo como um canal alternativo com proposta progressista de esquerda, realizando entrevistas, como por exemplo, “*Charla com*” Marcia Tiburi⁷⁹ e o programa “*Devir Mulher*”⁸⁰ onde ela discute vários temas feministas junto com convidadas para o programa.

Biloca ressalta a importância de ocupar esse espaço, contudo ainda o grupo UBM – Pelotas não dispõe de uma equipe para atender às demandas e exigências de produção de conteúdo. Raquel e Jamile utilizam as mídias digitais para trabalhar, fazem reuniões, Raquel realiza aulas de dança e disponibiliza nas redes. Contudo, nas redes sociais, referente aos debates políticos e de militância são mais contidas, preferem se aproximar com ressalvas aos conteúdos circulados. Jamile aponta que:

As redes são outras formas de se comunicar com as pessoas. Uma forma blindada de te comunicar, né? É uma forma que muito mais fala do que escuta e no geral, assim eu não acompanho muito até o *Facebook* chama demais a conversa de discussões eu ando nem vendo muito, mas eu costumo achar muito diferente do que acontece na prática, né? Por exemplo, no movimento, numa reunião com outras mulheres sempre vão haver divergências, né? Ou até com partido, por exemplo, mas as reuniões ocorrem de outra forma, o enfrentamento e as tensões ocorrem, mas eu acho que é de uma forma muito mais respeitosa, e uma forma que são tensionamentos que nos levam para frente e as discussões que eu acompanhei em rede social eu não achei que essas discussões vão a algum lugar; é o contrário, sempre achei que são discussões que muitas vezes nos deixam no mesmo lugar ou até nos fazem retroceder e não avançar em nada. Eu acredito que às vezes a internet nos dá a falsa sensação de que a gente tá se organizando, de que a gente vai conseguir alguma coisa e na verdade não sabemos ao certo (Jamile, 2021).

Nesse sentido, podemos inferir que as redes sociais nem sempre conseguem atuar paralelamente aos objetivos dos movimentos sociais, os quais seriam propiciar “[...] os vínculos sociais e pessoais e sua capacidade de gerar mensagens de conexão,

⁷⁷ Acompanhar página: <https://www.facebook.com/gamp.pelotas>

⁷⁸ Acompanhar página: <https://www.instagram.com/gampfeminista/>

⁷⁹ Ver conteúdo na página:

<https://www.facebook.com/page/665828643869496/search/?q=M%C3%A1rcia%20Tiburi>

⁸⁰ Ver conteúdo na página: <https://www.facebook.com/aquiealla/videos/4478409005503348>

mobilização e empoderamento” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 517). Se, por um lado, temos uma força produtiva de informação e divulgação por meio das redes sociais, por outro, existe um movimento de violência, status por *likes*, bloqueiras e visualizações, polêmicas que vão esvaziando o sentido mais humanizador. Sem contar que existe uma massa de pessoas que ainda não dispõe dos recursos tecnológicos e nem acesso à internet. A autora traz o exemplo de uma narrativa da representante do *Fórum Nacional da Mulher Negra* e considera que:

Os encontros presenciais (reuniões, seminários, assembleias, etc.) continuam sendo muito valorizados, pois neles é onde ocorre o debate mais profundo, a experiência da prática na política, os vínculos mais duradouros no interior da rede. A forma virtual e a presencial de comunicação se complementam, na medida em que a primeira é mais ágil, mais ampla e, às vezes, com menos custos individuais; a segunda é mais intensa, ainda que de mais difícil realização nos fóruns mais amplos (SCHERER-WARREN, 2008, p. 525).

É certo que as novas mídias permitem a construção e divulgação de ideias, na medida que qualquer indivíduo pode criar conteúdo, e é exatamente aqui que mora o perigo. O texto da Scherer-Warren foi escrito em 2008, em um contexto em que estávamos num momento de implementação de diversos projetos sociais. Contudo, após as eleições de 2018, e considerando a grande massa de *Fake News* que invadiram as redes sociais, nós militantes estamos mais céticas, no sentido de que tendemos a duvidar de tudo⁸¹.

Por isso, acreditamos que as narrativas sobre o uso das redes sociais podem apresentar muitas ambiguidades, por seu uso ser indeterminado e recente para a humanidade. A narrativa da Jamile apresenta muita parcimônia em relação ao feminismo praticado nas redes sociais. Para ela, é certo que não podemos mais viver sem as redes sociais, ou melhor dizendo, as novas mídias, principalmente após a pandemia do coronavírus que tem assolado o mundo desde o início de 2020.

Tatiana apresenta um perfil um pouco diferente, pois por ser professora na modalidade EaD, utiliza bastante as mídias e seus recursos enquanto metodologia de trabalho. Esse uso é diferenciado, tem base articulada com as experiências e o conhecimento filosófico-científico. Ela também produz alguns materiais didáticos e de comunicação para circular nas redes. Por isso, ela tem uma narrativa diferenciada,

⁸¹ Sugiro o filme *Rede de Ódio* (2020), dirigido por Jan Komassa.

tende a olhar o lado mais promissor das redes, que é reconhecido por todas, a força propulsora em atingir um número expressivo de pessoas.

Não, eu acho que alguma contribuição sempre tem, sabe, Adri, eu conheço alunas que despertaram para o mundo depois do Facebook, por exemplo. Eu sempre uso muito as redes, eu sempre tive com os meus alunos uma página, um perfil, um grupo na verdade, um grupo no Facebook para problematizar questões sociais filosóficas, e independente se eles gostavam ou não, eu usava as redes para isso (Tatiana, 2021).

Para Tatiana, essa popularização das mídias possibilita um meio de produzir e divulgar ideias, estabelecendo diálogos e possibilidades de democratizar o conhecimento, antes restritos a uma elite. Ao ler o contexto narrativo de Tatiana, fica explícita a necessidade de ocupar os espaços cibernéticos com responsabilidade, cuidado e de criar vínculos a partir de conteúdos com fins de formação ética e política, principalmente em relação ao feminismo e ao racismo.

As demais narradoras também olham criticamente para o feminismo que algumas autoras chamam de quarta onda devido ao pensamento ser considerado efêmero e os slogans não aprofundarem o pensamento feminista. Biloca utiliza como exemplo a manifestação #EleNão, para narrar “que nunca havia visto nada igual no movimento de mulheres” se referindo às diferentes ideologias unidas por uma questão de gênero que só foi possível ser realizada pelas redes sociais.

No entanto, a narradora se mostra crítica em relação a ideia de que não adianta apenas reunir mulheres, por sentir a necessidade de apresentar nossas bandeiras ideológicas, no caso dela, a bandeira emancipacionista e comunista. Mesmo assim, ela considera que foi um ato grandioso em relação ao movimento de mulheres, pois não queríamos a extrema direita no comando do país, por saberem que a extrema direita aposta na família tradicional e nos estereótipos de gênero que não atende às reais necessidades das mulheres. As manifestações e atos políticos podem ser facilmente manipulados, neste sentido, o pensamento de(s)colonial afirma que as contestações de caráter político, com crítica ao sistema mundo capitalista e colonialista, exercendo uma pressão no Estado para transformação e atendimento das necessidades de todas e todos.

As narradoras entendem que além de combater o sexismo institucional é preciso dismantelar a cultura patriarcal, observando que essa cultura também se

encontra nas pequenezas e “picuinhas”, e que isto faz uma diferença muito grande. Elas buscam fazer a diferença em seus diversos espaços de atuação, pois acreditam que “juntas”, reunidas e articuladas politicamente são mais fortes e consistentes para perceber as pequenezas, as sutilezas, os disfarces do patriarcado. Todas acreditam que o 8 de março (8M) vem tomando dimensões muito positivas, a partir da Greve Internacional de Mulheres em 2017⁸², cujo o *slogan* era “Se nossas vidas não importam que produzam sem nós”. Essa retomada da real mobilização desta data deixa evidente que 8M não é mais uma data cooptada para ganhar presentes e manter todas as violências ao longo dos anos. Agora, longe do ideal, mas em uma direção mais coerente, muitas mulheres se reúnem, discutem, concordam e discordam, se mantêm atentas a deliberar sobre ações ao longo do ano. Todas trabalham em seus coletivos com ações que priorizam mais.

Contudo, no 8M reunimos nossos esforços e nossas ações em uma agenda única, tarefa nada simples, devido a diversidade ideológica dentro do próprio campo progressista. Mesmo assim, a maioria dos coletivos se une para visibilizar e lutar contra as desigualdades e opressões. É importante observar a reflexão que Biloca expressa em sua narrativa, “não basta a união de mulheres, precisamos politizar o movimento de mulheres, avançar as discussões de gênero de forma politizada, tendo em vista as classes sociais”. (Biloca, 2021). Biloca critica o movimento feminista que se distancia da luta política e faz trabalhos de caridade.

Em nosso país, a solidariedade é uma marca muito necessária, visto a negligência do Estado. Ao acompanhar as narradoras da pesquisa, observei que elas trabalham muito com a ideia de solidariedade, mas reconhecem que a solidariedade individual não basta, precisa de formação política e ampliação dos direitos sociais,

⁸² De acordo com o 8 M (Brasil), a Greve Internacional de Mulheres, foi puxada por ativistas de mais de 50 países, e propõe um dia sem o trabalho das mulheres no 8 de março. Para as militantes, no atual contexto de crise do Brasil, muitas mulheres possuem trabalhos precarizados, estão vulneráveis e não poderão paralisar suas atividades produtivas no 8M. Uma das mais importantes reivindicação do movimento é parar por um dia os trabalhos domésticos justamente para torná-los visíveis e demonstrar que essas tarefas devem ser valorizadas, sobretudo pelo governo que, ao propor na Reforma da Previdência igualar o tempo de contribuição entre homens e mulheres, ignora solenemente que a grande maioria de nós cumpre jornadas duplas de trabalho diariamente. Parar por um dia as atividades de cuidado é uma forma de ressignificar o conceito de greve, que ao longo da história esteve vinculado somente ao trabalho produtivo. Queremos visibilizar também o trabalho reprodutivo e não-remunerado que nós mulheres desempenhamos. “Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós” Disponível em: <https://www.facebook.com/GreveDeMulheres/posts/1346038812137148>.

frente ao empobrecimento e exploração da população. De acordo com Lagarde y de los Ríos (2000), o trabalho de caridade é uma tradição, principalmente realizada por instituições religiosas, onde existe uma afetividade compassiva e realizações de ações para que as mulheres melhorem sua qualidade de vida. Mas são ações sem sororidade/dororidade, no sentido de que as mulheres que praticam a ação não se sentem implicadas pelo machismo e sexismo.

No caso das narradoras, não é possível observar a falta de empatia que Lagarde y de los Ríos (2000) se refere e muito menos que não estão imbricadas emocionalmente, social e culturalmente. Expressam que o patriarcado as atinge fortemente, mas de maneira diversa, buscam aliadas combativas às opressões e explorações, assumem que são também violentadas, não enunciam salvação, questionam a cegueira de gênero e os cativos a que estão submetidas, realizam um chamado para subversão e empoderamento social das mulheres. Esse chamado se expressa no cotidiano, em suas casas, nas salas de aula, nas reuniões com outras mulheres, nas ruas.

Desse modo, posso concluir que a internet tem, cada vez mais, feito parte do cotidiano das narradoras da pesquisa, não só as redes sociais, mas também outras plataformas educativas, com objetivos de interagir e socializar. É um mecanismo de interação e informação instantânea, contudo as narradoras têm se pautado com cautela, o que ao meu ver possibilita uma responsabilidade social, pois a internet não é neutra, muito pelo contrário, expressa a ideologia de quem a utiliza – o que muitas vezes não colabora com a construção de conhecimentos e o fortalecimento do feminismo enquanto uma cultura que vem se desenvolvendo.

As narradoras da pesquisa buscam suas formações principalmente em textos acadêmicos, nos coletivos feministas, em redes sociais, a partir do que é estabelecido como pauta. Estar nos espaços junto com outras mulheres permite a elas se repensarem, já que como todas as mulheres estão imersas na sociedade como sujeitos do patriarcado, ou como diz Lagarde y de los Ríos (2015), são mulheres cativas. Para sair desse cativeiro é preciso um processo de conscientização, ressignificação dos afetos e responsabilidades sociais. Bell hooks (2019) reafirma a necessidade de conscientização: “antes que as mulheres pudessem mudar o patriarcado, era necessário mudar a nós mesmas; precisamos criar consciência”

(hooks, 2019, p. 25). Sim, somos afetadas pelo sexismo diretamente, contudo os sujeitos do patriarcalismo não têm como base apenas o corpo biológico, embora muitas/os sejam afetados por ele. Assim, podemos reafirmar que mudar a sociedade patriarcal já não é mais uma função apenas das mulheres. Não obstante, exigimos protagonismo, pois é sobre nossos corpos que recai a maior opressão e a partir de onde se desenvolvem e emancipam as existências.

7. PERCEPÇÃO DE SI E CONSCIÊNCIA CRÍTICA FEMINISTA - COM VOCÊS ANDEI MELHOR

Os resultados e discussões desta pesquisa emergem do processo de quatro anos de estudos, que incluíram aulas, seminários, escrita de artigos, participação em eventos da área, além da experiência com as narradoras que colaboraram com a pesquisa, aliadas à orientação direcionada à qualificação do projeto de pesquisa. Todos esses caminhos e ensinamentos com as narradoras da pesquisa também me levaram à militância feminista de maneira mais organizada e consistente. Assim, passo a apresentar os resultados, experienciando mais uma vez uma nova escrita, ora na primeira pessoa do singular, ora na primeira pessoa do plural, ora na terceira pessoa, mas sempre envolvida nos múltiplos eus. Após a experiência da pesquisa e sua abrangência de transformação, passo a “lançar pedras no fundo do poço”, como disse Clarice Lispector (1978).

Não posso deixar de dizer que em alguns momentos a intenção de seguir um método voltado às epistemologias feministas e à educação popular produziu em mim uma sensação de desânimo e, diante das incertezas, estive tentada a voltar a um método mais tradicional. Mas, se o meu trabalho se trata de uma pesquisa-formação, se em todos esses anos de leituras de teoria e de mundo quem me deu o foco e as chaves para estar e tentar mudar esse mundo foram os feminismos e a educação popular, não poderia retroceder.

Como pode ser percebido anteriormente, ao organizar a análise dos dados nas seguintes temáticas: trajetórias de atuação; percepção de si; consciência crítica feminista; práticas de ensino; feminismos e seus marcadores sociais; uso das redes sociais. Ao dialogar com as narradoras e com outras/os pesquisadoras/es, com a intenção de seguir um método voltado para as epistemologias feministas e educação popular junto à pesquisa-formação. Reflito que em alguns momentos tive a sensação da necessidade de voltar a um método mais tradicional e rígido. Diante das incertezas e diferenças, muitas vezes somos tentadas a recorrer ao reducionismo formal e à reprodução. Por vezes os percursos desanimam e há o medo da solidão. Sede e dor nos meandros e corredores altos, recursos escassos.

Entre idas e vindas no texto e na minha caminhada de pesquisadora retomei várias vezes os ensinamentos de Linda McDowel (1999) sobre precisar de metodologias que permitam às mulheres estudarem mulheres em processo interativo, buscando acabar com a exploração destas como objetos da investigação. Também me acompanharam neste processo as contribuições de Marcela Lagarde y de los Ríos (2015) e Francesca Gargallo (2004) ao apontarem que estamos envolvidas emocionalmente em nossas pesquisas. Essas autoras também me auxiliaram a reafirmar, sem prejuízo à pesquisa, a minha condição de ser sujeito do patriarcado e do capitalismo, tanto quanto as narradoras. Quanto ao colonialismo, acredito que precisei de um conjunto menos homogêneo de leituras e discussões para desenvolver essa percepção.

A validade da pesquisa se encontra num universo muito complexo e verossímil, por aportar conhecimentos que fazem sentido à experiência de cada uma. A pesquisa em si não pode ser reproduzida, mas ao mesmo tempo se encontra implicada com o propósito de compromisso, participação e destino comum, que nos inspira, já que todas somos mulheres e estamos desenvolvendo formação e práticas feministas. Em relação aos objetivos do estudo, foi preciso praticar uma composição de diversas perspectivas procurando intersecções produtivas e posições explicativas. Sempre por se fazer e refazer, a elaboração dos conhecimentos respeitou a combinação da perspectiva crítica de(s)colonial e as metodologias feministas, de pesquisa-formação e de educação popular.

Na incorporação das aprendizagens formativas, o que antes parecia certo emaranhado metodológico, desafiando a uma certa ansiedade pragmática, foi possibilitando aportes teóricos e de elementos para ampliar e aprofundar a análise da reunião de dados. Esse método composto pela pesquisa-formação, feminista e de(s)colonial, justamente por seu radical caráter formativo e de desenvolvimento de saberes ligados à dinâmica da realidade, permitiu também bons exercícios de comprometimento, escuta atenta, sensível e de empatia, visto que compartilhamos experiências de vida pessoais e profissionais. A construção de sentidos no âmbito do singular-plural se deu no reconhecimento da interação produtiva entre subjetividade e coletividade.

Sobre os percursos de formação, concluo que o grupo de narradoras, mesmo independentes economicamente e atuando como educadoras feministas, carregam o peso do tempo de cuidado doméstico e familiar, do mercado de trabalho, juntamente com uma ativa participação cidadã. Já o tempo de ócio, descanso e das necessidades pessoais, muitas vezes é impossibilitado, pois o que vem se chamando de jornada tripla, sabemos que é fruto da sobrecarga de afazeres e trabalhos que são naturalizados e impostos. E se esta jornada incluir a docência, tão atacada e desgastada ultimamente, pior. É perceptível na análise das narrativas e no convívio que o fluxo de excesso de trabalho se dá em sobreposição a outras tarefas que são pouco valorizadas pela tradição patriarcal. Elas, provavelmente ao verem as discriminações e opressões das mulheres, claro, que também fazem parte, não conseguem virar as costas. Aqui temos a resposta à motivação de por que pertencer ao movimento feminista: identificação, altruísmo e crença num futuro para humanidade.

Não obstante, um paradoxo, se de um lado a participação cidadã (militância) permite algumas liberdades, por outro, constrói novas opressões e mais sobrecarga de trabalho. Lembro a fala da Tatiana: “Tem como não escolher o caminho do feminismo?” Fica evidente que não existe outro caminho para esse grupo, principalmente após elas terem percebido, ou melhor dizendo, terem tomado consciência das opressões e dos cativos em que nos encontramos. O lema feminista, muito utilizado nas manifestações públicas realizadas pelo movimento, “Companheira me ajude que eu ‘não posso andar só’. Eu sozinha, ando bem, mas com você ando melhor!”, representa a necessidade de estarmos engajadas politicamente umas com as outras, rompendo as grades dos cativos, erguendo a voz para sermos escutadas, sem aceitar as opressões e discriminações.

O grupo, ao narrar suas experiências sobre situações de opressão de gênero e a necessária desconstrução do patriarcado em suas vidas pessoais e profissionais, permite concluir que existe a quebra do ideal ou da projeção da “feminista perfeita”, no exagero e artifício heroico, aquela que tudo entende e não vivencia situações de discriminação, assédio ou desprezo, por estar buscando uma outra forma de ser mulher, ou seja, negar que são um produto feminista, e apostar que existe uma essência feminista, como algo fechado, natural e sem processo de aprendizagem. Na

quebra deste ideal heroico, pode-se elaborar um modo crítico e propositivo de se viver no mundo patriarcal. Modo que não permite se sentir superior para se colocar em processo de construção feminista, visto como projeto social em que todas e todos estão implicadas/os.

A dependência vital, a obediência e a transgressão não são situações a que estamos alheias, muito pelo contrário, elas nos “convocam a” nos inserirmos no movimento feminista, principalmente para enfrentar os cativeiros e assim, progressivamente, unir forças para criar espaços de liberdade. Afinal, como ensina Marie-Christine Josso (2007), a identidade epistemológica – e que sintetiza os critérios da abordagem aqui utilizada – implica tangenciar os seres de linguagem: o ser somático, o ser cognitivo, o ser de criatividade e imaginação, o ser de percepção, sensação e sensibilidade, o ser de presença consciente de si, dos outros e de nosso ambiente natural, consciente da consciência, o ser de ação e o ser afetivo emocional. Nesse aspecto, estamos implicadas na individualidade e na pluralidade, por isso a importância de nomear as opressões e compartilhar com outras mulheres.

A teoria-práxis defendida por bell hooks fez-se presente no processo de análise da consciência e formação feminista, mostrando uma militância solidária e com tendência à popularização do movimento feminista. O grupo de narradoras pontuou fortemente a ideia de desconstruir o mito de que a maioria das feministas são contra os homens. Elas se mostraram combativas em relação à polarização de gênero; os feminismos praticados por essas mulheres se dirigem a uma vertente não contra os homens. Para elas, não fazia e não faz sentido, não seria possível uma prática educativa feminista sem seus alunos, filhos, maridos, companheiros e outros vínculos que possam ter com os homens. Escrevo “homens” aqui com “h” minúsculo, pois esses homens, embora sejam sujeitos masculinos do patriarcado, se diferenciam do Homem, com ‘H’ maiúsculo, hegemônico. As narradoras afirmam que nós, mulheres, ainda temos muito que aprender sobre os nossos direitos, sobre as nossas opressões e discriminações, visto que cada uma pode assumir certas identificações, posições culturais e políticas em momentos diferentes, seja por estratégia, momentos pessoais, por alcance ou por obrigação.

Em outro aspecto, a pesquisa manifesta que não adianta atuar apenas nas consequências e efeitos, se não pensarmos de maneira mais abrangente e atuarmos

sistemática e vigilantemente nas causas, instituições e estruturas, e nelas está a educação e a cultura. Para que possamos realizar uma leitura de mundo crítica e sensível sobre os cativos das mulheres são fundamentais os paradigmas marxista e de classe social entrecruzados com outras perspectivas teóricas. A condição/existência da pobreza e da exclusão social, por falta de moradia, saneamento básico, saúde, educação e a lógica capitalista da meritocracia são marcas muito fortes em nossas experiências enquanto mulheres.

A classe social não é apenas um grupamento social de cunho econômico e produtivo. As condições de igualdade materiais, como alimentação, moradia e acesso a serviços de saúde, patrimônio cultural e tecnológico, segurança e trabalho digno são bases da estrutura social, porém as condições de desigualdade não são determinadas apenas pela origem do nascimento, havendo fatores como vantagens e recursos mal distribuídos estando relacionados com sexo, gênero, sexualidade, raça, saúde, fisionomia, aparência estética, habilidades relacionais a condicionar posições subalternas antes da superestrutura, havendo assim uma espécie de seleção artificial dentro da própria classe. No entanto, como base da vida e de acordo com as relações entre política, cultura e economia a classe social se impõem enquanto uma pauta inarredável na ponta das lutas.

Isso não é hierarquizar as condições sociais, como bem explica Audre Lorde (2019), mas observar as desigualdades sociais implicadas na pobreza da população. Por isso, a luta de classe deve ter um olhar diferenciado de uma teoria eurocêntrica, pois as nossas condições, mesmo as da classe média, vão estar em condições de sobrevivência, que envolve escassez artificial, precarização, perseguição e alijamento das pessoas que se distanciam do padrão, onde a máquina social seletiva não se restringe a impor a superexploração do trabalho e a competição excludente e eliminatória.

O Estado, enquanto uma instituição moderna, cada vez mais se afasta das suas obrigações com a população e passa a atender as grandes empresas privadas e aos seus interesses próprios, construindo o abismo entre os mais ricos e os mais pobres. Nesse sentido, as narradoras se mostram profundamente críticas, inclusive em relação aos meios de contestação deste Estado. Sem dúvida, entendem que os espaços mais conservadores são mais cruéis e que o campo de contestação mais

progressista é por si só mais aberto ao diálogo das reivindicações identitárias. Portanto, temos uma longa jornada para romper com o patriarcado, racismo e com a heteronormatividade no âmbito institucional, e é neste espaço que elas se encontram mais críticas às instituições, porque muitas pautas são cooptadas e reelaboradas para manutenção do *status quo*. Um dos exemplos, é o Conselho de Direitos das Mulheres, que muitas vezes é cooptado com fins eleitoreiros ou apaziguadores, contudo, ainda é um espaço possível de ocupar e contestar a cooptação, além de ser um lugar onde é possível criar e acompanhar as políticas públicas.

Com base na pesquisa, ficou evidenciado que feminismo, no singular, se trata de um conceito representante dos feminismos. Feminismos, no entendimento de que avançaram contribuindo para a humanização da sociedade, além de promover “um encontro”, identificações, de mulheres que reconhecem no cotidiano os seus direitos negados historicamente e neste encontro criam laços fortes e articulação política para enfrentar os cativos. O grupo de mulheres participantes da pesquisa enfatiza uma agenda feminista não vertical e não hegemônica. Não podemos aceitar um feminismo a impor regras arbitrárias em relação à cultura local, mas também não podemos esquecer o compromisso dos grupos feministas com a transformação social, cultural e política. Nesse sentido, elas fazem a ressonância da perspectiva de(s)colonial e de suas/seus pensadoras/es, apontando para uma cosmologia do sul global, pensando com e a partir dos corpos e lugares étnicos-raciais subalternizados. O processo se dá em meio a uma tensão política que envolve situar saberes para emancipar sem sucumbir a determinismos culturais, isolamentos fixistas e basistas.

Após todo o processo de pesquisa é imprescindível o uso do feminismo no singular como meio de contextualização, pois entender o feminismo enquanto projeto maior de sociedade muitas vezes pode esconder as nossas ações cotidianas que só são possíveis a partir de uma leitura de mundo feminista. Por isso, a pluralidade dos movimentos feministas nos coloca em uma situação paradoxal, se por um lado, a diversidade nos indica diálogos e contradições rumo ao salto de qualidade, garantindo as diferenças vivenciadas pelas mulheres, que se situam em espaços-tempo outros, por outro, os caminhos propostos nos dividem em relação aos caminhos e ao objetivo humanitário do feminismo. A pluralidade solidária nos encaminha para o processo de transformação cultural, numa lógica do aprender-aprender, aprender-a-ser, aprender-

a-resistir e a transformar, aprender uma ética de convivência; desse modo, criando uma educação feminista transgressora, transformadora e como prática de liberdade.

O feminismo concebido como práxis social de empoderamento e de compromisso com a sociedade indica uma intensificação da participação social, e por que não, uma outra democracia. Uma democracia em que as mulheres e os outros grupos subalternizados possam pertencer à construção dessa nova cultura, dialetizando, nem alta cultura, nem baixa, nem cristalizada, erudita ou popular. Para isso, podemos compartilhar práticas de ensino e aprendizagem. Neste sentido, dinâmicas, como já afirmado, as pautas feministas giram em torno de uma agenda local-global e vice-versa. Efetivas porque legítimas, originadas de vínculos mais confiáveis com a comunidade de atuação como educadoras.

Ao construir os vínculos de afetividade e os diálogos entre as diferentes culturas das narradoras, faz-se necessária a consciência de inacabamento, de imperfeição, visto que toda nova epistemologia e encontro cultural se intensifica como algo desconhecido, como se estivéssemos andando por labirintos. Compreender o projeto feminista convergente a partir do engajamento de mulheres, vem possibilitando construir outros saberes, nem sempre saberes que nos levam a felicidade ou a um definitivo projeto de sociedade; às vezes esses saberes implicam reconhecer a perversidade do humano. Ao se lançar na perspectiva feminista, nos deparamos com os diversos caminhos, e o percurso pode ser considerado o aspecto mais importante, além de ter o desejo infinito da chegada, visto que a chegada, o objetivo feminista é uma construção coletiva e nunca individual e solitária.

O que mais fica evidente nas narrativas é que temos muito ainda que aprender como entrecruzar as experiências (sempre por se fazer e serem refeitas), e não hierarquizar as dores e as opressões. Ao caminhar nos deparamos com os seus entrecruzamentos de raça, gênero, classe, sexualidade, idade, capacitismo, entre outras identidades, quando chegamos aos entrecruzamentos não podemos voltar, precisamos incorporar mais essa bagagem na caminhada, não como um peso, mas como uma conquista dos diversos movimentos e das suas teorizações. É impossível falar sobre feminismo e não trazer as diversas experiências historicamente subalternizadas. Com isto, busca-se não enraizar as identidades, mas afirma-las

enquanto subalternidade, opressão e desigualdade, e assim rever e construir epistemologias outras.

Pode-se afirmar que a militância nas redes sociais apresenta um ganho para a divulgação das pautas feministas e demais movimentos sociais. Consegue-se realizar ações de grandes proporções, como a “*Ola Verde*”, movimento argentino pela legalização do aborto e o “*EleNão*”, movimento brasileiro contra a extrema direita. No entanto, já aprendemos que nem tudo é tão belo e maravilhoso, há uma zona de instabilidade e indefinição, e uma grande dependência da noção jurídica e cumprimento da legalidade. O espaço-tempo cibernético com falsos pretextos libertários pode ser tornar um lugar de poluição, sedução, manipulação, uma terra sem lei, ou do autoritarismo, em todo caso das forças perversas e antissociais.

Nesta ambiguidade, e especialmente a atual recaída aos tempos de exceção, as narradoras da pesquisa se posicionaram com cautela em relação à militância das redes sociais, optaram por apenas apontar os pontos negativos e positivos, algumas mais pessimistas e outras mais otimistas em relação às dimensões das redes sociais na vida das pessoas. Em relação aos pontos positivos, citaram a rápida interação, a possibilidade de articulação com o maior número de mulheres, a divulgação de informação; sobre os pontos negativos, o acúmulo de trabalho, as informações falsas, as informações incompletas, as violências e a pouca abertura para o diálogo.

Com a pandemia do coronavírus, outras plataformas de transmissão (*streamings*) começaram a ser utilizadas, possibilitando aulas na rede (*online*), cursos, entre outras formas de acesso às mídias. As redes sociais desempenharam um importante canal de divulgação das atividades, inclusive muitas oportunidades de formação feministas aconteceram por esse meio. Também palestras e cursos, em que antes havia a necessidade de deslocamento e recursos financeiros, foram promovidas de forma conectada (*online*), possibilitando talvez uma maior intensidade de aprendizagens e inteligências multidimensionais. Ocorreu um aumento da complexidade, em certa medida. Nesse cenário, não acontece o “anonimato”, perfis falsos e avatares, diferentemente das redes sociais abertas, onde o “anonimato” possibilita a “rede de ódio”, assédios e agressões, polêmicas que só trazem dissabores, saturação e onipresença das informações irrelevantes ou erradas.

A esse respeito, as narradoras reconheceram a importância de estarem conectadas e se atualizando, bem como se apresentaram críticas devido aos conteúdos em forma de bordão (*sloganizados*). Visto que as redes sociais e grande massa de influenciadoras/es digitais (*influencers*) não consideram ou mostram os processos de aprendizagem, os conteúdos parecem fáceis, contudo, num reducionismo sedutor, não possuem profundidade e complexidade necessárias. Promovem uma ilusão inclusive de ser um brilho de gênios, onde o texto é expressão fácil, única e pessoal do ator influenciador, sem apoio humano ou tecnológico. Não existe interesse de se mostrar os processos, as equipes nos bastidores, onde se veicula uma fábula, que não revela como se faz a edição, montagem e tratamento pós-registro ou filmagem. Para piorar, não são transparentes os financiamentos e filiações econômicas ligados à ideologia arregimentadora, nem sempre cristalina.

Nesse aspecto, é imprescindível resistir e fazer uma crítica, construir espaços de aprendizagens e divulgação com mais compromisso educativo-político-ético. Cabe ressaltar os ensinamentos do Paulo Freire: em toda prática de educação popular (feminista) devemos cuidar com a exaltação e a mitificação dos saberes. Existe um encontro entre o conhecimento teorizado e o conhecimento da experiência, esse encontro não pode ser efêmero, não pode ser um vídeo de trinta segundos ou meia hora, onde se busca ativar algoritmos monetizados.

A busca incessante de como devemos fazer a militância é um caminho para refletir juntamente com as novas tecnologias da informação, tendo em vista que a militância necessita cada vez mais dos conhecimentos científicos, de formação e de educação. Mas quais conhecimentos científicos, educacionais? Até o momento, posso responder que não é possível seguir com o paradigma dominante, precisamos de outras epistemologias, epistemologias populares, feministas e transgressoras.

Assim, passo a responder os objetivos direcionados ao processo da tese, para cumprir com esses propósitos. Tive como objetivo geral identificar e compreender os processos e práticas educativas não formais e formais relacionados à militância feminista, construídos nas trajetórias das mulheres feministas participantes da pesquisa, a partir do lugar e do cotidiano em suas potencialidades, visando à construção de uma educação feminista progressista e transgressora. Como objetivos específicos busquei: compreender os espaços-tempos de atuação feminista sob o

enfoque do entrecruzamento do lugar e do cotidiano; conhecer as motivações que levam as mulheres a lutar para o empoderamento social, seu e de outras mulheres; construir conhecimento com as experiências pesquisadas, buscando a elaboração de encaminhamentos para a atuação feminista que busca atender às diferentes necessidades das mulheres.

As motivações que levaram as narradoras desta pesquisa a participarem em seus grupos seriam inúmeras e diferentes, mas ao focarmos nas correspondências, naquilo que se aproxima talvez a resposta esteja num perfil de liderança e de pertencer à coletividade, de sentir que a força que às vezes falta não está no individual, talvez haja uma sensibilidade não egoística e retribuidora nas condições que se teve e que outras pessoas não tenham, e na crença de uma outra humanidade.

As narrativas das participantes me permitem dizer que existem várias e diversificadas atuações feministas sob o enfoque do entrecruzamento de classe, gênero, raça entre outros marcadores. Suas práticas, ainda que sem “visibilidades midiáticas” vêm transgredindo a cultura patriarcal, e não ficam presas ao “currículo oficial”. Ainda que possam ser insuficientes, praticam a dialeticidade entre uma educação formal e a educação não formal e vice-versa.

Também é necessário enfatizar que a partir dos objetivos propostos, fui incorporando metodologias diferentes, precisei adaptar os métodos – muito devido a pandemia do coronavírus, mas também para compreender a complexidade do tema de pesquisa e a diversidade das narradoras da pesquisa. Como reflexão a respeito de meu posicionamento sobre o debate que percorri, entendo que é preciso ampliar as condições para que se façam pesquisas participantes feministas e pesquisa-formação feministas de método a ser construído, porém há suficiente conhecimento acumulado para propor que a inovação esteja mais na sua adequada utilização alinhada com resultados que gerem avanços substanciais.

Retomando o argumento, a pandemia que nos assolou no início parecia uma limitação improdutiva, porém foi aos poucos mostrando as incertezas e a necessidade constante de adaptações e do inacabamento frente às nossas perspectivas e projetos, evidenciando que o mundo nunca será o mesmo, isto é, por mais que lutemos em direção à justiça, o mundo sempre está por se fazer. A educação é contingente e exige de nós uma formação e reformação constantes para que se enfrentem os tempos incertos, sem que nos tornemos espontaneístas e fatalistas. Essa educação a que me

refiro inclui nos prepararmos no nosso melhor possível para enfrentar estas incertezas.

A experiência desta pesquisa me permite fazer um convite às militantes feministas para que não se restrinjam aos seus lugares de atuação, pois o deslocamento dialético de diversas posições entre o institucional e o autônomo tornam mais produtivas as práticas, melhorando, tanto a instituição, que sem transformação tende a se enrijecer ou petrificar, quanto às manifestações mais abertas, que sofrem o problema da “cintilação efêmera”, da não continuidade, da superficialidade, da interferência e dos riscos de massificação. A participação cidadã por uma outra democracia, por uma outra cultura se faz necessária, tanto nos espaços educativos formais ou não formais, como nos movimentos institucionalizados, quanto nos grupos autônomos.

Sobre as perguntas que moveram esta investigação: “de que maneira essas experiências podem contribuir para a construção de uma educação progressista, emancipadora e transgressora?” e “Como estas mulheres do sul do Brasil se tornaram agentes sociais feministas?”, posso dizer que, ao que tudo indica, a resposta consiste em as/os sujeitos incorporarem em seus afazeres cotidianos epistemologias, metodologias de ensino e aprendizagem feministas, tanto na educação formal como na educação não formal.

Só é possível organizar e lutar contra o sistema de opressão se tivermos os conhecimentos sobre as discriminações e opressões, se não fecharmos os olhos para os cativos e suas marcas deixadas em nossos corpos – marcas que foram forjadas historicamente, por isso, a formação de si, ao mesmo tempo singular e plural, é uma porta para sair dos cativos e trilhar novos caminhos. A educação formal sozinha não permitiu a ampliação das demandas, por isso, uma educação formal articulada com a educação não formal tem-se constituído um imperativo para o feminismo.

Precisa-se de uma leitura de mundo crítica e de(s)colonial, um feminismo não para as outras e sim feminismos outros, como nos ensinam as pensadoras e pensadores críticos e de(s)coloniais. Precisamos seguir com os verbos lutar e esperar para apoiar e criar políticas públicas que atendam a nós, mulheres e homens, trabalhadoras e trabalhadores, empregadas e desempregadas, que necessitam de muito apoio e um Estado organizado por um paradigma anticolonialista, anticapitalista, antirracista, feminista, ambientalista, laico e democrático, ou seja, um

Estado coerente com seus propósitos em relação à população. Assim, concluo que a formação, a organização e a luta feminista crítica, de(s)colonial e antirracista é um ato político, que não vem para agradar e sim para atrapalhar, atravancar, impedir, inibir e transformar a ordem moderna-colonial, racista e patriarcal.

8. REFERÊNCIAS

RUIZ, Alice. Socorro. **50 poemas de revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA Tithi e FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRASIL. **Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS**. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Carta_Circular_01.2021.pdf. Acesso em: 1º jul. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 30 jun. 2021.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismo de(s)colonial como feminismo subalterno latino-americano. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304>. Acesso em: 29 set. 2021.

BAUER, Martin e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BLAY, Eva. Como as mulheres se construíram agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: BLAY, Eva e AVELAR, Lúcia (org.). **Cinquenta anos de feminismo: Brasil e Chile: a construção das Mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 65-97.

BOLÍVAR, Antonio. Metodología de la investigación biográfico-narrativa: recogida y análisis de datos. In: PASSEGGI, Maria da Conceição e ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica: tomo II**. Salvador: EDUNEB, 2012. p. 27-79.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 7-15

CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2008.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. **A produção do viver**. São Paulo: Editora SOF, 2002. p. 11-49.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 195-204.

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos:** mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2018.

CHIARELLI, Lígia [Biloca]. Narrativa concedida para Tese. [Entrevista concedida a] Adriana Lessa Cardoso. Por meio digital. www.webconf.br Pelotas, 2021.

CURIEL, Ochy. **Crítica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista.** Colômbia: Universidad Central Colômbia, 2007.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. pp. 120-139.

CMMP. Conselho Municipal da Mulher Pelotas. 2014. Disponível em: <https://www.pelotas.com.br/social/conselhos/conselho-mulher>. Acesso em: 10 set. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. **Medium Brasil: Revista Subjetiva.** <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04>. Acesso em: 14 jan. 2020.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: Edusc, 2002.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nômadias**, n. 26, p. 92-101, 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=14517>. Acesso em: 21 out. 2019.

Dussel, Enrique. **El encubrimiento del Otro:** hacia el origen del “mito de la modernidad”. La Paz, Bolivia: Plural Editores, 1993.

D’SOUZA, Radha. As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 145-171.

DEERE, Carmen Diana e LÉON, Magdalena. **O empoderamento da mulher:** direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELORY-MOMBERGER, Christine. A pesquisa biográfica: projeto epistemológico e perspectivas metodológicas. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto e PASSEGGI, Maria da Conceição. **Dimensões epistemológicas e metodológicas**

da pesquisa (auto)biográfica: Tomo I – Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUC; Salvador: EDUNEB, 2012. p. 71-93.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação:** figuras do indivíduo-projeto. São Paulo: Paulus, 2008.

DENZIN, Norman e LINCOLN, Yvonna. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman e LINCOLN, Yvonna (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, pp.15-42.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

EGGERT, Edla, SILVA, Márcia Alves da e DELLA LIBERA, Aline Lemos da Cunha. Dos fios que se interpenetram na tecelagem: um conceito para os estudos feministas. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2022, v. 30, n. 2. Acessado 20 Setembro 2022, e77384. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n277384> <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n277384-en>.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. Lima: **Solar**, a. 12., v. 12, n. 1, p. 141-171, 2016.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Tejiendo de outro modo. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas, 2009, p. 309-324. Disponível em: <http://ve.scielo.org/scielo.php>. Acesso: 14 jan. 2020.

EVERARDO, Maribel Ríos. Metodología de las ciencias sociales y perspectiva de género. In: GRAF, Norma et al. **Investigación feminista:** epistemologías, metodología y representaciones sociales. México: UNAM, 2012, pp.170-197.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FELGUEIRAS, Ana Cláudia M. Leal. Breve panorama histórico do movimento feminista brasileiro: das sufragistas ao ciberfeminismo. **Revista Digital Simonsen**, n. 6, maio 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen. Acesso em: 30 dez. 2021.

FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática da libertação:** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. A dialética: concepção e método. In: GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da Educação**. 7ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990, pp. 15-38.

GELEANO, Eduardo. **Livro dos abraços**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2016.

GAMBA, Susana Beatriz. **Diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Biblos, 2007.

GARGALLO, Francesca. **Las ideas feministas latino americanas**. México: Ediciones fem-e-libros, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPED, 1995. p. 333-362.

GONÇALVES, Eliane. Renovar, inovar, rejuvenescer: processos de transmissão, formação e permanência no feminismo brasileiro entre 1980-2010*. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, n. 7, p. 342-370, 2016.

GRAF, Norma Blazquez. Epistemogía feminista: temas centrales. In: GRAF, Norma Blazquez et al. **Investigación feminista: epistemología y metodología y representaciones sociales**. México: UNAM/ CIICH, 2012.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, 2016.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 5, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. Instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n.1, p. 7-31, 1993.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Revista Educação**, Porto Alegre, a. 30, v. 3, n. 63, p. 413-438, set./dez. 2007.

JOSSO, Marie-Christine. O caminhar para si: uma perspectiva de formação de adultos e de professores. Entrevistador: Margaréte May Berkenbrock-Rosito. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 136-139, ago./dez. 2009.

JOSSO, Marie-Christine. A metanoia: um processo biográfico de mudança de paradigma. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo; BARREIRO, Cristhianny Bento (Orgs.). **A nova aventura (auto)biográfica**: Tomo I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

JOSSO, Marie-Christine. Processo autobiográfico do conhecimento da identidade evolutiva singular-plural e o conhecimento da epistemologia existencial. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo; BARREIRO, Cristhianny Bento (Orgs.). **A aventura (auto)biográfica**: Tomo I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016a.

LAURINO, Raquel. Narrativa concedida para Tese. [Entrevista concedida a] Adriana Lessa Cardoso. Por meio digital. www.webconf.br Pelotas, 2021.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los Cautiveiros de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. 2ª ed. México: Siglo XXI Editores, 2015.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Claves feministas para liderazgos entrañables**. Managua: Puntos de encuentros, 2000.

LEDESMA, Neusa. Narrativa concedida para Tese. [Entrevista concedida a] Adriana Lessa Cardoso. Por meio digital. www.webconf.br Pelotas, 2021.

LESSA, Diná. Narrativa concedida para Tese. [Entrevista concedida a] Adriana Lessa Cardoso. Por meio digital. www.webconf.br Pelotas, 2021.

LISPECTOR, Clarice. **Um sopro de vida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LOSE, Maria de Lourdes. Narrativa concedida para Tese. [Entrevista concedida a] Adriana Lessa Cardoso. Por meio digital. www.webconf.br Pelotas, 2021.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 235-238.

LORD, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 a. pp. 239-250.

LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter et al. **Género e colonialidad**. 2ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 13- 42.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

MARTINEZ, Ana Sabaté et al. **Mujeres, espacio y sociedad: hacia una geografía del género**. Madrid: Editorial Síntesis S.A., 1995.

McDOWELL, Linda. **Género, identidad y lugar: un estudio de las geografías feministas**. Madri: Ediciones Cátedra, Universitat de València e Instituto de La Mujer, 1999.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizador precedido de retrato do colonizado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys, CORREAL, Diana Gómez e MUÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales**. Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MIGNOLO, Walter. Novas reflexões sobre a “ideia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, Salvador, 2008.

MORETTI, Cheron Zanini. Militância. In: STRECK, Danilo. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MOSS, Pamela. **Feminist geography in practice: research and methods**. Oxford-UK: Blackwell Publishers, 2002.

MOTA NETO, João Colares da. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. Curitiba: CRV, 2016.

NARVAZ, Martha Giudice, KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudos**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

OLESEN, Virginia. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman e LINCOLN, Yvonna (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: STRECK, Danilo. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PAREDES, Julieta. **Una sociedad en estado y con estado despatriarcalizador**. Viceministerio de Asuntos Género y generacionales, Plan de Igualdad de oportunidades, La Paz – Bolivia: Ministerio de Justicia, 2008.

PENNA, Camila. Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. **Revista Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 181-199, 2014.

PEREZ, Olívia Cristina e RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. **X Congresso Latino-americano de Ciência Política** (ALACIP), organizado conjuntamente pela Associação Latino-americana de Ciência Política, a Associação Mexicana de Ciência Política e o Tecnológico de Monterrey, 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru. SP: EDUSC, 2005.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 1, p. 321-333, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000100017>. Acesso em: 10 set. 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Educação, meio ambiente e globalização. In: Perspectivas da educação ambiental na região Ibero-americana: conferências do V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental. Rio de Janeiro: Associação Projeto Roda Viva, 2007.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 84-130.

RIO GRANDE DO SUL. SIP/PROCERGS – Secretária de Segurança Pública. **Indicadores da Violência contra a Mulher**. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 15 out. 2019.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. 5ª ed. Porto Alegre: EDIPUC, 2014.

RIBEIRO, Tatiana. Narrativa concedida para Tese. [Entrevista concedida a] Adriana Lessa Cardoso. Por meio digital. www.webconf.br Pelotas, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência – Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora Universidade Federal de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, 2004.

SARTORI, Jerônimo. Ativismo. In: Danilo. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH** [online], v. 21, n. 54, p. 505-517, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300007> Acesso em: 15 dez. 2021.

SOUZA, Elizeu Clementino e FORNARI, Liege Maria Sitja. Memória, (auto) biografia e formação. In: VEIGA, Ilma Passos et al. **Profissão docente**: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas: Papirus, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 267-282, maio-ago. 2012.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WAYNE, Jamile. Narrativa concedida para Tese. [Entrevista concedida a] Adriana Lessa Cardoso. Por meio digital. www.webconf.br Pelotas, 2021.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Colonialidad y Educación. In: Seminário Internacional “(etno)Educación, Multiculturalismo y Interculturalidad”, 1, Bogotá, 2005.

WALSH, Catherine, OLIVEIRA, Luiz Fernandes e CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v. 26, n. 83, 2018.

9. ANEXOS

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

DATA DA ENTREVISTA: ____ / ____ / ____

DADOS PESSOAIS:

- Nome Completo:
- Identidade de gênero:
- Identidade sexual:
- Idade:
- Nível de escolaridade:
- Endereço:
- Fone de contato:
- Pseudônimo:
- Raça

SOBRE INFÂNCIA E FAMÍLIA DE ORIGEM:

- Pedir para que conte sobre sua infância. Alguns aspectos importantes para vir à tona:

- Sobre a família: profissão dos pais, número de irmãos, idade deles, local de moradia, haviam escolas, estudavam ou não, até que séries estudaram, profissão dos irmãos/os

- Relações entre irmãos e irmãs: a pesquisada percebeu diferenças na criação dos irmãos e das irmãs? (Para isso talvez seja necessário se ser sutil, perguntando o que faziam os irmãos e as irmãs)

SOBRE TRABALHO E FORMAÇÃO

- Profissão:
- Pedir para que ela fale sobre como aprendeu essa profissão:

- Formação (onde estudou e se tem ensino técnico ou superior)
- Perguntar sobre as suas lembranças da escola: amigos, professoras, escola, colegas de aula, etc.
- Onde trabalhou e os cargos que ocupou ao longo da sua experiência profissional.
- Relatar situações de machismo, racismo, discriminação de raça que vivenciou no espaço de trabalho e formação
- Já atuou em algum conselho municipal?
- Participou de alguma ONG ou coletivo feminista? Qual cargo?

SOBRE A FAMÍLIA QUE CONSTITUIU:

- Estado civil:
- Homossexual, bissexual, heterossexual ...
- Se casou, como foi (ou é) essa relação: (tentar se aproximar o máximo possível da rotina diária da casa, como o que ele fazia, o que ela fazia, o trabalho doméstico como ocorria, etc.)
- Conte um pouco sobre sua concepção de maternidade? Optou por ter ou não filhas/os? Como vêm trabalhando a maternidade?
- Sobre suas relações afetivas, já terminou relacionamentos por causa das ideias feministas? Pode contar um pouco?
- Já se reinventou numa relação para ter uma relação feminista? Como foi o processo?

Nessa parte sobre a família, é interessante saber como o/a parceiro/a (isso se possui uma relação afetiva no momento) percebe a luta feminista.

TRAJETÓRIA FEMINISTA

- Como começou a fazer trabalho com/para as mulheres?
- Como conheceu o feminismo e se reconhece como uma feminista?
- Todas as mulheres são feministas ou tem algo diferente sobre ser feminista? O que te diferencia das outras mulheres?
- O que entende por feminismo?)

- Qual o livro que mais gostou e que te ajudou a entender o “universo” das mulheres?

- Qual pessoa foi mais marcante nessa trajetória com o feminismo?

- Desse universo de leituras você pensa nas autoras latino-americanas como referência?

- Quais as pautas feministas que mais trabalha?

- Podes dar exemplos desses trabalhos?

- São trabalhos mais individuais ou têm apoio das/os colegas efetivamente, para além dos elogios?

- O que você acha que mudou na luta das/para as mulheres ao longo desses anos?

“Qualificação pessoal e profissional

“Casamento

“Sexualidade

“Planejamento familiar, direitos reprodutivos ...

“Representatividade política

“Direitos sociais

- O que pensa sobre as novas discussões feministas nas redes sociais?

Casamento; planejamento familiar; homossexualidade...

Mulheres trans... sexualidade, aborto

- Poderia contar como é a organização do coletivo de mulheres que atua?

- Como se dá a formação?

- O que te leva a ser uma ativista feminista?

- Como consegue pensar sobre coletividade num mundo tão individualista?

- Existem pautas gerais da nossa sociedade e algumas específicas, como tu vem trabalhando esses aspectos?

- Quais as dificuldades de se organizar e efetivar a nossa luta?

- Você acredita na transformação social?

- Você acredita em uma educação feminista, antirracista, anticapitalista, ambientalista? Como podemos criar esse projeto?

- O contexto político atual, pois estamos num momento de ultraconservadorismo e retrocesso de pautas sociais, incluindo o feminismo.

ANEXO 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezada _____,

Você está sendo convidada para participar da pesquisa: “Mulheres do extremo sul do Brasil: contribuições para uma educação feminista transgressora”, que tem por objetivo compreender processos educativos não-formais e formais relacionados ao ativismo feminista, a partir de narrativas de mulheres em suas potencialidades transgressoras, emancipadoras e descoloniais. Essa pesquisa será realizada com participantes e ativistas feministas que em suas práticas vem contribuindo para uma educação feminista. Sua participação no estudo consistirá em narrar aspectos de sua história de vida, principalmente as experiências e práticas que contribuíram para a sua formação de base feminista.

A entrevista poderá ter uma duração de mais ou menos duas horas. Se houver algum problema relacionado com a pesquisa você pode se dirigir ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel - ppgeufpel@gmail.com. O termo de livre esclarecido, é um documento para guiar os princípios éticos da pesquisa, as participantes ao responder irão receber uma cópia via online e podem solicitar novas informações e esclarecimentos sempre que desejarem, tendo como princípio norteador a Resolução 466/2012 e Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS.

Importante destacar que as avaliações em relação aos riscos com essa pesquisa são mínimos, contudo, você pode se sentir desconfortável em responder alguma pergunta, pois trata-se de uma investigação que aborda aspectos de trajetórias de vida pessoal, mas tem a liberdade de não responder ou interromper a participação em qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Além disso, você possui plena liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da entrevista, sem qualquer prejuízo. Firmamos que será assegurada a garantia do sigilo das suas informações. Também é importante informar que a sua participação não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa.

Em relação aos benefícios da pesquisa podemos destacar a possibilidade de visibilizar os caminhos já percorridos por nós mulheres feministas do sul, além de contar sobre nossas práticas e teorizar, podemos aprender uma com as outras, pois a pesquisa-formação nos leva ao caminho do conhecimento e a elaboração de saberes produtivos a coletividade.

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa poderá entrar em contato com a pesquisadora orientadora responsável pelo estudo, Profa. Dra. Márcia Alves da Silva, que pode ser localizada no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas ou pelo e-mail: profa.marciaalves@gmail.com . Sua participação é importante e voluntária e vai gerar informações que serão úteis para os principais resultados esperados da pesquisa. Este termo será assinado em duas vias, ficando uma via em seu poder.

Eu, _____ acredito ter sido suficientemente informada a respeito do que li ou foi lido para mim, sobre a pesquisa: "Mulheres do extremo sul do Brasil: contribuições para uma educação feminista transgressora". Afirmo que discuti com a pesquisadora Adriana Lessa Cardoso, sobre minha decisão em participar do estudo. Ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos, as garantias de sigilo, de esclarecimentos permanentes e isenção de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo. Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido desta entrevistada para a minha participação neste estudo.

_____ / /

_____ / /

Assinatura do responsável pelo estudo

ANEXO 3 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFPEL - FACULDADE DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Pesquisador: Adriana Lessa Cardoso

Título da Pesquisa: MULHERES DO EXTREMO SUL DO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO FEMINISTA TRANSGRESSORA

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

Versão: 2

CAAE: 46953821.2.0000.5316

Área Temática:

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Número do Parecer: 4.844.782

DADOS DO PARECER

As informações foram retiradas da versão 02 do protocolo de pesquisa submetido na Plataforma Brasil no dia 02 de julho. "O presente projeto de tese tem por objetivo compreender processos educativos não-formais e formais relacionados ao ativismo feminista, a partir de narrativas de mulheres em suas potencialidades transgressoras, emancipadoras e descoloniais. Essa pesquisa será realizada com participantes e ativistas feministas que em suas práticas vem contribuindo para uma educação feminista. O arcabouço teórico-epistemológico dialoga com as perspectivas críticas e descoloniais. As metodologias utilizadas para o estudo partem dos estudos dos métodos feministas, pesquisa formação, biografias. Desta maneira, a proposta da metodologia e da epistemologia de pesquisa formação tem me permitido aproximações com as perspectivas feministas críticas de(s)coloniais no seguimento da função social, formação, transformação e deformação.

Assim, esta teorização procura potencializar a ideia de criação e recriação do sentido do nosso ser no mundo. Articular essas perspectivas, incluindo a ênfase nas relações de poder, auxilia repensar as culturas, as formas de existência para si e para os outros, numa relação complexa e dialógica."

Apresentação do Projeto:

"Objetivo Primário: Compreender processos educativos não formais e formais relacionados ao ativismo feminista, a partir do lugar e do cotidiano de mulheres em suas potencialidades transgressoras, emancipadoras e descoloniais."

Objetivo da Pesquisa:

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

"Objetivo Secundário: Compreender os espaços-tempos de atuação feminista sob o enfoque interseccional, do lugar e do cotidiano; Conhecer as motivações que levam as mulheres a lutar para o seu empoderamento social e de outras mulheres; Conhecer e aprender com a organização e encaminhamentos para a atuação feminista que busca atender as diferentes necessidades das mulheres; Identificar praticas educativas de conscientização crítica e transgressora pessoal e social relacionadas com ações coletivas feministas."

Riscos: Por ser uma pesquisa com metodologia de pesquisa-formação e biográfica os riscos ponderados são mínimos, pode-se dizer que as participantes por ventura possam sofrer algum dano psicológico de baixa intensidade, pois trata-se narrativas de vida e podem rememorar algum trauma de

suas vidas, por esse motivo e seguindo as orientações explicitamos no termo livre esclarecido, informações da instituição e da unidade em que a pesquisa se encontra vinculada, bem como o nome e contato da orientadora, caso as colaboradoras precisem de auxílio ou realizar alguma denúncia."

"Benefícios: Em relação aos benefícios podemos destacar a possibilidade de visibilizar os caminhos já percorridos por nos mulheres feministas do sul, além de contar sobre nossas práticas e teorizar, podemos aprender uma com as outras, pois a pesquisa-formação nos leva ao caminho do conhecimento e a elaboração de saberes produtivos a coletividade."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Trata-se da versão 2 do Protocolo de pesquisa de um projeto de tese apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação/UFPel, com o objetivo de "compreender processos educativos não formais e formais relacionados ao ativismo feminista, a partir do lugar e do cotidiano de mulheres em suas potencialidades transgressora emancipadoras e descolonias". Os ajustes éticos apontados

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pelo Colegiado do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Enfermagem da UFPel mediante Parecer Consubstanciado - CAAE:46953821.2.0000.5316 - foram contemplados e o estudo encontra-se em consonância com a Resolução 466/12.

Folha de rosto: adequada

Carta de anuência: não se aplica.

TCLE: adequado

Cronograma: adequado

Orçamento: adequado

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Realizar devolutiva dos resultados aos participantes da pesquisa e comunidade científica.
- Enviar relatório final da pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Enfermagem da UFPel via Plataforma Brasil conforme prevê o item d do artigo XI da Resolução 466/12.

Recomendações: Nenhuma.

PELOTAS, 13 de Julho de 2021

Juliana Graciela Vestena Zillmer
(Coordenador(a))

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

NOTA: a Versão original se encontra assinada

ANEXO 4 - ALBUM DE FOTOS

Foto: 21 dias de ativismo contra a violência



Fonte: Adriana Lessa Cardoso, 2021

Foto: 8 Março



Fonte: arquivo próprio

Foto: Atividade de Formação Colégio Pelotense



Fonte: arquivo próprio

Foto: 8 M – Ato tomada do Altar da Pátria – Pelotas/RS



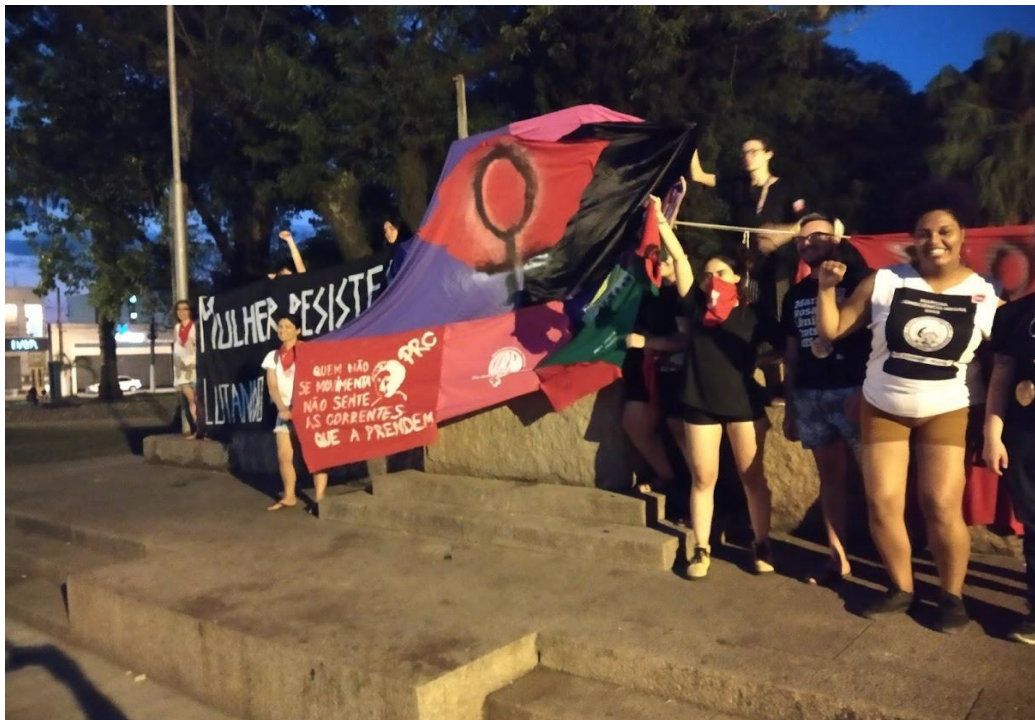
Fonte: arquivo próprio

Foto: 8 M – Ato tomada do Altar da Pátria – Pelotas/RS



Fonte: arquivo próprio

Foto: 8 M – Ato tomada do Altar da Pátria



Fonte: arquivo próprio

Foto: Ato 8 Março - 2021



Fonte: arquivo próprio

Foto: Ato 8 Março



Fonte: arquivo próprio

Foto: Roda de conversa – Reunião de Formação UBM/Pelotas
Participação do grupo Slan das Minas - Pelotas



Fonte: arquivo próprio